UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS e CIÊNCIAS HUMANAS

CELSO RAMOS FIGUEIREDO FILHO

Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)

São Paulo

2016

CELSO RAMOS FIGUEIREDO FILHO

Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho.

São Paulo

2016

Ficha Catalográfica

Inserir PdF – verso da folha de rosto (página anterior)

FIGUEIREDO FILHO, Celso R. – **Partido Operário Comunista (POC):** história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971). Tese apresentada ao Programa Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Deni, Lúcio e Lucas.
Mais uma vez.
E sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Unesp, na pessoa do arquivista Luiz Alberto Zimbarg, por me franquear o acesso ao riquíssimo acervo documental das organizações da esquerda brasileira, sob a guarda deste importante instituto.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth, que através da sua equipe de “Processos Técnicos e Atendimento” permitiu e me orientou na consulta a documentos do POC e de outras organizações comunistas, possibilitando desta forma a elucidação de várias questões sobre a trajetória dessas agremiações políticas.

À Profa. Dra. Denise Rollemberg, da Universidade Federal Fluminense, por me ceder artigos e análises de sua autoria sobre militantes, a militância e a memória da esquerda comunista no período ditatorial.

Aos membros da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Maria Helena Rolin Capelato e Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugenio. O rigor intelectual na leitura do meu texto, e o carinho com que me apresentaram as tão valorosas sugestões de melhorias, só fizeram aumentar a admiração que já sentia por eles.

Finalmente, ao Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, meu Orientador. Sempre pronto a me receber, e rigorosamente preciso nas suas observações e críticas, é responsável direto pelo que possa haver de qualidade na tese. A você, Professor Francisco, meu muito obrigado!

RESUMO

FIGUEIREDO FILHO, C. R. – **Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)**. 2016. 230 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História), Universidade de São Paulo, 2016.

Esta tese tem por objeto o Partido Operário Comunista (POC). Trata-se de uma organização da esquerda radical brasileira, atuante durante os chamados "anos de chumbo" da ditadura civil-militar brasileira (1968-1971) sobre a qual não há nenhum estudo acadêmico mais pormenorizado. O POC foi oficialmente fundado em um Congresso realizado em abril de 1968, na cidade de São Paulo, com a fusão de duas organizações anteriormente existentes, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP) e a Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro do Rio Grande do Sul (DI-RS). A linha política adotada pelo novo partido foi estabelecida pelo "Programa Socialista para o Brasil", para o qual a revolução brasileira deveria ser socialista, e conduzida por um partido de vanguarda da classe operária, que estaria à frente de uma aliança operário-camponesa, engrossada por elementos revolucionários da pequena-burguesia. Inicialmente resistente ao engajamento nas ações de guerrilha urbana, o POC procurou canalizar seus esforços para os movimentos de massa que estavam ascensão quando da sua fundação. Neste sentido, dirigiu a militância para o movimento operário de Contagem (MG) e Osasco (SP), onde ocorreram importantes mobilizações nesse período. A organização também procurou influenciar o movimento estudantil e, para isso criou o "Movimento Universidade Crítica", MUC, também em 1968.

No início de 1969, com o descenso desses movimentos devido também ao AI-5, o POC reconheceu ter colhido poucos frutos desses esforços, sobretudo no movimento operário, onde sua presença continuou esparsa. Neste ínterim, várias organizações da esquerda já estavam francamente engajadas em ações armadas, o que motivava uma dupla crítica no interior do POC: ineficácia nas ações de massa, e inexistência de ações de guerrilha. Ácidos debates internos passaram a ocorrer no seu interior, corroendo sua coesão. Este processo de luta política interna se prolongou por todo o ano de 1969, polarizando os "militaristas" contra os "massistas". Trocas mútuas de acusações levaram este grupo a romper com o POC em março de 1970 e a recriar a antiga POLOP. Dentre os militantes remanescentes do POC ainda se manteve um caloroso debate em torno das duas idéias-força: militarismo "versus" massismo. Há de se dizer que, de forma esparsa, e sempre em associação a outras organizações, o POC já havia praticado algumas ações armadas, dirigidas para a obtenção de recursos financeiros. a partir de meados de 1970, na sequência de prisões de militantes das organizações militaristas, a polícia política atingiria em cheio o POC, levando ao seu desmantelamento no Brasil em junho de 1971.

Nesta tese procurei compreender os pormenores internos de uma organização leninista, bem como a rotina da militância em meio a um contexto repressivo, apoiando na noção de cultura política de Serge Bernstein. Por essa razão busquei os relatos de ex-membros do partido, através dos quais pude conhecer suas memórias sobre esse período.

Palavras-chave: Partido Operário Comunista; POC; leninismo; memória; ditadura.

ABSTRACT

FIGUEIREDO FILHO, C. R. – **Communist Workers Party (POC): History and memory of a Marxist-Leninist organization (1968-1971).** 2016. 230 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Departamento de História), Universidade de São Paulo, 2016.

This thesis is engaged in the Communist Workers Party (POC). It is an organization of the Brazilian radical left active during the so-called "years of lead" the Brazilian civil-military dictatorship (1968-1971) on which there is no more detailed academic study. The POC was officially founded at a congress held in April 1968 in São Paulo, with the merger of two previously existing organizations, the Organization Revolutionary Workers Marxist-Policy (POLOP) and the Brazilian Communist Party's Leninist Dissent Rio Grande South (DI-RS). The political line adopted by the new party was established by the "Socialist Program for Brazil", for which the Brazilian revolution should be socialist, and led by a vanguard party of the working class, who would be the head of a worker-peasant alliance, thickened by revolutionary elements of the petty bourgeoisie. Initially resistant engagement in urban guerrilla actions, the POC sought to channel their efforts to the mass movements that were rising at the time of its foundation. In this sense, he directed militancy to the labor movement of Contagem (MG) and Osasco (SP), where there were important mobilizations that period. The organization also sought to influence the student movement and to this end has created the "Movement University Critical," MUC, also in 1968.

In early 1969, with the decline of these movements also due to AI-5, POC acknowledged harvested little fruit of these efforts, especially in the labor movement, where his presence remained sparse. Meanwhile, several organizations of the left were already openly engaged in armed actions, which motivated a double criticism within the POC: ineffectiveness in mass actions, and lack of guerrilla actions. Acids internal discussions began to take place inside, eroding its cohesion. This political infighting process lasted throughout the year 1969, polarizing the "militarists" against "massistas". mutual exchange of accusations led this group to break with the POC in March 1970 and re-create the old POLOP. Among the remaining militants POC still remained a heated debate around the two key ideas: militarism "versus" massismo. One has to say that, sparsely, and always in association with other organizations, the POC had practiced some armed actions aimed at obtaining financial resources. from the mid-1970s, following arrests of militants from militarist organizations, the political police would reach full POC, leading to their being dismantled in Brazil in June 1971.

This thesis tried to understand the internal details of a Leninist organization, as well as the routine of militancy amid a repressive environment, supporting the political culture's notion of Serge Bernstein. Therefore sought the reports of former party members, through which I got to know his memories of that period.

Keywords: Party Communist Workers; POC; Leninism; memory; dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth
AI-5 – Ato Institucional nº. 5
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
BNM – Projeto “Brasil: Nunca Mais”
CA – Centro Acadêmico
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CEDEM – Centro de Documentação e Memória, da Universidade Estadual Paulista
CEO – Centro Estudantil Osasquense
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
DCE – Diretório Central Estudantil
DI-GB - Dissidência [do PCB] da Guanabara
DI-RJ – Dissidência [do PCB] do Rio
DI-RS – Dissidência [do PCB] do Rio Grande do Sul
DOI-CODI – Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna
FTN – Frente Nacional do Trabalho
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
HTP – História do Tempo Presente
IHTP – Instituto de História do Tempo Presente
IPM – Inquérito Policial Militar
LSI – Liga Socialista Internacional
MCR – Movimento Comunista Revolucionário
ME – Movimento Estudantil
MIA – Movimento Inter-sindical Anti-arrocho
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes
M3G - “Marx, Mao, Marighella, Guevara”
MUC – Movimento Universidade Crítica
OBAN – Operação Bandeirantes
OCML-POLOP – Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
PARASAR – Grupamento Aéreo de Paraquedistas – Salvamento e Resgate
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh - Partido Comunista Chinês
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCURSS – Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PO – Política Operária

POC – Partido Operário Comunista
POR (T) – Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
REDE – Rede Democrática
UEE - União Estadual dos Estudantes
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFF – Universidade Federal Fluminense
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

	Introdução	13
	1. Os percursos da pesquisa	19
	1.1. A “História do Tempo Presente”	19
	1.2. História Oral	25
	1.3. Documentação Impressa	30
	2. A Tese	34
Capítulo 1	**A História do “Partido Operário Comunista” (POC)**	38
	1. A Fundação	40
	1.1. Origens do POC	44
	1.1.1. A ORM-POLOP: origem, cisões e o “Programa Socialista para o Brasil”	45
	1.1.1.1. A POLOP e o Golpe de 1964	47
	1.1.1.2. O “Programa Socialista para o Brasil”	49
	1.1.1.3. As cisões de 1967	55
	1.2. A Dissidência Leninista do PCB (RS)	57
	2. O POC: a cisão de fevereiro de 1970 e a luta das tendências	65
	3. O Desaparecimento	72
	4. Considerações Finais	73
Capítulo 2	**Organização Interna, Imprensa, Militância e a Cisão de 1970**	75
	1. Organização interna	76
	1.1. Secretariados Regionais	77
	1.2. Células	79
	1.2.1. Coordenação de Células	81
	1.2.2. Assistente de células	84
	1.2.3. Organizações para-partidárias	85
	1.3. Eleições internas e processo decisório	87
	2. O “Setor Interno”	88
	2.1. Indisciplina	91
	2.2. Finanças	92
	2.3. Formação político-teórica	95
	2.4. Imprensa partidária	98
	2.4.1. O “Política Operária”	100
	2.4.2. Imprensa regional	102
	2.5. Debate interno: o intelectualismo	106
	3. Análise da conjuntura política e a resposta do POC	109
	3.1. Segurança interna a avaliação da repressão	111
	4. Atração pela militância e o POC	115
	4.1. Por que militar no POC?	119
	5. Considerações Finais	120
Capítulo 3	**Setor Operário: em busca da revolução**	123
	1. Por que o proletário?	124
	2. Onde encontrá-lo?	126
	2.1. O POC e as greves de 1968	128
	2.1.1. Contagem	128
	2.1.2. Osasco	131
	2.2. O POC em Osasco	135

3. Como atuar no movimento operário? 139
3.1. O debate com o PCB 145
4. Resultados obtidos 146
5. Autocríticas 152
6. Considerações finais 155

Capítulo 4 **O Partido Operário Comunista no Movimento Estudantil** 159
1. Esboço histórico do movimento estudantil no Brasil 160
2. O POC e o movimento estudantil 169
2.1. O "Setor Estudantil" 171
2.1.1. Inserção do POC no ME: os casos de Paraná e São Paulo 173
3. O Movimento Universidade Crítica (MUC) 176
3.1. Comandos de Ação 181
4. Considerações finais 184

Capítulo 5 **Luta Armada, Repressão e o "Setor Especial"** 188
1. Prenúncio da militarização 188
2. A luta armada: suas idéias matrizes a o debate no POC 192
2.1. A matriz bolchevique: a posição de Lênin 194
2.2. As teorias do "foco guerrilheiro" e do "cerco da cidade pelo campo" 196
2.2.1. O "foco guerrilheiro" 197
2.2.1.1. "Che" Guevara: o precursor do "foquismo" 198
2.2.1.2. O "discípulo" Regis Debray e o "A revolução na revolução?" 201
2.2.1.3. A Aliança Nacional Libertadora e a "exacerbação do foquismo" 203
2.2.1.4. O POC e a ALN 204
2.2.2. O "cerco da cidade pelo campo" e a Ação Popular (AP) 208
3. A criação do "Setor Especial" 214
3.1. As ações do POC 218
3.2. O debate interno: críticas da militância 219
4. Falência da luta armada 224
5. Considerações Finais 228

Considerações Finais 232
Referencias 241
Anexos 250

Introdução

Novembro de 1970. Quatro jovens brasileiros encontravam-se na fria Paris. Não eram exilados, nem tampouco buscavam distrações às margens do Sena. Era a fina-flor de uma organização leninista, aliás, era a cúpula da sua Direção Nacional. Seu objetivo: estágio político e contatos visando a aproximação com a IV Internacional Comunista. Traziam na bagagem a experiência de três anos de esforços visando a construção de um partido comunista em meio a regime autoritário, instaurado com o Golpe de Estado de 1964.

Neste curto triênio, a organização havia experimentado algum protagonismo nas famosas greves de Osasco (julho de 1968); disputado a hegemonia em diversas entidades estudantis por todo o país; mantido militância ativa em pelo menos seis estados brasileiros; flertado com a luta armada e, por fim, buscava internacionalizar-se através do trotskismo internacional. Já havia sofrido três duros golpes da ditadura, com a prisão de militantes da célula operária em Contagem (MG), nos idos de 1968; e, em agosto de 1970, com a queda de militantes ligados ao movimento operário de Osasco e de parte da Direção Estadual paulista; e, por fim, no segundo semestre deste mesmo ano, com a prisão de militantes no Rio Grande do Sul e na capital paulista.

Tratava-se, pois, da jovem liderança do POC, o Partido Operário Comunista.

Nesta pesquisa resgato a trajetória deste partido, que surgiu no cenário político brasileiro em abril de 1968, reunindo os membros da antiga Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (POLOP) com os

dissidentes gaúchos do Partido Comunista Brasileiro, que se aglutinavam na então chamada Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (DI-RS).

O POC foi expressivo em setores estudantis, através, sobretudo do seu braço universitário, denominado “Movimento Universidade Crítica”, o MUC. E também mantinha vínculos com organizações operárias e sindicais em diversos estados brasileiros. Chegou a contar com aproximadamente 800 militantes, no auge da sua existência, em 1968. A ferocidade da repressão fez com que praticamente desaparecesse em meados de 1971, quando sucessivas quedas em São Paulo e no Rio Grande do Sul – suas praças mais fortes – levaram à prisão mais de uma centena de militantes. As tentativas de rearticulação do partido no exílio – Chile e Argentina – e retomada dos contatos com os esparsos militantes que permaneceram no Brasil foram praticamente infrutíferas.

Sua originalidade: sintetiza em sua breve e intensa existência, várias das formas de luta cotejadas pela esquerda brasileira do período. Conhecê-lo significa jogar luz sobre os projetos, idas e vindas, de uma esquerda que procurava reencontrar-se após a derrota de 1964. O POC me parece, como disse, emblemático das transformações políticas que vários partidos e organizações da esquerda armada viveram durante a ditadura. Usando jargões da época, arriscamos a hipótese de que o POC pendeu de uma posição “massista-obreirista” para uma posição “militarista-foquista”, mas isso ao preço de muitas e dolorosas “brigas” internas. Em tempo, todas essas expressões tinham, à época, uma conotação pejorativa. Eram usadas pelas organizações da esquerda na forma de acusações mútuas. No V Capítulo, referente à luta armada, retorno a essa questão.

Com o golpe de 1964, a esquerda comunista passou por um intenso e doloroso processo de autocrítica. Buscando as causas do retumbante fracasso do projeto nacional-desenvolvimentista do governo João Goulart e da sua deposição humilhante. Como disse Reis Filho, prevaleceu a tradição do "bode expiatório".[1] Desta feita, o principal alvo foi o PCB, acusado de "imobilista" e de "cupulista", por não ter se preparado contra a corrente golpista e por ter se afastado das bases, desmobilizando assim os trabalhadores. Mas, também sobrariam críticas para as outras organizações, a exemplo da POLOP, acusada de intelectualista e de proselitista. Baseados nessas críticas, importantes setores rachariam com a organização em 1967, dando origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), apensos à luta armada imediata. O raciocínio era até simplório e Marcos Napolitano o sintetizou com clareza: "se moderação, reformismo e pacifismo não tinham conseguido acalmar os reacionários, estão a esquerda tomou o caminho lógico. Ir à guerra, na forma do combate armado ao regime."[2]

Longe de ser um todo homogêneo, a história da esquerda no Brasil no período do regime militar apresenta uma pluralidade de organizações, cada qual com seu respectivo projeto político e estratégias de ação para sua implantação. Os debates eram intensos promovendo contínuas aproximações e rompimentos entre elas. Algumas lutavam pela revolução socialista e a imediata implantação do socialismo no Brasil. Outras consideravam o país

---

[1] REIS FILHO, Daniel Aarão – **A revolução faltou ao encontro.** Os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, pp. 45 e segs.
[2] NAPOLITANO, Marcos – **1964.** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 122.

imaturo para a experiência socialista, e cotejavam o aprofundamento da democracia liberal e o desenvolvimento do capitalismo.[3]

Se, o conteúdo da luta variava, sua forma também era plural. Havia aquelas que valorizavam a forma partido, de feições leninista ou maoísta, tido como o instrumento legítimo de emancipação dos trabalhadores (PC do B, POC, PCBR e PCR). Havia outras que, desconfiadas deste formato, tido por burocratizante, organizavam-se em estruturas menos rígidas, mais flexíveis às circunstâncias conjunturais (VPR, VAR-Palmares, ALN, dentre outras).

Por fim, as organizações ainda divergiam quanto aos meios de luta. Para algumas, nada substituía a insurreição proletária, ao estilo do levante soviético-bolchevique de 1917. Outras, inspiradas em experiências mais recentes, a exemplo da argelina e da cubana, se preparavam para a guerra de guerrilhas, sobretudo rural, mas com ações também nas áreas urbanas. E, havia ainda uma terceira forma de luta, baseada nos sucessos dos chineses liderados por Mao Tse Tung, quando seus exércitos de camponeses promoveram um cerco às cidades.

A história do POC se insere nesse contexto, que coincide com a das demais organizações da esquerda brasileira no período. Debatiam entre si através dos documentos internos e dos materiais impressos; disputavam eleitores nas assembléias estudantis e operárias; tentavam cooptar uma das outras militantes e simpatizantes. Havia, efetivamente, uma luta política entre elas. Mas, ao mesmo tempo associavam-se para a realização de ações dos

[3] Essas distinções foram detalhadas pioneiramente por Marco Aurélio Garcia, nas páginas do periódico “Em Tempo” (1979-1980), e retomadas por Marcelo Ridenti. 1993. Voltamos a elas oportunamente.

mais variados tipo, inclusive armadas, quando a logística da ação assim o exigisse, e isso em nome da "solidariedade revolucionária".[4]

Em comum, todas lutavam pela superação do regime. Este, no entanto, não tinha a menor intenção de ceder um palmo sequer à oposição, e combatia a "subversão comunista" com todas as suas forças. E estas forças, como disse acima, atingiram o POC em cheio em meados de 1971. E, com uma ferocidade tal que levou à morte, sob tortura, no DOI-CODI do II Exército, o jornalista e dirigente do POC em São Paulo, Luiz Eduardo da Rocha Merlino. Era um dos jovens que meses antes havia desembarcado em Paris.

Após este impacto, o partido jamais voltaria a ter vida orgânica no país.

Contudo, como salientei, pouco se sabe sobre a trajetória desse partido, que me parece ímpar no percurso de parte da esquerda brasileira no período em questão. Ímpar porque reúne, ao lado de um interessante esforço de compreensão da realidade político-econômica brasileira, que partia da tese de que o Brasil era capitalista-dependente, a opinião de que a burguesia nacional não tinha seus interesses contraditos pelo capital internacional, muito pelo contrário. E, por fim, propunha, ao contrário de outras organizações, que a

---

[4] Essa expressão foi utilizada igualmente por Leane Ferreira de Almeida e Angela Maria Mendes de Almeida nos depoimentos que prestaram para mim, respectivamente, em 03 e 10/03/2015.

Leane Ferreira é gaúcha e aos dezoito anos, no final de 1968, ingressou no POC numa célula da Federação dos Bancários de Porto Alegre. Com a prisão de militantes do partido em meados de 1970, foi transferida para a capital paulista, na clandestinidade, atuando no Setor Interno da organização. Dentre outras atividades, era responsável pela gestão financeira do partido, pela datilografia de documentos e materiais para os informes e jornais. Foi presa na grande queda de meados de 1971. Torturada pessoalmente pelo então major Carlos Brilhante Ustra. Concedeu seu depoimento em sua residência, na zona oeste de São Paulo.

Angela Maria Mendes de Almeida, paulista, ingressou no POC via POLOP, onde militava no setor estudantil desde 1966, depois de uma breve e "decepcionante" passagem pelo PCB. Foi uma das mentoras do Movimento Universidade Crítica, o MUC. Chegou à Direção Nacional da organização em 1970. Foi um dos dirigentes do POC que viajaram para a França no final de 70 para travar contatos com a IV Internacional. Na ocasião era companheira de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, membro da Direção Estadual paulista, que também viajara para Paris. Após a morte deste, não retornou ao Brasil. Impetrou ação cível contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsabilizando-o pela morte do jovem jornalista em 19 de julho de 1971. Recebeu-me por três vezes em sua residência, na região central da capital paulista, entre dezembro de 2014 e março de 2015.

única alternativa para o país seria via revolucionário-socialista, sob a orientação de um partido de matriz operária.

E, finalmente, uma justificativa, digamos, mais prosaica, porém historiograficamente relevante para esta pesquisa: não há estudos acadêmicos sobre o POC.

É digno de nota que o volume da produção científica sobre os anos sessenta e setenta vem crescendo paulatinamente, incluídas neste caso as pesquisas sobre a oposição de esquerda ao regime militar. A título de exemplo, cito os grupos de estudos sobre a ditadura existentes na UFF e na UFRJ, que estão contribuindo com pesquisas de qualidade sobre diversas organizações da esquerda, como vem fazendo o LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais) UEFS ocupado principalmente com a esquerda armada e entidades operárias e estudantis durante a ditadura. E, ao lado desses grupos de estudos institucionalmente estabelecidos, há as contribuições isoladas de pesquisadores de diversas outras universidades por todo o Brasil.[5] Contudo, sobre o POC, absolutamente nada.

Creio que, por ter se mantido a uma distância crítica em relação à opção pelas armas, e, mesmo quando esta se fez mais intensamente no partido, ainda assim não contava com a unanimidade da militância, o POC não tenha merecido a mesma atenção que as organizações militaristas por parte dos estudos históricos. Por essa razão, o POC é praticamente ignorado pela historiografia e memorialística do período. Esta pesquisa objetiva, com efeito, suprir parte dessa lacuna.

---

[5] Há ainda o Centro de Estudos Victor Meyer, instituição privada, sem fins lucrativos, dedicada à memória e história da POLOP. Sediado em Salvador, leva o nome de um militante que após o retorno do exílio e o final da ditadura, ocupou-se da recuperação do acervo documental e teórico da organização.

E, por fim, no desenrolar da pesquisa, foi se impondo a ela um elemento até então alheio e ignorado no projeto original. Refiro-me às memórias dos ex-militantes e às surdas batalhas enfrentadas ao longo dessas décadas para sua preservação. Explico-me: os depoimentos de ex-militantes do partido, disponíveis em sítios eletrônicos de diversas comissões da verdade, ou aqueles preservados em arquivos públicos e, finalmente, aqueles colhidos por mim no desenrolar do trabalho revelaram interessantes facetas da memória viva desses que foram protagonistas diretos dos acontecimentos aqui narrados.

1. Os percursos da pesquisa

As memórias desse período ainda não se esvaíram ... algumas feridas, talvez muitas, ainda não cicatrizaram. Estou lidando com um tema "vivo", quentíssimo. Presenciamos nos momentos em que escrevo esta tese, grupos reivindicando o retorno dos militares ao poder. E, simultaneamente, o Ministério Público Federal move ações na Justiça Federal do Pará contra os ex-militares, Sebastião Curió e Lício Maciel, ambos coronéis reformados do Exército Brasileiro, por crimes cometidos durantes as operações de combate à Guerrilha do Araguaia, entre 1973 e 1976.[6] Por definição, nosso objeto nos remete, necessariamente, às problemáticas da "História do Tempo Presente" e da relação entre memória e história.

1.1. A "História do Tempo Presente"

É possível a produção de uma obra historiográfica sobre a ditadura pós-1964 com a isenção e objetividade esperada de um historiador de ofício? Não estariam as questões suscitadas por um objeto assim tão próximo cronologicamente ainda envoltas pelas paixões do momento a ponto de turvar

[6] Fonte: http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/01/mpf-entra-na-justica-contra-dois-militares-por-crimes-no-araguaia-6909.html (acesso em 17/06/2015).

a visão do cientista? Se uma história dessas, do “tempo presente”, como originalmente formularam os franceses, é factível pelo historiador de ofício, a quais ferramentas metodológicas ele deve recorrer? Por fim, não estaria o historiador do “tempo presente” correndo o risco de confundir História com Memória?

A essa altura da apresentação da minha tese, creio ser de bom tom alinhavar algumas linhas sobre a tão polêmica, mas igualmente consagrada, “História do Tempo Presente”.

Sabidamente, as balizas cronológicas adotadas como inauguradoras de “eras históricas” resultam de convenções adotadas “a posteriori” dos acontecimentos por elas referidos. E na maioria absoluta das vezes, esses “marcos” cronológicos contemplam as visões de mundo e aspirações dessa posteridade que as instituiu. Aliado a isso, cabe também salientar que cada grupo humano tem sua própria visão retrospectiva, de forma que, como observou Eric Hobsbawm “é provável que não existam mais do que meia dúzia de datas que são marcos simultâneos nas distintas histórias de *todas* as regiões do mundo”.[7] Por exemplo, os norte-americanos, consideram como História Contemporânea apenas o século XX, tendo dificuldades em se reconhecerem nos seus compatriotas do século XVIII. Os franceses, ao contrário, se orgulham do seu passado revolucionário setecentista, até hoje buscando nele referências sociais importantes.

Esses marcos cronológicos, dentre vários outros aspectos, cumprem uma importante função social: são responsáveis pelo reconhecimento da ocorrência de momentos fundadores de novas sociabilidades, de novos arranjos sociais.

---

[7] HOBSBAWM, Eric – **Sobre a História.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 244.

Eles demarcam o “antes” e o “depois”. O Brasil nunca mais voltou a ser o mesmo depois do Golpe de 1964 e da ditadura. Por essa razão, as discussões acerca dos limites cronológicos para o trabalho do historiador acadêmico é extremamente contemporânea, e está cada vez mais presente nos debates historiográficos.

E, neste contexto se inserem as discussões acerca da uma “história do tempo presente”. Esse debate é decorrência, sobretudo, da experiência francesa do imediato pós-guerra, quando foi fundado o “Comitê de História da Segunda Guerra Mundial”, em 1951, resultado da fusão da “Comissão de História da Ocupação e da Libertação da França” com o “Comitê de História da Guerra”. Sua prática historiográfica levou os especialistas a procurarem expandi-la para outros campos da história recente, que culminou na criação do “Instituto de História do Tempo Presente” (IHTP), em 1978, tendo como primeiro diretor François Bédarida, falecido em 2001.[8]

A assim chamada História do Tempo Presente (HTP), como se percebe, desde as suas origens, respondeu a demandas populares por conhecimento histórico, principalmente aqueles relativos da Segunda Guerra Mundial. Por isso que o IHTP é tido por seus fundadores como uma continuação lógica do “Comitê de História da Segunda Guerra Mundial”, acima referido. Através deles as memórias do controverso período da Ocupação Alemã na França e do governo colaboracionista de Vichy passaram por um intenso e doloroso processo de revisão. E, no decorrer desse processo, os historiadores e demais cientistas sociais envolvidos foram obrigados a reverem suas bases teórico-

[8] Esteve à frente do IHTP até 1990, quando foi substituído por Henry Rousso.

metodológicas, a fim de garantir o grau necessário de cientificidade de seus trabalhos.

Em tempo, a essas demandas originadas no último conflito mundial, somaram-se muitas outras, decorrentes da dinâmica das sociedades contemporâneas, a exemplo da busca pelas identidades sociais e da memória coletiva, como veremos mais abaixo. E, não há como negar que parte da sociedade brasileira possui demandas semelhantes decorrentes do período ditatorial. E, prova material disso pode ser identificada na multiplicação de "comissões da verdade" por praticamente todo o território nacional, ocorrida nos últimos anos.

Os pesquisadores do IHTP, e seus colabores externos reconheceram nos anseios populares por história, o desejo de um agir social por parte de população. Isso foi entendido como uma resposta à tentação pelo imediato e à despersonalização do "mass media", predominante nas sociedades muito influenciadas pela indústria cultural. Essa condição foi sintetizada por Eric Hobsbawm na seguinte fórmula: "desde o início da industrialização, a novidade daquilo que toda geração traz é muito mais marcante que sua similaridade com o que havia antes."[9]

Simultaneamente, estaria ocorrendo no decorrer do século XX, segundo Jean Jacques Rioux, uma intensificação do ritmo da história.[10] Esta mesma constatação de Rioux foi feita por Eric Hobsbawm. O historiador inglês percebeu que dentre as transformações provocadas pela industrialização está a mudança na percepção do tempo. O ritmo acelerado da produção

---

[9] HOBSBAWM, E. – **A Era dos Extremos.** O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 38.

[10] RIOUX, J-J."Pode-se fazer uma história do tempo presente?", in TETARD, Ph. (org.) - **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999, p. 119.

mecanizada, bem como as contínuas alterações em todas as esferas da vida social, impõem ao indivíduo uma nova relação com o tempo, vendo-o como uma sucessão continua do mesmo, um eterno “tempo presente”.

Entretanto, a aceitação da HTP dentre os pares não foi tão fácil quanto aquela junto ao público leitor, ávido por quebrar a rotina do eterno-presente imposto pela mídia e pelo trabalho alienado; foi posta em xeque a própria cientificidade dessa modalidade de história que se propunha a falar de homens ainda vivos. Podemos dizer que o maior questionamento que ainda recebe a história do tempo presente é de natureza epistemológica. Afinal, indagam seus críticos, como fazer história de algo tão próximo ao próprio pesquisador? Não estaria ele, nessa circunstância, em face de acontecimentos cujas tensões por ele suscitadas não sofreram o devido e natural resfriamento do tempo? Tal situação, sentenciam os críticos da HTP, por certo compromete a imparcialidade do historiador, turvando sua visão de forma a comprometer sua tão esperada objetividade. Com efeito, se acatássemos essa argumentação, teses como a que temos em mãos estaria aprioristicamente condenadas pela História.

Além disso, os críticos da HTP se resistem à ideia que a produção historiográfica possa atender a demandas sociais. Esse argumento sustenta-se na ideia de que a Ciência deve estar acima dos interesses imediatos e mesquinhos do senso comum.

Pieter Lagrou, ampliando ainda mais as críticas, interrogou-se se a HTP teria, efetivamente, um objeto claramente circunscrito. [11] Isto porque o “presente”, elevado ao “status” de categoria epistemológica definidora da

[11] LAGROU, Pieter –“ De l’actualité du temps présent”, in **Bulletins de l’IHTP**, n°. 75, 2000.

própria corrente historiográfica, carece de precisão cronológica. Colocado noutros termos, estando o tempo cronológico em contínua evolução, quais balizas deverão ser utilizadas de forma eficiente para circunscrever o presente? Em sendo esse “presente” inapreensível a categoria epistemológica autodefinidora da corrente historiográfica, ela não estaria fadada a cultuar uma forma erudita do mesmo presentismo que ela própria critica?

De pronto, essa questão nos remete a outra essencial para a hermenêutica histórica: estariam os arquivos, quaisquer que sejam eles, suficientemente estabelecidos? E, para evitar o embaraço metodológico das fontes orais na ausência destes arquivos a quais outras fontes recorreria o historiador, indagam os críticos da HTP?

Há ainda outra crítica contundente à História do Tempo Presente, e que se refere à sua impossibilidade intrínseca de conhecer uma cadeia causal de longa duração, uma vez, carente do recuo necessário para essa avaliação “a posteriori” da efetiva importância do seu objeto, ele corre o risco de valorizar o efêmero em detrimento dos reais motivos do processo.[12] E, neste caso, o historiador estaria correndo o risco de praticar uma modalidade diferenciada de jornalismo.

Após o resgate de algumas das críticas dirigidas à HTP, que se faça agora sua defesa.

Uma das maiores “vantagens” da HTP apontada pelos seus praticantes é que ela, exatamente pela proximidade com seu objeto, consegue captar as motivações que levaram aos atores tomarem tal ou qual decisão. Quer dizer, ela põe em relevo os condicionantes, as pressões psicossociais que levaram

[12] TETARD, op. cit., p. 68.

os indivíduos a tomarem suas decisões, evidenciando assim o que J-J. Rioux chama de “humilde verdade do plausível”.[13] Ou, ainda na opinião deste autor “o presente (...) faz brotar da proximidade ambiente um conjunto de argumentos mais ideal, mais cultural e mais individual, uma outra composição hierarquizada do tempo”.[14] Por esse mesmo motivo, a HTP escapa a certo “fatalismo” que perpassa algumas explicações historiográficas cujos objetos estão cronologicamente distantes, e que já tiveram sua cadeia causal esvanecida.

Para Jean-François Sirinelli, em sendo todo historiador “filho do seu tempo”, ele carrega sua herança histórica para o seu objeto, qualquer que ele seja.[15] Quer dizer, o “clima ideológico” que influencia a pessoa do historiador independe do recuo do seu objeto. Aliás, lembra-nos Rioux, que o recuo é uma criação do historiador. [16] Cabe, portanto, ao historiador buscar as diferentes temporalidades do seu objeto; da curta duração do fato para se chegar à média duração das representações que se constroem dele, posteriormente inclusive.

1.2. História Oral

Pelas características dos objetos aos quais se dedica, a HTP, frequentemente, recorre às “fontes orais”. Criticadas pela sua subjetividade intrínseca, contudo, estas fontes não dispensam, pois, os mesmos tratamentos dados pelo historiador a todos os demais tipos de fontes. E, dentro desse contexto de rigor metodológico, o depoimento, o testemunho, não é nem mais, nem menos confiável do que quaisquer outros documentos. E, a vantagem

---

[13] Rioux, op. cit., p. 50.
[14] Idem, p. 48.
[15] SIRINELLI, Jean-François – “Ideologia, tempo e história”, in CHAVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.) - Questões para a história do presente. Bauru: EDUSC, 1999, p. 75.
[16] Rioux, op. cit., p. 46.

para o historiador do tempo presente na utilização desse tipo de fonte é que ela pode revelar as motivações pessoais dos protagonistas, explicitar as pressões à quais estavam submetidos e que os levaram a tomar tal decisão e, por fim, aferir como são apreendidas as informações pelas mais diferentes camadas da sociedade.

Todas as fontes são marcadas pela temporalidade que as produziu. Portanto, não há fontes mais ou menos isentas, o que responde às críticas de que a HTP recorre a fontes demasiadamente marcadas pelo presente. Ora, todas as fontes são fruto do seu presente e vincadas por uma subjetividade, seja psicológica, seja ideológica, ou ambas (o que é mais provável). Por essa razão, a fonte oral não é identificada – assim como qualquer outro tipo de fonte - à "verdade", mas à experiência histórica pessoal do depoente, rebatem seus defensores.

A polêmica em torno da História Oral é enorme e, obviamente, foge ao escopo peste trabalho. Quero apenas registrar que, dentre as três possibilidades de produção de pesquisas em História Oral apontados por Janaína Amado e Marieta Ferreira, a presente pesquisa recorreu a ela enquanto uma metodologia que se utiliza de fontes orais.[17] Estas, enquanto fontes, não têm estatuto diferenciado em relação aos demais tipos de fontes, recebendo, pois, o mesmo tratamento crítico As autoras ainda salientam que a "denominação 'História Oral' é ambígua, pois adjetiva a história, e não as fontes, estas sim orais." Ainda conforme as autoras,

> a fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir. [18]

---

[17] Conf. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs.) – **Usos & Abusos da História Oral.** 8ª. edição. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2006, pp. 11 e segs.
[18] Ídem, p. 54.

Grosso modo, as autoras descrevem os outros dois tipos de pesquisa em História Oral da seguinte maneira:

> 1) História Oral enquanto ciência, isto é, possui "objeto próprio e capacidade de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática." Ela seria, portanto, "uma outra história".
>
> 2) História Oral enquanto técnica: os aspectos propriamente "técnicos da produção da entrevista e da sua conservação predominam", não havendo nenhuma preocupação de natureza teórico-metodológica.[19]

Uma das críticas mais contundentes ao uso desta metodologia apóia-se no fato de que na História Oral, o pesquisador cria suas próprias fontes. Tal crítica parte de presunção de que o depoente, no momento da entrevista, está totalmente à mercê do historiador e que este poderia "manipular" sua fonte ao seu "bel-prazer".

Entrevistamos ex-militantes do partido com o propósito também de consolidar informações pontuais inacessíveis pela documentação de arquivo. E, simultaneamente, em tempos de "memórias reveladas", quis dar oportunidade aos ex-membros do POC revelarem suas angústias e ansiedades de uma época em que se tinha que "estar atento e forte". E, por fim, confirmar se a existência de uma atmosfera cultural de rebeldia na época, de alguma forma influenciou a decisão desses militantes.

Além das já mencionadas Angela Mendes e Leane Ferreira, também colhi os depoimentos dos irmãos Sinclair e Otacílio Cecchini, ambos oriundos

---

[19] Idem, p. 14.

do movimento estudantil da USP. Sinclair, estudante de Geografia, foi membro do “Setor Especial” do POC. Otacílio, estudava Filosofia, e era OPP de uma célula operária de Osasco. Colhi estes depoimentos em março de 2015. Em abril de 2015, Nilton Barbosa me prestou longo depoimento. Também cursava Geografia na USP e era coordenador de célula estudantil.

Aliado a esses que colhi pessoalmente, fiz uso de depoimentos que estão disponíveis em sítios eletrônicos. Em tempos de “comissões da verdade” em todo o território nacional, inúmeros ex-militantes estão tendo a oportunidade de “revelarem suas memórias”.

Não era objetivo deste trabalho, explorar os fatores psicossociais condicionantes da memória. Mas nunca é demais dizer que a memória é determinante na estrutura psicológica e cultural do sujeito, pois, constrói suas identificações pessoais e seus vínculos grupais. Ela é fruto de uma dialética entre o que há de particular em cada indivíduo, e o social. Noutros termos, aquilo que fica registrado na memória, seja consciente, seja inconsciente de cada um de nós, é resultado desse embate entre o geral e o particular.[20]

A memória, por sua vez, é um dos pilares da História Oral, uma vez que os temas trabalhados pelos oralistas (os praticantes de História Oral), são temas atuais, que os historiadores, como vimos, denominaram de “História do Tempo Presente”. Por essa característica de atualidade, com muitos atores vivos, a História Oral pode fazer com que outras versões do passado possam entrar em concorrência com o discurso oficial e com a memória hegemônica.

Reis Filho, através daquilo que ele denominou de “batalhas pela memória”, percebeu que desde os anos oitenta é socialmente predominante a

[20] Remeto a Freud, Sigmund – “Psicologia das massas e análise do eu” (1921). Edição Standard das Obras Psicológicas de Freud (ESB). V. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, pp. 89-179.

versão de que a “sociedade apenas suportara a ditadura”, e que a população brasileira, indistintamente, “fora silenciada pela forças e pelo medo da repressão.” [21] Essa versão teria sido forjada no contexto amplamente negociado da abertura política e da transição entre os regimes autoritário e democrático. Ela, portanto, procurou difundir a idéia de um pacto nacional, acima das particularidades dos contendores políticos de até então, e distante dos revanchismos motivados por paixões que deveriam ser, em nome deste novo pacto, esquecidas. Hegemônica, nesta versão praticamente desapareceram os aliados e beneficiários – ocasionais ou “in toto” – do regime que se extinguia. Habilmente, foram omitidos os segmentos nos quais a ditadura encontrava seu respaldo na sociedade civil.

Certamente estamos considerando a ocorrência de uma memória “oficial” das Forças Armadas, para quem o Golpe de 1964, aliás, “Revolução Redentora”, atendeu ao clamor popular para livrar o país das “garras vermelhas do comunismo ateu” e da “imoralidade da corrupção”. Essa versão, cunhada ainda no calor dos acontecimentos, pode ser conferida em ampla historiografia produzida pelos militares desde então.[22]

Ao longo da pesquisa, como mencionei acima, despontou outra “batalha pela memória”, desta feita menos ruidosa, menos perceptível, mas nem por isso de menor importância. Na memória, digamos, “oficial” da esquerda, os grupos empenhados na luta armada recebem os “louros”, se não pela vitória,

---

[21] REIS FILHO, Daniel A.- **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.
[22] A título de exemplo, dentre vários outros, citamos o livro do general Adolfo Couto – **A Revolução de 1964:** a versão e o fato. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999. Há também, reunindo mais de 250 depoimentos, o extenso MOTTA, Arilcides de Moraes (Coordenação Geral). **31 de março:** o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, 13 tomos.

mas por seu heroísmo, destemor, desapego à vida. E, por outro lado, os grupos que optaram por outras formas de luta são, no mínimo, considerados meros coadjuvantes, quando não recebem a pecha de “covardes”.

1.3. Documentação Impressa

A documentação produzida pelo POC ao longo da sua existência é vastíssima, e encontra-se acessível e de fácil consulta em alguns dos mais importantes arquivos históricos do país. Trabalhamos, sobretudo, com a documentação sob a guarda do Centro de Documentação e Memória, CEDEM, da UNESP, e também com o acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, o AEL, da Universidade de Campinas.

No AEL, os Fundos “Gilberto Mathias” e “Moacir da Silva Barbosa”, ambos ex-militantes do POC, reúnem documentos do partido e de outras organizações da esquerda. Está sob a guarda do AEL, também, o conjunto dos 707 processos que tramitaram na Justiça Militar brasileira, e que envolvem os crimes contra a “segurança nacional” – são os famosos processos do projeto “Brasil: Nunca Mais” (BNM).

Reunidos no vastíssimo Fundo “POLOP”, o CEDEM da UNESP mantém sob sua guarda milhares de documentos desta organização e de várias outras. Em relação à POLOP, eles compreendem todos os períodos de sua existência, desde sua fundação em 1968 até o final dos anos setenta, incluídos aqueles produzidos pelo POC. A classificação dos documentos é feita por ordem cronológica, unidade da federação, e por tipo de documento. O material produzido pelo POC está reunido em três rubricas:

- “Documentos da Organização do IV Congresso até a cisão de início de 1970”;

- “Luta Interna na Fase do POC – I”;
- “Luta Interna na Fase do POC – II”

Nelas é possível localizar circulares e informes internos, de autoria das Secretarias Regionais e da Direção Nacional, distribuídas por entre as células e que visavam direcionar seu trabalho político. São textos reveladores da visão que as lideranças tinham de aspectos circunstanciais da conjuntura daquele momento e como pretendiam intervir nessa conjuntura. Há também cartas de militantes endereçadas à direção, nas quais são manifestadas posições políticas e as dificuldades enfrentadas na rotina da militância. Há, ainda, jornais locais, folhetos e panfletos, agrupados por Secretarias Estaduais e por área de atuação. Assim, de São Paulo, por exemplo, é possível localizar facilmente documentos produzidos pelas células que atuavam no Movimento Operário, ou, no Movimento Estudantil.

Por fim, para os documentos do DOPS, consultei o Arquivo Público do Estado de São Paulo, e os documentos digitalizados peoa Arquivo Público Mineiro. Neles encontram-se, além das “fichas” policiais dos militantes detidos para interrogatórios, como também relatórios de agentes policiais sobre as atividades das organizações.

O olhar de conjunto sobre todos esses acervos possibilita ao historiador detectar as mudanças de posicionamento dos membros do partido, e dos mais variados níveis hierárquicos, conforme as novas circunstâncias iam se sucedendo. Por exemplo, é claramente perceptível a passagem da euforia que embalava alguns documentos anteriores ao AI-5, para o tom mais cauteloso, às vezes temerário, a partir de 1969. Citando, a título de ilustração, um documento

de abril de 1968, assinado pela Direção Nacional e destinado à militância em geral, lê-se

> Por todo o país verificou-se que as manifestações estudantis atingiram tal nível que se torna completamente reacionário querer limitá-las às 'reivindicações específicas' dos estudantes. Quando eles vão às ruas e atraem outros setores da população, dispõem-se à luta contra o regime. [23]

E, no mesmo documento, linhas adiante, ainda se pode ler: "Sentiu-se mais uma vez a capacidade que tem o movimento estudantil de desgastar politicamente o governo, de forçá-lo a se definir."[24]

No documento "Notas para uma política revolucionária no ME", de fins de 1969, a mudança de tom é nítida:

> O AI-5 marca nitidamente o fim desse período [da sobrevivência de certas liberdades políticas]. A repressão atacou o ME como nunca havia atacado antes. (...) Trata-se de uma repressão à massa (...). A própria universidade não foi poupada. No campus da cidade universitária da USP, reina um regime policialesco, com tiras infiltrados nas salas de aula (...).[25]

E, ao final, a Direção sentenciava, "qualquer luta reivindicatória poderia resultar na prisão e na tortura."[26] Sintomaticamente, o volume de documentos diminuiu drasticamente a partir de meados de 1970, quando o cerco da repressão se tornou ainda mais intenso.

A documentação reflete, também, as expectativas da militância de base em relação à direção. São inúmeras as cartas assinadas por membros de células, e destinadas a ela, onde eram apresentadas queixas em relação ao comportamento desta. No exemplo abaixo, um experiente militante de uma das células operárias de Osasco, de codinome "Xavier", ao fim de uma longa análise do movimento operário do município, e das causas do seu descenso após a greve de 1968, criticou a direção nacional por aquilo que ele entendeu

---

[23] POC, Comitê Nacional, "As manifestações estudantis: 4 anos depois as marchas mudam de sentido", abril de 1968. CEDEM, Fundo "POLOP", documento 0641, p. 3.
[24] Ídem, p. 4.
[25] POC, Comitê Nacional, "Notas para uma política revolucionária no ME", dezembro de 1969. CEDEM, Fundo "POLOP", documento 1148, p. 2.
[26] Ídem, p. 3.

por omissão. E ao final do documento, dirigiu as seguintes recomendações para a direção nacional:

> Sobretudo, é necessário transformar a direção numa direção eminentemente política, capaz de analisar continuamente a conjuntura nacional e internacional, capaz de, através da sua visão global do Partido, sistematizar as experiências do Partido em todas as frentes.[27]

Por se tratar de um partido de quadros, contrariamente ao um partido de massas, envolvido nas disputas eleitorais, não localizamos nenhum documento de autoria de alguém externo e dirigido à direção, exceto uma carta aberta da VAR-Palmares endereçada à Direção Nacional do POC, propondo ações em conjunto.[28] Deste modo, não conseguimos obter nenhuma informação de como o POC era visto fora da própria organização pelo comum da "massa". Quanto às demais organizações da esquerda, estas, avaliavam o POC, assim como a POLOP, organizações obreiristas e demasiado intelectualizadas, recebendo, portanto, a pecha de "pequeno-burguesa".

Há ainda os documentos produzidos pelas autoridades policiais, sejam os DOPS estaduais, os DOI-CODI's, ou ainda os processo que tramitaram nas Auditorias Militares, como dissemos, reunidos pelos pesquisadores do projeto "Brasil: Nunca Mais". Apesar da indiscutível importância histórica deste rico acervo documental, para o escopo desta pesquisa, ele foi utilizado com extrema cautela, haja vista as condições nas quais os depoimentos se realizavam. Para o tratamento destas fontes policiais acatei a recomendação metodológica de Luciana Heymann

> sensibilidade [maior] exigida do pesquisador que se debruça sobre os processos – não tanto em relação às informações nele contidas, mas à falta

---

[27] POC, "Xavier"- "A situação da classe operária em Osasco, suas origens e as tarefas do Partido na região", janeiro de 1970. CEDEM, Fundo "POLOP", documento 1363, p. 29. "Xavier" era o codinome de Regis Andrade Stephan, ex-membro da direção estadual paulista e também atuante na célula operária da organização em Osasco.

[28] Comando Nacional da VAR-Palmares – "Da Var-Palmares aos companheiros da DI do POC e do PRT", maio/1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 4882-4884.

> delas, vale dizer, à incompletude dos registros, sua dimensão fragmentária.[29]

O POC foi objeto de sete processos nas auditorias militares, sendo, três em São Paulo, dois em Minas Gerais, um no Paraná e um no Rio Grande do Sul. Militantes do partido foram enquadrados em outros três processos, por atividades em conjunto com outras organizações, sendo dois no Rio Grande do Sul e um em São Paulo.

2. A Tese

A tese está distribuída em cinco capítulos.

No primeiro, procurei resgatar as origens sociais e ideológicas do partido, me remetendo, portanto, às suas duas matrizes: a ORM-POLOP - com ênfase no "Programa Socialista para o Brasil" - e à DI-RS. E, para uma melhor compreensão da opção pela adoção do formato partidário, resgatei, na cultura política marxista a relevância do "partido operário".[30] E, ao mesmo tempo, inseri a tese no contexto de uma História Política, digamos, renovada, a partir das contribuições de René Remond.[31] Encerrei este primeiro capítulo com um histórico das lutas internas no POC até o seu desaparecimento no Brasil após as sucessivas prisões de militantes em julho de 1971.

A organização interna, a produção de material impresso e as rotinas da militância compuseram todo o segundo capítulo. Nele, portanto, tentei compreender os pormenores da organização, sob o ângulo interno, que possuía no seu organograma um setor a ele dedicado, o "Setor Interno". Noutras palavras, busquei conhecer como foi concebido seu organograma, as

---

[29] HEYMANN, Luciana – "Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidade", in SANTANA, Marco Aurélio et. all. (orgs.) – Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, pp. 32-46.
[30] Para a noção de "cultura política", me apoio em Serge Berstein (2009 e 1996).
[31] REMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Secretarias Estaduais, os critérios para as eleições para os cargos diretivos, cotidiano operacional das células, finanças e demais recursos materiais. Para este capítulo me servi tanto das normativas internas, como dos depoimentos dos ex-militantes que experimentaram na "própria pele" as tentativas de implantação da política partidária.

O terceiro capítulo contempla o "Setor Operário", isto é, as tentativas de implantação do "Programa Socialista para o Brasil" junto ao operariado. E, neste esforço partidário, dois momentos foram cruciais: o das greves operárias de Contagem e Osasco, em meados de 1968; e a repressão que se seguiu a elas, sobretudo após o AI-5. Nas duas situações o partido se viu às voltas com variáveis muito maiores do que suas próprias forças, se vendo obrigado a adaptar-se rapidamente a elas. E, finalmente, diante do cenário do "milagre econômico", o partido se viu, mais uma vez obrigado a rever suas táticas em relação ao movimento operário.

As lutas estudantis e as políticas do POC em relação a elas ocuparam o quarto capítulo desta tese. De composição basicamente estudantil, o POC tinha uma inserção relativamente grande no movimento estudantil em diversos estados brasileiros. E, para otimizar sua atuação, criou, no final de 1968, o Movimento Universidade Crítica, MUC, que seria um "partido estudantil dentro do partido".

Por fim, a questão da luta armada e o engajamento do POC neste projeto compuseram todo o quinto e último capítulo. E, diante da força das teses cubanas e maoístas no período, a tese insurrecional do propalado leninismo do partido se via constantemente questionada no interior mesmo da organização. O capítulo resgata, então, toda essa luta interna e externa – com

as demais organizações – e que trouxe um duplo resultado: a criação de um segmento no partido dedicado às ações armadas, o “Setor Especial”, e a grave cisão de fevereiro de 1970, fruto da discordância na adesão à luta armada.

No início deste trabalho, lá no longínquo 2011, pretendia fazer uma discussão teórica entre as bases ideológicas no POC, sintetizadas, sobretudo, no “Programa Socialista para o Brasil” com as principais vertentes do marxismo nas quais o partido se inspirava. Assim, procurei localizar rastros da Rosa Luxemburgo, ao lado de vestígios de Lênin e de Trotsky nas entrelinhas dos argumentos e das análises do partido sobre a realidade nacional e internacional. Este estudo, se tivesse tido prosseguimento, poderia redundar em uma tese sobre a história das idéias marxistas no Brasil. Ficou para a próxima.

Na medida em que lia os documentos do Partido, e consultava os depoimentos policiais compilados pelo “BNM”, notava que as vozes dos ex-militantes pediam passagem. E, quanto mais pesquisava, mais alto eles falavam.... Decidi, então, mudar o “rumo da prosa”. E, seguindo sugestões do meu orientador, Prof. Dr. Francisco Carlos Martinho Palomanes, fui buscar a rotina diária da organização. E, dentro desta, as ansiedades e incertezas da militância ocuparam lugar de relevo.

Ao mesmo tempo, na medida em que ouvia os ex-militantes nos diversos depoimentos que gentilmente me prestaram, percebia que questões do presente se impunham mescladas às lembranças e reminiscências de um passado que se mostrava, assim, não tão distante. Notava que nas entrelinhas das suas falas havia um esforço muito grande para a preservação de uma

memória coletiva e da reafirmação de uma identidade grupal, que os distinguisse das demais organizações da esquerda do momento.

Capítulo 1. A História do "Partido Operário Comunista" (POC)

Neste capítulo veremos como se deu o processo de fundação do Partido Operário Comunista, a partir da fusão da DI-RS com a POLOP em abril de 1968. Analisamos a composição política destas duas organizações originárias do POC buscando detectar e compreender os elementos programáticos de cada uma delas que foram assimilados pela nova organização. Por fim, baseando-se nessas linhas teóricas preliminares, aponto os objetivos políticos aos quais o POC se propunha alcançar.

E, recorrendo a Serge Berstein, com sua noção de "cultura política", isto é, um "sistema de referências em que [atores políticos] se reconhecem membros de uma mesma família política", cultura esta composta por "lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais, símbolos, etc."[32] Neste caso, trata-se da tradição comunista-leninista. Afinal, nosso objeto de estudo era uma organização política que adotava o formato de um "partido". Mas, não era um partido qualquer, desses afeitos às lutas parlamentares da democracia-burguesa. Era, sim, um partido comunista. E, em distinção àqueles partidos que auto-intitulavam "comunistas", este era, na opinião de seus membros, efetivamente operário. Noutros termos, não se tratava de um partido "reformista" como consideravam ser o "antigo partidão", nem tampouco "estalinista", pecha pouco elogiosa com a qual se referiam ao PC do B. Quanto ao POR(T), nem sequer era mencionado.

Claro está que os portadores de uma mesma "cultura política" se utilizam dessa ampla gama de referências para identificarem-se a si mesmos, ou seja,

[32] BERSTEIN, S. – "Os Partidos", in REMOND, René (org.) **Por uma História do Político**. RJ: Editora FGV/Editora UFRJ, 1996, p. 88.

para se reconhecerem enquanto “irmãos”. E, simultaneamente, os traços de identificação grupal assinalam a fronteira entre o “nós” e os “outros”. Quais “outros”? Todos os não-leninistas.

Em suma, distinguindo-se a todos os outros, que incorriam nos mais graves “desvios”, ainda conforme a visão da militância, a nova organização poderia se considerar, de fato, um “Partido Operário Comunista”.

E, apenas para registro, se falamos em “cultura política”, é importante frisar que a tradição comunista-leninista decorre da linhagem marxiana da I Internacional (1864-1876), que, por sua vez, se baseia em termos teóricos no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848. Apesar de reconhecer a existência anterior de partidos de composição operária, para a cultura marxista foi o “Manifesto”, de K. Marx e F. Engels que consolidou a forma partido como principal instrumento de luta política dos trabalhadores. E, diferentemente dos partidos “de massa”, isto é, aqueles voltados para as disputas eleitorais regulares, o “verdadeiro” partido comunista era um “partido de quadros”. E, recorrendo outra vez mais a Serge Berstein, partidos de quadros são

> partidos com “forte carga ideológica”, que se traduz em sistema de crenças compartilhado por todos que dizem pertencer ao partido. Essas crenças se baseiam em uma teoria pré-estabelecida, e os militantes se consideram uma nova elite, preparando o surgimento do “homem novo” previsto na doutrina.[33]

Veremos, pois, a partir da recuperação dos seus momentos e dos elementos teóricos fundadores, como o POC se alinhava nesta “cultura política”.

[33] Idem, p. 86.

1. A Fundação

Em abril de 1968 surgia no cenário da esquerda revolucionária brasileira uma nova organização política, o POC, Partido Operário Comunista. Ele era o resultado de meses de trabalho de militantes de várias organizações anteriormente existentes visando sua unificação, sobretudo a ORM-POLOP e a Dissidência Leninista do PCB, a DI-RS, às quais se somaram alguns militantes avulsos da Dissidência da Guanabara do PCB, a DI-GB.

Sua vida foi curta. Considerando a última grande prisão de militantes em julho de 1971, que praticamente desmobilizou o partido, totalizou pouco mais de três anos. Foram anos densos, intensos em lutas e frustrações de natureza política e pessoal dos seus militantes. Sua breve trajetória, no entanto, sintetiza as aspirações e as contradições de boa parte da esquerda revolucionário do período.

A fusão com a DI-RS ocorreu no V Congresso da POLOP, considerado também o primeiro do POC, realizado em São Paulo, em abril de 1968. E, para a direção (Comitê Nacional), foram eleitos membros de ambas as organizações.[34]

No ato da sua fundação (V Congresso da POLOP, I do POC), a nova organização divulgou sua "Resolução Política do Congresso de Fundação do POC", primeiro documento oficial do partido e que contém um resumo das suas propostas e da sua visão da conjuntura político daquele momento.[35]

---

[34] Para este primeiro Comitê Nacional do POC foram eleitos os seguintes membros: Eric Sachs ("Ernesto Martins", PO), Eder Sader ("Raul Villa", PO), Ceici Kameyama ("Zé Paulo", PO), Flávio Koutzii ("Laerte", DI-RS), Fábio Marenco ("Emílio", DI-RS), Otavino Alves da Silva ("Abílio", PO), Peri Thadeu de Oliveira Falcon ("Romero", PO) e Nilmário Miranda ("Augusto", PO).

[35] POC - "Resolução Política do Congresso de Fundação do POC", abril de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0612-0616.

Segundo a resolução, o Golpe mostrou a necessidade do surgimento da "uma nova liderança da classe operária, o que possibilitou a efetiva separação dos "verdadeiros revolucionários" daqueles "burocratas acomodados", em clara alusão ao PCB e aos nacionalistas de esquerda do PTB. O POC era, pois, o resultado – uma espécie de depuração - desse "processo de definição da forças e união dos que se definiram pelo caminho da revolução proletária."[36]

O objetivo maior do novo partido era o de reunir forças para enfrentar as duras tarefas em prol da derrota da ditadura e da construção da revolução socialista: "aglutinar as forças proletárias" - anunciava a "Resolução Política" – "para dirigir as massas exploradas na guerra de classes no país". [37]

Segundo esta "Resolução", o golpe de 1964 levou a esquerda a buscar alternativas para além do já "desgastado reformismo". O POC foi, portanto, criado neste contexto, isto é, com a intenção de aglutinar as forças verdadeiramente revolucionárias e socialistas do país. Propunha-se enfaticamente a ser a vanguarda do proletariado, atuando diretamente na massa operária. E, em clara referência aos grupos que haviam cindido com a POLOP poucos meses atrás, considerava um equívoco de setores verdadeiramente revolucionários que, no afã de superar o consideravam "reboquismo" do período anterior, vislumbravam na luta armada a única saída possível.

Claramente, a mensagem destinava-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA). E ao analisar essas discordâncias, Marcelo Ridenti concluiu que "quanto ao papel de liderança de um partido de vanguarda na condução da revolução, todas as

[36] Ídem, p. 1
[37] Ídem, p. 4.

organizações estavam plenamente de acordo. As divergências decorriam do entendimento de que esse partido deveria preceder a luta revolucionária ou se, ao contrário, ele seria forjado no 'calor do fogo'." [38]

Mesmo considerando que o momento era de ação, a DI-RS e a POLOP não abdicavam de um partido de vanguarda para o enfrentamento da ditadura, o que considerava uma "exigência insubstituível". Conforme a "Resolução", o partido seria o responsável pelo estabelecimento da "aliança entre os trabalhadores do campo com os da cidade, sob a hegemonia do proletariado". E, seu objetivo estratégico era a combinação da guerra de guerrilhas com a insurreição operárias nas cidades.

Em documento dirigido às células da POLOP, agora POC, denominado "Informe do CN sobre o V Congresso", a Direção Nacional (DN) confirmava a continuidade do "Programa Socialista Para o Brasil", que havia sido aprovado pela POLOP no seu IV Congresso (setembro de 1967).[39] Em seguida, afirmava que o novo partido se baseava no "centralismo democrático", em clara referência às divergências de há pouco. E, fiel ao que considerava a verdadeira tradição bolchevique de manter uma imprensa partidária, determinaria a revista "Marxismo Militante" e o jornal "Política Operária" como seus órgãos centrais de difusão da linha política e de debates. E, às secretarias estaduais competia a edição de periódicos para tratar de temas locais, sempre dentro da linha política do partido.

Neste mesmo documento, a DN reconhecia ser longo o percurso que o partido deveria trilhar até estabelecer-se definitivamente no seio da classe operária. E, aproveitava a ocasião para saudar a recém-criada OLAS

---

[38] Op. cit., p. 41.
[39] CEDEM, Fundo POLOP, documento 0609-0611.

(Organização Latino-Americana de Solidariedade, agosto de 1967), e conclamar a todas as organizações revolucionárias do continente a apoiá-la.

E, no âmbito nacional, levantava a bandeira da Frente de Esquerda Revolucionária, a FER, que atuaria no movimento operário, primeiramente mobilizando os trabalhadores através de lutas salariais, que gradativamente lhes daria a consciência de classe. Todos os organismos partidários e células deveriam estar preparados para realizarem trabalhos junto à massa operária, seguindo as orientações que seriam passadas pela DN através da revista "Política Operária". À imprensa local caberia a missão de fazer as denúncias das irregularidades nas fábricas, denunciar pelegos e dedos-duros, fornecer notícias para os órgãos centrais, além de contribuir financeiramente para o caixa da organização.

Mas, em menos de dois anos depois da sua fundação, logo no início de 1970, uma nova crise interna levaria à maioria da Direção Nacional abandonar o partido para recriar a POLOP, agora com o nome de OCML-POLOP.

Rapidez nos acontecimentos; ansiedade pela luta. A militância sequer tinha tempo para assimilar as mudanças. Nas palavras de Nilton Barbosa, militante do POC,

> Cara, esses prazos eram curtíssimos, tudo é muito, muito rápido. Você não tinha muito tempo para refletir sobre as coisas. As mudanças eram muito rápidas, era pegar ou largar. Você tinha de se posicionar. Eram partidos, organizações com diferentes visões e iniciativas.[40]

A velocidade dos acontecimentos, não podemos nos esquecer, deve ser medida em função da gravidade das circunstâncias políticas no Brasil pós-AI-5.

[40] Depoimento ao autor, 28/04/2015.

1.1. Origens do POC

Como vimos, o Partido Operário Comunista, POC, foi formalmente fundado por ocasião do V Congresso da POLOP, em abril de 1968, à qual, nesta mesma ocasião, se aliou a DI-RS. Apesar das discussões e debates entre as organizações terem se prolongado por meses, os militantes tiveram apenas um mês para se preparar para o Congresso. Em março de 1968, a direção da PO divulgou os dois pontos a serem debatidos no encontro e convocou a todas suas células a discutirem o documento e a elegerem o delegado para o congresso.[41] Em fevereiro de 1968 uma Executiva Provisória das duas principais organizações havia feito circular um documento junto às células esclarecendo as razões da fusão.[42]

Creio que para melhor situar o leitor na história do POC, devo fazer um recuo, ainda que sucinto, às bases ideológicas da POLOP e, na medida do possível, da DI-RS. Certamente teremos o foco no POC, destacando aquilo que, de ambas, repercutiu mais fortemente no POC. [43]

Podemos dizer que essas organizações, ainda que surgidas em conjunturas políticas diferentes, faziam parte do esforço de segmentos da esquerda brasileira em romper com a hegemonia do PCB. Segundo alguns estudiosos, esses esforços de superação dos limites até então impostos pelas

---

[41] POLOP – "A unificação dos comunistas revolucionários", 22 de março de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 00592. Os dois pontos eram os seguintes: 1) consequências da fusão para o trabalho prático da organização; 2) proposta de fusão com os setores da dissidência.

[42] POLOP – "Proposta de unificação", fevereiro de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 00665. Há um documento coletivo, "As Razões da FER", de novembro de 1967, assinado pelas organizações assim auto-intituladas: "Comitê Nacional – Política Operária, Comitê Estadual do RGS (Dissidência), Comitê Municipal (Leninista) do RGS, Comitê Secundarista da GB". CEDEM, Fundo POLOP, documento 0579-0584.

[43] Cremos ser desnecessário dizer que o volume de documentos e análises de conjuntura produzidos pelo POC, comparativamente à POLOP, é significativamente menor. E, a razão é bastante simples e não está condicionada à longevidade de cada uma das duas organizações, mas às conjunturas políticas absolutamente diferentes vividas por cada uma delas. O POC tinha menos de um de ano de vida orgânica quando eclodiu a bomba do AI-5, dificultando ainda mais toda vida partidária.

políticas do “partidão” tiveram como marco inicial a fundação da própria ORM-POLOP em 1961. [44]

1.1.1. A ORM-POLOP: origem, cisões e o “Programa Socialista para o Brasil”

Desde antes do Relatório Kruschev (1956) havia na América Latina – Brasil incluso - movimentos de caráter comunista críticos da política que emanava de Moscou, mas que também não estavam alinhados à Quarta Internacional (Trotskista). Em essência, esses agrupamentos políticos condenavam o controle dos PCs nacionais pelo PCURSS, a política de “coexistência pacífica com o capitalismo” e a colaboração entre classes. E, por essa razão, tinham no seu horizonte a criação daquilo que entendia ser um verdadeiro partido da vanguarda proletária.

Muitos dos brasileiros simpatizantes dessas ideias se reuniram na “Liga Socialista Internacional”, LSI, que seria fundada no fatídico ano de 1956 e, vários deles estariam dentre os criadores da POLOP. A LSI localizava no imperialismo e no latifúndio as raízes dos maiores problemas do país e na sua “Declaração de Princípios”, propunha a revolução socialista como solução desses problemas, sucedida por governo operário-camponês. [45] Em 1959 lançaria a revista “Movimento Socialista”, bem ao estilo daquilo que seria, por longos anos, a revista “Política Operária”.

Também confluíram para o grupo fundador da POLOP membros da “Mocidade Trabalhista” do PTB mineiro, insatisfeitos com a política da conciliação de classes típica deste partido varguista. Desde 1958 se percebe

---

[44] REIS FILHO, Daniel A. & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.) – Imagens da revolução: documentos políticos As organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª. edição. Expressão Popular, 2006, p. 19.
[45] CEDEM, Fundo POLOP, documento 0123.

certa radicalização de setores do partido que, inclusive, afirmava que a tarefa do PTB era a de instituir o poder operário. Essa ala esquerda dos trabalhistas era denominada internamente ao partido de “nacional-reformista”.

O Congresso que marcou a fundação da POLOP ocorreu durante o carnaval de 1961 (16 a 19 de fevereiro), na cidade de Jundiaí. A escolha do nome se deveu ao fato de já existir, desde 1959, um boletim político homônimo que circulava no Rio de Janeiro. Em depoimento a Joelma de Oliveira, Moniz Bandeira, um dos fundadores da POLOP, indicou os grupos que estiveram presentes no Congresso:

> [...] tais correntes eram: um grupo do Rio de Janeiro que se tinha originado da Juventude do Partido Socialista, tornando-se independente por não endossar a candidatura do Marechal Lott à presidência da República. Em São Paulo existia um grupo, que se considerava luxemburguista e em Minas Gerais uma Juventude Trabalhista. A Bahia participou com dois grupos, um de Ilhéus e outro de Salvador. Compareceram também o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) e a Liga Socialista Independente (LSI).[46]

A posição política assumida pela POLOP, desde sua fundação, era, para dizer o mínimo, arrojada dentro do cenário da esquerda brasileira de então. Ela propunha a luta pela revolução, que seria socialista, e liderada por um verdadeiro partido da vanguarda do proletariado, que estaria à frente de uma aliança entre os trabalhadores urbanos e os rurais. Justificava-se teoricamente alegando que o Brasil, por ser um país industrializado, contava com o proletariado numeroso. E, por outro lado, rebatendo as teses pecebistas, considerava que a burguesia brasileira era associada tanto ao latifúndio quanto ao imperialismo e, portanto, reacionária do ponto de vista político.

No processo revolucionário, no entender da POLOP, a luta armada teria um papel importante, porém coadjuvante ao dos movimentos de massa. Por

---

[46] OLIVEIRA, Joelma Alves de – **POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Araraquara: UNESP, Dissertação de Mestrado, 2007, p. 53.

isso, não acreditava que o modelo cubano, “a priori”, poderia ser implantado diretamente no Brasil.

O crescimento dos movimentos populares, tanto quanto aos comunistas, animava ao polopistas. E, para ampliar a mobilização e a capacidade organizatória desses movimentes, segundo a POLOP, bastaria a construção do verdadeiro partido comunista, composto por abnegados quadros, que constituiriam a vanguarda dos trabalhadores. A POLOP considerava-se à altura dessa missão histórica, qual seja, converter-se no partido de vanguarda, capaz de liderar o proletariado na revolução socialista, através da luta armada que culminaria na insurreição nas cidades.[47]

1.1.1.1. A POLOP e o golpe de 1964

Quando da ocorrência do golpe de 1964, os “polopistas” identificaram três razões para o seu sucesso. Primeiramente, a política havia muito empregada pelo PCB de colaboração de classes teria diminuído o ímpeto revolucionário dos trabalhadores brasileiros. Em segundo lugar, teria havido uma superestimação da força do núcleo da esquerda no interior das Forças Armadas. E, por fim, o apoio de amplos setores da classe média ao movimento lhe deu uma indiscutível aparência de popularidade. [48]

Ainda no final de 1964, os intelectuais da organização concluíram que a natureza classista e antidemocrática do regime empurraria os trabalhadores para a luta - é a “utopia do impasse” da qual fala Reis Filho. E, desta vez, a luta não seria por meras reformas, vaticinavam os teóricos polopistas, mas uma “insurreição armada”, que arrastaria consigo os setores radicalizados da classe

[47] Oliveira, op. cit., p. 39
[48] Ídem, p. 144.

média. E, aglutinando a todos esses atores políticos, estaria o partido revolucionário dos trabalhadores.[49]

Por esse período ocorreria a malfadada “Guerrilha de Copacabana”, que acabou levando à prisão várias lideranças da organização. A idéia dos polopistas e dos nacionalistas, segundo Oliveira, era a criar um foco guerrilheiro que catalisasse os opositores ao regime militar.[50] No entanto, a rigor, a “Guerrilha de Copacabana” não se tratou, efetivamente, de uma articulação guerrilheira, apesar dela estar no horizonte dos envolvidos. Ex-militares cassados pelo AI-1, e reunidos em torno de Leonel Brizola, viviam em apartamentos no famoso bairro do Rio de Janeiro, alugados pela POLOP. Os contatos desta com esses militares remontam aos contatos que a organização manteve com eles por ocasião das rebeliões dos sargentos (1963) e dos marinheiros (1964). Esses militares foram facilmente localizados pela polícia política e vários militantes da POLOP tiveram que se exilar.

Alega-se que a POLOP também tivera algum envolvimento em outro projeto fracassado de implantação de um foco guerrilheiro: a Guerrilha do Caparaó. Desta feita, a região escolhida para a empreitada guerrilheira foi a região serrana na fronteira entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Nas elevadas escarpas da Serra do Caparaó, um grupo de militares cassados, ligados também a Leonel Brizola, em 1967 empenhava-se na instalação da infra-estrutura necessária para a implantação da guerrilha no local. Rapidamente identificados pela polícia militar de Minas Gerais, o grupo foi aprisionado e a empreitada toda desbaratada sem ter disparado sequer um tiro. A participação da POLOP teria se dado através de apoio logístico.

[49] Ídem, p. 116.
[50] OLIVEIRA, op. cit., p. 117.

Contudo, há um documento da organização que põe em dúvida se a participação foi institucional da POLOP, ou fora iniciativa pessoal de alguns militantes.[51] Além disso, neste documento, foram feitas severas críticas à empreitada, tanto do ponto de vista estritamente militar (erros de segurança, inapetência para o combate etc.), como do viés político. Seja como for, em 1966 a POLOP estava otimista frente ao que ela enxergava como um crescimento da luta revolucionária em várias frentes.[52]

1.1.1.2. O "Programa Socialista para o Brasil" [53]

A POLOP, às vésperas do IV Congresso, marcado para setembro de 1967, apresentara seu "Programa Socialista Para o Brasil", de autoria de Eric Sachs. Ele seria a "espinha dorsal' doutrinaria da organização, sendo incorporado com a mesma importância pelo POC.

Percebe-se nele a tentativa de síntese dos seis anos de experiência militante da organização com algumas das concepções teóricas pré-fundação da mesma, e ainda com os temas então contemporaneos da esquerda revolucionária. Continha, igualmente, uma plataforma das ações futuras da organização.

As condições da sua aprovação, por estreita e contestada margem (16 votos a 14) é reveladora da profundidade das divergências que, desde meados do ano anterior corroíam a unidade da organização. Aliás, pouco antes do término do Congresso as seções mineira e paulista romperiam com a

---

[51] POLOP – "As Lições de Caparaó". s/d. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0099. Em depoimento prestado ao autor, Angela Mendes de Almeida, militante da organização na ocasião, informou que esse envolvimento foi iniciativa pessoal de alguns militantes.
[52] Oliveira, op. cit., p. 126.
[53] "Programa Socialista para o Brasil", (doravante PSB), in CEDEM, Fundo POLOP, documento 0507-0523.

organização, e, muito em breve, fundariam o COLINA e a VPR, respectivamente.

Composto por cinco tópicos que procuravam dar conta, na ordem, da situação da luta de classes no cenário mundial; da luta de classes no Brasil; do caráter da revolução brasileira; da composição sócio-política do futuro governo revolucionário; e, por fim, do papel da vanguarda.

Iniciava-se com a consideração de que o regime ditatorial era inviável política e socialmente, representando a crise estrutural do capitalismo brasileiro, que se prolongava desde o final da década de 1950. Essa visão seria preservada pelo POC. Não se dava conta, ainda, de que um novo ciclo de crescimento econômico do capitalismo brasileiro de aproximava, impulsionado pelo regime dos generais.

Contudo, a análise avançava em relação àquela tradicional do PCB, que apontava contradições entre o imperialismo e a burguesia nacional. Para o "PSB", a ditadura, politicamente, costurava os interesses da burguesia nacional com os do "imperialismo", não existindo, portanto, a alegada contradição. E, para o sucesso dessa empreitada econômica, o regime deveria ser, necessariamente, ditatorial. [54]

Todavia, como observou Reis Filho, a POLOP analisava a sociedade brasileira equivocadamente. Afinal, onde ela encontraria as bases sociais da luta armada? Certamente, concluiu Reis Filho, estava havendo uma superestimação da "revolta do povo frente à política repressiva e excludente do regime", posto que o renascimento dos movimentos sociais em 1967-1968 estava sendo entendido como a "iminência de uma explosão social".[55]

---

[54] Ídem, p. 62.
[55] Ídem, pp. 62-63.

Partindo das teses de Lênin acerca do capitalismo monopolista enquanto expressão do imperialismo contemporâneo, o “Programa” concluiu que os conflitos intra-sistêmicos, em verdade, consistiriam em “cooperação antagônica”. Quer dizer, as divergências entre os países imperialistas e os dependentes seriam devido à posição ocupada por cada um na divisão internacional do trabalho. E, por isso, esses conflitos fazem parte constitutiva do capitalismo, aliás, retroalimentam o próprio sistema.

Segundo essa tese, as burguesias nativas dos países subdesenvolvidos se beneficiavam com essa ordem mundial por serem coadjuvantes no processo de exploração capitalista, muitas vezes associando-se ao próprio capital internacional.

Essa argumentação tinha um alvo: procurava invalidar as teses pecebistas do caráter pretensamente nacionalista e progressista da burguesia nacional. Essa posição, digamos, anti-aliancista da POLOP, foi ganhando adeptos nas Dissidências do PCB que então se formavam nesta ocasião.

Outra tese do PCB também alvo de vigorosas críticas por parte do “Programa” da POLOP era a de que a revolução brasileira teria, necessariamente, caráter burguês. O PCB justificava que, historicamente, a revolução no Brasil deveria ser burguesa, pois no país ainda existiam “vestígios feudais” que somente essa etapa da revolução conseguiria superar. Segundo o “Programa”, a “internacionalização do conflito capitalismo-socialismo atingia mesmo aqueles países onde a contradição capital-trabalho ainda não está plenamente configurada.” Daí decorre o caráter internacional da revolução.

Com essa afirmação, o “PSB” refutava também, de quebra, a pretensão e possibilidade de coexistência-pacífica entre os dois sistemas.

No cenário revolucionário internacional da década de 1960, o “PSB” enaltecia a experiência cubana. Diferentemente da União Soviética, que se convertera em uma imensa burocracia com tentáculos poderosos no movimento comunista internacional, através do controle que exercia nos Partidos Comunistas nacionais, o esforço cubano era apontado como fator decisivo na elevação do nível da luta revolucionária no continente. Esta referência elogiosa a Cuba se devia ao fato de que todos os países latino-americanos poderiam espelhar-se no seu exemplo, uma vez que teriam problemas sociais semelhantes, decorrentes de um passado colonial ibérico comum.

Analisando amiúde a estrutura econômica brasileira, o “Programa” considerava que o desenvolvimento do capitalismo industrial local estava bloqueado devido a dois fatores: “a herança colonial agrária (...) e a dominação imperialista”.[56] Essa limitação do desenvolvimento capitalista brasileiro seria de natureza estrutural, conforme dissemos, pois os capitais industriais nasceram vinculados ao latifúndio colonial e este, por sua vez, sendo desde seu nascedouro voltado para a exportação, dependeria umbilicalmente do capital externo. Segundo o “Programa”, essa situação, além de restringir o desenvolvimento industrial nativo, trazia outra consequência nefasta: o fraco desenvolvimento das forças produtivas no campo e, por conseguinte, o igualmente frágil desenvolvimento das relações de produção. Em suma, atraso tecnológico e pobreza crônica no campo, era o preço a ser pago pelo país por estar apoiado em tal estrutura econômica, e que, por extensão, limita o crescimento do mercado consumidor.

[56] PSB, op. cit., p. 6.

A saída encontrada pela burguesia para manter a multiplicação do seu capital em patamares aceitáveis diante dessa estagnação econômica foi, a superexploração do trabalhador. Em um primeiro momento, entre 1958 e 1966, a burguesia teria utilizado a estratégia financeira da inflação. E, em seguida, na ditadura, o arrocho salarial. O Estado brasileiro, totalmente controlado pela burguesia, governava o país ditatorialmente desde antes de 1964; foi a agudização das contradições de classe no pré-64 que levou a burguesia a recorrer à caserna para preservar intactos seus privilégios. Por esse prisma, concluiu o "Programa", não haveria saída para essa estagnação econômica e ditadura política exceto pela via revolucionária socialista.[57]

Em resposta à indagação de como o proletariado chegaria à consciência de classe e, desta, à consciência socialista, o "Programa" recorreu a uma solução genuinamente luxemburguista: "o proletariado chega á consciência socialista através das lutas políticas que trava contra a burguesia no poder."[58] Essa lutas se dariam, fundamentalmente, no próprios locais de trabalho, onde os trabalhadores formariam os "comitês de empresa" que atuariam paralelamente aos sindicatos oficiais, uma vez que estes teriam sido cooptados pela burguesia ou estavam sob intervenção.

Com efeito, o proletariado industrial, núcleo da vanguarda da classe trabalhadora, teria como tarefa organizar e conduzir uma Frente dos Trabalhadores.[59] Esta Frente reuniria, também, sob o comando do proletariado, os setores radicalizados da pequena burguesia, a exemplo do Movimento Estudantil, e os subalternos das Forças Armadas.

---

[57] Ídem, p. 9.
[58] Ídem, p. 12.
[59] Ídem, p 13.

Quanto aos trabalhadores rurais, o “Programa” não se refere a eles como “campesinato”, entendendo que o assalariamento era a relação de produção predominante. E, por essa razão, haveria uma identidade de interesses entre estes trabalhadores e os assalariados urbanos, o que facilitaria a adesão dos primeiros à Frente dos Trabalhadores. Importante observar que a ideia de construção de uma frente de esquerda acompanhou a POLOP e o POC por toda sua trajetória, certamente como um vestígio da sua característica original, da época de sua fundação no início da década de 1960.

Além das tarefas acima descritas, o “Programa” previa também que o proletariado deveria formar o verdadeiro “partido revolucionário da classe operária”, e que este fosse “guiado pela teoria marxista”.[60] E, numa manobra teórica, em lugar do referido luxemburguismo, agora a POLOP se apoiava no mais rigoroso leninismo afirmando que

> A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si (...). É o partido que dá um sentido revolucionário (...). Caberá ao partido liderar e lançar o exército do proletariado industrial.[61]

E o partido deveria atuar em três frentes diferentes: a econômica, lutando por melhorias nas condições de vida e de trabalho, Na frente política, enfrentando a burguesia e seus aliados e se empenhando na construção de uma Frente de Esquerda. E, finalmente, na frente teórica, desmascarando o reformismo e o revisionismo.[62]

O “Programa” previa que a derrota definitiva do poder burguês somente se daria através de uma guerra revolucionária. E, para tal intento, os teóricos polopistas lançaram a proposta do “foco catalisador”, a ser instalado na zona rural. Acreditava a POLOP que, uma vez iniciadas as ações de combate pelo

[60] Idem, p. 15.
[61] Idem, ibid.
[62] Ídem, p. 16.

foco, ele catalisaria as oposições à ditadura ainda dispersas e, num crescendo, conseguiria desestabilizar o poder da burguesia a tal ponto que permitiria a insurreição dos trabalhadores urbanos derrubá-lo e assumir o poder de Estado.[63]

1.1.1.3. As cisões de 1967

Assim como se verificou em outras organizações da esquerda, as divergências internas logo começariam a tomar vulto. O grupo mineiro, desde 1965, acusava a Direção Nacional de fragilidade no trabalho operário, além de outras críticas.[64] Mas, o maior ponto de discordância era outro: para os primeiros, a POLOP deveria combinar a luta legal com a organização da luta armada. E esta, por sua vez, seguiria o modelo foquista.[65]

Outros grupos estaduais também exteriorizavam divergências, sobretudo no tocante ao engajamento imediato na preparação da luta armada e também conclamando a criação imediata de um partido operário. O grupo da Guanabara iria aderir ao mineiro no final de 1966.

Na avaliação de Emir Sader, membro da Direção Nacional da PO na ocasião, a dificuldade em fazer trabalho de massas empurrava setores da esquerda para a luta armada. E, nesse contexto, o livro de Debray "caiu como uma luva".[66] E, reforçando esta opinião, Flávio Koutzii, da DI-RS, afirnaria que

> O modelo cubano era uma coisa perturbadoramente fascinante e encurtadora de prazos. É sob esse cenário mais amplo que começa a aflorar, em todos os setores mais jovens do Partidão e na juventude de esquerda católica, o que conformaram as dissidências.[67]

---

[63] Ídem, p. 17.
[64] Eram críticas contundentes em severamente em relação ao seu posicionamento nas eleições estaduais de 1965 e quanto à convocação de uma Assembléia Constituinte. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0320-0323.
[65] Oliveira, op. cit., p. 134.
[66] Oliveira, op. cit., p 156.
[67] Depoimento em http://www.sul21.com.br/jornal/flavio-koutzii-o-que-a-nossa-geracao-produziu-a-repressao-nao-tinha-como-destruir/ (acesso em 125/06/2015)

Por ocasião do IV Congresso da organização, reunido em setembro de 1967, duas grandes tendências iriam se enfrentar. Prevaleceu, como vimos, por estreita e contestada, margem de vantagem aquela defendida pela DN e expressa no “Programa Socialista Para o Brasil”. Joelma de Oliveira considerou que a organização estava, efetivamente, na rota de se transformar em um partido calcado nos moldes do centralismo democrático, deixando com isso de ser uma frente de esquerda. Estas diferentes tendências da esquerda que compuseram a POLOP, teriam se aglutinado muito mais por causa das diferenças em relação ao PCB do que por afinidades programáticas e de linha política. Ou, nas palavras de Oliveira, a POLOP surgira como “uma alternativa revolucionária no Brasil procurando ser uma alternativa ao Partido Comunista Brasileiro”.[68]

Com efeito, para esta estudiosa, a POLOP teria falhado ao se supor capaz de criar um partido operário com representatividade junto à classe em pleno contexto ditatorial, e que logo se tornaria ainda mais autoritário. E, equivocou-se também a supor que a luta armada iria aglutinar os setores descontentes da sociedade brasileira.[69]

Mas, o fato é que a grande cisão de setembro de 1967 desfalcou a POLOP de aproximadamente metade de seus militantes. Contudo, na ótica dos remanescentes, a POLOP não saíra enfraquecida, mas “ideologicamente depurada.”[70]

---

[68] Oliveira, op. cit., p. 166.
[69] Idem p. 171.
[70] A expressão foi utilizada por Angela Mendes de Almeida em depoimento ao autor, em 10/03/2015.

1.2. A Dissidência Leninista do PCB (RS)

> Temos que distinguir, porque há a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul e o POC. A dissidência, eu teria que chamar como um período de transição. Ela se estende do período do processo crítico, que durou alguns meses ainda dentro do PCB, à fundação do POC. No PCB, chegou o momento em que nos autonomizamos, começamos a conversar com as diferentes dissidências e por isso, falo em transição. Nós formamos o POC, não entramos nele. Com uma parte importante da Política Operária (POLOP), uma organização que já existia em São Paulo e em outros lugares, à qual se une a Dissidência, formando o POC.[71]

O Golpe de 1964 só fez acentuar as divergências no seio das organizações da esquerda, tanto a comunista quanto a nacionalista; e, no PCB elas seriam especialmente graves. O pomo central das divergências no interior do "partidão" era o papel que se atribuía à burguesia brasileira e a política de conciliação de classes, avaliações estas consideradas "desvios direitistas" pelos setores mais à esquerda do PCB. Algumas destas divergências vinham de longa data, que, mal-assimiladas pela cúpula da organização, desembocariam em dissidências.

As vozes dissonantes começaram e ser ouvidas ainda em 1965, provenientes, sobretudo, dos setores estudantis, tanto universitário, quanto secundarista. Segundo Jacob Gorender,

> Na maioria dos estados, surgiram as *dissidências* ou *correntes*, que ganhavam vida própria, seguiam orientação política independente e recrutavam adeptos para elas mesmas e não mais para o partido.[72]

Assim, a partir de 1966 o PCB se viu dividido por um sem número de cisões, originadas, sobretudo, nas bases estudantis. Mas, não foram somente os "afoitos e inexperientes" estudantes que racharam o partidão. Veteranos

---

[71] Conf. Flávio Kouzii, ex-membro da DI-RS e fundador do POC. Fonte: http://www.sul21.com.br/jornal/flavio-koutzii-o-que-a-nossa-geracao-produziu-a-repressao-nao-tinha-como-destruir/. Acesso em 20/06/2015.

[72] Gorender, op. cit., p. 98.

militantes, dentre eles alguns dirigentes do partido, a exemplo de Jacob Gorender, Mário Alves, Carlos Marighella, dentre outros.

Assim como em vários outros estados brasileiros, também o Comitê Gaúcho do PCB se viu às voltas com a formação de dissidências da linha oficial do partido.

Pouco tempo depois, na avaliação de Gorender, essa "posição era majoritária no Rio Grande do Sul".[73] E, dentre este grupo, estavam vários daqueles que seriam os fundadores do POC e militantes de primeira grandeza na organização, como Marco Aurélio Garcia, Fábio Marenco, Raul Pont e o já mencionado Flávio Koutzii.

Importante protagonista deste processo no Rio Grande Sul, desde 1966, a União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES) procurava aglutinar e coordenar a crescente e efervescente mobilização que ocorria nas escolas em várias cidades do estado. Em algumas dessas escolas, a exemplo do Colégio Júlio de Castilhos, o "Julinho", várias organizações da esquerda se faziam presentes, a exemplo do PCB, da AP e da própria POLOP. E, ao mesmo tempo em que disputavam entre si a liderança dos estudantes, aceleravam e aprofundavam sua politização.

Com a divulgação das "Teses" para o VI Congresso do PCB (julho de 1966) as bases estudantis no Rio Grande do Sul radicalizaram, por considerarem que elas mantinham, em essência, a linha política anterior, considerada "pacifista" e "reboquista". Já em meados do primeiro semestre de 1967 os descontentes haviam se organizado em uma dissidência. Quando da realização do referido congresso, o rompimento foi consumado. Segundo Fábio

[73] Ídem, ibid.

Chagas, esta base estudantil gaúcha do PCB contava com aproximadamente 130 militantes, e já vinha sendo assediada desde 1966 pela POLOP, inclusive com viagens frequentes de Ernesto Martins para o estado.[74]

Na ocasião da publicação das referidas "Teses" preparatórias ao VI Congresso, que reafirmavam a já criticada "linha pacifista", o descontentamento alcançou também os setores da militância operária no estado. Neste caso, o agravamento das discordâncias se devia, sobretudo, à condução das reivindicações do MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho) que, hegemonizado pelo PCB, procurava mantê-las dentro da ordem legal do regime.

Fato é que, entre 1966 e 1967, o partido fracionou-se em diversas dissidências, a exemplo da DI-RS, DI-GB, DI-RJ, "Agrupamento Comunista" de São Paulo, em torno de Carlos Marighela, e a Corrente Revolucionário. No Rio Grande do Sul, como vimos, não foi diferente.

Em tempo, há pouquíssimos documentos políticos assinados pela DI-RS, dificultando assim o conhecimento mais pormenorizado do pensamento "oficial" deste grupo político, até a fundação do POC. Esta lacuna procurei preencher com depoimentos de alguns dos seus membros, a exemplo de Raul Pont e Flávio Koutzii, disponíveis em sítios eletrônicos ou publicações diversas, que serão apropriadamente referenciados na medida em que forem sendo citados. Para registro, por duas ocasiões, novembro de 2014 e março de 2015, tentei contato pessoal com ambos ex-militantes. Por serem, ambos, personalidades políticas de relevo no Rio Grande do Sul, busquei contatá-los, primeiramente, pelos endereços institucionais. Sem sucesso, recorri à intermediação de

---

[74] Chagas, Fábio André Gonçalves das – **A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970.** Rio de Janeiro: UFF, Tese de Doutorado, 2007, p. 214.

terceiros, especificamente, a gaúcha Leane Ferreira, que me prestara depoimento. Também não obtive retorno.

Voltando à DI-RS, há ainda os livros memorialísticos de ex-militantes: Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, **A guerrilha Brancaleone** (Editora Proletra Porto Alegre 1999); e GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Julio. Verás que um filho teu não foge à luta. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989. Em ambos há referências sobre a DI-RS.

No entanto, as organizações que então surgiam, estavam motivadas, convencidas da veracidade do seu respectivo projeto. E, é isso que explica a confiança com a qual se lançaram na luta contra a ditadura e pelo socialismo. Entre abril de 1964 e a decretação do AI-5 (13/12/1968) praticamente todas as organizações da esquerda brasileira passariam por fracionamentos e sofreriam sangrias. Na ótica de Reis Filho, essa "fragmentação da esquerda pode ser atribuída à desmoralização, à desorganização e à dispersão que dominavam o movimento popular".[75]

Por isso, não chega a ser surpresa o fato de os secundaristas gaúchos demonstrarem divergências em relação à própria Dissidência. Avessos aos debates teóricos considerados pouco produtivos, os secundaristas radicalizavam. Segundo Cláudio Gutierrez,

> Os secundaristas entram em confronto com a Dissidência. Não nos interessava se havia ou não resquícios feudais no campo brasileiro, qual categoria caracterizaria a contradição principal, se entre nação e imperialismo, ou entre capital e trabalho, enfim, o chamado caráter da revolução brasileira, mas como poderíamos encaminhá-la. Para nós, não havia dúvida: era através da luta armada, da organização do foco, tarefa que a DI não demonstrava a menor intenção de empreender. [76]

Percebi que, de forma nada diferente ao que acontecia em outras regiões do país, havia amplos setores da esquerda predisposto ao enfrentamento

[75] REIS FILHO, op. cit., p. 51.
[76] GUTIÉRREZ, Claudio, op. cit., p. 42.

armado da ditadura em franco prejuízo ao trabalho político nos movimentos sociais.

Carlos Alberto Tejera de Ré, militante secundarista na época dos acontecimentos, recordou-se que, mesmo após a efetivação do rompimento da DI-RS com o PCB por ocasião do VI Congresso (dezembro de 1967), os secundaristas a chamavam de "pequeno partidão" em face da resistência desta em aderir às teses militaristas, e persistir nos debates e discussões teóricas. [77] Este foi o motivo pelo qual a célula secundarista, apesar de estar presente no Congresso de fundação do POC (abril de 1968), recusou-se a aderir a ele. Nas lembranças de Cláudio Gutierrez,

> Preparava-se a conferência secundarista, instância onde deveríamos nos posicionar sobre os rumos da Dissidência. A direção defendia a proposta de fusão com a Política Operária, a Polop, organização marxista formada por intelectuais, criando, inicialmente, a Frente de Esquerda Revolucionária. Desta união, nasceria, em breve, o Partido Operário Comunista, o POC. (...) A Conferência aconteceu em novembro de 1967. (...) Enfrentávamos no debate o Fabinho e o Wladimir Ungaretti, que defendiam a linha da Dissidência e a aproximação com a Polop.[78]

Após esse encontro, boa parte dos militantes secundaristas do PCB se desmobilizou, enquanto outros aderiram à "Corrente Revolucionária", e outros ainda prefeririam a VPR, a ALN ou ainda o PCdoB. Outra parte dos secundaristas gaúchos, no final de 1967, articularia um grupo dedicado a ações de guerrilha urbana em Porto Alegre e região. Sem projeto político definido, estrutura orgânica frágil e limitado a pouco mais de uma dezena de militantes e simpatizantes, o grupo, que se auto-intitulou "Movimento 21 de Abril", era alvo de chacotas pelos demais membros da esquerda, que o apelidaram de "Guerrilha Brancaleone". O grupo não chegou a realizar nenhuma ação de maior envergadura, limitando-se à

---

[77] Padrós, Enrique Serra et al. - A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória. Volume 2 ("Repressão e Resistência nos 'anos de chumbo'"). Porto Alegre: Corag, 2009, pp. 159 e segs.
[78] GUTIERREZ, op. cit., p. 44 e segs.

expropriação de algumas armas, pichações a participar de manifestações estudantis. Desmobilizou-se no primeiro semestre de 1969. [79]

O rompimento formal da DI-RS com o partido deu-se em novembro de 1967, isto é, nas vésperas da realização do VI Congresso previsto para dezembro deste mesmo ano. Os dissidentes gaúchos, acompanhando a tendência geral, mantiveram sua identidade de origem, se auto-nomeando "Dissidência-Leninista do Rio Grande do Sul", que se tornou conhecida pela sigla DI-RS. Sua existência foi breve, pois, em março de 1968 já estava em franco andamento o processo de fusão com a POLOP para a formação do POC no Congresso que se realizou no mês seguinte, em abril de 1968.

Os dois conjuntos de militantes, DI-RS e POLOP, compartilhavam daquilo que acima, tomando empréstimo de S. Berstein, chamei de "cultura política" comunista-leninista. Este cenário cultural-ideológico tinha como grande paradigma das organizações comunistas, durante décadas, o Partido Bolchevique, tal qual descrito por Lênin no *Que Fazer?*, de 1902. Resumidamente, o partido bolchevique durante os anos que precederam a Revolução Soviética de 1917 era um partido de quadros, isto é, de militantes profissionais, ocupados em tarefas orgânicas, disciplinados e fervorosamente dedicados à revolução.[80]

Tivemos acesso a um único documento teórico produzido pela DI-RS nesta sua curta existência. Trata-se das "Teses Revolucionárias" que, de ponta a ponta, ocupou-se da refutação das teses pecebistas.[81] E, por esse mesmo

---

[79] Vide, Ruschel, Davi A. - **Entre risos e prantos:** as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS – Dissertação de Mestrado, 2011, pp. 37 e segs. E também o já citado livro memorialístico de Cláudio W. Gutierrez – **A Guerrilha Brancaleone.**

[80] Conf. LENIN – **Que Fazer?**(1902). 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

[81] CEDEM, Fundo POLOP, documento 3130.

motivo, há vários pontos de convergência entre as “Teses” da DI-RS e o “Programa Socialista para o Brasil” da POLOP.

O documento, primeiramente, se ocupou em rejeitar o pretenso caráter “revolucionário” da burguesia brasileira, uma vez que esta, na avaliação da DI-RS, “é dependente do capital internacional”.

A segunda tese pecebista refutada pelo documento da DI-RS foi a da controversa ocorrência de restos feudais na realidade agrária brasileira. Para a Dissidência-RS, onde o PCB enxergava “resquícios feudais” – no latifúndio e nas relações de trabalho no campo – o que existia efetivamente era a burguesia agrária e diferentes relações assalariadas trabalho. Em suma, a agricultura brasileira era eminentemente capitalista e, o que havia de retrógrado nas relações de trabalho eram “remanescentes do escravismo”.

Ainda conforme as “Teses Revolucionárias”, a DI-RS, esses equívocos teóricos do PCB decorriam da leitura parcial da realidade dos países periféricos realizada pela III Internacional. Tal leitura, que separava esse imenso rol de países diversos em “grupos estanques”, foi mantida acriticamente pelo PCB devido – na ótica da DI-RS – à sua subserviência aos postulados de Moscou. Daí a persistência da concepção etapista da “Revolução Brasileira”.

Mesmo tendo considerado o capitalismo brasileiro plenamente constituído, a DI-RS alegava que o seu desenvolvimento estava comprometido devido à própria inserção do país no sistema capitalista internacional, isto é, “dependente do imperialismo”. Por esse motivo, apesar do Brasil possuir um parque industrial razoavelmente robusto e “uma classe operária numerosa e de qualidade, e as relações assalariadas predominarem também no campo, não há possibilidade para o desenvolvimento do país dentro do sistema.” Logo,

concluía o documento, a única alternativa viável para o Brasil era a revolução socialista.[82]

E, na liderança desse processo revolucionário, a DI-RS colocava o partido do proletariado, responsável também pela costura da aliança entre o proletariado urbano, os camponeses e os segmentos revolucionários da pequena burguesia. Ao partido caberia também a implantação, no campo, do "foco insurrecional", que serviria como "catalizador da ação das massas urbanas e rurais". Já nas cidades, o partido se ocuparia da formação de "comitês de empresa, sindicatos livres e milícias operárias".[83]

Como se pôde depreender, havia vários pontos de convergências entre as "Teses Revolucionárias" da DI-RS e o "PSB" da POLOP. Quando da divulgação do documento, os acordos políticos entre as duas organizações estavam em grau avançado de tratativas, pois o texto se encerrou com o anúncio de que estava compondo uma "Frente de Esquerda Revolucionária" com a POLOP.

Na ótica de Raul Pont, então militante da DI-RS, a formação da "Frente de Esquerda Revolucionária" se deu, por duas razões. A primeira, segundo ele, era a "identidade grande com a POLOP" em termos programáticos. Quer dizer, na crença de que a revolução no Brasil deveria ser socialista e que a burguesia nacional não tinha nada de progressista. E, em segundo lugar, na opinião de Pont, o que levou a DI-RS a romper com o PCB foi "a impossibilidade de influir no debate interno porque a verticalização, o autoritarismo, a falta de democracia interna era muito grande".[84]

---

[82] Ídem, p. 16.
[83] Ídem, p 18.
[84] Apud, SCHMIDT, p. 89.

Eram provenientes da DI-RS futuros importantes quadros como Raul Pont, Luiz Pila Vares, Fábio Marenco, Marco Aurélio Garcia e Flávio Koutzii. Este último foi um dos responsáveis pelas articulações políticas com a POLOP, tendo se dirigido por diversas vezes a São Paulo para tal.[85]

E como a influência do PCB no meio estudantil gaúcho era grande, disputando com a AP as diretorias das suas entidades representativas. Quando do surgimento da Dissidência, no segundo semestre de 1967, a influência se manteve. E, por essa, razão, o POC logrou ter razoável ascensão sobre os estudantes no Rio Grande do Sul ao longo da sua existência.

2. O POC: a cisão de fevereiro de 1970 e a luta das tendências

O partido foi fundado no momento em que os movimentos de massa buscavam rearticular-se em 1968, com manifestações estudantis por todo o Brasil e a ocorrência de greves operárias em importantes áreas industriais. O clima entre a militância, após a fundação, como não poderia deixar de ser, era de entusiasmo. Mesmo com o refluxo dos movimentos no segundo semestre, a militância não se abateu. Tratava-se de tirar lições dos acontecimentos e, simultaneamente, construir o partido.

Mas, os primeiros sinais da crise interna que levaria ao fracionamento do partido começaram a ser sentidos já no final de 1968. Duas tendências vinham despontando desde então e o convívio entre elas foi se tornando cada vez mais difícil até o rompimento final. Grosso modo, as divergências se davam entre os “militaristas” e os “massistas”. Estes, desfavoráveis ao engajamento aberto nas ações da guerrilha urbana, postulavam a necessidade do partido rever suas

[85] SCHMIDT, Benito - “Flavio Koutzi: um olhar sobre as sensibilidades da Geração 68 em Porto Alegre. Fenix (UFU), v. 6, 2009.p. 90.

práticas junto à classe operária a fim de conseguir uma maior inserção nela. Os primeiros defendiam a tese de que o partido deveria se engajar em ações da luta armada a fim de arrecadar recursos para a instalação da guerrilha. Estes reuniam importantes bases partidárias de São Paulo e, principalmente, do Rio Grande Sul, dois dos estados onde o POC tinha boa representatividade dentre as organizações da esquerda. A gravidade da polarização mostrou-se extrema uma vez que membros de ambas as tendências ocupavam postos na direção da agremiação.

A pressão de parte da militância para a participação em ações armadas era intensa. No Rio Grande do Sul, por exemplo, praticamente todos os membros da célula do partido em Passo Fundo aderiram à VPR, em janeiro de 1970. A célula reunia membros do movimento estudantil local e dissidentes do PCB. Tinha contatos com trabalhadores urbanos e camponeses da região, na época, área de fronteira agrícola e palco de conflitos pela posse de terras. Após levantamento, a VPR considerou o local propício para a instalação de uma área de treinamento e, eventualmente, a instalação de um foco guerrilheiro. Sem militantes em número suficiente na região, a VPR "lançou a rede" e cooptou parte dos militantes do POC local, que de pronto começaram a trabalhar na montagem da na região do rio Uruguai, próximo a Passo Fundo. Para tal, foi organizada uma empresa pesqueira, a "Sociedade Pesqueira do Alto Uruguai" para camuflar a mobilização de recursos financeiros e materiais.[86]

Uma sequência de documentos internos, publicados a partir do segundo semestre de 1969, mostra a intensidade e a gravidade das divergências. Os "massistas", que se auto-intitularam "Fração Proletária", criticavam os demais

[86] Conf. Processo BNM 146, 29/7/70. Consta no processo, inclusive a menção à presença do próprio capitão Carlos Lamarca no local para supervisionar a operação.

por não conseguirem cumprir o “Programa Socialista para o Brasil”. E, por essa razão, os responsabilizavam pela

> quebra do núcleo de coesão [que] só poderia abrir as portas do Partido para as ideologias que dominam a esquerda e que o rondam (...). O resguardo do centralismo partidário era o resguardo da orientação proletária contra toda a intromissão populista, aventureira, reformista, militarista.[87]

As acusações prosseguiam de ambos os lados. Os “militaristas” eram qualificados como “pequeno-burgueses” que faziam “concessão aos desvios militaristas”, priorizando “dinheiro e armas [e] subestimando as lutas parciais de massa em benefício das ações exemplares”.[88] Na visão da Fração Proletária, o regime estava sólido, e a truculência autoritária, ao contrário do que supunham os demais, não era sinal de fraqueza, mas de força, o que desaconselhava o enfrentamento aberto.

Nesse contexto de debates internos, vários de militantes abandonavam o POC para aderirem a organizações totalmente empenhadas na luta armada, a exemplo da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), M3G (Mao, Marx, Marighella e Guevara) e da VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares). E, de forma bastante emblemática, houve o caso de um pequeníssimo grupo de militantes do POC gaúcho que deixou o partido em 1969 para criar a sua própria organização, o MCR, “Movimento Comunista Revolucionário”, imediata e exclusivamente dirigida para a guerrilha urbana.

Mais de uma Secretaria Regional fez circular documentos internos para debate entre os militantes externando sua preocupação em relação à “origem heterogênea do POC”. Sugeriam que o processo de fusão entre as diferentes organizações teria ocorrido de forma célere, sem o aprofundamento devido nos

---

[87] “Porque nos constituímos em fração”, CEDEM, Fundo POLOP, documento 1402, p. 2.
[88] Ídem, ibid.

debates, levando a uma “absorção das organizações menores pela POLOP, absorção esta que os foquistas foram obrigados a aceitar.”[89]

Paralelamente a esse intenso debate, por vezes ríspido, entre os “militaristas” e os “massistas”, outros problemas despontavam no seio do partido, desgastando ainda mais seu ambiente interno. Alguns setores consideravam que o entusiasmo do ascenso do ano anterior, 1968, tinha contribuído para o despreparo do partido, que vivia, em 1969, uma situação de “deficiência geral.”

Em meados de 1969, a Direção Nacional passou a ser acusada de imobilidade no tocante ao trabalho operário. Secundariamente, as críticas também apontavam para a intransigência da Direção em relação aos princípios estabelecidos pelo “Programa Socialista Para o Brasil”, o que, segundos os críticos, revelava sua ignorância acerca da “teoria da revolução permanente”. Por fim, a Direção era acusada de “cupulista” e “sectária”.

Este ácido debate se arrastou por todo o segundo semestre de 1969 e adentrou o ano de 1970, quando, em fevereiro, foi convocada uma Conferência Regional de São Paulo, de onde partiam as críticas mais severas. O canal institucional interno, criado pela Direção, para dar vazão a essa ampla discussão foi o “Caderno Nacional de Debates”, de ampla circulação interna, e cujos números entre novembro de 1969 e abril de 1970 foram destinados exclusivamente para esse fim. Ao mesmo tempo, como vimos, documentos das

---

[89] POC – PR – “Caderno Regional de Debates”, n$^{o.}$ 1, junho de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 03266. A Secretaria da Guanabara compartilhava desta opinião. Em documento do início de 1970, “Ensaio para uma política de organização”, a DI-RS era acusada de imposto as práticas militaristas ao POC. Vide CEDEM, Fundo POLOP, documento 02633.

Secretarias Regionais, e das próprias células, também foram produzidos e circulavam nacionalmente.

No entanto, a “Fração Proletária” relutava no rompimento definitivo, acreditando ser possível através desse amplo debate manter a coesão do partido. Por fim, os membros da Direção Nacional que a compunham propuseram a realização de um “ativo nacional” para a discussão do panorama político brasileiro e, sobretudo, das questões organizativas do partido.[90]

A Direção Nacional foi para a Conferência literalmente dividida. Uma “maioria” defendia as posições consolidadas pelo “Programa”, enquanto a “minoria” apoiava as teses da tendência “militarista”. Finalmente realizada no município de Praia Grande, no litoral paulista, em fevereiro de 1970, a reunião não logrou sucesso na sua tentativa de pacificação entre as tendências. O resultado da Conferência foi o inesperado rompimento da “maioria” da Direção Nacional com o partido, que se apressou em refundar a POLOP, desta feita com o prenome “Organização de Combate Marxista-Leninista”, a OCML-POLOP. Com efeito, POC sofreu com o “racha”, uma grave sangria; boa parte dos militantes da velha guarda da POLOP deixou o partido.

Para Sinclair Cecchini, membro do Setor Especial do POC, as causas remotas se encontram nas diferenças entre as visões táticas da DI-RS e a POLOP. Segundo ele,

> A DI-RS defendia ações armadas de propaganda e de obtenção de dinheiro, em áreas e industriais. A POLOP não aceitava tais ações. Admitia formas de autodefesa, inclusive armadas, para comitês de fábrica, greves e ocupações, e manifestações de rua. Acho que essa divergência foi crucial no racha da POLOP no qual a maioria aderiu à tese da Dissidência (...). A POLOP ficou minoritária em São Paulo e manteve a Bahia (...).[91]

---

[90] “Circular interna da Fração Proletária”, CEDEM, Fundo POLOP, documento 1415.
[91] Depoimento ao autor em 20/03/2015.

No entanto, conforme observou Ridenti, a ocorrência de uma discussão dessa natureza é reveladora do desvio da prioridade das análises da esquerda, que deixavam de atentar para as contradições da sociedade brasileira, para se concentrarem em controvérsias doutrinárias.[92] Por isso, tanto por ocasião do golpe de 1964, quanto no momento da derrotadas esquerdas armadas em 1969, as causas indicadas para o insucesso foram os supostos "desvios" da vanguarda.[93]

Apesar da cisão, a crise interna não arrefeceu de pronto, e os debates entre as facções que foram surgindo no decorrer do segundo semestre de 1969, prosseguiriam. Três grandes tendências – que tinham existência formal autorizada pela nova Direção - dividiam o partido.[94] A "Tendência ABC", liderada por Alberto Augusto Júnior, que propunha a organização operária em células de bairros, e acreditava que o proletariado já estava pronto para a insurreição. A "Tendência Osasco", que também postulava o trabalho operário em células de bairro, às quais denominava "Uniões Operárias", sem, contudo, considerá-los aptos à insurreição. Seu líder era Laurindo Martins Junqueira Filho. E, por fim, a "Tendência Sul", liderada por Fábio Marenco, que pretendia atuar no interior das fábricas, com a criação de "Comitês de Empresas" e manter as ações armadas em parceira com outras organizações. Essa tendência também era chamada de "T e N", que se aproximava da IV

[22] Ídem, p. 41.
[23] Idem, p. 44.
[94] A Conferência Nacional do POC, reunida em outubro de 1970 deliberou favoravelmente pela "liberdade de tendência" no interior da agremiação. Nesta mesma reunião, foi indicada uma nova Direção Nacional, composta por Fábio Marenco, Alberto Augusto, Ana Mércia Roberts, Ricardo Prata e Élio Bento Miranda.

Internacional e que posteriormente passaria a se autodenominar “POC-Combate”.[95]

O “BNM 454” informou que no início de 1971, o POC procurou a OCML-PO para tentar uma reunificação. Teriam representado o POC os militantes Fábio Marenco e Wladimir Netto Ungaretti, e representado a PO foram indicados Ceici Kameyama e Nilton Bahalis dos Santos. As tentativas de unificação das duas organizações foram confirmadas por Fernando Antonio Tadeu Garcia, militante da célula operária do ABC. Segundo ele, entre novembro de 1970 e julho de 1971 ocorreram verias reuniões com este objetivo. E, dessas reuniões, tomavam parte pelo POC Raul Pont e Antonio Augusto Ferreira, e pela PO, Ceici Kameyama.

Apesar do “racha” de fevereiro de 1970, a questão luta armada não perdeu intensidade no POC. Em junho de 1971, às vésperas da grande queda que selou seu destino, Otacílio Cecchini se desligou do partido por ter discordado da adesão em escala maior às práticas armadas. Eis seu relato:

> Eu chego na célula e tem dois documentos para discutir, “vamos ler e votar agora ”, disse o Raul Pont, coordenador da célula. Eu respondi dizendo “não é assim, isso não ta legal, não é aqui que vamos fazer votação, precisamos discutir mais.” Eu lembro que havia uma ansiedade por resolver essa questão. Daí eu falei “não, o que é isso? Isso tá errado!” A resposta foi: “nós somos um partido leninista.” Daí eu respondi, “então precisamos discutir o que é ser leninista no Brasil hoje.” E o Pont me respondeu, “não! Vamos fazer uma votação.” Ao que eu respondi, insistindo: “Não! Sem a discussão não dá.” E pedi desligamento da célula.[96]

Sou levado a concordar com Daniel Reis Filho, segundo o qual “os comunistas tendiam a superdimensionar suas tarefas e responsabilidades, tratava-se de colocar as massas nas ruas e liderá-las (...).” Isto é, “um super-

---

[95] “T” de “Taís”, e “N” de “Nicolau”, codinomes de Angela Mendes de Almeida e Luiz Eduardo Merlino. Conf. Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento 50-Z-9-30040.
[96] Depoimento ao autor. 19/03/2015.

partido."[97] Fosse através da guerrilha urbana, fosse através da insurreição proletária.

3. O Desaparecimento

Entre o agosto de 1970 e meados de 1971, três sucessivos e violentos golpes da repressão contra o POC o desarticularam definitivamente no país. O primeiro ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o partido mantinha certa expressão no movimento estudantil, e já havia se engajado em algumas ações armadas com outras organizações. Além da prisão de inúmeros militantes, foram mortos sob tortura Ary Abreu Lima da Rosa (29/10/1970) e, dois meses depois, Hélio Zanir Sanchotene Trindade (28/12/1970). O segundo golpe seria dado em julho do ano seguinte, desta feita simultaneamente em São Paulo e novamente no Rio Grande do Sul, onde o partido procurava ampliar sua presença nas indústrias locais. Mais uma vez, prisões em cascata e a morte brutal do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, nas dependências da OBAN/DOI-CODI, em 19/07/1971.

Em depoimento, Stanislaw Szermeta confirmou essa situação,

> Em 1970 o POC teve uma grande queda e se desestruturou em agosto de 1970, e nós fomos remanejados. Eu fui para o Rio Grande do Sul e acabei não operando muito lá. Fui preso lá no Rio Grande do Sul em 1971 pelo pessoal do DOPS.[98]

Na sequência de quedas, foram presos praticamente todos os membros da diretoria nacional que se encontravam no Brasil, a exemplo de Fábio Marenco, Ana Mércia Roberts e Wladimir Hungaretti. Segundo as palavras de Smerzeta,

---

[97] REIS FILHO, 1989, op. cit., p. 65.
[98] Depoimento de Stanislaw Smerzeta à Comissão Estadual da Verdade (SP), em 05/06/2013. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KtUZcZSghC0. Acesso em 12/11/2013.

> Quando cheguei na OBAN o partido praticamente tinha caído. (...) tirando alguns companheiros de fábrica, alguns militantes que continuavam na ativa, mas a grande parte da direção do partido tava [sic] presa (...).[99]

Em relação a Luiz Eduardo Merlino, sabe-se que era membro da direção estadual paulista, e companheiro de Angela Mendes de Almeida, membro da Direção Nacional. Ele tinha vida legal, e acabara de retornar da França, onde vivera por alguns meses, ao lado de Angela, Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia e Maria Regina Vares. Tinham ido para a Europa para rearticular contatos com militantes exilados e também com a IV Internacional, sediada em Paris.

É sintomático o fato de que a documentação produzida pelo POC vai escasseando conforme se adentra no ano de 1970 até que, em 1971 ela seja praticamente inexistente. Sabemos que membros do partido procuraram dar-lhe teve uma sobrevida no exterior até pelo menos 1974, com o nome de "POC-Combate".[100] Outros, por sua vez, optaram por militar em organizações trotskistas no Chile ou na Argentina.[101]

4. Considerações Finais

Em entrevista com Angela Mendes de Almeida, membro da última direção nacional do POC, comentei que a leitura da documentação do partido produzida ao longo desses três anos da sua existência me trazia a sensação de que os militantes de base sempre estiveram descontentes com a direção. E que esse descontentamento se manifestava livremente pelos canais internos de comunicação. Isso, por sua vez, estimulava as cisões e abandonos da organização, levando ao seu enfraquecimento perante a sociedade. Angela

---

[99] Idem.
[100] Depoimento de Angela Mendes de Almeida à Comissão Estadual da Verdade (SP), op. cit.
[101] Nelson de Souza Kohl e Luiz Carlos de Almeida foram mortos no Chile na sequência do golpe do general Pinochet. Maria Marcondes Pinto e Jorge Basso desapareceram na Argentina em 1976.

respondeu-me que não via essas críticas como um fator negativo, e, ao contrário, entendia que se tratava de um processo natural de depuração das posições políticas pessoais dos militantes e do próprio partido. E, como consequência, a organização se fortalecia em termos doutrinário-ideológicos.

Creio estarmos diante da posição apontada por Reis Filho de que as organizações comunistas brasileiras do período ditatorial se portavam como “estados-maiores”, isto é, organizações nas quais os princípios doutrinários e a coerência teórica tinham muito mais importância do que efetiva intervenção na sociedade. Neste processo, que Angela Mendes considerou de “depuração”, percebemos claramente que o POC foi fundado a partir de situações semelhantes vividas pelos militantes que lhe deram origem, em outras organizações: os rachas da POLOP e do PCB nos imediatamente anteriores. E, essa situação se manteve, a ponto do próprio POC ter vivido um grande “racha” no início de 1970.

E, ao longo da sua curta existência, esse esforço político levou parte da militância do POC a aderir às teses da IV Internacional e ao trotskismo, o que a fez aproximar-se cada vez mais das organizações militaristas. Esse debate ainda não havia sido encerrado no partido quando a repressão o atingiu duramente em junho de 1971, com a prisão de dezenas de militantes nas suas bases mais fortes, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Capítulo 2 – Organização Interna, Imprensa, Militância e a Cisão de 1970

> Se pensarmos a estrutura orgânica de um Partido marxista-leninista, veremos que é indispensável que haja, para a boa execução das suas tarefas de vanguarda revolucionária da classe operária, elementos que se preocupem mais intensamente com a própria estrutura interna do Partido, lubrificando a cada momento a máquina partidária, e seguindo-a em seu dinamismo.[102]

Vimos no capítulo anterior que o POC foi fundado com o objetivo programático de ser o partido da vanguarda proletária, sua organização de combate. E, pelo excerto acima, é possível depreender que, para a sua efetiva construção, as questões referentes à sua estrutura e à dinâmica interna eram motivo de preocupação concreta nas mais variadas instancias partidárias. Então, afinal, como se organizava esse partido que pretendia liderar o operariado na revolução? Como era pensada a retaguarda, no sentido de apoio material e logístico para a ação da militância? E o seu organograma, havia hierarquias? Como eram escolhidas as chefias? Na sua luta diária pela sobrevivência, no enfrentamento da ditadura, e na divulgação das suas propostas, como eram pensadas e executadas as tarefas de rotina administrativa, como finanças, comunicação e arquivos? E os militantes, como eram recrutados? Após o recrutamento, eram preparados politicamente?

O objetivo deste capítulo é, pois, trazer à luz a dinâmica interna o partido. O que me guiou na sua confecção foi a curiosidade em conhecer o funcionamento de uma organização comunista em meio a um regime repressivo do ponto de vista das suas rotinas organizacionais. Em suma, queria saber como eram enfrentadas as dificuldades rotineiras da manutenção de uma estrutura partidária de alcance nacional.

---

[102] POC, “Falando do trabalho interno”, janeiro de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, 1280-1283.

O POC chegou a ter, até o racha de fevereiro de 1970, Secretarias Regionais em nove estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará. Havia a presença ainda de militantes no Rio Grande do Norte e na Paraíba, que respondiam respectivamente para as Secretarias do Ceará e de Pernambuco. Quando da sua fundação, estimou-se que contava com 700 a 900 militantes.

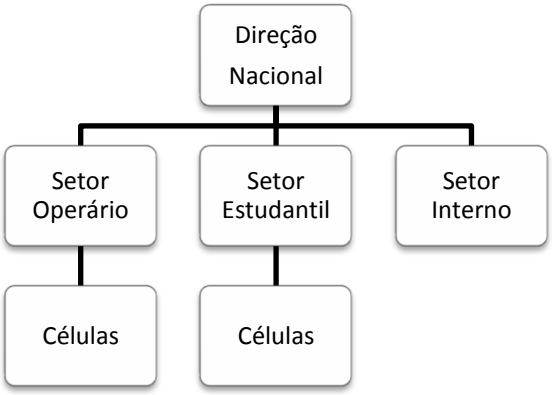
E, se a quantidade de documentos internos que versavam sobre temas relativos à organização administrativa do partido puder servir de parâmetro para a importância que se atribuía a ela, então, esta era, de fato, uma das maiores preocupações a consumir os seus membros de todos os escalões. Esses documentos incluem, desde circulares assinadas pela Direção Nacional regulamentando as contribuições financeiras, por exemplo, até cartas abertas de militantes de base se queixando dos obstáculos para a realização do trabalho político em decorrência da falta de materiais de trabalho. São reveladores, pois, das dificuldades das mais diferentes naturezas: financeiras, operacionais, políticas e aquelas impostas pela repressão política.

E, para dar mais vida a essas vozes, outra uma vez recorri a depoimentos de ex-militantes. Neste caso, meu intuito foi buscar, nestes relatos pessoais, destacar as agruras e anseios daqueles que viviam diretamente a luta pela implantação do programa do partido.

1. Organização Interna

A estrutura organizacional do partido era extremamente simples. Havia uma Direção Nacional (DN), composta por nove membros e que fora eleita,

como vimos, no I Congresso. A direção, DN, por sua vez, dividia-se em três setores: operário, estudantil e interno, como vemos na figura abaixo.



Em meados de 1969 seria criado mais um setor, o “Especial”, dedicado a ações armadas de expropriação. Ressalte-se o envolvimento do POC neste tipo de ação não ocorreu sem intensos debates internos e sempre foi motivo de muitos questionamentos por parte de amplos segmentos do partido que se posicionavam contrariamente. Ao Setor Especial e às discussões no seio do partido a seu respeito e da luta armada de maneira geral, foi dedicado todo o 4º capítulo.

Aos setores operário e estudantil cabia a responsabilidade de implantação da política partidária nos respectivos segmentos sociais. Ao setor interno cabiam as finanças da organização, a produção e distribuição da imprensa nacional, a preparação teórica dos militantes, e as questões de logística. Dentre estas últimas estavam a montagem de aparelhos, deslocamentos de militantes e contatos com outras organizações.

1.1. Secretariados Regionais

Este mesmo organograma se reproduzia em nível estadual, cuja coordenação cabia às respectivas Secretarias Estaduais. Estas, por sua vez,

eram compostas por três a cinco dirigentes, sendo que apenas as Regionais com mais de 50 militantes podiam ter cinco dirigentes. No caso de Secretariado com cinco membros, as funções eram assim distribuídas:

- coordenação geral,
- coordenação política,
- formação de quadros,
- setores de massas,
- organização interna

Caso o Secretariado local seja composto por três membros, as atribuições eram as seguintes:

- coordenação geral e organização,
- trabalho político e formação de quadros,
- setores de massas.

As Secretarias Regionais eram responsáveis pela implantação da linha política na sua área de jurisdição. Como vimos, o POC chegou a ter Secretarias Regionais em nove estados brasileiros. Elas gozavam de razoável autonomia política, podendo realizar alianças com outras organizações da esquerda e definir táticas para atuação da militância conforme as circunstâncias locais.

Era responsável pela emissão do “Caderno Regional de Debates” e do “Boletim da Secretaria Regional”, impressos de circulação interna com a finalidade de propor discussões sobre a linha política e corrigir a atuação da militância. Eram também os canais ampliados, internamente, de comunicação e debate entre as Secretarias Regionais e a Direção Nacional. Eventualmente, membros da direção regional poderiam compor, também, a direção nacional.

1.2. Células

O trabalho político e cotidiano do POC era realizado pelos militantes alocados em células. Esta era, pois, a menor unidade, digamos, administrativa e política do partido. Era composta por um número variado de militantes, mas que normalmente oscilava entre três e cinco, além de um coordenador e das "Organizações Para-partidárias" apoiadoras. Excepcionalmente, houve caso auge do ascenso do movimento estudantil, em meados de 1968, que uma célula estudantil da USP chegou a contar com dez militantes.

Ela era, pois, a unidade organizativa através do qual o POC aplicava sua linha política. Era onde o partido obtinha sua sustentação financeira; onde de se recrutava novos militantes, e onde se zelava por sua segurança. Em suma, era a própria vida orgânica do partido. E, na mesma medida, ela era a razão de ser do militante, era o seu "lócus" de atuação político. Era onde ocorria sua transformação pessoal em agente da revolução, através da introjeção da disciplina revolucionária decorrente da atividade coletiva no ambiente da célula.

Uma das mais importantes atribuições dos militantes de células ligadas aos movimentos sociais era a distribuição ou venda do material impresso do partido, a exemplo de jornais e boletins. No entanto, nestas ações, a célula deveria adotar sérias medidas de segurança, para dificultar a identificação do militante pelos órgãos de segurança. Por essa razão, era desaconselhada a distribuição dos mesmos em assembléias e outras grandes aglomerações de pessoas, onde, certamente, a polícia política se faria presente.

Apesar da separação dos militantes em setores por tipos de movimentos de massa – operário e estudantil – conforme as necessidades, eles eram

intercambiados, reforçando momentaneamente o partido para ações específicas, a exemplo da greve de Osasco (julho de 1968), quando militantes de células estudantis da USP foram deslocados para auxiliarem as células operárias da cidade.

Essas ocasiões tornaram-se cada vez mais frequentes após o AI-5 e o agravamento das dificuldades de atuação no interior dos movimentos de massa. Por conta disso, a Direção Nacional propôs, como alternativa para a mobilização estudantil e operária, a agitação externa, que consistia em panfletagens, comícios relâmpagos e pixações. Em ações desta natureza, militantes dos dois setores eram empregados, promovendo, desta forma também, a aproximação entre esses dois grupos de militantes. Nestes casos, os militantes “emprestados” eram utilizados em ações que não demandavam conhecimento prévio no movimento de massa em questão, ou seja, auxiliavam na distribuição de panfletos realização de pixações, por exemplo. Com muito maior frequência do que o inverso eram deslocados militantes ou simpatizantes ativos, chamados de “opps”, do Setor Estudantil para o Operário. No entanto, a alternativa do uso de militantes de outros setores no setor operário era objeto de críticas devido ao fracasso da experiência, o que foi chamado de “amadorismo revolucionário”. Admitiu-se a necessidade de uma maior preparação desses militantes que, muitas vezes, não tinham o menor conhecimento da realidade do operariado.

As células também tinham um militante destacado para coordenar as OPP’s, que não necessariamente era a mesma pessoa do coordenador da célula. E, com freqüência, este militante era o responsável por ministrar os cursos de formação aos OPP’s.

1.2.1. Coordenação de Células

As células nas suas rotinas operacionais, e os militantes na sua atuação pessoal estavam subordinados a um “coordenador de célula”. Este, normalmente, era indicado pela Secretaria Regional dentre os militantes mais experientes daquele setor de atuação, e era responsável pela ligação entre as células e a direção estadual.

O coordenador da célula também tinha contato com um militante do setor interno, que era o setor responsável pelas finanças do partido e pela imprensa. Nesses contatos, o coordenador da célula recebia o material impresso e os documentos internos a serem distribuídos pelos militantes e os apoiadores das células, chamados de opp’s, como veremos a seguir. Ele também era encarregado de repassar as contribuições financeiras arrecadadas pela célula para o partido.

Logo em abril de 1968, imediatamente após a fundação do POC, a Direção Nacional baixou um documento requisitando aos coordenadores que reunisse sua célula, no mínimo, uma vez por semana. A pauta sugerida consistia em:

> a) explanação do coordenador sobre os problemas gerais (finanças, segurança, política, etc.);
>
> b) relato de cada militante sobre seu trabalho na semana;
>
> c) discussão política;
>
> d) encaminhamentos para a próxima semana.[103]

---

[103] POC – BA – “Circular de organização e coordenação”, ”, nº. 4, abril de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02386.

Cada coordenador era, portanto, responsável tanto pelo desenvolvimento do trabalho propriamente dito na sua área de atuação, quanto pelas questões administrativas da célula sob sua responsabilidade. O trabalho político consistia na preparação teórica e prática dos militantes, na distribuição de material impresso do partido, nos cursos para a “massa”, participação em assembléias e outras instâncias do movimento no qual atuava.

A guarda dos documentos do partido era também responsabilidade do Coordenador. Essa documentação consistia no essencial para a formação política dos novos militantes e para as discussões que envolviam a linha do partido, acrescidos dos informes da Secretaria Regional e da Direção Nacional.

Por exemplo, no período de ascenso do movimento estudantil, o coordenador das células estudantis tinha a função de organizar, dentre outras várias atividades, o grupo de militantes e opp’s por ocasião das passeatas e manifestações. Cabia a ele passar as instruções sobre os procedimentos a serem tomados quando da chegada da polícia, os caminhos de acesso e saída do local do evento, e a supervisão do comportamento dos militantes e simpatizantes, evitando que se dispersassem ou fossem presos.

Em termos administrativos, o coordenador deveria, sempre que possível, entregar ao Assistente de Célula, que era o canal de contato com a SR, um relatório escrito das condições dos recursos materiais e humanos e disponíveis. E, a partir desta descrição, o relatório avaliaria o que seria necessário para o melhor desempenho da célula no seu local de atuação, tendo em vista os objetivos do partido. Essa avaliação deveria pormenorizar, necessariamente, de acordo com as diretrizes administrativas ditadas pela Direção Nacional, a atuação dos militantes e opps. Informava-se desde as

rotinas de trabalho político até casos de indisciplina. Era feito um descritivo dos contatos políticos mantidos pela célula, suas condições financeiras, a distribuição dos jornais e um relato da atuação das demais organizações da esquerda.

Até o AI-5 e o acirramento da repressão, o assistente promovia reuniões periódicas com os coordenadores e os militantes das células sob sua assistência. Por medida de segurança, após o AI-5, as reuniões deixaram de ocorrer e os assistentes passaram a se encontrar individualmente com seus coordenadores.

Havia uma diretriz partidária que estabelecia que coordenador deveria reunir-se ao menos duas vezes por semana com a célula. Essas reuniões ocorriam tanto em aparelhos do próprio partido como, e com maior frequência, na casa de simpatizantes. Também, por questões de segurança, as casas eram utilizadas poucas vezes, sendo substituídas por outras não conhecidas. Há ainda o relato de militantes que, pela ausência de um local seguro para a reunião, a promoviam em plena rua.

Com o cerco repressivo, a partir de 1969, há registro de células que ficaram mais de um mês sem se reunir. Nestas situações o militante sofria a paralisação do seu trabalho político e da perda dos contatos orgânicos do partido.[104]

A prisão de militantes e o abandono da militância, aliada à dificuldade no recrutamento, fazia com que os remanescentes acumulassem atribuições orgânicas. Isso, por sua vez, gerava sérias como as dificuldades relatadas pela célula,

[104] POC – “A vida na célula 3-m”, outubro de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 1314-1316.

> A manutenção do contato externo da célula estava sob minha responsabilidade, mas depois de faltar a três pontos seguidos, perdi-o, não sendo possível recuperá-lo até hoje. Isso trouxe várias consequências: não recebimento de documentos e o não envio de dinheiro para o partido. A impossibilidade de mantermos contato com outras células e a impossibilidade de termos acesso ao setor de imprensa. Em conseqüência do descrito a vida na célula é bastante prejudicada – praticamente não existe como integrante de um partido marxista-leninista.[105]

Sensação de asfixia. Esta á a imagem que este pungente relato transmite. A eficiência da repressão que, ao cortar os laços orgânicos entre os membros, extinguia lentamente o organismo partidário.

1.2.2. Assistente de célula

O Assistente de Célula era o membro do Setor Interno que fazia a ligação entre a Direção Estadual e as células. Era uma comunicação em mão dupla, coletando informações da rotina das células e levando-as para a direção, e no sentido inverso, municiando-as de documentos e materiais do partido. Tinha a responsabilidade pelo envio de material político das suas células para a Secretaria Regional até o dia primeiro de cada mês. Esse material compreendia, além de informes sobre as condições políticas locais, recortes de jornais da região que eram utilizados pela Secretaria Regional e pela Direção Nacional para a elaboração, respectivamente, do “Caderno Regional de Debates”, e do “Informativo Nacional”, podendo inclusive subsidiar com informações o jornal “Política Operária”.

O “Caderno Regional de Debates” era o boletim regional informando às células as decisões da Secretaria local. Também propunha temas para debates e redefinia táticas políticas. Eventualmente, poderia ser utilizado por militantes de base para registrar suas experiências ou criticar a linha do partido. Percebe-

[105] Ídem, ibid.

se que as Secretarias Estaduais procuravam observar uma periodicidade mensal, só escasseando as edições no decorrer de 1971, certamente, devido à repressão política. O “Informativo Nacional”, emitido pela direção nacional, tinha as mesmas funções do “Caderno Regional”. Ambos eram entregues às células pelo seu Assistente.

1.2.3. Organizações Para-Partidárias (OPP’s)

Apoiando as células, o planejamento estratégico do POC previa a construção de uma a rede de “Organizações Para-Partidárias”, chamadas de “OPPs”. Estas organizações, no sentido estrito, jamais chegaram a ser criadas e as funções de apoio às células eram feitas pelos simpatizantes do partido, que rapidamente herdaram a denominação de “OPPs”. Estes importantes colaboradores eram recrutados, dentre os simpatizantes mais assíduos, sendo, inclusive, estágio obrigatório para o ingresso na militância propriamente dita.

As OPP’s eram de vital importância para o partido, apoiando-o nas rotinas operacionais. Eram, pois, pessoas que tinham condições de oferecer algum tipo de auxílio, como a guarda de objetos e documentos, contribuições financeiras, hospedagem de militantes e até mesmo refeições para os clandestinos. Recebiam, pois, das Secretarias Regionais, tarefas que não exigiam contatos políticos prévios ou mais aprofundados, mas diretamente relacionadas à execução de ações do partido. Por essa razão, podemos situá-los em um estágio intermediário entre o simpatizante e o militante.

Foi possível depreender pelos depoimentos dos militantes do POC, e nos documentos internos, a extrema importância dessa teia de auxiliares diretos no atendimento às necessidades imediatas. Deles dependiam todo o trabalho dos

militantes. Otacílio Cecchini, por exemplo, quando estudante de Filosofia na USP em 1968, deixou de ser “simples” simpatizante do partido para tornar-se importante OPP. Suas tarefas consistiam, primeiramente, no apoio ao Setor Estudantil, integrando, conforme suas palavras, “uma rede de auxílio, por exemplo, para o Congresso de Ibiúna, suporte, auxílio.” Em 1969 foi deslocado para Osasco, com o propósito de colaborar com as células operárias do município na formação teórica dos operários.[106]

Sinclair Cecchini, irmão de Otacílio, por sua vez, informou que, no seu caso, o processo de passagem de OPP para militante deva ter durado uns três meses. Esta passagem coincidiu, no segundo semestre de 1968, com a composição de uma célula do POC no curso de Geografia da USP.[107]

Todo quadro do partido tinha, necessariamente, que passar por esse processo de formação política que consistia no curso preparatório, o “Formação Básica” e na atuação como OPP. Contudo, não necessariamente um OPP se tornaria quadro, pois, não havia interesse da direção de “inflar” o partido com quadros além do necessário para a vida das células, E, por outro lado, os opps eram extremamente úteis ao partido, sem terem maiores conhecimentos acerca das suas rotinas. Citemos novamente o caso de Otacílio Cecchini, OPP do partido desde 1969 e assim se manteve propositalmente, pois, era professor de História em cursinho e madureza em Osasco e, com essa atividade profissional, não-clandestina, mantinha contatos com operários da região. Conforme suas próprias palavras,

[106] Depoimento ao autor em 19/3/2015.
[107] Depoimento ao autor em 20/3/2015.

> Eu sei que fiquei só com esse tipo, que era suficiente para o partido, porque ele precisava muito desse tipo de apoio nesse período de 68-69. Chega o AI-5 e esse tipo de apoio era muito importante.[108]

Além dos OPPs, o POC contava com importante rede de simpatizantes, composta, sobretudo, por pessoas de alguma forma ligadas ao ambiente universitário. Isso permitia que o partido não tivesse a necessidade de alugar muitos imóveis que lhe servissem de aparelhos, uma vez que os simpatizantes cediam suas residências para as reuniões do partido e abrigavam os militantes clandestinos e deslocados. Leane Ferreira de Almeida, por exemplo, nos contou que, nos onze meses que ficou em São Paulo após seu deslocamento de Porto Alegre, foi abrigada em 15 casas diferentes. Diante desse dado, não nos surpreende o número de indiciados nos processos do BNM sob a acusação de "homiziar subversivos".[109]

1.3. Eleições internas e o processo decisório

O partido procurava respeitar o princípio do centralismo democrático. Por isso, quando da realização de Congressos e Conferências estaduais ou nacionais, as teses que seriam debatidas e votadas eram previamente divulgadas através do "Caderno Regional de Debates", para serem discutidas nas células. Estas, por sua vez, elegiam, cada célula, um delegado que, na eleição para a direção deveria votar nos candidatos que encampassem as mesmas teses. O delegado de célula, por sua vez, tinha autonomia para, no calor do encontro, propor a composição de chapas e fusões de teses. Os encontros ocorriam quase sempre em casas de simpatizantes para onde os delegados eram conduzidos de olhos vendados.

---

[108] Depoimento ao autor em 19/3/2015.

[109] A título de exemplo, apenas no Processo BNM 55, que tramitou na Justiça Militar de São Paulo, foram denunciados 67 réus. Destes, ao menos 10 foram arrolados no processo sob a acusação de "simpatizantes" de "homiziar subversivos". Disponível em < http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. Acesso em 20/11/2014.

Este processo se manteve até o racha de fevereiro de 1970. Na sequência, em maio deste mesmo ano, o partido sofreria uma queda devastadora, de forma que os acontecimentos passaram a se suceder de forma tão rápida que os procedimentos democráticos tiveram que se adaptar às novas circunstâncias da luta pela sobrevivência da própria organização. Nestes termos, o processo eleitoral foi substituído pela indicação de sucessores quando necessário. E, essa necessidade se impunha com muita frequência, pois, cada vez mais militantes, mesmo os de base, procuravam o exílio para fugir da repressão e tentar assegurar a sobrevivência da organização mesmo que no exterior.

Em tempo, por questões de segurança, apenas os delegados das células conheciam os membros das direções estaduais e nacional. Os militantes não conheciam o resultado das votações para os cargos de direção e, portanto, ignoravam quais eram os membros das direções. (Sinclair, 13/4/15)

2. O "Setor Interno"

Creio que o leitor já tenha se apercebido de que havia uma preocupação efetiva no partido quanto à sua capacidade de organização interna. Esta era tida como uma qualidade inerente aos partidos de linhagem marxista-leninista, conforme atesta a quantidade de documentos internos referentes ao tema.

O partido entendia que este trabalho consistia, essencialmente, em subsidiar o funcionamento da máquina partidária. Esta, por sua vez, incluía a organização e manutenção de aparelhos, redes de datilógrafos, impressoras e mimeógrafos, arquivo, imprensa e finanças. O bom funcionamento dessa infra-estrutura assegurava a vida orgânica do partido. Além disso, a boa organização

interna propiciava agilidade nas comunicações entre as seções do partido, e as células e os militantes. Por essa razão, cada Secretaria Regional possuía uma célula dedicada exclusivamente ao trabalho interno.

As queixas dos militantes em relação à eficiência dos trabalhos do Setor Interno sempre ocorreram, e se avolumaram na medida em que a repressão se torna mais intensa. Ao mesmo tempo, o crescimento dos movimentos de massa levou a uma renegação do trabalho interno a um plano secundário. E, desta forma, poucos militantes acabaram sendo destinados essa atividade. Isso motivou severas críticas da Secretaria Regional da Guanabara, que acusou a Direção Nacional de não se preparar adequadamente.

> Ausência de um setor operacional fez com que o setor estudantil, que acompanhou o crescimento de todo o setor em 68 em nível nacional, tivesse suas atividades externas truncadas pela necessidade dos militantes realizarem também tarefas de infra. O trabalho no ME acabou sendo prejudicado porque "bater à máquina ou fazer traduções nunca foi uma alternativa para a nossa penetração no ME.[110]

Certamente a crítica surtiu o efeito desejado, pois, poucos meses depois, a mesma secretaria informava que houvera um crescimento no trabalho do Setor Operário local, graças à "organização de um Setor Interno, de apoio, com dois militantes que se ocupavam exclusivamente das tarefas operacionais (cobrança das contribuições, distribuição de material, etc.)". E, continuando os elogios, a Secretaria da Guanabara indicava ter ocorrido uma "profissionalização da estrutura burocrática da secretaria", que podia ser verificada na

> - racionalização do depósito de consumíveis
> - montagem de arquivo
> - profissionalização parcial da técnica de imprensa: datilografia, paginação, etc.
> - cobrança sistemática de finanças
> - montagem de uma OPP de organização

[110] POC - GB – "Ensaio para uma política da organização", março de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02633.

> - regularidade no recebimento de material de secretaria (papel, tinta, stencil).[111]

Em São Paulo, por exemplo, no decorrer de 1970 em diante, havia apenas quatro militantes no Setor Interno. Um, responsável pelo contato com as células de Osasco, outro, com a célula do ABC, um terceiro, com as células estudantis. Esses militantes do setor interno que apoiavam as células eram chamados de “Assistentes de Células”. Finalmente, havia um quarto membro do Setor Interno, responsável pelas finanças e preparação dos documentos e informes.

Militando na capital paulista durante vários meses, a gaúcha Leane Ferreira foi responsável, por essa função, desde sua vinda do Rio Grande do Sul, em meados de 70. Fora deslocada de Porto Alegre para São Paulo para ser resguardada da repressão que se seguiu à tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos. Submetida a severa clandestinidade, tinha contato apenas com dois membros da direção, um estadual e outro, nacional, além dos outros três militantes do setor interno. Segundo ela, a atividade do setor não poderia ser classificada como “mera burocracia”, pois, continua Leane, “era administração, e que possibilitava que essa rede de pessoas ficasse unida em termos materiais e logísticos.”[112]

Dentre as atividades do Setor Interno, uma das mais importantes era a multiplicação dos documentos e informes do partido que deveriam ser distribuídos para as células. Para isso, o setor contava com um mimeógrafo ou, se possível, uma impressora. Sua localização era protegida por regras estritas de segurança, de forma que sua localização era conhecida apenas pelos militantes do Setor Interno e um membro da direção, encarregado do envio dos

---

[111] POC - GB – “Balanço”, março de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02656.
[112] Depoimento ao autor, 03/03/2015.

documentos a serem multiplicados. Dada a importância que o partido atribuía à sua imprensa, o capítulo V será dedicado a ela.

2.1. Indisciplina

No tocante à disciplina, cabia a todos os militantes zelarem pela integridade orgânica do partido. Nisso incluía-se não só o cumprimento das suas tarefas imediatas, como o respeito à linha política e às diretrizes da Direção. Por isso, os atos de indisciplina eram punidos com censura pública, afastamento temporário de atividades, exigência de autocrítica, e até a suspensão e expulsão do partido. Essas situações eram quase sempre acompanhadas de informes emitidos pela Secretaria Regional, como o abaixo, motivado pela ausência durante duas semanas de um militante que realizou uma viagem pessoal sem ter comunicado seu coordenador de célula:

> Nestas circunstâncias, o amadorismo, o descontrole emocional e todos os tipos de indisciplina – falhas que emperram todo tipo de organização a qualquer tempo – podem acarretar consequências irremediáveis. Ou cada indivíduo se torna um militante revolucionário, ou está pondo em risco a própria existência do partido.[113]

Neste caso, a Regional punira o militante com suspensão das atividades partidárias. Eram comuns as acusações de “desvios pequeno-burgueses” e falta de introjeção da verdadeira consciência revolucionária. Reis Filho fala em um “leque de virtudes” necessário para que o comunista alcance seu objetivo transcendente. E, dentre essas virtudes está, necessariamente, a “austeridade ascética, a renúncia às amenidades, determinação”, dentre outras.[114]

Emblemática neste sentido é a “Circular de organização e coordenação”, da Regional da Bahia, reiterando o compromisso moral de um militante de uma

---

[113] POC – “Auto-crítica da companheira L. dirigida à Secretaria Regional”, fevereiro de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02361 – 02364.
[114] REIS FILHO, 1989, op. cit. p. 121.

organização comunista, incompatível com o estilo de vida dos estudantes universitários.

> as irregularidades do funcionamento da maioria das células são causados por:
> a) existe uma cisão profunda entre a militância dos companheiros e sua vida normal (social) em que a segunda ocupa a maior parte do seu tempo, tornando as reuniões das células algo distante e desligado de suas necessidades.
> (...)
> d) as células não se têm utilizado da crítica e da rigidez disciplinar, fazendo com que o liberalismo e a displicência seja a nota dominante em suas reuniões. [115]

E, prosseguia a Circular na sua "lição de moral revolucionária", que "somente através da crítica e da discussão", ao nível da célula, onde as reuniões ocorriam com grande frequência, os militantes "são levados a romper definitivamente com os problemas individuais, a superar sua existência pequena burguesa (...)".[116]

A construção de um novo mundo exigia um homem novo, que rompesse interiormente com os dilemas existenciais decorrentes da vida no sistema capitalista, que precisamente, devia ser negada.

2.2. Finanças

As finanças do partido eram centralizadas na Direção Nacional, isto é, todo dinheiro arrecadado deveria ser encaminhado para o caixa nacional, através de depósito em conta corrente, mediante o envio do comprovante de depósito por correio. Apenas a Direção podia aprovar os gastos das Secretarias. Excepcionalmente as células poderiam ficar com parte da arrecadação desde que aprovadas pela Secretaria Regional e pela Direção Nacional. Toda despesa da Secretaria Regional deveria ser comunicada e

---

[115] POC – BA – "Circular de organização e coordenação", julho de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02838.
[116] Idem.

aprovada pela Direção Nacional. Esta deveria receber até o dia 10 de todo mês o balanço financeiro, informado em formulário próprio para o fim.

A principal fonte de receita eram as doações feitas pelos simpatizantes, OPP's e militantes. Sobre estes, inclusive, havia uma diretriz interna que orientava a cobrança. Neste caso, todo militante com vida profissional regular deveria contribuir com um montante proporcional ao seu salário, calculado a partir da seguinte fórmula: $0{,}00016 \times X^2$ = valor da contribuição mensal, onde X ''e o salário líquido do militante.[117] No máximo, no dia 05 de cada mês toda a arrecadação da célula deveria ser entregue ao Assistente de célula, acompanhada de uma ficha de prestação de contas.[118]

Aos militantes eram constantes as solicitações de empenho nas campanhas arrecadatórias promovidas pelo partido na forma de rifas e vendas de jornais. Eram feitas reprimendas públicas nos documentos internos às células que não alcançassem sua meta de arrecadação.[119]

Algumas fontes indicam que o POC, a partir de 1969, passou a viver dificuldades financeiras e este teria sido um dos motivos para a realização de ações de expropriação. Regis Andrade, militante do Setor Operário de São Paulo, afirmou que "o POC fez assalto a banco também, eu pessoalmente não fiz, mas o POC fez, por questão de dinheiro e não por questão de propaganda armada."[120]

Essa posição foi sustentada por Angela Mendes de Almeida em depoimento ao autor. Segundo ela, o acirramento da repressão após o AI-5

---

[117] POC - "Normas para as finanças", maio, 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0648-0649.
[118] Vide Anexo I.
[119] POC – BA – "Circular de organização e coordenação", n$^{o.}$ 4, abril de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02386.
[120] ANDRADE, Regis Stephan de Castro –"Trabalho e sindicalismo. Memória dos 30 anos do movimento de Osasco", in **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 10 (2): outubro de 1998, p. 44.

levou a muitos militantes se tornarem clandestinos, rompendo assim com trabalho e outros meios regulares de obtenção de recursos. E, ao mesmo tempo, a verba decorrente das contribuições diminuiu drasticamente pelo temor dos simpatizantes em relação à polícia política. Nesta circunstância, as expropriações se impuseram como uma "necessidade vital", conforme as palavras de um membro da Direção Nacional.[121]

Contudo, em depoimento da militante Leane Ferreira de Almeida a sustentação financeira do POC não dependia de expropriações, pois, "o partido recebia apoio financeiro de pessoas ligadas à universidade, bem posicionadas; as expropriações eram desnecessárias".[122] E, os registros nos "Processos BNM" também informam que o partido sobrevivia principalmente de contribuições voluntárias dos militantes e simpatizantes.[123]

Com efeito, em relação à utilização desta documentação, creio ser pertinente uma ressalva. É de conhecimento geral a forma como os depoimentos dos presos políticos foram colhidos pelas equipes de interrogatório das agencias repressivas. Por essa razão, mais do que a exatidão das informações reveladas pelos interrogados, utilizamos os processos para verificar em que medida as "quedas" dos militantes modificavam a linha política do partido ou, ao menos, provocavam alguma autocrítica. O POC foi objeto de oito processos nos quais era citado como única organização; e em outros três aparecia ao lado de outras organizações.

Em termos gerais, a leitura desses processos deixa clara a fragilidade da estrutura de segurança dessas organizações e a precariedade do seu aparato

---

[121] Depoimento de Angela Maria Mendes de Almeida ao autor, em 16/12/2014.
[122] Depoimento à Comissão Estadual da Verdade, São Paulo. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KtUZcZSghC0. Acesso em 12/11/2013.
[123] Me refiro aos processos nº. 055 e 384. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br. Acesso em 10/10/2013.

militar. Por outro lado, permite aferir o extremo voluntarismo dos militantes, sobretudo aqueles que optaram pela clandestinidade, abdicando assim da sua juventude em nome da causa que, não poucas vezes, os levou para a prisão, tortura e morte.

A relutância em aderir à prática expropriatória como alternativa para obtenção de recursos financeiros, de fato, dividia o partido. Relacionando as fontes de recursos financeiros, o documento informava ao militante: "os meio são vários e vão desde a contribuição individual até a expropriação (este não é o nosso caso)", e incluíam também, "rifas, campanhas e venda de jornais".[124] Essa visível ambiguidade atravessaria toda a história do partido, trazendo-lhe sérias conseqüências, como veremos.

2.3. Formação político-teórica

No POC, por entender-se como um partido de quadros, o ingresso de um simpatizante na militância propriamente dita exigia rigorosa preparação preliminar. Esta preparação implicava a participação em cursos teóricos de formação política e o desempenho de atividades como "OPP", isto é, como já vimos, simpatizante ativo do partido. Este procedimento foi confirmado por Stanislaw Smerzeta. Segundo ele, ex-militante do Setor Operário em Osasco (SP), na base do organograma do partido, "tinham as OPP's, que eram organizações de formação de militantes. Para ingressar no partido tinha que ter uma base teórico-prática mínima."[125]

Em relação aos "Cursos de Formação", esta era uma das práticas criadas pela POLOP e mantidas pelo POC e visavam qualificar teoricamente

---

[124] POC – "Planejamento do setor de organização de PE", 02/03/1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 03209.

[125] Depoimento à Comissão Estadual da Verdade (São Paulo), disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KtUZcZSghC0. Acesso em 11/11/2013.

seus militantes e simpatizantes. A máxima de Lênin, em *Que Fazer?*, "só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combatente de vanguarda" era aplicada com todo o rigor na organização.[126] Certamente, esse foi um dos fatores responsáveis pela boa penetração no movimento estudantil em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. É emblemática neste sentido a circular que a Direção Nacional fez descer às bases, poucos meses após a fundação do partido, enfatizando a necessidade de uma primorosa formação política:

> Um dos problemas mais agudos que no momento afligem o P. é o baixo nível de militância dos seus quadros. Quais as causas disto? De um lado está a posição social da maioria dos militantes que ainda não perderam a perspectiva de ascensão social nos moldes burgueses: de outro está a formação política insuficiente que lhes impede de ver claro e de ter uma militância partidária em nível elevado.[127]

Esta preocupação com a formação teórico-política continuada dos seus quadros sempre foi uma constante no partido, mesmo durante os anos da mais pesada repressão. Exemplo disso é o documento da Secretaria Regional de Pernambuco, impondo aos seus militantes a obrigatoriedade da leitura de três livros por mês, dentre uma longa lista que incluía títulos de autores clássicos do marxismo, de economia, e de história do Brasil e da América Latina.[128] E, o documento ainda se dava ao luxo de propor a composição de uma biblioteca circulante com esses títulos e de estabelecer temas de teoria marxista para o seminário de formação de OPP's.

A formação do OPP, candidato à militância, se dava, pois, em três níveis: teórico, político e prático. No plano teórico, além das leituras recomendadas

---

[126] LENIN – **Que Fazer?** (1902). Lisboa. Editorial Estampa, 1973, p. 32.
[127] POC – "Circular de Orientação e Coordenação", 20 de agosto de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02834.
[128] Dentre vários autores, o documento destacava a importância de Paul Swezzy, Louis Althusser, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, além de, obviamente, Marx e Lênin. POC – "Planejamento para ação política". Fevereiro de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 03191.

acima, eram indicados alguns documentos do partido: “Aonde Vamos”, os “Informes Nacionais” e o jornal “Unidade Leninista”. Quando da sua fundação, o POC pretendia oferecer cursos sistematicamente de preparação política aos seus militantes e simpatizantes. Os cursos de formação teórica dividiam-se em níveis diferentes. Havia o de “Formação Básica” (imagem 2 no Anexo), acrescido de normas de segurança. Neste curso, de “Formação Básica”, ministrado por um “Formador de Quadros”, relatou Sinclair, “lia-se e discutia-se textos como ‘Manifesto do Partido Comunista’, ‘Dezoito de Brumário’, e teoria leninista de partido com o ‘Que Fazer?’, além de teses do POC.”[129] Ainda este militante, relatando seu processo de formação, informou que

> O ambiente universitário em particular e a atmosfera cultural efervescente do final dos anos sessenta, levava a muitos estudantes procurarem participar de grupos de leitura e discussão extracurriculares. Muitos desses grupos de estudos eram organizados e coordenados por militantes de organizações de esquerda que, sem se identificarem enquanto tal, viam nesses grupos uma oportunidade para a arregimentação de novos simpatizantes. No meu caso, fui convidado para um curso de marxismo por uma colega da faculdade [Geografia, na USP]. Eu não tinha idéia de que ela era da POLOP. O nosso grupo de cinco calouros não sabia que se tratava de uma arregimentação para um partido clandestino. Ao final do curso, eu e mais duas pessoas do grupo fomos convidados a conhecer as teses da POLOP. [130]

Em tempo, esse grupo, que acabou por se constituir em uma célula da POLOP, posteriormente do POC, na Geografia da USP, se converteu em importante força política ganhando sistematicamente as eleições para o Diretório Estudantil da faculdade entre 1966 e 1970. Ele era composto, segundo Sinclair, “por seis militantes e uns dez OPP’s, selecionados em cursos de marxismo, sempre se omitindo o vínculo com o POC.”[131]

---

[129] Depoimento de Sinclair Cecchini ao autor, 20/3/2015.
[130] Idem.
[131] Idem.

2.4. Imprensa Partidária

O uso de periódicos na luta política remonta aos embates contra o Antigo Regime, nos século XVII e XVIII. Os polemistas ingleses e franceses, na luta contra o Absolutismo Monárquico, se utilizavam das páginas de pasquins e gazetas como armas políticas.[132] Marx, Engels e a linhagem política que eles inauguraram são tributários e, ao mesmo tempo, estimuladores dessa prática, bastando citar como exemplo a importância dos artigos publicados por eles na "Gazeta Renana" (1842-1843) e na "Nova Gazeta Renana" (1848-1849). É sabida a importância da imprensa militante na história do bolchevismo, da Revolução Russa e da esquerda de forma geral.

Essa tradição se fez presente na esquerda brasileira, sendo notórias as publicações anarquistas do início do século XX e as várias revistas e jornais editados pelo PCB ao longo da sua trajetória.

Remontando ao período pré-POC, com a POLOP não foi diferente. Sua notoriedade na esquerda se deve à qualidade da sua produção teórica divulgada em periódicos. Destes, o mais importante e que, inclusive, deu nome á própria organização, foi a Revista "Política Operária", editada desde 1961depois convertido em jornal e mantido pelo POC.

Entendemos que este tenha sido um dos motivos para o POC, que nos primeiros momentos da sua existência pode ser considerado herdeiro direto de tradições e práticas polopistas, dedicar boa parte de seus esforços na publicação de vários tipos de periódicos, de abrangência tanto local quanto nacional. Com efeito, o tema da imprensa é frequente nos debates internos ao partido durante toda sua existência.

---

[132] DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.) – **Revolução Impressa.** A imprensa na França (1775-1880). São Paulo: EDUSP, 1996.

Como dissemos, o POC preocupou-se, ao longo de sua curta trajetória, em publicar jornais e boletins de âmbito nacional e também aqueles destinados ao público local. Ao mesmo tempo, percebe-se a preocupação de focalizar um público alvo, produzindo boletins e informes dirigidos especificamente pear operários ou para estudantes. Os jornais "Política Operária" e "Movimento Universidade Crítica", ambos de circulação nacional, eram produzidos pela Direção Nacional do partido.

Exemplo disto é o "Comunicado sobre o jornal", documento emitido pela Direção Nacional em 23/4/1968.[133] Por ele a cúpula diretiva exortava os militantes a produzirem jornais locais, de circulação nas indústrias da região, contendo notícias sobre elas e que fossem de interesse dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, o documento requisitava a remessa para a direção da organização de notícias da região para alimentarem os periódicos nacionais. E, para reforçar a importância da solicitação, foi citado o caso do movimento grevista em Minas Gerais que eclodira por esse período, pois, segundo a Direção Nacional, "ele revela o potencial de luta latente na classe; revela as limitações da estrutura sindical e as formas organizatórias que permitem a mobilização da classe."[134]

Poucas semanas depois (01/06/1968), a exortação se transformaria em críticas ácidas a todo o partido, referente à imprensa, acusando-o de que "a tese leninista do papel organizador e orientador do jornal não foi devidamente assimilada (...)".[135] As razões dessa crítica se deviam ao fato do jornal partidário, segundo a direção partidária, ser precário enquanto fonte de

[133] CEDEM, Fundo POLOP, documento 0646.
[134] Idem, ibib.
[135] CEDEM, Fundo POLOP, documento 0650.

informações úteis ao movimento operário. E, além disso, a direção alegava desconhecer onde o jornal estava tendo penetração.

A intermitência nas edições dos veículos da imprensa nacional esteve no calor dos acontecimentos que culminaram no "racha" de fevereiro de 1970. Na edição deste mês do "Caderno Regional de Debates", canal interno de discussões, um militante de que, por razões óbvias de segurança, manteve o anonimato, sentenciou: "o Partido não está encarando a imprensa de modo que é necessário para uma correta atuação política".[136] E, na sequência, este mesmo militante dava a "receita" para um imprensa partidária mais eficiente, ou seja, "a imprensa como importante veículo de mobilização e conscientização":

> - jornal de circulação nacional,
> - tiragem quinzenal; distribuição em dois dias,
> - matérias e reportagens feitas pelos OPP's,
> - cada célula ter um militante responsável pelo jornal.[137]

O cerco imposto pela repressão, o progressivo isolamento do partido em relação à sociedade, e a queda cada vez mais freqüente de militantes, tornavam qualquer projeto de uma imprensa nacional pouco factível. Mesmo a imprensa de âmbito local, em tese operacionalmente mais fácil de ser editada e distribuída, foi escasseando ao longo de 1970 por esses mesmos motivos.

2.4.1. O "Política Operária"

Lançado no início de 1961, o periódico "Política Operária" atravessou a década, extinguindo-se em 1972. No decorrer dessa longa trajetória, o "Política Operária" adquiriu mais de um formato, ora sendo editado como revista, ora como jornal. Mesmo com uma periodicidade intermitente, devido às condições

---

[136] "Caderno Regional de Debates", Secretaria Regional de São Paulo, nº 10, fevereiro de 1970, p. 3. Disponível no CEDEM, Fundo POLOP, documento, 1127.
[137] Ídem, ibid.

financeiras precárias das organizações que o editava – primeiramente a ORM – PO, sucedida pelo POC e, após o racha interno deste, pela OCML-PO – o "Política Operária" foi sempre um veículo que gozou de prestígio na esquerda.

A edição de maio de 1968 trouxe na sua capa a informação de que se tratava do "Órgão Central do Partido Operário Comunista". Nesta mesma primeira página informava aos leitores "A fundação do Partido Operário Comunista", quando explicava ao leitor que

> da luta interna na esquerda – dentro e fora do velho partido comunista – chegamos à unificação da Organização Revolucionária Marxista Política Operária com a Dissidência Leninista, que já rompera com o partido reformista no processo da discussão interna.[138]

E, mais abaixo, anunciava defender "a linha da revolução proletária e socialista", para marcando o terreno da esquerda no qual se posicionava. Por fim, a página três desta mesma edição, apresentava a já referida "Declaração Política do Partido Operário Comunista".[139]

Na sua fase POC a periodicidade do jornal foi bastante irregular. Do referido nº 17, de maio de 1968 até a última edição que trouxe a assinatura do POC, em dezembro de 1970, foram somente mais sete números. Essa intermitência daquele que era tido como o veiculo de comunicação mais importante do partido está na raiz das exacerbadas críticas que a direção sofria por parte das bases. O nome do jornal foi objeto de disputa entre as duas organizações após o racha de fevereiro de 1970. Dessa data até dezembro de 1970, o POC lançou três números do "Política Operária" em seu nome, enquanto a ORCM-PO lançava edições mensais regularmente. Todo esse rico acervo está à disposição dos pesquisadores no CEDEM da UNESP.

---

[138] Vide Anexo II. CEDEM, Fundo POLOP, documento 1975.
[139] Ídem, p. 3.

Em suas páginas o partido fazia análises de temas de abrangência nacional e também internacional. Dentre os temas nacionais que apareciam com maior frequência em suas páginas, localizam-se aqueles referentes ao movimento de massa e estudantil. As críticas ao reformismo do PCB, estendida aos seus congêneres soviético e chinês eram igualmente frequentes.

Ocupava-se, também, do debate com as demais organizações da esquerda. Nessas ocasiões o POC elucidava sua linha sua linha política ao mesmo tempo em que criticava os grupos “reformistas” (PCB, PCdoB e AP) e os “militaristas” (VPR, ALN, dentre outros). O prestígio que estes últimos haviam adquirido no seio da esquerda brasileira no passado recentíssimo, segundo análise do POC, remonta ao peso do dogmatismo stalinista, que foi tão somente substituído pelo de Regis Debray e do foquismo, revelando assim um “desvio pequeno-burguês”.

Em fevereiro de 1970 foi editado o último número (21) com a assinatura de “Órgão Central do Partido Operário Comunista”. No número seguinte, 22, que veio a público, já constava a assinatura da “OCML-PO”, precedida de uma “Nota Explicativa” dando as razões políticas do rompimento com o POC.[140]

2.4.2. Imprensa Regional

Cabia às Secretarias Regionais a produção dos jornais de circulação local, isto aqueles que procuravam atingir a um público específico e limitado geograficamente. Segundo Angela M. de Almeida, da Direção Nacional da organização,

> Não havia nenhuma proibição para as células produzirem seu próprio material a ser distribuído nos locais onde atuavam. Isso porque às vezes a atuação de uma célula em um determinado local exige uma intervenção e, por isso, não havia nenhum tipo de centralismo que impedisse isso. Até

[140] CEDEM, Fundo POLOP, documento 02055.

> porque, em cada célula havia uma pessoa da SE, ou, pelo menos, alguém dela que dava assistência a essa célula.[141]

Em linhas gerais, esses jornais, que melhor seriam classificados como informativos, abordavam temas de interesse restrito ao público local, como por exemplo reivindicações específicas dos operários de uma fábrica da localidade. Esses boletins informativos tinham uma periodicidade irregular e, na maioria dos casos, uma sobrevida limitada a algumas poucas edições. A produção era, invariavelmente, artesanal – folhas de papel sulfite rodadas em mimeógrafos manuais e com pouquíssimos recursos gráficos. Tal precariedade é reveladora das duras condições materiais e de segurança em que eram produzidos.

A distribuição era feita pelos militantes e simpatizantes nas proximidades dos locais de grande concentração operária ou estudantil. Algumas vezes, dependendo das condições de segurança, a distribuição poderia ser feita no interior das faculdades ou das empresas. Neste caso, era frequente a distribuição indireta, deixando exemplares nos banheiros e vestiários. Apesar de serem distribuídos gratuitamente, todos traziam um valor estampado na primeira página, e que variava entre NCr$ 0,10 a NCr$ 0,50, seguido da mensagem "Companheiros: este boletim é um instrumento da nossa luta. Discuta. Critique. Colabore financeiramente."[142]

Com muita freqüência os boletins relatavam de forma dramática as duras condições de vida dos operários da localidade. Por exemplo, o "Combate", que circulava nas áreas industriais da Grande Belo Horizonte, conclamava os

---

[141] Depoimento ao autor, 10/03/2015.
[142] A exemplo do jornal "Elo", nº 14, 31/01/1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 3494. Para uma visualização do mesmo, vide Anexo III.

trabalhadores à luta porque “o salário está mal dando para comer, as crianças sem ter o que vestir e o custo de vida subindo”.[143]

A penúria social e as péssimas condições de trabalho tinham uma causa comum apontada pelo “Resistência Operária”, do Rio Grande do Sul, na matéria intitulada “Como agem os patrões e sua ditadura”: a intervenção nos sindicatos e o drástico cerceamento do direito de greve.[144] O congênere paulista “Movimento Operário”, na sua edição de março de 1970, indicaria esses mesmos motivos como causas das péssimas condições de vidas dos trabalhadores: “São seis anos de ditadura no Brasil. Seis anos de repressão mais intensa, da exploração cada vez maior. Seis anos de arrocho e de novas leis operárias que saem a cada dia”.[145]

À reboque das denúncias das mazelas criadas pela “ditadura dos patrões”, os boletins veiculavam suas palavras de ordem: “Preparemos as lutas; organizemos os comitês; abaixo o arrocho”, conclamava o “Combate” de 1º de maio de 1969.[146]

As palavras de ordem eram, por vezes, acompanhadas por referencias históricas e econômicas que procuravam justificá-las. Entendemos que essas análises, por mais breves que fossem, tinham uma finalidade pedagógica no sentido de buscar uma formação cultural do público para o qual o jornal se dirigia. E, ao lado disso, visava confirmar a correção da linha política do partido. Não teriam sido outros os motivos da longa análise que o jornal “Avanço Operário”, de Caxias do Sul, fez da realidade sindical brasileira,

---

[143] “Combate”, nº 1, junho de 1968, p. 1. CEDEM, Fundo POLOP, documento 2665.
[144] “Resistência Operária”, nº 5, setembro de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 3759.
[145] “Primeiro de abril...seis anos de ditadura”, in “Movimento Operário”, nº 34, 30/03/1970, p. 2. CEDEM, Fundo POLOP, documento 3620.
[146] CEDEM, Fundo POLOP, documento 3688, p. 4.

emblematicamente intitulada “O que são nossos sindicatos?”, da qual reproduzimos alguns trechos:

> Companheiros, nossos sindicatos foram criados e estruturados pelo Estado burguês-latifundiário (...) pelo Estado Novo, de acordo com padrões fascistas italianos. Portanto, não existem de fato sindicatos operários no Brasil. Não podemos, portanto, ter ilusões com nossos sindicatos.
> ...temos que nos organizar em cada local de trabalho de maneira independente, e não darmos descanso aos donos das fábricas (...) cirando sindicatos livres, preparando a greve geral é que estaremos avançando na derrubada do governo burguês-latifundiário, e na estruturação do governo dos trabalhadores da cidade e do campo.[147]

Dos setes estados em que o POC mantinha Secretarias Regionais (SP, RS, BA, PR, MG, GB e PE) localizamos jornais operários produzidos em cinco deles, a saber: São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Guanabara.

Em Minas Gerais localizamos dois boletins. O “Comitê de Empresa”, que teve apenas seis edições, e se extinguiu no mesmo ano de 1968 em que fora lançado. Circulou nas cidades industriais de Minas Gerais e em Belo Horizonte.[148] Havia também o boletim “Combate”, que consegui a proeza de ser editado semanalmente desde junho de 1968 a maio de 1969.[149] Seus temas eram destinados, sobretudo, a metalúrgicos de Betim, Contagem e Belo Horizonte.

Em São Paulo, localizamos dois jornais operários, o “Comitê de Empresa” e o “Movimento Operário”. O primeiro, assim como seu homônimo mineiro, sobreviveu a pouquíssimas edições – apenas cinco – e era destinado aos operários do município de Guarulhos. O segundo circulava entre as indústrias de Osasco, e foi editado de forma intermitente entre janeiro de 1968 (ainda sob a assinatura da POLOP) e março de 1970, totalizando 34 edições.

---

[147] “Avanço Operário”, nº 2, setembro de 1969, p. 1. CEDEM, Fundo POLOP, documento 3828.
[148] CEDEM, Fundo POLOP, documento 3708.
[149] Idem, documentos 3665 a 3688. Vide Anexo IV.

Na Bahia, o jornal “Elo”, dirigido aos trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari, que era editado desde janeiro de 1968, ainda pela POLOP, sobreviveu até o número 20, datado de outubro de 1969.

Curta existência tiveram também os boletins gaúchos. O “Resistência Operária”, que circulava nas fábricas da capital e região metropolitana de Porto Alegre, sobreviveu a apenas nove edições, publicadas entre meados de 1968 e setembro de 1969. Em Caxias do Sul, na região serrana do estado, o “Avanço Operário” não teve melhor sorte do que seu similar porto-alegrense, desaparecendo após apenas quatro edições.

2.5. Debate interno: o “intelectualismo”

O POC se caracterizava, portanto, dentre outros aspectos, pela extrema valorização de atividade intelectual, com aquilo que entendia ser uma preparação teórica rigorosa dos seus quadros e OPP’s. Além do “Curso Básico”, obrigatório a todo novo militante ou opp do partido, os membros eram continuamente estimulados a realizar leituras e debates teóricos.

Por outro lado, o POC sofria com críticas, tanto internas, quanto externas, de cultuar certo “intelectualismo”. Essas críticas deviam-se ao fato de que amplos setores da esquerda, neste momento, priorizarem a ação, em detrimento daquilo que consideravam como “enfadonhas” discussões teóricas que não levavam a nada.[150] Essa crítica tinha como pano de fundo o alegado imobilismo do PCB por ocasião do Golpe de 1964, acrescido da vontade de “agir” das gerações de militantes mais novas. Há quem diga, portanto, que se tratava também de um conflito de gerações: os militantes da “velha guarda”, formados nas lutas legais do pré-64, e a juventude revolucionária, empurrada

[150] POC – SP - “Ativo Regional”, maio de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, Documento 02390.

para a militância radical pelo golpe de 1964.[151] E, numa distinção elogiosa, estes, os “da pesada” como se dizia à época em referencia àqueles que aderiam à luta armada, se autodenominavam ”guerrilheiros”, enquanto aos demais cabia a pecha pejorativa de “comunistas”.

Passados quase quarenta anos destes fatos, o zelo pela discussão teórica continua a ser um dos diferencias positivos do partido na memória de boa parte da antiga militância. Para Otacílio Cecchini, o POC

> [era] um meio bem intelectualizado, (...) pensava, repensava, estava sempre preocupado com a análise mais racional, que era fascinante. Mas, ao mesmo tempo, tinha a tal grande piada da esquerda, que ‘pô’, é um pessoal intelectualizado, pequeno burguês e tal, sem contato com o movimento operário.[152]

Essa valorização da formação teórica foi fator determinante, em vários casos, para o ingresso de novos militantes na organização. Ainda para O. Cecchini, “o extremo intelectualismo me fascinava.” E, valorizava sua decisão em se aproximar do POC: “tô aprendendo, é legal, é bom saber, abrir o horizonte.” [153]

Leane Ferreira, jovem bancária de 19 anos, conta que tão logo ela e alguns colegas de trabalho demonstraram interesse por política no local de trabalho, começaram a receber livros sobre política de um militante do POC que trabalhava na mesma empresa. E, devido ao interesse crescente, foi convidada a fazer parte de um grupo de estudos a fim de aprimorar sua formação, ainda sem saber que deste grupo seriam selecionados futuros

---

[151] Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho, “Também houve o choque de gerações. O golpe militar fez surgir uma nova leva de jovens e inexperientes dirigentes, sem tradição, com pequena capacidade de aglutinação e coesão. Com a derrota os ‘velhos’ haviam perdido seu carisma e os novos ainda estavam longe de adquirir o prestígio que os primeiros detinham antes de 1964.”, in **A Revolução Faltou ao Encontro**, op. cit., p. 52.
[152] Depoimento ao autor, 19/3/2015.
[153] Idem.

militantes para o POC. Ao lembrar esses momentos iniciais da sua militância, Leane relatou que

> eu "tava" trabalhando no banco há um ano, e conheci um pessoal que era da UFRGS, e que era politizado, que era bancário e fazia parte do movimento estudantil. Esse pessoal acabou, através de uma amizade com uma pessoa que era do POC, me levando para um grupo de estudos.[154]

E, esse foi um dos motivos determinantes na sua opção pela militância nesta organização, quer dizer, "estudar, estudar política, foi algo que me ganhou, o jeito como se encarava a política". Sem o saber naquele momento, esse grupo era coordenado por Flávio Koutzii, oriundo da DI-RS e um dos fundadores do POC, que naquele momento fazia parte da direção nacional do partido. E, continuou Leane, em oposição ao militarismo, "eu gostava muito mais da profundidade do estudo que a gente fazia. De pegar a raiz do conhecimento, a história política da humanidade, das revoluções, das escritas dos grandes mestres políticos, do Marx, do Lenin." [155]

Essa formação era uma preocupação da, digamos, institucional, haja vista a permanência durante toda a existência do partido do Curso Formação Básica. Nas lembranças de Leane Ferreira, ao frequentar o curso em 1968, "a gente começou lendo sobre a Revolução Russa, e depois passou para livros de marxismo, o 'Manifesto', o 'Que Fazer?', o 'ABC do Comunismo', essas coisas."[156]

Nilton Barbosa reforçou as informações prestadas por Leane Ferreira. Como coordenador de célula e OPP na Filosofia da USP em 1968, afirmou que

> um dos papéis que eu tive, talvez um dos mais fortes no início, dentro do POC, era fazer as discussões sobre comunismo, marxismo etc. e tal. Tinha 4, 5 opp's que eu acompanhava e que se reunia não necessariamente para ler posições do partido. Do partido, lia-se os textos de Erick Sachs, Rui Mauro Marini, e até mesmo de Fernando Henrique.

---

[154] Depoimento ao autor, 03/03/2015.
[155] Ídem.
[156] Ídem.

Havia uma expectativa grande das Secretarias Regionais em relação à qualidade da formação teórica dos seus militantes, e a Direção Nacional era cobrada neste sentido. Por exemplo, na Secretaria Regional do Paraná, era constante a queixa dirigida à Direção Nacional, acerca da baixa qualidade da formação política dos militantes. Para remediar parcialmente essa situação, a Secretaria cobrava o envio de material do impresso do partido, com o objetivo de elevar o nível das discussões internas entre os militantes e simpatizantes.[157]

Percebe-se, tanto pelo relato dos ex-militantes, quanto pela documentação de época, que não havia distinção entre "formação teórica rigorosa", e a formação doutrinária. Desta forma, claramente, os militantes tomavam a segunda pela primeira. Percebo que esta auto-imagem, construída ainda nos anos sessenta e cultivada até o momento, fazia e continua a fazer parte do esforço de distinção que o grupo fazia entre o POC e as organizações "militaristas". Estas, por sua vez, eram acusadas de um ativismo leviano, sem propósito político a longo prazo, em distinção ao POC que, devido à qualidade teórica dos seu quadros, fazias análises precisas da sociedade e portanto, propunha as políticas corretas.

3. Análise da conjuntura política e a resposta do POC

Em uma avaliação da conjuntura política do período imediatamente após o AI-5, o partido considerava que, à primeira vista, teria havido uma retração dos movimentos de massa e o Ato representaria uma vitória política do regime. Contudo, segundo essa avaliação, ele teria provocado tão somente, uma desorganização física das vanguardas, não a desmobilização das categorias. Entendia-se que havia sido perdido um combate, devido à conotação militar

[157] POC – PR – "Caderno Regional de Debates", nº. 1, jun/1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento – 03266.

propriamente dita atribuída a essa ofensiva da ditadura, naquela que deveria ser uma longa guerra contra o regime. Mas, alertava o documento, “temos que levar em conta que essa ofensiva não é passageira e obedece a um objetivo estratégico da reação: o de destruir completamente as organizações da esquerda e neutralizar sua influência ideológica junto às massas.” [158] Equivocava-se quanto à avaliação da força política, mas acertava nos objetivos do regime. Por isso, sentenciava o documento, o Ato explicitara a fragilidade de muitas organizações da esquerda.

Em resposta à retração dos movimentos sociais, a Direção propunha reforçar a unidade partidária e a preparação dos militantes. E, com militantes melhor preparados, acreditava ela, se elevaria o animo da classe operária. Vemos que o POC assim como as demais organizações da esquerda, a partir de constatação de Reis Filho, “superestimavam a revolta do povo frente à política repressiva e excludente do regime.”[159]

Exemplo disto é o manifesto dirigido às Secretarias Regionais no final de dezembro de 1968, onde a Direção Nacional analisava o Ato Institucional recém-decretado pelo presidente Costa e Silva como um sintoma de “fraqueza” do regime. Mas, por que fraqueza? Porque o regime, na avaliação da Direção, se encontrava dividido e progressivamente perdendo suas bases de apoio. Isto porque, afirmava o documento, os militares durante os períodos iniciais da ditadura serviam fielmente aos interesses dos “tubarões” da burguesia brasileira. Na fase de “amolecimento” do governo Costa e Silva parte da burguesia passou a considerar que os militares já poderiam ter menos poder, e começou a pensar nos seus próprios candidatos e os deputados passaram a

[158] POC – “Balanço Crítico e Plano de Ação para o Setor Operário”, 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 01301.
[159] REIS FILHO, 1989, op. cit., p. 63.

exigir independência. A burguesia, prosseguia a avaliação, enxergava uma séria divisão nas Forças Armadas: Eduardo Gomes replicando as denúncias sobre o uso do Grupamento PARASAR pela extrema-direita; Cordeiro de Farias anunciando que o governo acataria a decisão da Câmara Federal sobre o caso Marcio Moreira Alves qualquer que fosse sua decisão. Até setores cada vez maiores da Igreja estavam insatisfeitos com a política do regime e, não poucos políticos da própria ARENA percebiam que seria prudente manter certa distância do governo.[160]

Mas, concluía o mesmo manifesto, a burguesia não conseguia "chamar" o povo, e esta era a sua maior limitação. Por isso, "os protestos de um Lacerda, de um Juscelino dos 'liberais autênticos' são inócuos, sentenciava o POC. E, consequentemente, era também por isso que os militares ignoravam os apelos da burguesia. O que eles temiam, de fato, eram "os milhões de explorados que começam a se levantar contra a opressão (...)." E o regime "só não fora derrubado devido à sua grande superioridade militar".[161]

O manifesto se encerrava com chamadas de ordem exortando os militantes a se prepararem para a "grande luta revolucionária", pois a "opressão da ditadura provocará cada vez mais milhares de pequenos e grandes conflitos que irão despertando as massas para as lutas".[162]

3.1. Segurança Interna e Avaliação da Repressão

Em documento de agosto de 1968 a Secretaria Regional da Bahia já previa um acirramento da repressão sobre os movimentos populares, contudo,

---

[160] POC - "A ditadura deixou cair a máscara", dezembro, 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0718-0719.
[161] Idem.
[162] Idem.

confiante ainda na força dos movimentos de massa que por ora predominavam mantinham certa força, determinava aos militantes a "intensificar as manifestações de rua, comícios relâmpagos e panfletagens nos bairros". O objetivo imediato era o desgaste político da ditadura, retirando-lhe "a base popular de que necessita".[163]

No entanto, essa confiança rapidamente esvaneceu. Em 1969 a Direção Nacional alertou a militância para o visível e progressivo aperfeiçoamento da repressão observando também que a esquerda, de forma geral, estava despreparada para enfrentar esse novo e terrível obstáculo. Por essa razão, exortava a todos os membros do POC a jamais descuidarem das normas de segurança, evitando assim por em risco não apenas a si mesmos como a também a própria organização. Nesta situação, foi solicitado às células que elegessem um dos seus militantes como responsável pela segurança. Sua função era a de orientar os companheiros nas normas de segurança por ocasião das reuniões e cobrar deles o zelo por essas mesmas normas.[164]

E, com receio de infiltrações e militantes vacilantes, a Direção Nacional passou a ter uma preocupação muito grande em relação à segurança do partido quando do recrutamento de novos militantes pelas Secretarias Estaduais e pelas células, temor que se ampliou, obviamente, após o AI-5.

> O recrutamento amadorista que ainda perdura em nosso meio é um dos mais graves problemas que temos que superar, pois, tem se constituído num entrave para o desenvolvimento e fortalecimento do partido na seção.[165]

---

[163] POC – BA - "Nossas tarefas do momento", 08 de agosto de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02835.
[164] POC – BA – "Circular de organização e coordenação", n$^{o.}$ 4, abril de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02386.
[165] POC – "Circular Interna sobre a Repressão", março de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0726.

No entanto, as orientações da DN em relação ao recrutamento não revelou todas as dificuldades vividas pela militância. A vigilância ativa da repressão, efetivamente, aumentava o receio por parte dos estudantes e operários de terem uma atuação política mais visível. As palavras de S. Szermeta ilustram claramente essa situação

> a luta era muito clandestina, então as conversas nesse período são muito picotadas, muito, muito, muito. E o recrutamento era muito selecionado, muito criterioso. Então as pessoas tinham também que, de certa forma, dar uma demonstração que estavam mesmo querendo né. Ou participava de uma greve, ou participavam de uma panfletagem. Então tinha que se expor. E todas essas exposições eram muito vigiadas pela repressão. Então, logo, qualquer coisa que você fazia, você já logo saia meio marcado pela repressão, essas coisas todas.[166]

Diante desse quadro de ofensiva da repressão, a SN propunha o reforço da "retaguarda partidária", no sentido de buscar a ampliação de áreas de atuação para círculos cada vez maiores da sociedade, além da criação de áreas de recuo de militantes, com aparelhos montados na retaguarda para esse fim.

Para tentar "driblar" as agências de segurança e resguardar-se das consequências de quedas, o POC se utilizava do expediente de intercambiar militantes entre diferentes estados. Quer dizer, aqueles militantes "queimados", isto é, os identificados pela polícia, eram remanejados de estado. Temos notícias da transferência de militantes da Bahia para São Paulo; da Guanabara para São Paulo e vice-versa; de Minas Gerais para São Paulo, e principalmente de São Paulo para o Rio Grande do Sul e vice-versa.[167]

Ao mesmo tempo, os militantes eram constantemente exortados a não guardar consigo documentos da organização. A orientação era destruí-los após o uso, ou se fosse o caso, devolvê-lo para o coordenador de célula tão logo

---

[166] Conf. http://memoriasoperarias.blogspot.com.br/2014/02/entrevista-stanislaw-szermeta-julho-de.html, acesso em 30/01/2015.
[167] Arquivo Público do Estado de São Paulo, pasta 50-Z-009, documento 36156.

fosse utilizado. O militante também não poderia manter agendas de endereços e telefones devendo memorizá-los e apenas o estritamente necessário para o seu trabalho na célula. Toda viagem, fosse por razões pessoais ou políticas deveria ser comunicada ao coordenador.[168]

Em reposta à violência da repressão, em março de 1969 a Direção Nacional conclamou os militantes a se engajarem nas denúncias das torturas e assassinatos dos presos políticos, pois, dessa forma estariam contribuindo para "desmascarar o regime e seus métodos". [169] E, para enaltecer a importância deste tipo de ação, relembrou a campanha semelhante ocorrida em 1965, durante o governo do general Castello Branco. Nesta ocasião,denúncias sobre a prática de torturas aos presos políticos nos quartéis das Forças Armadas e delegacias de polícia, veiculadas pela imprensa, motivaram o presidente Castello Branco a organizar uma comissão de apuração dos fatos. Chefiada pelo então general Ernesto Geisel, apurou-se a "inverdade das denúncias". O jornalista Márcio Moreira Alves promoveu uma investigação paralela e independente, que comprovou as sevícias, relatadas no livro *Tortura e Torturados*, de 1966.

A direção do partido apelava ainda, nesta mesma data, para a militância criar "comitês de solidariedade aos presos". Esses comitês visavam mobilizar círculos cada vez mais amplos da população em torno das tarefas de "arrecadação de fundos para a defesa dos presos e auxílio às suas famílias, denúncia de arbitrariedades e das violências cometidas (...)."[170]

---

[168] POC – BA – "Circular de organização e coordenação", n$^{o.}$ 4, op. cit. abril de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02386.
[169]POC – "Circular Interna sobre a Repressão", op. cit.
[170] POC - "A conjuntura política e as nossas tarefas diante da fase de ofensiva da repressão", CEDEM, Fundo POLOP, documento 01304.

Com base nos termos desse documento, percebe-se que a direção não tinha real clareza da força da tempestade que estava por desabar sobre a esquerda e a sociedade brasileira de forma geral. Basta lembrarmos a criação da Operação Bandeirantes, a famigerada OBAN, e, logo em seguida, dos não menos temíveis DOI-CODIs, além de toda a legislação autoritária que foi sendo construída a reboque do AI-5. É compreensível que, poucos meses depois da emissão dessas opiniões, a direção seria acusada, nas lutas interna ao POC, de "amadorismo".[171]

4. Atração pela militância e o POC

Se Herbert Marcuse localizou na atmosfera psicossocial planetária do final dos anos sessenta aquilo que ele chamou de "grande recusa", como vimos anteriormente, Paul Berman iria enxergar nessa mesma atmosfera um "espírito otimista". Esse "otimismo" estaria se expressando através de "quatro grandes revoluções": a de costumes e padrões de comportamento; a espiritual, com a busca por novas sensações pela via de drogas alucinógenas e práticas esotéricas; a comunista, com as revoluções no sudeste asiático e em Cuba; e, finalmente, com as críticas ao comunismo soviético. E, no Brasil, essa ambientação internacional coincidiu com a existência de uma ditadura militar, reacionária e arrogante aos olhos dos segmentos mais progressistas da sociedade.

Com efeito, a atmosfera global de contestação estudantil e das lutas anti-colonialistas e revolucionárias foram fatores fundamentais na atração de segmentos da juventude brasileira para a militância política. Leane Ferreira, por exemplo, aos 19 anos, admirou-se quando, ao frequentar um curso técnico de

[171] POC – "O Partido Atravessa uma Crise", 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 01157.

Secretariado que era oferecido nas instalações da Faculdade de Economia da UFRGS, viu os debates e manifestações contrárias à Guerra do Vietnã. Nas suas palavras, “eu achei aquilo de uma solidariedade fantástica. Abria o horizonte, assim, do pensamento político o fato de se preocuparem com o que acontecia no Vietnã. E tudo para mim era muito justo.”[172]

O convívio com estudantes universitários, mais velhos, e com engajamentos políticos mais definidos, seduziu a jovem Leane. Segundo ela,

> eram pessoas muito diferentes daquelas com as quais eu estava acostumada. Eram mais velhas, e com uma liberdade muito grande de horários e tudo. Ficavam fora o dia inteiro. As pessoas politizadas tinham um cotidiano diferente dos jovens ‘normais’, porque eram pessoas muito mais arrojadas. Então, acho que essa coisa contagiava a gente; eu queria experimentar a liberdade de alguma maneira. E no meio disso havia um espontaneísmo muito grande.[173]

Espontaneísmo, liberdade, desprendimento, sexualidade ... essas tendências comportamentais internacionais ganharam maior popularidade nos setores estudantis e das camadas médias brasileiras a partir do início dos anos setenta. Contudo, como podemos depreender do depoimento acima, eles já começaram a se fazer sentir no final dos anos sessenta, coincidindo com o auge da luta armada no Brasil.

Até então, desde 1964, as “tentativas de mudança comportamental estavam articuladas com a luta política antiditatorial” nos informaram Luiz Weis e Maria Hermínia T. de Almeida.[174] Zuenir Ventura fala em “soberbo desdém ideológico” o olhar de reprovação da esquerda comunista para as “travessuras da geração Leila Diniz.” [175] Há relatos de militantes expulsos da sua

---

[172] Depoimento ao autor, 03/03/2015.
[173] Ídem.
[174] “Carro zero e pau-de-arara”, op. cit., p. 373.
[175] VENTURA, Zuenir – 1968, o ano que não terminou. 1988, p. 36.

organização quando declaravam seu homossexualismo.[176] Reiterando essas observações, Otacílio Cecchini, em depoimento ao autor,

> eu ficava numa posição conservadora quando começou a geração que veio depois, 1937-1974, que aí veio o desbunde, a Libelu, aquela história e tal quando junta droga. Eu sentia uma grande festa desnecessária. E eu passei por um cara conservador nesse sentido.[177]

No POC, apesar de "não haver temas proibidos", nas palavras de Otacílio Cecchini, predominava o "ethos" do militante bolchevique. Por isso, são emblemáticas as queixas dos coordenadores de células estudantis do POC como a abaixo:

> é desalentador e decepcionante verificarmos que companheiros ligados ao ME comparecem em grupos às festas de largo, comprometendo a segurança do P., desprezando as normas elementares de disciplina partidária – que expressamente proíbem a vida social dentro do P. – perfeitamente identificados com elementos da 'esquerda festiva', em comportamento nitidamente incompatível com a militância revolucionária (....).[178]

Mas, inegavelmente, a "esquerda festiva" era sedutora: festas, drogas, namoros, debates políticos acalorados regados pelos filósofos existencialistas. Mas, a esquerda militante também tinha seus atrativos. O compromisso ético com a construção de um novo mundo, a aventura de uma militância clandestina, o desapego pelas questões materiais, o enfrentamento de um regime autoritário. Muitos se perguntavam: "não dá prá ser tudo isso, agora?"[179]

4.1. Por que militar no POC?

A adesão a um ou outro agrupamento de esquerda se dava, muitas vezes, mais por razão dos vínculos afetivos do que propriamente pelo conhecimento

---

[176] Vide: DANIEL, Herbert – **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.
[177] Depoimento ao autor, 19/03/2015.
[178] 02854 – "Circular de Organização e Coordenação", Bahia, no. 10, 25/01/69.
[179] Essas considerações devo a Maria P. Nascimento Araújo, com o seu **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

pormenorizado do programa político da mesma. Para Otacílio Cecchini, a opção pelo POC, se deveu,

> por um lado pela aproximação teórica, e de outro, por questões práticas mesmo. É igual junção de interesses, de grupo, não muito racional, fraterno. O meu se dava com o meu irmão, que estava preso ... e os amigos, que são leais, e isso te levava um pouco a ficar com nesse grupo.[180]

Em outro exemplo emblemático, o POC chegou a constituir, através de vínculos de amizade entre seminaristas e um militante, uma OPP no Seminário Anglicano de São Paulo, localizado no bairro de Santo Amaro. Esse contato e a facilidade em abrigar jovens nas acomodações do seminário mostrou-se imprescindível para estancar as quedas em meados de 1970. Vários militantes procurados pela polícia ficaram dias escondidos no seminário.

Também no Rio Grande do Sul, onde o POC foi expressivo até a queda geral de meados de 1971, o ingresso na organização se dava, igualmente, em função de vínculos afetivos. A descrição de Eliana dos Reis é precisa:

> A relação entre Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia e Luiz Paulo Pilla Vares e outros ativistas também se sustentou em bases afetivas. Os pais dos dois últimos eram advogados e amigos. Outras duas componentes do 'grupo' eram Sonia Pilla e Elizabeth Souza Lobo, amigas desde o segundo grau quando ambas e também Koutzii foram colegas no Colégio Aplicação. (p. 199)

E, endossando os depoimentos acima, a vinculação de Nilton Barbosa à AP e, posteriormente ao POC se deu, também, pelos mesmos motivos: "eu entrei na AP porque estava namorando uma pessoa da USP, da Matemática, a Teca. Depois, entrei no POC com ela. Quando fui para o POC, ela foi comigo".[181]

Outra motivação pela opção ao POC foi apontada por Leane Ferreira. Descrevendo as razões que a levaram a aderir ao POC, se refere, dentre

---

[180] Depoimento ao autor, 19/03/2015.
[181] Depoimento ao autor, 28/04/2015

outras, ao “internacionalismo ... me seduziu muito a idéia de que um grupo se preocupava com o Vietnã, se preocupava com o que acontecia em outros países do mundo”.[182]

Percebe-se que uma das mais recorrentes estratégias utilizadas pelo POC para arregimentar militantes era através dos cursos de formação política. Vejamos o longo, mas relevante depoimento de Leane Ferreira.

> Eu tinha 19 anos e nunca tinha lido nada de política, era bem pouco politizada, não tinha clareza de nada. Não estava nem na universidade. Eu tava fazendo um curso chamado Secretariado.
>
> Eu tinha feito o Científico, mas, não tinha gostado. E como eu já trabalhava no banco, não tinha nenhum curso durante o dia para eu completar o colegial a não ser o Secretariado. Eu fui então fazer esse curso que era dentro da UFRGS.
>
> Fazia um ano que eu trabalhava no banco quando conheci um pessoal que era da UFRGS e que era politizado. Fazia parte do movimento estudantil. Daí eu fui fazer parte de um grupo de estudos. A gente lia os livros da Editora Vitória, escritos em português, que acho que o “partidão” trazia da Rússia. Depois que eu tava participando desse grupo que soube que se tratava de uma OPP do POC. Portanto, minha escolha pelo POC não foi propriamente uma escolha, quando eu vi, já tava lá. Então, o POC veio junto com a descoberta da política. E, para mim era tudo muito justo. A posição do pessoal que já era militante, era muito acertada; eu achava aquilo tudo muito correto para ao jeito com eu via o mundo. Combinava com o meu jeito.

É importante salientar que não havia militantes profissionais no POC. Salvo aqueles membros das direções nacional e estaduais procurados pela polícia, e aqueles na mais severa clandestinidade, todos os membros do partido viviam às suas próprias expensas. Mesmo muitos dos clandestinos, deslocados entre as diferentes Secretarias Regionais, conseguiam sobreviver graças a “bicos” que realizavam. Outros ainda, com documentos falsificados, obtinham colocação formal no mercado de trabalho. Leane de Almeida, por exemplo, no seu depoimento, revelou que sobrevivia graças a trabalhos de tradução e de aulas particulares de idiomas que conseguia. Stanislaw Szermeta, operário industrial em Osasco, ao refugiar-se em Porto Alegre, em

[182] Depoimento ao autor, 03/03/2015.

1970, conseguiu empregar-se numa indústria metalúrgica local graças à documentação falsificada.

Considerações Finais

O POC procurou estruturar-se nacionalmente, através de Secretarias Regionais, que abrangiam os estados onde estavam estabelecidas. Ao nível estadual eram feitas as eleições locais para a respectiva direção e as indicações para a coordenação e assistência de células. As secretarias indicavam também os delegados para as conferências e congressos. Todas as secretarias tinham o mesmo organograma e obedeciam, necessariamente, ao regimento interno nacional. A linha política a ser seguida por cada Secretaria tinha que ser, obrigatoriamente, aquela estabelecida pela Direção Nacional; adaptações às circunstâncias locais eram admitidas e, até mesmo estimuladas pela Direção Nacional, desde que não implicasse em “desvios”. Pretendia-se que predominasse no partido os princípios do “centralismo democrático”, isto é, amplo debate interno até a tomada de uma posição e fidelidade inquestionável a posição assumida. Debates acalorados foram travados no partido em torno de uma definição mais precisa da idéia do “centralismo democrático”.

A regularidade e imprensa partidária era uma das maiores preocupações da Direção Nacional e das Secretarias Estaduais. Entendida como um dos canais mais importantes de divulgação das suas idéias junto ao público alvo, via-de-regra estudantes, operários e militantes de outras organizações. Por essa razão, as Secretarias Estaduais empenhavam-se na preservação em segurança dos equipamentos de impressão (mimeógrafos e impressoras “off set”) e no deslocamento de militantes especialmente qualificados para o trabalho com a imprensa. E, além do jornal “oficial” do partido, o “Política

Operária", as Secretarias e as células produziam panfletos e informes de ocasião, destinados a públicos específicos, a exemplo de operários de determinadas fábricas ou regiões da cidade.

A composição do partido era basicamente estudantil, sobretudo universitária. Em São Paulo, na Guanabara, Bahia, e no Paraná, a influência da POLOP nos meios estudantis foi responsável pela relativa força que o POC contava nesses estados. No Rio Grande do Sul, a primeira "leva" da militância provinha, sobretudo da dissidência local do PCB, de base, sobretudo, estudantil.

Esse fator certamente contribuiu para que se reforçasse a opinião generalizada na esquerda, e auto-estimulada pela própria militância do POC, de que se trava de um partido "intelectualizado". Para outros setores da esquerda essa característica era marca da sua origem "pequeno burguesa" - ora, como um partido pode se pretender "operário e comunista" se é composto por "pequenos burgueses", indagavam seus detratores? Contudo, para os membros do POC, não havia contradição; essa era uma marca de distinção, indicativa da correção da linha política do partido, uma vez que a consciência de classe provém de fora da própria classe.

Percebemos pelos depoimentos colhidos junto aos ex-militantes do partido, que as razões que os levaram a ingressar no POC foram, em alguns casos, de natureza pessoal – amizades, namoros, influência de professores. E, para outros, ainda que os dois motivos não fossem excludentes, predominou a atração pela "aura" de "intelectualismo" que o POC tinha junto aos estudantes. E, essa mesma opinião se mantém até os dias de hoje, sendo um dos

argumentos utilizados para distinguir o POC das organizações propriamente militaristas.

Capítulo 3. Setor Operário: em busca da revolução

> No caminho da revolução o Partido Operário Comunista orientará a classe nas lutas políticas nacionais. Porque é a intervenção política do proletariado no cenário nacional o fator que mudará a qualidade dessas lutas, canalizando para o caudal da revolução proletária forças hoje dispersas ou a reboque das várias facções burguesas ou pequeno-burguesas. (Jornal POLOP, nº. 17, maio de 1968, p. 3)

O POC surgiu, como vimos, com o objetivo de ser a verdadeira vanguarda proletária rumo à revolução socialista no Brasil e colaborar para a formação de uma "sociedade comunista internacional". (PSB, p. 22) Mas, quem é o "proletário"? Onde encontrá-lo? Como fazer com que ele despertasse sua consciência de classe e visse no POC sua legítima vanguarda?

Efetivamente, como veremos, o POC se empenhou na busca por conseguir influenciar o operariado nas suas lutas do momento. Estratégias eram frequentemente debatidas, críticas e autocríticas pululavam na documentação interna. Todo o vivaz esforço do partido no sentido de inserir-se no movimento operário está registrado em farta documentação. Mas, afinal, qual o resultado efetivo de todo esse esforço? Como eram analisados esses resultados? E o teor das autocríticas? Elas serviam para mudança nas táticas?

As respostas a todas essas perguntas compõem este capítulo. Sua redação se apoiou na rica documentação interna ao POC e também nos depoimentos de militantes das células operárias, disponíveis nos Centros de Documentação ou colhidos por mim. Ao final, temos a imagem, que mais se parece com a de um mosaico, mas na qual é possível vislumbrar a silhueta de um ser que, tal qual o "Angelus Novus" é impelido por uma tempestade de forma a se afastar do objetivo a cada tentativa de aproximação. Talvez o POC, analogamente, se assemelhe a esse anjo, buscando o "paraíso" na figura do

proletariado. Mas, contra o anjo agiam inúmeras e incontroláveis circunstâncias impedindo-o de aproximar-se.

1. Por que o proletário?

A resposta é simples: ele é o portador da revolução. Será por suas mãos que a humanidade irá, definitivamente, se redimir.

A idéia do proletário – o operário industrial moderno - como responsável direto e quase que exclusivo da superação do capitalismo pelo socialismo é fundamental a todo o pensamento de matriz comunista, desde sua origem com Marx e Engels. No "Manifesto" de 1948, os autores sentenciavam

> a burguesia, porém não forjou somente as armas que lhe trarão a morte, produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários."[183]

E, pouco abaixo, justificavam,

> De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, ao contrário, é o seu produto mais antitético.[184]

Após o que, declaravam seus objetivos

> O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.[185]

E o "Programa Socialista para o Brasil" do POC assim se posicionava,

> Para se libertar da exploração a classe proletária não pode deixar de lutar pela abolição de qualquer exploração, isto é, de toda propriedade privada da produção. Não pode deixar de lutar pela emancipação de todas casses oprimidas. Esta posição objetiva da classe operária industrial (...) torna-a líder natural de todo o movimento dos trabalhadores da cidade e do campo que desalojará as classes dominantes no processo revolucionário.[186]

Note bem o primeiro objetivo dos comunistas anunciado por Marx e Engels: "constituição do proletariado em classe". Polêmicas à parte, e elas são

---

[183] Marx e Engels, op. cit., p. 82.
[184] Idem, ibid.
[185] Idem, p. 88.
[186] POC – "PSB", op. cit., p. 20.

inúmeras e atravessaram o movimento comunista internacional desde o século XIX, isso significa dizer que o proletariado, deixado à própria sorte, não conseguiria alcançar a consciência revolucionária. Noutros termos, jamais deixaria de ser uma classe "por si", para ser uma "classe em si". O POC compartilhava dessa opinião. Auto definindo-se como um partido "leninista" considerava que o proletário sozinho, não passaria de um nível raso da compreensão das lutas imediatas, por salário e melhores condições de trabalho – mero "economicismo". Daí a importância da sua vanguarda, na forma de um partido comunista.

Mas, uma vez conscientizado o proletariado, o próximo passo seria a conquista do poder através da revolução. Deste modo e, finalmente, mantendo-se à frente de uma "ditadura do proletariado", projetava o "Programa Socialista para o Brasil", a "imensa maioria do povo brasileiro (...) pela primeira vez, decidirá o próprio destino". E, por isso mesmo, prosseguia o programa do POC, "essa ditadura será, para as massas trabalhadoras, mais democrática que qualquer democracia que conhecemos em nossa história". E, concluía o Programa do POC,

> somente sob esse regime será possível realizar as transformações econômicas, políticas e sociais necessárias para livrar o povo dos males do subdesenvolvimento, da miséria, do sofrimento e da ignorância, aos quais o mundo capitalista e imperialista os condenou. Somente sob uma democracia socialista será possível levantar rapidamente o nível cultural das grandes massas, para que possam desfrutar das conquistas científicas e técnicas do nosso século. [187]

Mas, somente o proletariado seria capaz de empreender tamanha transformação na realidade brasileira? Afinal, indagava-se o próprio partido

[187] POC – "Programa Socialista para o Brasil", op. cit., p. 22.

através da sua revista “POC-Combate”, ostentando a seguinte pergunta como título de um dos seus capítulos: “Por que a classe operária?”[188] (p. 15)

A resposta, obviamente, inseria-se na cultura política do marxismo-leninismo.

> porque no Brasil atual, do “milagre” apenas a classe operária tem condições de, através das suas formas usuais de luta, realizar um resistência que, com o apoio de outros setores da população, pode mudar a correlação de forças. E, também, para a seleção de novos quadros revolucionários. (p. 15)

O “santo milagreiro” no Brasil de então era a classe trabalhadora que, à custa do arrocho salarial estava financiando o salto à frente do capitalismo brasileiro. Mas, o operariado estava dando mostras de uma reação. Era visível uma crescente mobilização operária desde 1966 e que certamente se devia às perdas salariais impostas pela política econômica ortodoxa do governo, escudado pelo FMI, que desde 1964 arrochava os ganhos dos trabalhadores. E, além disso, havia a questão do Fundo de Garantia (FGTS), mal-assimilada pelos trabalhadores. Neste contexto de insatisfação generalizada, os trabalhadores, articularam o MIA. As organizações comunistas enxergavam nessa retomada do movimento operário indícios de futuros enfrentamentos revolucionários.

2. Onde encontrá-lo?

Como bem observou Reis Filho, todos os agrupamentos políticos da esquerda exaltavam suas próprias qualidades, se arvorando, cada um deles, nos ilustres representantes do ideário marxista-leninista, e, portanto, detentores de uma inescapável “missão” histórica.[189] Todos, igualmente, viam nas massas operárias a perspectiva da concretização da revolução; se estas não aderiam

[188] POC-Combate, op. cit., p. 15.
[189] REIS FILHO, op. cit., p. 52.

ao ideal revolucionário, era em função do elevado grau de alienação a que estavam submetidas, ou ao temor da violência repressiva. Por isso, todas as organizações possuíam, ainda que pró-forma, um “setor operário”, destinado ao trabalho sindical.

No entanto, essa relação das organizações da esquerda com o movimento operário não era fácil. A repressão que se abateu sobre os setores mais mobilizados do proletariado após o golpe foi brutal. Durante aproximadamente três anos, devido à intervenção nos sindicatos combativos e à prisão de suas mais importantes lideranças, os trabalhadores se desmobilizaram.[190] Por essa razão, dentre outras, arrocho salarial que se seguiu ao golpe de 1964 só começou a ser contestado mais fortemente em 1967 com as primeiras greves salariais.

No depoimento de Regis Stephan de Castro Andrade, antigo militante da PO da célula operária em Osasco (SP) e que se manteve no POC, ficou explícita a expectativa de crescimento dos movimentos de massa entre os anos 66-67. Segundo ele, “obstante isso [a ditadura], havia condições de um início de reorganização já desde 66,67, não só em São Paulo, como em Osasco, no ABC, sobretudo.” [191] Efetivamente, em 1968 essa mobilização atingiu seu ápice com as greves em Contagem e Osasco. Vários grupamentos da esquerda tentaram “tirar proveito” desses movimentos.

Novamente, segundo Regis Andrade, exemplificando com o caso de Osasco,

> As bases do movimento operário, animadas inclusive pela vitória do José Ibrahim no sindicato, começaram a pressionar e dar sinais para a direção

[190] Entre 1964 e 1970, 563 sindicatos sofreram intervenção, que incluía a substituição da antiga diretoria. Além disso, das seis centrais sindicais existentes, quatro sofreram intervenção. GORENDER, op. cit. p. 153.
[191] Andrade, op. cit., p. 38.

> sindical de que estava disposta a enfrentar os riscos e os perigos de um movimento grevista. Isso desde 67. Foi com base na observação do que ocorria já desde 67 em Osasco que nós, do POC, desenvolvemos nosso trabalho.[192]

O POC escolhia como áreas preferenciais de atuação no movimento operário as regiões de maior relevância econômica e pelo número de operários industriais. Isso explica, por exemplo, preocupação com a presença do partido tanto em indústrias como nos sindicatos e federações bancárias. E, como veremos, as Secretaria Estaduais realizaram um grande esforço para localizar e mapear essas regiões.

2.1. O POC e as greves 1968

> A disposição de luta manifestada pelo proletariado agora, após 4 anos de dura repressão, mostra que há hoje um campo fértil para as idéias revolucionárias. Organizá-lo a partir das fábricas, preparar a classe para seus instrumentos de luta com a perspectiva da greve geral, preparar as formas armadas da luta de classes a começar pela guerrilha que estabelecerá a aliança com os trabalhadores do campo, é a tarefa para um partido revolucionário hoje no Brasil.[193]

Era com o animo acima que o POC procurou interferir nos rumos do movimento operário desde sua fundação, como pudemos ver nas palavras de Regis Andrade, concentrando seus esforços em grandes áreas industriais.

Em decorrência disso, o POC mantinha células operárias em Contagem e Osasco. E, devido à sua importância na conjuntura ditatorial de 1968, as greves operárias ocorridas nessas regiões industriais de Contagem (MG) e Osasco (SP), ocorridas, respectivamente, em abril e julho, serão referenciadas com mais pormenores.

2.1.1. Contagem

No dia 16 de abril, a paralisação iniciada na siderúrgica Belgo-Mineira rapidamente se estendeu para várias outras indústrias, mobilizando mais de 20

---

[192] Idem, ibid.
[193] POC – “Política Operária”, nº 17, maio de 1968. Cedem, Fundo POLOP, documento 01795.

mil trabalhadores. A reivindicação era por 25% de aumento, dentre outros itens. Após dura repressão por parte do governo, que implicou até mesmo na ameaça feita pelo então Ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, de uma “fabricação de cadáveres”, o governo, em 1º. de maio, autorizou a concessão de 10% de aumento, conforme já havia sido proposto pelos patrões. Várias organizações clandestinas estiveram presentes na greve, a exemplo da AP, da Corrente (embrião do PCBR), e do COLINA, Comandos de Libertação Nacional, e do próprio POC.[194]

Contudo, quando da eclosão da greve de abril de 1968 o partido integralmente encontrava-se mobilizado no processo de composição inclusive sua seção mineira. E, para dificultar ainda mais sua participação no movimento, a Secretaria mineira ainda não havia se recuperado da perda de militantes com o “racha” ocorrido no ano anterior do grupo que daria origem ao COLINA.[195] Por essas razões, o partido teve uma participação tangencial no movimento, apenas auxiliando no fundo de greve, nas panfletagens e tentando dirigir assembléias. Após rigorosa autocrítica, onde reconheceu a perda de oportunidade única de ampliação da sua presença junto ao proletariado, a SR, a partir de junho de 1968 passou a dirigir a militância e opp’s para a atuação nos bairros próximos à Cidade Industrial, reforçando a célula de Contagem com militantes para lá deslocados e atuando em “frente” com a Corrente.

Durante a greve, a AP foi a organização que mais penetração teve no movimento operário local. Atuando na região desde alguns anos, sobretudo através de quadros oriundos das organizações católicas que lhe estão na origem, a AP exerceu a liderança na greve. O POC tentou diminuir essa

[194] SANTANA, op. cit., p. 162.
[195] Por ocasião do IV Congresso da POLOP, de setembro de 1967.

influencia agindo nas assembléias dos operários. Em lugar de grandes assembléias reunindo os trabalhadores de todas as empresas, o POC propunha a realização de assembléias locais, por empresa, minimizando o risco de uma prisão em massa, que foi o que ocorreu na assembléia do terceiro dia da greve.

O relativo sucesso da greve em Minas fez ganhar força a ideia de uma greve geral no final do segundo semestre, entre outubro e novembro, meses de dissídio de diversas categorias profissionais, inclusive algumas com histórico de combatividade, como os bancários e os metalúrgicos.[196]

O POC passou a trabalhar na preparação de uma nova greve no final deste mesmo ano. Em sucessivas reuniões com operários, fora dos locais de trabalho, chegaram a escolher um comando de greve. Ao mesmo tempo, buscou-se articular apoio com metalúrgicos de outras regiões, a exemplo de Osasco e ABC. E também de trabalhadores de outras categorias em Minas Gerais, como os bancários e os marceneiros, onde o POC tinha células atuantes. A greve do final do ano acabou não ocorrendo, pois s repressão, através de infiltrados descobriu a mobilização, prendendo algumas lideranças operárias e os patrões passaram a ameaçar os trabalhadores nas fábricas.

De qualquer forma, atuação da Secretaria Regional mineira nas greves de abril de 1968 foi duramente criticada pela Direção Nacional, exigindo, pois, “uma rigorosa autocrítica no sentido de superar de vez – e na prática - os vícios amadoristas de uma organização que sabe combater as teses reformistas, mas é incapaz de comandar uma ação”. No caso, a Secretaria foi acusada de imobilismo, de ter mantido suas atividades rotineiras ao contrário de aproveitar

[196] GORENDER, op. cit. p. 155.

a oportunidade única de fazer o partido crescer no seio do operariado. "...é absolutamente inconcebível que os organismos do Partido [sic] com os ritmos e as normas rotineiras: discussão semanal, discussões rotineiras, etc." Os militantes deveriam ter sido mobilizados para tarefas imediatamente ligadas à greve – não lideraram as assembléias e não fizeram circular o jornal local, "Combate".

2.1.2. Osasco

A importância da greve operária ocorrida no município industrial de Osasco, em meados de 1968, foi de tal monta para a conjuntura política da época, e para o POC em particular, que merece uma digressão para melhor localizá-la no tempo e o espaço.

A mobilização operária nesta cidade da Grande São Paulo, a rigor, remonta a 1962, mesmo ano em que o até então bairro da capital paulista, conquistou sua emancipação política. Neste ano, foi criada por operários próximos à pastoral operária, a subsede local da Frente Nacional do Trabalho (FNT).[197] A escolha de Osasco se deveu ao fato do município recém-criado estar vivendo um intenso e acelerado processo de industrialização, e, no entanto, os trabalhadores se encontrarem relativamente isolados em relação aos sindicatos, sediados na capital.

A FNT foi fundada em 29 de maio de 1960 por trabalhadores de vários municípios da Grande São Paulo e de bairros da Capital, ligados, sobretudo, à Juventude Operária Católica (JOC). A sede era em São Paulo. A intenção dos trabalhadores era a criação de uma entidade, paralela à estrutura sindical oficial, que exportasse para outras localidades a bem-sucedida mobilização de

[197] Para maiores informações sobre a trajetória da FNT, que se prolongaria até o fim dos anos setenta, veja MANFREDINI, Sílvia Maria – **Formação Sindical no Brasil:** história de uma prática política. São Paulo: Escrituras Editora, 1996, pp. 101 e segs.

trabalhadores do bairro paulistano de Perús, nos anos de 1958 e 1959. Até 1963 a FNT teria subsedes em Jundiaí, Santo André, além de Osasco.

Também em 1962, trabalhadores da indústria metalúrgica COBRASMA, mobilizados, sobretudo, pela elevada incidência de acidentes, criaram uma Comissão de Fábrica. Pressionados, os diretores da indústria acataram uma série de reivindicações dos operários, o que fez com que o sucesso dessa experiência motivasse trabalhadores de outras fábricas da cidade a implantar suas respectivas comissões.[198]

Por ocasião do Golpe de 1964, os sindicatos de Osasco foram submetidos a intervenção por parte do Ministério do Trabalho. Tal fato, contrariamente ao pretendiam os militares, reforçou a capacidade mobilizatória da FTN das comissões de fábrica. E, em paralelo, organizava-se no município o “Grupo de Osasco”, composto por jovens operários-estudantes, isto é, jovens que durante o dia trabalhavam nas empresas locais e, à noite, frequentavam escolas secundaristas, havendo casos de universitários dos cursos noturnos da USP. Devido a essa dupla condição, os membros desse grupo levavam as questões operárias para o ambiente estudantil e, vice-versa, influenciavam o operariado com a politização das organizações estudantis. Em tempo, a atuação política do “Grupo de Osasco” não se restringia ao “chão das fábricas”. Eram atuantes, também, nos grêmios estudantis das escolas locais e nas associações de bairro da cidade através do “Círculo Estudantil Osasquense”, o CEO. É emblemático neste sentido o depoimento de Stanislaw Szermeta, importante militante do setor operário do POC, morador de Osasco e trabalhador da SOFUNGE,

---

[198] Para a experiência das comissões de fábrica em Osasco, vide COUTO, Ari M. – **Greve na Cobrasma:** uma história de luta e resistência. São Paulo: Annablume, 2003.

> tinham cursos, por exemplo, o CEO - Circulo Estudantil Osasquence, eles davam esses cursos. Esse pessoal todo, tanto o Ibrahin como o próprio Espinosa, e todo o pessoal do Circulo, da direção do Circulo, eles, o Barreto, eles davam esses cursos. (...) Cheguei a participar desses cursos.[199]

Sobre o CEO, Roberto Espinosa, afirmou que se tratava de uma "turma de rapazes e moças entre 15 e 20 anos que preencheu os vazios produzidos pela repressão pós-64 nos movimentos populares." Em resposta ao fechamento pela polícia política da União Estudantil de Osasco e dos grêmios estudantis "oficiais" nas escolas públicas, os estudantes criaram o CEO e os grêmios "livres". E, como muitos desses estudantes eram também operários industriais, ainda segundo Espinosa, foi através da mobilização pelo CEO que os operários-estudantes conseguiram "contornar o controle dos sindicatos e entraram na Comissão da Cobrasma (...) dando-lhe novo conteúdo".[200]

Sobre a mobilização sindical em Osasco no primeiro semestre de 1968, para Smerzeta, reforçando a opinião de Espinosa

> havia uma militância operária jovem em Osasco, independente, alguns oriundos de associações de bairro, outros, um pouco mais velhos, provinham do PCB. Era uma militância quebradora de normas, e muito influenciados [sic] pela luta cubana. Essa militância foi mobilizada na luta contra o arrocho e o FGTS. Havia a presença de várias outras organizações da esquerda, como a AP, o PC do B e a VPR. Acabou se sobressaindo a VPR devido a certa desburocratização da organização, que não se prolongava em debates internos e a sua propensão para a luta armada.[201]

---

[199] Stanislaw Szermeta foi um importante militante de base, da célula operária de Osasco, onde residia e trabalhava como metalúrgico. Foi empregado de indústrias como Braseixos, Cobrasma e Caterpillar. Um longo depoimento dele pode ser consultado no blog "Memórias Operárias", de Alessandro de Moura, doutorando em Ciências Sociais pela UNESP de Marília. Disponível em http://memoriasoperarias.blogspot.com.br/2014/02/entrevista-stanislaw-szermeta-julho-de.html (acesso em 23/4/2015). Também depôs para a Comissão da Verdade "Rubens Paiva", da Assembléia Legislativa de São Paulo. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KtUZcZSghC0 (acesso em 12/11/2013)

[200] Antonio Roberto Espinosa era morador de Osasco na ocasião, quando também cursava Filosofia na USP. Integrante do CEO, aproximou-se da VPR quando dos episódios da greve em Osasco, aderindo depois à VAR- Palmares. Para suas memórias, ESPINOSA, Roberto – **Abraços que sufocam.** São Paulo: Editora Viramundo, 2000. Para a mobilização operário-estudantil em Osasco, e a greve de 1968, páginas 80 a 82.

[201] Ídem.

Aliando-se aos operários da FTN, o “Grupo de Osasco”, reunido na “Chapa Verde”, venceu as eleições sindicais de 1967, tendo o jovem de 20 anos, José Ibrahim, eleito presidente da entidade.

E o POC procurou pegar carona nesse movimento. Conforme Regis Andrade,

> As bases do movimento operário, animadas inclusive pela vitória do José Ibrahim no sindicato, começaram a pressionar e dar sinais para a direção sindical de que estava disposta a enfrentar os riscos e os perigos de um movimento grevista. Isso desde 67. Foi com base na observação do que ocorria já desde 67 em Osasco que nós, do POC, desenvolvemos nosso trabalho.[202]

Evidentemente que essa movimentação anteriormente mencionada e que gorou em torno da luta contra o arrocho e o FGTS, impactou também nos trabalhadores osasquenses. Estes passaram a se mobilizar para participarem das assembléias do MIA, mesmo reconhecendo suas limitações. Na visão de Szermeta,

> Era problemático o MIA. Porque, na verdade, aparecia como uma idéia de unificar as lutas contra o arrocho, mas ele começou a ter limitações, começou a ter dificuldades de se organizar, começou a ter dificuldades mesmo de manifestação, a ditadura começou a impedir o processo da unificação. Então você tinha um monte de policial... Então o MIA teve um papel muito... criou uma expectativa... A gente tem que entender que os sindicatos eram na época, noventa por cento era pelego.[203]

A greve, que vinha sendo planejada desde abril, ganhou impulso após os episódios ocorridos na Praça da Sé, por ocasião dos festejos do 1º. de maio. Na ocasião, estudantes e sindicalistas escorraçaram do palco, a pedradas, o governador do estado, Abreu Sodré, além de outras autoridades. Considerado uma vitória dos trabalhadores sobre o regime, a moral elevou-se a ponto de influenciar na decisão pela greve.[204]

---

[202] Depoimento a Américo de Moura, op. cit.
[203] Ídem..
[204] COUTO, Ari, op. cit., p. 87.

A senha para o seu início foi o apito das oito horas da manhã na Cobrasma, que foi ocupada pelos trabalhadores. Era o dia 16/7/1968. Rapidamente o movimento se espalhou para outras indústrias de Osasco. Lonaflex, Braseixos, Fósforos Granada, dentre outras, totalizando 16 mil operários. A expectativa de que a greve se espalhasse para outros municípios da Grande São Paulo foi frustrada pela rápida e enérgica ação do governo, que mobilizou, alem da polícia militar, tropas do II Exército para cercar a cidade e desocupar a Cobrasma. Os bairros operários também foram ocupados por tropas do Exército, de forma que se podia ver blindados estacionados nos cruzamentos das principais avenidas e patrulhas em veículos militares pelas ruas, e helicópteros faziam sobrevôos rasantes sobre as casas. O objetivo era claro: amedrontar os moradores. A invasão da Cobrasma pelo Exército às 22 horas deste mesmo dia, seguida pela sua desocupação, marcou o fim da greve.

2.2. O POC em Osasco

A atuação do POC no município se dava através de duas células, que procuravam aprofundar a inserção do partido no movimento operário. A “competição” com outras organizações da esquerda era intensa, pois todas queriam capitanear o movimento, ou, ao menos, tirar dela algum proveito. Exceção feita ao PCB, cuja participação foi diminuta devido à rejeição que passou a sofrer no seio do operariado local desde o golpe de 1964.

A receptividade dos trabalhadores de Osasco às organizações de esquerda permitiu sua inserção no movimento e colaborar com o comando da greve quando da fuga das lideranças sindicais anteriores face à repressão. Por isso, no 2º e 3º dias da greve, o POC assumiu as iniciativas em algumas

fábricas, ocupando o sindicato, orientando os operários, sustentando o fundo de greve, organizando discussões políticas. Contudo, essa participação do partido na greve não foi fruto de um trabalho de longo prazo, mas o resultado de circunstâncias imediatas.

Desde antes da greve, e propósito da atuação do POC na greve de Osasco, Smerzeta afirmaria que

> o POC teve uma influência não grande [sic], porque era um partido pequeno, mas tinha quadros, o que era importante; quadros importantes que acabaram influenciando no processo da greve.[205]

As reuniões com os operários simpatizantes ocorriam fora do ambiente de trabalho, para escapar à vigilância dos capatazes das empresas e dos "dedos-duros". Os encontros se davam, então, nos locais mais inusitados, como em bares e em campos de futebol de várzea, ou até mesmo na residência dos operários. E, na opinião de Regis Andrade, sem esse trabalho prévio, as greves de 1968 que sacudiram a cidade não teriam ocorrido. Sem querer monopolizar os louros dessa mobilização, Regis Andrade afirmou que, em relação ao POC,

> Nós ajudávamos como podíamos: tínhamos lá um mimeógrafo, fazíamos panfletagem de madrugada, pixações, dávamos cursos quando éramos solicitados, curso disso, curso daquilo sobre história do movimento operário, história do marxismo, reuniões de discussão a respeito da situação política etc.[206]

Quando da eclosão da greve propriamente dita, na divisão das tarefas coube ao POC o fechamento de duas pequenas fábricas locais e a "Fósforos Granada".

A repressão foi intensa, inclusive com invasão pelas tropas do Exército das fábricas ocupadas pelos trabalhadores. O POC, com o declínio do

---

[205] Idem.
Durante a greve, os estudantes da USP organizaram um fundo de greve, e um comitê de apoio à greve, que foi integrado ao Comitê de Sustentação, liderado pela pastoral operária. Membros do POC estavam presentes nesses comitês.
[206] Andrade, op. cit., p. 40.

movimento operário a partir do segundo semestre de 1968, determinou aos militantes que "tínhamos a incumbência de recuperar as bases da greve de 1968".[207] Neste momento o POC percebeu que a grande maioria dos operários não tinha real dimensão da ditadura e, portanto, da importância de uma greve com as dimensões da que estava ocorrendo em Osasco, naquelas circunstâncias. Conforme Regis Andrade

> A repressão intensa que se seguiu à greve levou ao retrocesso do movimento operário local, não dava mais pra trabalhar lá. Nós continuamos o nosso trabalho lá numa escala muito mais restrita, mesmo porque vários tinham sumido dali, foram presos, se desinteressaram, caiu o grau de mobilização da massa.[208]

Essa nova conjuntura levou a organização a atuar nos bairros operários, focalizando as associações de moradores e também as escolas que ofereciam cursos para adultos. Por essa razão, no segundo semestre de 1968, optou pelo reforço da formação política dos operários, mobilizando militantes do Movimento Estudantil para a realização de cursos básicos. Segundo Otacílio Cecchini, estudante de Filosofia da USP e OPP do partido,

> começou no sindicato (o cursinho), e começou a ficar barra pesada, então fomos para o bairro. Era no Jardim Helena Maria, lá em Osasco. Eu fui prá lá e comecei dar aulas de História e, no domingo, mutirão, proselitismo. Esse trabalho tinha a vantagem de poder ser realizado às claras.[209]

Outra tática que a Secretaria Regional do partido escolheu para mobilizar os trabalhadores foram as "Ações Exemplares", que consistiam em panfletagens na porta das fábricas com segurança ostensivamente armada. Segundo Smerzeta, o POC em 1969 "tínhamos ligações com a VAR-Palmares (...) que tinha os instrumentos mais pesados (...) e fazíamos as panfletagens, a Ação Exemplar."[210]

---

[207] Smerzeta, op. cit.
[208] Idem, p. 42.
[209] Depoimento ao autor, 19/03/2015.
[210] Ídem.

Com esses objetivos, o POC manteve durante os anos 69 a 70 duas células operárias atuando em Osasco e região, a de Presidente Altino e a Bela Vista – Osasco. Mas, as dificuldades da militância de base faziam com que houvesse uma grande rotatividade de militantes. Nas palavras de Stanislaw Szermeta,

> Então ai nós, mas já como partido, nos fizemos uma célula em Presidente Altino e uma célula na Bela Vista-Osasco... Isso em 1969. Era pouca gente, em Altino acho que tinha 6 ou 8 pessoas, um negócio assim... E da Bela Vista tinha 5 pessoas. Mas tinha mais, o que rodava em torno tinha mais, os contatos, os assessores.... Uma quantidade razoável.. Não tem um número... Gente que vem nova, gente que sai... [211]

Sem maiores sucessos, em 1970, a atuação estava restrita a algum proselitismo juntos aos operários locais, pichações e panfletagem, sem, portanto, maior impacto no movimento operário.[212] Ou, nas palavras de Regis Andrade,

> nós já vivíamos sob o AI-5 nesta época, fins de 69, e entre 68 e 78 não acontecia quase nada mais. Aí a repressão era selvagem mesmo, vocês sabem disto e não havia nenhuma condição de retomar o trabalho de organização e mobilização operária tal como tinha sido feito em 67, 68 em Osasco. [213]

De positivo em todo esse processo, o POC reconheceu que os comitês de empresa conseguiram driblar a estrutura sindical oficial e organizar a greve, e que o trabalho do Setor Operário deveria ser de longa duração, de formação das consciências. Segundo Estrella Bohadana, militante de célula operária do partido em Volta Redonda ,

> Nosso trabalho era pegar as lutas que já estavam se apresentando na época como lutas econômicas nas fábricas, entre os ferroviários e tentarmos um trabalho primeiro de conscientização, de falar sobre a importância da transformação; o que seria um Brasil socialista e o que seria um programa socialista para o Brasil. Chegamos a propor aqui na região um jornal obreiro e lá em Barra do Piraí também. Quer dizer, nosso trabalho aqui era de panfletagem, de divulgação, e um trabalho mais sólido que eu diria até pedagógico, no sentido de mostrar qual era a situação e o que significava um país e o que significava um país com um golpe militar como o

[211] Depoimento a Américo de Moura, op. cit.
[212] BNM 454, p. 6.
[213] Andrade, op. cit., p. 43.

> nosso. O que tinha sido a própria história deste país, um país que não tem uma tradição, que está longe de ter uma tradição democrática.[214]

3. Como atuar no Movimento Operário?

> ... os atuais sindicatos não são instrumentos de luta de classe (...) se tratam de instrumentos da classe dominante no seio do proletariado. Que nossa obrigação é quebrar a atual estrutura sindical.[215]

Se os sindicatos eram "instrumentos da classe dominante", então, como atuar de forma eficaz junto ao operariado? Esta era a pergunta que o POC se fazia: "Para nós a discussão de como se ligar às massas tem que iniciar por um tema: como se ligar à classe operária?"[216]

Na teoria leninista, há uma clara distinção entre o trabalho sindical e o político. Para Lênin, a organização sindical dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional, e em segundo lugar, a maior possível, e em terceiro lugar, a menos clandestina possível. Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária, e "essa organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível." [217] Este era o norte pelo qual o POC procurava orientar-se, fazendo do trabalho do Setor Operário não um fim em si mesmo, mas o caminho para a revolução.

Para melhor orientar seu trabalho aos trabalhadores, as Secretaria Regionais, na medida do possível, procuravam traçar o perfil socioeconômico das áreas industriais sob sua jurisdição e, nestas, localizar as indústrias mais importantes a partir de um ponto de vista estratégico-político. As células, em

---

[214] Depoimento de Estrella D'alva Bohadana, à "Comissão da Verdade" de Volta Redonda, 28/7/2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLlQtvg. Acesso em 29/07/2015.
[215] POC – "Nosso trabalho nos sindicatos". Junho de 1968. CEDEM, documento 0657-0660.
[216] Conf. Revista "Combate", op. cit., p. 15.
[217] LENIN – **Que Fazer?** Op. cit.,, p. 22.

resposta produziram interessantes documentos de descrição e análise das áreas industriais.[218]

Por exemplo, na cadeia produtiva da indústria automobilística, a paralisação de uma fábrica de autopeças, fornecedora de componentes para as montadoras de veículos, paralisaria toda a cadeia, com a vantagem destas serem menos vigiadas pela repressão do que as grandes montadoras. No ABC paulista, centro nevrálgico da indústria automobilística brasileira, há documentos internos que revelam o esforço do POC em obter, ou manter, militantes/simpatizantes, em empresas com a COFAP, Pirelli, Firestone Fabrini e outras, todas elas fornecedoras das montadoras. O que não quer dizer que as grandes do setor não eram visadas. Por essa razão, o POC possuía uma célula ativa na General Motors, de São Caetano do Sul, e mantinha militantes na Volkswagem e na Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo.

A Direção Nacional reconhecia que o operariado brasileiro ignorava a função política dos sindicatos, e que desconhecia também que a estrutura sindical brasileira fora criada pelo trabalhismo getulista. Por essas razões, a direção admitia haver limitações apriorísticas na ação sindical. Desta forma, preconizava a utilização dos sindicatos legais como meio de chegar até às fábricas e, uma vez lá estabelecidas as células de militantes, criar os Comitês de Fábricas. Esses comitês se utilizavam de denúncias das condições de trabalho para arregimentar operários, como por exemplo o não-cumprimento das normas de segurança, a qualidade das refeições, até a truculência dos chefes e encarregados de seção.

---

[218] Como exemplos indico os documentos: “Informe sobre movimento operário em São Paulo” (maio, 1970 - 03392-03397), “Crítica ao 1° Programa da frente operária – Pernambuco” (novembro, 1969 - 03409-03410), “Sobre o nosso trabalho no Sindicato de Guarulhos” (março – 1969 - 03426-03430). Todos disponíveis no CEDEM.

Por exemplo, no momento de ascenso da mobilização operária, em 1968, a militância do POC procurava operar através dos "Comitês de Fábrica", que deveriam atuar paralelamente aos organismos sindicais oficiais. Mais uma vez, na opinião de Regis Andrade,

> o sindicato estava nas mãos dos "pelegos", não eram lideranças. Eram dirigentes protegidos pelo regime, era outra coisa, eles não tinham o respeito da massa, não tinham respeito nenhum, não lideravam coisa nenhuma, não eram líderes. [219]

E, para tentar fugir da estrutura sindical "pelega" o POC propunha outro caminho. Conforme Andrade,

> A nossa proposta era de formar em cada local de trabalho, em cada fábrica comissões operárias, que eram organizações por empresa, mas que tinham uma dupla natureza: por um lado organizar e fazer avançar as demandas econômicas dos trabalhadores e acolher enquanto comissões, enquanto organizações operárias, lideranças que pudessem representar os trabalhadores ante os empresários, por exemplo, em questões internas da fábrica, como também, e por isso eu disse da sua dupla natureza, eram centros que procuravam organizar uma espécie de vanguarda nos locais de trabalho. Eram organizações políticas nesse sentido. Há um vago parentesco com a idéia de soviets, (...).[220]

Noutros termos, o POC não ignorava que a inserção no operariado se fazia também através das lutas cotidianas. No "Caderno Regional de Debates", a Secretaria Estadual paulista considerava que "os pequenos conflitos, as violências e arbitrariedades ocorridas nas fábricas contra os operários consistem o dia-a-dia do movimento operário." E, continuava a análise, considerando que "estes diferem das campanhas gerais da categoria porque se manifestam diariamente e devem ser explorados ao máximo através de panfletos, pixações". E, por fim, concluía que "acidentes de trabalho, demissões injustas, brigas com o feitor etc", essas insatisfações constituem o "fator básico da instabilidade". Daí a necessidade dos comitês de fábrica,

---

[219] Andrade, op. cit., p. 39.
[220] Idem, ibid.

sendo, iniciando o movimento nas seções onde as condições de trabalho são mais duras.[221]

Vale ressaltar que o POC desde 1968 apostava na criação de tais organismos, como se percebe no documento "Notas sobre os comitês de empresas" de setembro de 1968, a pretexto das greves de Osasco:

> os comitês são formas espontâneas de organização do movimento operário na sua fase atual. Entretanto, sua criação pode ser estimulada de fora, pelos partidos políticos, sua ação pode ser orientada e, no caso limite, pode-se transformar em base partidária.[222]

E, prosseguia o documento, justificando a adoção dessa tática exatamente porque os sindicatos, sob intervenção do regime, perderam sua combatividade, e, por isso, os "comitês tem se caracterizado como órgão de luta dos trabalhadores".[223]

No ABC, havia uma célula com militantes operários na General Motors, sediada em São Caetano do Sul, composta ao longo de 1969. Os militantes relataram haver muita resistência por parte dos demais trabalhadores, devido ao receio da repressão. Contava com boletins próprios, rodados pela própria célula em aparelho montado no próprio município, alugada em nome uma militante com vida legal e que coordena a célula. Os militantes estavam procurando levar as discussões para as mulheres dos trabalhadores, que sentem diretamente a carestia.

Havia outra célula no ABC, sediada em Santo André, voltada para a ação em movimentos de massas. Atuava no programa de alfabetização de adultos mantido por uma Igreja local. A partir dessa ação, passou a manter contatos com grupos de secundaristas e operários fabris. A célula, apoiada

---

[221] POC-SP – "Caderno Regional de Debates", nº 8, janeiro de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 01209.
[222] Esse documento, do Setor Operário da SE-SP, vinha assinado por "Xavier", codinome de Regis Sthepan no partido. Conf. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0668.
[223] Idem.

nesses simpatizantes operários, passou a discutir formas de atuação na campanha salarial que se aproximava – 1970.

No município de Volta Redonda e nas cidades da sua região (Barra do Piraí, Barra Mansa, Resende), coordenada pela Secretaria Regional da Guanabara, havia uma importante célula operária. Diferentemente de outras localidades, esta célula trabalhava em "frente" com outras organizações clandestinas. Nas palavras de Estrella Bohadana,

> Com 18 anos fui para o POC, que depois rachou e virou de novo POLOP. No POC vimos que era importante um trabalho de frente operária naqueles lugares que tinham tido uma tradição importante de luta no golpe militar, que foi Barra do Piraí e Volta Redonda. O trabalho culminou numa frente operária com o pessoal da JOC, PCdoB, PCB, PCBR. E nós tínhamos o apoio fundamental da Igreja, com Dom Waldyr [Calheiros] (...). Por essa frente fui presa pelo 1º BIB, de Barra Mansa. Alguns companheiros já estavam presos.
> Então nosso trabalho inicial e a estratégia eram de como trazer os operários para discutir um programa socialista para o Brasil. O POC entrou nessa frente exatamente por concordar que era importante esse trabalho. Um trabalho de esclarecimento, de conscientização, quase que de um levantamento das condições reais de vida dos operários da CSN, dos ferroviários de Barra do Piraí. (...) muitas reuniões foram feitas na Igreja (...) o que nos fortalecia e muito.[224]

Como outro exemplo desta estratégia para o setor operário, podemos citar a atuação do POC no Rio Grande do Sul, no MIA local. Debatendo claramente com o PCB, posicionando-se à esquerda da sua proposta, partia da palavra de ordem "uma intervenção é preferível ao compromisso com o sindicato da burguesia", o POC se propunha a levar o movimento operário para as ruas, na forma de manifestações, a fim de dar maior visibilidade à causa operária. Ao mesmo tempo, para ampliar o nível de consciência de classe, o POC propunha a seus militantes a denúncia das condições de trabalho nas

[224] Bohadana, Estrella, op. cit.

próprias fábricas, realizando, para isso, assembléias e organizando comitês de empresa.[225]

Ainda no Rio Grande do Sul, o POC tinha uma célula bastante ativa na Federação dos Bancários do estado, cujo presidente, em 1969, era vinculado ao partido. Por essa razão, concentrava seus esforços na Federação, e também porque, segundo Leane Ferreira, militante desta célula, considerava que os Sindicatos dos Bancários "estavam apelegado" e os sindicalistas "tinham uma visão economicista". Ela conta que sua atuação era no sentido de

> levar posições que ampliassem as reivindicações dos bancários, que ampliassem o nível de consciência dentro das batalhas salariais. Era época do FGTS; caiu a estabilidade e veio o FGTS. Então, essa batalha dentro da Federação, poderia ser uma discussão mais ampla de como o capitalismo se organizava para tirar direitos. Os sindicatos ficavam fazendo passeata na frente dos bancos, puramente em função de uma reivindicação pontual. E a Federação, a gente tinha a orientação de ampliar o debate, para conseguir ampliar o nível de consciência da categoria.[226]

O ambiente na Federação era de muita luta política entre as diferentes organizações da esquerda e também entre os chamados "independentes", isto é, os sindicalistas não-vinculados a nenhum agrupamento clandestino. A militância do POC procurava, neste momento em que o sindicato dos bancários estava "pelegado", canalizar as lutas para a Federação, onde achava também ser possível ampliar o foco dos debates para além da rotina meramente sindical. Percebe-se claramente que o partido procurava estruturar-se na categoria através de um lento, mas sustentável, processo de conscientização de classe, combinando, simultaneamente, as lutas economicistas cotidianas com debates teóricos de maior fôlego. Esse movimento também pode ser verificado nos demais exemplos acima mencionado, como em Osasco e Volta Redonda.

---

[225] POC – RS – "Balanço crítico da atuação no movimento operário", junho de 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0652.
[226] Leane Ferreira de Almeida, depoimento ao autor, 03/03/2015.

3.1. O debate com o PCB

Foi com o PCB, cuja tradição de participação no movimento operário era inegável, que o POC travou seus mais importantes embates políticos. Para o partido dirigido por Luis Carlos Prestes, segundo a "Resolução" do seu VI Congresso, havia um inegável crescimento da economia brasileira e que trouxera consigo transformações sensíveis no âmbito social. A primeira e mais evidente dessas transformações se deu no proletariado urbano, que cresceu numericamente e sofisticou-se qualitativamente. Quer dizer, ao lado do proletariado "mais antigo", considerava a "Resolução", composto pelos trabalhadores de indústrias leves, a exemplo dos portuários e dos ferroviários, despontava aquele que atuava nos novos ramos industriais, como o de bens duráveis e o de bens de capital. Tratava-se, conforme o documento, de "operários com níveis relativamente altos de instrução e qualificação", e que, de certa forma, tinham interesse em manter sua posição.[227]

E, por razão, para a militância sindicalista do PCB, o documento recomendava cautela para se evitar a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos ou a impugnação de chapas. A orientação era a de atuar dentro da estrutura legal vigente, como, por exemplo, nas CIPAS (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), se aproveitando de eventuais brechas na legislação e evitar o enfrentamento aberto com os patrões a ditadura. Era um trabalho lento e paciente que o documento previa, agindo no interior das empresas, procurando, sobretudo, elevar o número de sindicalizados, o seu

[227] Ídem, p. 164. Partido Comunista Brasileiro – "Resolução Política", dezembro de 1967, p. 160. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZeUhOb240c0tlOUk/edit?usp=drive_web&pli=1. Acesso em 14/10/2013.

nível de consciência, e atrair esse novo segmento do operariado para as discussões.

Por isso, em atenção a essa diretriz, o partido atuou intensamente no Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), criado em São Paulo em outubro de 1967 e que reunia sindicatos de Osasco, Guarulhos, Santo André, Campinas, além da Capital.

E, coerentemente com a proposta de evitar o enfrentamento aberto, o PCB não apoiou as greves que eclodiram em Contagem em abril de 1968. Por isso, o PCB foi associado aos pelegos que dirigiam os sindicatos sob intervenção governamental. E, essa progressiva perda de prestígio dentre o operariado mostrou-se incontornável em longo prazo.

O economismo, ou economicismo (as duas formas são adotadas nos escritos do partido) caracterizou, na ótica do POC, o movimento operário, de forma geral, até 1967, isto é, quando estava sob a influência do PCB. O “economicismo” consistia em atribuir às lutas econômicas o aspecto principal da luta dos operários e supondo que através delas, e tão somente, haveria uma elevação da consciência de classe. Igualmente, o PCB seria tachado de “reformista”, isto é, de acreditar que, por transformações lentas e graduais no capitalismo, se poderia chegar ao socialismo. Para o POC, a “ilusão” do reformismo foi uma das razões da “catástrofe de 1964”.

4. Resultados obtidos

Apesar da intensa experiência de Osasco, acrescida daquelas de Minas Gerais em abril de 1968, o POC ainda tinha ainda, efetivamente, muitas dificuldades em se fazer presente no movimento operário. E, por volta do final de 1968 no exato momento em que as direções estaduais e a nacional

procuravam tirar as lições de toda essa movimentação que se deu, na ótica delas, à base de muito empirismo, veio o AI-5.

Neste momento do AI-5, o POC tinha células operárias em várias regiões industriais do país. Osasco, Guarulhos e no ABC em São Paulo; em Porto Alegre; em Recife; no Rio de Janeiro – Niterói; e em Salvador-Camaçari. As respectivas lideranças dos comitês de empresa tiveram que abandonar o local e serem deslocados para outros estados.

E, o seu impacto foi duplamente sentido. Em primeiro lugar, as lideranças populares do partido tiveram que entrar para a clandestinidade. E, sem que se tivesse previsto essa condição, quer dizer, o partido não tinha uma estrutura de retaguarda montada para dar conta dessa situação. Com efeito, a alternativa foi o deslocamento dos militantes entre os estados, e consequentemente, a perda de boa parte do trabalho desenvolvido ao longo do ascenso dos movimentos. O segundo impacto pode ser sentido com o prevalecimento das teses militaristas – e a evasão de militantes experientes para as organizações engajadas na luta armada. No POC isso foi fortemente sentido no Paraná, com a vinculação de militantes à VPR; no Rio Grande do Sul, com o surgimento do MCR; e no nordeste, com a perda de militantes para o MR-8 e o PCBR.

Em fevereiro de 1969, com a nova situação criada pelo AI-5, a Direção Nacional delegou às Secretarias Regionais que definissem os locais onde o partido concentraria sua atuação, privilegiando aquelas com maior potencial explosivo e onde o partido mantinha uma base segura. E a ênfase foi dada ao trabalho nos bairros e nos comitês clandestinos de empresa. E, acompanhada da orientação de “ganhar” aos poucos os operários – com toda a segurança possível.

Exemplo disso foi a mobilização de militantes para Osasco, onde foram montados dois aparelhos para a residência fixa desses militantes que se empregaram em indústrias locais, e também a montagem do aparelho em SCS, para fortalecer a célula do ABC. Nesses aparelhos foi montada uma imprensa própria.

Em Guarulhos o POC enfrentava particular dificuldade. A presença do PCB era intensa e atuante, além da existência de inúmeros informantes da polícia infiltrados entre os operários. Por essa razão, o POC, apesar de ter mantido militantes no município, não conseguiu enraizar-se no operariado local.

A repressão que se seguiu às greves de 1968, acirrada no decorrer de 1969, fez com que o movimento operário refluísse. Para Szermeta, "com o golpe, o pessoal acabou se afastando um pouco do sindicato e se organizando paralelamente, porque não havia clima para organizar uma chapa".[228] E, neste momento, o POC se via em dificuldades para organizar os comitês de fábrica. Analisando essa conjuntura, às vésperas da Conferência Regional paulista, de fevereiro de 1970, os redatores do "Caderno Regional de Debates" avaliavam que a política de arrocho salarial e a repressão política permitiam "prever zonas de tremenda explosividade, que seriam pólos de agitação de movimentos de massa", situação esta considerada como "uma fase anterior à guerrilha".

Formulada desde sua tese de doutorado (1989) por Daniel Aarão Reis Filho, a idéia de que várias organizações da esquerda supunham de que a ditadura seria incapaz de conseguir debelar o surto inflacionário e dar um novo impulso de desenvolvimento ao país, e, muito menos, equacionar as distorções

[228] Depoimento de Stanislaw Szermeta à "Comissão da Verdade" do município de Osasco. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=T2m_B6l2esI. Acesso em 29/7/2015.

estruturais históricas da economia e sociedades brasileiras – essa tese é chamada de “utopia do impasse”.

Esta, para melhor aproveitar essa conjuntura, no sentido de se fortalecer sua posição de partido de vanguarda da luta de classes, seria necessária a realização de “ações especiais, ações concretas de propaganda armada”. Esta foi a saída encontrada. [229]

A cisão do início de 1970 se deu em função da aproximação com a luta armada. Szermeta, reconhecendo que o POC não era propriamente uma organização militarista, mas sentia a necessidade de apoiar-se em armas para fazer a propaganda. “Os dois propunham as comissões, só que um propõem um coisa mais pura: não relacionamento com os movimentos a luta armada. E o outro propunha o relacionamento com a luta armada.”[230]

No entanto, o que se observava era um gradativo aumento da popularidade do governo Médici, certamente motivado pelo crescimento econômico verificado nos anos do seu governo, e também pelo eficiente trabalho de marketing político. O “milagre” apoiava-se em obras de infra-estrutura, que dinamizavam a construção civil e atraíam capitais externos para as indústrias de bens de capital e de consumo. A agroindústria de exportação também era estimulada. E tudo isso respaldado por um arrocho salarial que garantia elevadas taxas de lucro para as empresas.[231] A situação de pleno emprego nos grandes centros urbanos desestimulava o enfrentamento mais radical com o regime.

---

[229] POC-SP – “Caderno Regional de Debates”, fevereiro de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 01219.
[230] Depoimento a Américo de Moura, op. cit.
[231] O crescimento do PIB foi nos seguintes índices oficiais: 1970 – 9,5%; 1971 – 11,3%; 1972 – 10,4%; 1973 -11,4%. REIS FILHO, 2014, p. 80.

A fase mais violenta da ditadura, chamada por alguns de “anos de chumbo”, 1968-1973, coincidiu com o “milagre brasileiro”, quando o PIB nacional crescia anualmente a índices superiores a 10%. Esse surto de intenso desenvolvimento econômico foi usado pelo regime para sua auto-afirmação através de eficientes campanhas midiáticas. E, setores do operariado industrial das grandes cidades, e da classe média, inegavelmente, se beneficiaram com a condição de pleno emprego que se estabeleceu para esses segmentos.[232]

Agravando os obstáculos políticos, as dificuldades operacionais do partido, que eram patentes, e se mostravam com toda força em atividades as mais prosaicas, como mostra essa análise de uma coordenação de células por ocasião dos festejos do primeiro de maio de 1971. Os panfletos que deveriam ter sido distribuídos para os trabalhadores na ocasião foram impressos com atraso e não puderam ser entregues; as pichações previstas não ocorreram devido “à inércia que a célula se em relação ao trabalho externo”.[233]

Aliado a isso, as células consideravam que boa parte das dificuldades encontradas se deviam ao desânimo que se abateu sobre parte do operariado após o golpe e a posterior inatividade do PCB. A resposta de parte da vanguarda operária foi, ainda nessa avaliação, o esquerdismo, manifestado, sobretudo, com o militarismo.

Nesta linha de raciocínio, Marcelo Ridenti avaliou que, excluído o PCB, que insistia na política de alianças, e os trotskistas do POR(T), adeptos ferrenhos do trabalho junto ao proletariado, todas as demais organizações da

---

[232] Conf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de & WEIS, Luiz – “Carro zero e pau-de-arara”, in SCHWARCZ, Lilia (org.) - **História da Vida Privada.** vol. IV. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 332.

[233] POC – “Balanço do 1º. de maio, 1971”. AEL, Coleção MSB, cx. 1.

esquerda pagaram em armas contra a ditadura.[234] Porém, a progressiva violência da repressão fez com que essas organizações se afastassem cada vez mais dos movimentos sociais – por isso o justo título da obra de J. Gorender, "Combate nas Trevas". Na escuridão da clandestinidade, as organizações invariavelmente caíam na roda-viva das ações de expropriação apenas para fins de sobrevivência. As expropriações, como eram denominadas estas ações pelos guerrilheiros, eram cometidos muito mais com o objetivo de dar uma sobrevida às organizações do que agredir ao inimigo.[235]

Dentre as causas que teriam levado à opção por essa forma de luta, Ridenti rapidamente descartou o fechamento definitivo do regime quando do AI-5. Até porque, o início das ações armadas (COLINA, ALV, VPR), como já dissemos, lhe foram anteriores. Para este autor, que identificou um caráter libertário e de rebeldia de boa parte dos militantes da esquerda – fenômeno social típico do final dos anos sessenta - é uma das chaves explicativas.[236] Tratava-se daquilo que Herbert Marcuse chamou de "a grande recusa". Quer dizer, neste período, em escala global, parcelas da juventude se recusavam a aceitar as regras de uma sociedade que consideravam hipócrita e cerceadora das liberdades individuais. E, como dissemos acima, no Brasil, essa onda contestatória coincidiu com a ditadura. Em certo momento, até o POC – acusado por muitos de "intelectualista" e de "obeirista" - se viu envolvido nessa ciranda.

> Estávamos pressionados pela ditadura, pelo regime militar, pela violência. Todas as panfletagens, todas as ações que o POC fazia, ele tinha que fazer, quer queira quer não armado. Mesmo não sabendo muito o manuseio das armas, mas tinha que ter....você ia de madrugada e ia encontrar uma "baratinha", você ia ser parado, tinha que sair fora. Então, todas as panfletagens que se fazia tinha que ser armado, e como era um partido, se

[234] RIDENTI, op.cit., p. 45.
[235] GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999, 49.
[236] RIDENTI, op. cit., p. 64.

> fazia as panfletagens nos lugares mais diversos, na Ford, na Volks, em qualquer lugar que era possível, então a idéia era fazer isso. E nesse processo, o POC acabou estabelecendo relações com os setores, vamos dizer assim, da luta armada e acabamos, em 1970, caindo; o aparelho caiu. Nessa relação acabamos tendo que fugir. Alguns ficaram presos, o Arsenio, o Jaime, o pessoal que não conseguiu escapar da célula de Presidente Altino. E o pessoal da célula da Bela Vista acabou saindo e eu acabei caindo na clandestinidade. Foi em 70, e fiquei até 71 na clandestinidade, só que fui deslocado para o Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Acabei sendo preso em agosto de 71. [237]

E, para ex-militantes, essa aproximação do POC com a "turma da pesada", não significou apenas o "racha" de 1970, mas a queda do partido em 1971. Está é, expressamente, a opinião, por exemplo, de Leane Ferreira. Em seu depoimento ao autor, ela relatou que na sala de tortura, o coronel Carlos Brilhante Ustra, que chefiava o "interrogatório" berrava repetidamente o nome "Hiroaki Torigoe... Hiroaki Torigoe... Hiroaki Torigoe...", sem que ela soubesse do que se tratava. Anos, depois, já em liberdade, veio a saber que era o nome de um membro de GTA (Grupo Tático Armado) da ALN, de quem Luiz Eduardo Merlino havia recebido um bilhete solicitando contato. Para ela, essa aproximação precipitou a queda do partido. Não consegui apurar a consistência dessa afirmação, nem mesmo da tentativa de contatos por parte de ALN com o POC. Hiroaki Torigoe foi morto poucos meses depois, no início de janeiro de 1972, quando militava no MOLIPO, ao que tudo indica, após violentas torturas. Permanece como um dos desaparecidos políticos. [238]

5. Autocrítica

Desde sua fundação, o POC buscava reforçar sua presença no Movimento Operário. Inúmeros são os documentos internos ao partido, elaborados pelas secretarias regionais e pela direção nacional conclamando os militantes a se empenharem na ampliação com os contatos proletários e,

---

[237] Depoimento de Stanislaw Szermeta à "Comissão da Verdade" do município de Osasco. Op. cit.
[238] Depoimento ao autor, 03/03/2015.

internamente às empresas e que, procurassem organizar os comitês de fábrica. Era a política de “organizar a classe pela base”, escapando assim aos sindicatos oficiais.

No início de 1970, olhando de forma retrospectiva para seus quase dois anos de vida, o partido, com alguma indulgência, entendeu que fora um período de testes e, portanto, de aprendizagem na busca pelo objetivo proposto pela “Resolução” de se “transformar em uma organização de combate”. Efetivamente, houve um crescimento do partido no movimento operário. Quando da sua fundação, eram raras as regiões industriais do país que contavam com uma célula partidária. Em muitos casos não havia nem mesmo um único militante. A direção reconhecia que havia graves deficiências e admitia que outras organizações, por não terem um projeto político definido, se utilizavam das palavras de ordem do POC, a exemplo dos “comitês de greve” e da organização da “greve geral”. Exemplo claro desta situação, na ótica da Direção, era a VPR, que teria “se aproveitado” da idéia dos comitês do POC em Osasco para lá difundir a tese dos “comitês de empresa”.

Também são vários os depoimentos de militantes do Setor Operário sobre a dificuldade na cooptação de operários que, na maioria absoluta dos casos, acabava se afastando do militante após dois ou três encontros. Para Szermeta, A estratégia proposta pelo partido a partir de meados de 1969 foi a de procurar os operários “líderes naturais”, quer dizer, os trabalhadores politicamente melhor preparados.

São igualmente numerosos os documentos elaborados pelos militantes se queixando da falta de estrutura e condições do partido para que o trabalho

surtisse efeitos mais sensíveis. Há também depoimentos de militantes indicando operários delatores, daí o risco na atuação no interior das fábricas.

Eram frequentes, também, as queixas de militantes em relação à falta de condições operacionais mínimas, a exemplo de panfletos que não foram rodados a tempo, ou a simples falta de dinheiro para deslocamentos etc. Havia também reclamações em relação à falta de orientação em relação às eleições municipais, ocorridas em 1968. Ao mesmo tempo, como vimos, a Direção Nacional propôs a realização de ações de agitação e propaganda, "agit-prop", com apoio armado, nas imediações das fábricas e bairros operários. Comícios-relâmpago, panfletagens e pixações. Conforme Szermeta, "o que era possível de se fazer, naquela época, era a distribuição de material na porta das fábricas, e era muito perigoso, era quase que meio clandestino." [239]

Diante dessa dificuldade, a maior "tentação", como vimos, foi a do "esquerdismo", isto é, "pular" as necessárias etapas de conscientização da classe operária e propor, de pronto, os objetivos finais da luta. Noutros termos, "significava propor a revolução socialista sem que o trabalhador tivesse consciência do que ela fosse", conforme Szermeta.[240]

Ridenti observou que, na mesma proporção em que o cerco repressivo aumentava, o isolamento das organizações comunistas também crescia, a ponto das ações armadas limitarem-se à mera sobrevivência física dos militantes, clandestinos na sua grande maioria. E, mesmo a reposição de quadros estava comprometida devido a esse isolamento e à própria

[239] Depoimento de Stanislaw Szermeta à "Comissão da Verdade" do município de Osasco. Op. cit.
[240] Idem.

desmobilização dos movimentos de massa, onde eles poderiam ser recrutados.[241]

6. Considerações Finais

Desde sua fundação o partido procurava dirigir sua atuação junto ao operariado da forma mais adequada possível em relação à conjuntura política nacional. Deste modo, ele objetivava, não apenas a distribuição racional dos "recursos humanos do partido", mas a efetiva liderança do movimento. Igualmente, esforçava-se, para não incorrer em dois "desvios": no ativismo – prática empírica sem planejamento prévio –, e no economicismo, isto é, limitar-se às lutas por questões mais imediatas.

Até julho de 1968, mesmo recém-fundado, o partido tentou de tirar proveito das lutas contra o arrocho promovidas pelo movimento operário de forma geral. Após as greves de julho, a luta transmutou-se para o plano político, focalizando sobretudo a denúncia junto à classe do sindicalismo oficial e as arbitrariedades do regime. E, ao mesmo tempo, o POC trabalhou na idéia de organização de uma greve geral em novembro contra o arrocho salarial.

Contudo, 1968 foi encarado como um ano de testes para o partido, no sentido de se tornar uma organização de combate da classe operária. No momento da sua fundação, o partido tinha alguns poucos militantes atuando junto ao operariado e, destes, a maioria provinha do setor estudantil, quer dizer, sem maior capacidade de penetração na classe. Por essa razão, o rápido ascenso do movimento operário verificado nos meses iniciais deste ano, encontrou o POC sem a estrutura necessária para tirar maior proveito. Por isso, apesar do esforço em fazer valer suas palavras de ordem para o Setor "formar

[241] Ridenti, 1993, op. cit., p. 256.

comitês de fábrica” e “organizar a greve geral”, elas não tiverem eco junto aos trabalhadores.

Após o AI-5, no decorrer de 1969, consolidou-se a retração dos movimentos de massa. A partir desta nova realidade, o partido deslocou a militância operária para o trabalho nos bairros e na tentativa de recuperação dos comitês de fábrica, sempre de forma muito clandestina. E, simultaneamente, passou a realizar também as chamadas “Ações Exemplares”. Estas, por sua vez, tinham por objetivo o enfretamento da repressão, através de ações de agitação e propaganda, para manter o ânimo do operariado elevado, e que deveriam acontecer em vários pontos da cidade, sempre em locais de concentração operária. Essas ações, efetivamente, não ocorreram, tendo se limitado a panfletagens em porta de fábricas. Ao mesmo tempo, a Direção Nacional insistia para que os militantes não fizessem agitações dentro das fábricas devido ao clima de temor e dos delatores.

Também em 1969 o POC tentou ampliar sua área de atuação, procurando inserir-se nas regiões operárias onda não mantinha células. Para isso, procurou estabelecer contatos com lideranças operárias novas e também as antigas, não-pelegas. Algumas vezes esse trabalho foi feito em aliança com outras organizações da esquerda.

Daniel Aarão Reis Filho detectou na historiografia três hipóteses sobre os “desencontros entre os comunistas e a realidade social. Primeiro, a debilidade política das organizações não conseguiam fixar-se no operariado. Segundo, a indigência teóricas, o que levava as organizações a avaliarem mal a conjuntura social e econômica do país, e daí, a tomar decisões políticas equivocadas. Por fim, em terceiro lugar, as organizações sofriam de um vício

de origem, ou seja, a influência da pequena burguesia, e, por isso, não compreendiam a realidade com os olhos do trabalhador.[242] Em resumo, as causas do "desencontro" com a revolução se localizavam no interior das próprias organizações comunistas, e não na dinâmica da sociedade.

Em outra obra, seguindo as pistas desta nova linha pesquisa, Daniel Aarão iria considerar que o próprio regime seria responsável por uma "gama diferenciada de atitudes que contribuíram para a estabilidade do governo." E, dentre essas atitudes, ele identificou desde "a simpatia não entusiasta, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência."[243]

Concretamente, ele considerou que a série de programas sociais implementada pelos governos militares, a exemplo do PIS, do PASEP, o Projeto Rondon, o Funrural, "podem ter contribuído para a neutralização de oposições."[244] E, ao mesmo tempo, houve também um expressivo crescimento do número de sindicatos, tanto urbanos quanto rurais, entre 1968 e 1978: dos primeiros, de 2016 para 4009, equivalendo a 65%; dos rurais, de 625 para 1669, representando 200%. Isto poderia servir, em estudos mais pormenorizados, de que a classe trabalhadora não estava desmobilizada, ela somente não respondia ao chamamento da esquerda comunista.[245]

No entanto, o que se verifica numa visão panorâmica da esquerda comunista no período, era a canalização das suas energias para e sedutora teoria do "foco". E, na busca desta, ou da congênere "cerco da cidade pelo campo", desviava-as de uma participação mais efetiva junto aos movimentos

[242] Reis Filho, 1990, p. 105.
[243] Reis Filho, 2014, p. 84.
[244] Ídem, p. 85.
[245] Ídem, p. 87.

de massa. Por isso, devido à ausência de um trabalho prévio e, mais uma vez, a violência da repressão – aliás, bastante previsível – fez com que o movimento operário refluísse, sem um crescimento mais significativo para nenhuma das organizações.

O POC se viu enredado nesta mesma trama. Ele também não se dava conta do “aburguesamento” do operariado. As “debilidades do proletariado” não eram entendidas, portanto, como resultado da sua própria dinâmica, mas motivados por fatores “estranhos” à classe. Por exemplo, em resposta às frequentes queixas de coordenadores de células operárias sobre a alta rotatividade de militantes, a Direção Nacional avisava que cabia aos coordenadores selecionar e preparar de forma mais meticuloso os militantes, fazendo com passassem, necessariamente, pelo estágio de opp.

Intensos debates internos foram travados; pesquisas para a definição das regiões fabris mais importantes em cada secretaria regional foram efetuadas; análises de conjuntura e do desempenho do próprio partido e de outras organizações da esquerda foram realizadas. Uma documentação rica e intensa revela a mais profunda angústia dos militantes diante das inúmeras dificuldades enfrentadas na suas aproximações do operário. Ele estava lá, próximo às mãos, de carne e osso. Mas, na maioria das vezes não faziam eco ao proselitismo do partido. Também o POC sofria com o isolamento em relação àquele ao qual se considerava legítimo porta-voz.

Capítulo 4 – O Partido Operário Comunista no Movimento Estudantil

Em 1965 um jovem roqueiro inglês cantava em alto e bom tom, acompanhado pelos “riffs” nervosos de uma guitarra elétrica, que ele não “conseguia satisfazer-se”, “I can't get no satisfaction”, para logo em seguida, alertar ao “homem” que chegava pelo rádio ou pela TV, ele que não estava lhe dizendo nada. Tédio da juventude numa sociedade cada vez mais burocratizada, e denúncia da mercantilização: essa era a mensagem que Mick Jaegger e a banda britânica Rolling Stones tentavam passar em sua canção “Satisfaction”.

Neste mesmo ano de 1965 o revolucionário argentino-cubano Ernesto “Che” Guevara, ícone das esquerdas latino-americanas, amargava sua decepção com a experiência mal-sucedida de implantação do “foco” guerrilheiro nas florestas do Congo, no coração da África. O pior, no entanto, ainda estava por vir. Sua tentativa de exportação da revolução redundaria em tragédia apenas dois anos depois, quando encontrou a morte nas serras bolivianas.

Em abril de 1968, o líder do movimento negro norte-americano e pastor protestante Martin Luther King seria assassinado em pleno território sulista, outrora escravocrata, da cidade de Menphis. Em maio deste mesmo ano, milhares de universitários franceses saíam às ruas anunciando que doravante era “proibido proibir”.

O planeta mudava. Na velocidade dos “mass media”, novos comportamentos, novas formas de se fazer política, novos direitos, eram criados e rapidamente difundidos mundo afora. Pairava no ar a sensação que o

“status quo” puritano-burguês finalmente cederia lugar a uma nova forma de organização social mais igualitária, quiçá socialista. Os indícios eram fortes. A Guerra do Vietnã e os movimentos de descolonização no Terceiro Mudo; as transformações nos costumes e a luta por novos direitos, como dos homossexuais, das mulheres e das minorias étnicas. No âmbito das esquerdas, o socialismo soviético, que há muito já não contava com a outrora unanimidade, encontrava-se ainda mais desprestigiado diante da ascensão dos chineses, dos cubanos e da repressão à Primavera de Praga (1968).

E, no olho desse furacão, a juventude. Para uns, “transviada”, para outros, transformadora.

Neste fenômeno sociológico praticamente global - México, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão – os jovens, sobretudo os estudantes, eram os protagonistas centrais. E, no Brasil não foi diferente. Aliás, havia uma grande diferença: no Brasil essa movimentação se deu em meio a uma ditadura militar, modernizante em termos capitalistas, mas conservadora nos planos político e comportamentais.

O objetivo deste capítulo é, pois, inserir o POC neste processo de “rebeldia estudantil”, mostrando que, em certo sentido, sua existência se deve, também a essa agitação. E, como numa via de mão dupla, procurei no capítulo indicar como o POC tentou, em prol dos seus objetivos políticos, se beneficiar dessa conjuntura.

1. Esboço Histórico do ME no Brasil

O movimento estudantil foi um dos mais importantes protagonistas da resistência à ditadura e de onde saiu a maior parte das bases das organizações da esquerda comunista pós-golpe. Pela própria natureza do

ambiente escolar, onde os estudantes se encontram diariamente, a mobilização se torna facilitada. Assim, reunidos em torno de entidades estudantis locais (Grêmios de escolas secundárias, diretórios acadêmicos de faculdades, e diretórios centrais de universidades); estaduais (União Estadual dos Estudantes, UEE); e nacional (União Nacional dos Estudantes, UNE) revelaram grande capacidade de articulação política e coragem no enfrentamento da repressão ao longo de praticamente todo o período ditatorial.

Boa parte dessa mobilização foi articulada ao redor da UNE. A rigor, ela já havia se tornado um ator político de primeira grandeza desde antes do advento da ditadura. No final dos anos cinquenta e início dos sessenta, no contexto do crescimento dos movimentos de massa no país, a UNE organizou o Centro Popular de Cultura, o famoso CPC, e a "UNE Volante", ocupados em produzir e difundir valores da cultura popular nacional. Tais ações lhe trouxeram notoriedade, tanto entre os segmentos progressistas da sociedade, quanto entre aqueles que muito em breve iriam fechá-la sob a acusação de "fazer proselitismo e aliciar adeptos para o comunismo no Brasil".[246]

Esclarecendo, desde os anos cinquenta o "espírito" de boa parte da intelectualidade brasileira estava influenciada de alguma maneira pela ideologia do "nacional-popular". Esta, por sua vez, consistia no resgate de valores da cultura popular nacional que, na avaliação destes segmentos da sociedade, estavam desaparecendo devido à força da cultura de massa trazida a reboque da modernização capitalista vivida então pelo país. Parte considerável desse esforço foi realizado em torno do Partido Comunista Brasileiro, através do seu

[246] Conf. Processo "BNM 390" referente ao CPC da UNE que atuava no Paraná. A abertura do IPM que motivou o processo data de 1964.

Comitê Cultural, dos núcleos de intelectuais que orbitavam ao redor do partido, e também dos já mencionados CPC's da UNE

Importante que se diga que muitos intelectuais e artistas que se engajaram neste movimento não eram comunistas, nem mesmo simpatizantes, tendo participado dele por razões de natureza estética ou motivados pelo espírito de contestação que se generalizava na época. Tratava-se, portanto, da figura do "intelectual engajado", ainda que não necessariamente comunista. Quer dizer, percebe-se claramente, muito mais, a existência de um "espírito de época", do que a ocorrência de um projeto único, compartilhado por todos os envolvidos. Ao contrário, predominavam as dissensões, os conflitos estéticos e políticos. Porém, todos tinham em comum certa dose de recusa aos paradigmas da sociedade burguesa e da economia capitalista.

Mas, retornando às lutas estudantis, a repressão pós-golpe foi violentíssima sobre a categoria, atingindo não apenas a UNE e as UEE's. As entidades representativas dos estudantes nas faculdades também foram alvo da repressão, com o fechamento ou intervenção em centros acadêmicos e DCE's. Inquéritos Policiais Militares (IPM's) foram instaurados para investigar "atividades subversivas" nas universidades e organizações de estudantes. E, finalmente a Lei Suplicy (no. 4.464, de 9/11/64), do Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, aboliu oficialmente a UNE e suas congêneres estaduais, e criou entidades estudantis atreladas às direções das faculdades, tentando deste modo cercear sua iniciativa política. Como resposta, em muitas faculdades, os estudantes se recusavam a votar nas eleições para essas entidades, e criaram os "DCE's e CA's-livres".

Contudo, em um primeiro momento, o Golpe de 31 de março atingiu fortemente a capacidade de mobilização das entidades estudantis, provocando uma grande desarticulação do segmento. Somente a partir de 1966, malgrado a Lei Suplicy (09/11/1964), começou a haver uma progressiva recuperação, estimulada pelas diversas dissidências do PCB que despontavam, sobretudo, no meio universitário, mas também junto aos secundaristas. No mês de setembro deste ano ocorreram diversas manifestações estudantis em todo o território nacional, chamadas de “setembrinas”.

O prenúncio de que a temperatura iria subir no movimento estudantil se deu no dia sete deste mês de setembro de 1966 quando a polícia dissolveu o Congresso da UEE paulista, que se realizava nas instalações da Faculdade de Engenharia Industrial, FEI, localizada em São Bernardo do Campo, município da Grande São Paulo, com a prisão dos 178 delegados presentes. E, aumentando ainda mais a tensão, na madrugada de 23 de setembro, teve lugar o “Massacre da Praia Vermelha”, quando policiais desalojaram violentamente estudantes que haviam ocupado o prédio da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A ocupação era em protesto ao fechamento de centros acadêmicos de diversas faculdades, a prisão de estudantes e o aumento do preço do “bandejão” do restaurante Calabouço. Esta reação da ditadura repercutiu negativamente por todo o território nacional, motivando a ocorrência de passeatas e manifestações em inúmeras cidades, a exemplo de Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

O ano de 1967 também foi intenso no movimento estudantil. Em 26 de julho, realizou-se clandestinamente o XXIX Congresso da UNE, na cidade de Vinhedo-SP. Os 400 delegados presentes decidiram compor uma direção

consensual, com membros das organizações com maior representatividade dentre os estudantes. O único cargo para o qual houve eleições foi o da presidência, vencida por Luiz Travassos, da Ação Popular (AP). As diretorias ficaram divididas entre a AP (quatro), as Dissidências e a POLOP, depois POC (três cada).

Em tempo, o XXIX Congresso teria um encontro complementar, em fevereiro de 1968, na cidade de Salvador, batizado de “Conselho de Salvador”. Na prática, um mini-congresso, reunido para que a Diretoria eleita em 1967 definisse sua carta política. Neste encontro, a nova diretoria optou por implantar um programa de lutas reivindicatórias específicas a cada escola, estendendo assim por todo o território nacional a mobilização estudantil.

Oportunamente, a perspectiva de integrar os estudantes na luta dos trabalhadores, definida no mesmo XXIX Congresso, na opinião do POC, não passou de “letra-morta”. Isto porque, a Carta Política da UNE não definia como seria essa aproximação, nem tampouco houve um esforço da direção em fazer valer este objetivo. Contudo, apesar desses problemas, o POC entendia que a situação de momento da UNE era bastante melhor em relação àquela de anos anteriores, quando, hegemonizada pelo PCB, fazia a mesma política “cupulista” e populista que o “partidão”.

Como foi dito anteriormente, é evidente que não se pode dissociar essa intensa politização dos estudantes apenas do contexto político nacional, mas também do cenário internacional. Nas palavras de Ridenti,

> A destacada militância dos jovens nos partidos de esquerda após 64 (principalmente nos armados, que surgiam como novas alternativas de luta e intervenção na sociedade) deve ser compreendida em relação direta com a ímpar participação juvenil nos movimentos sociais do período, favorecida pelo clima político e cultural dos anos 60.[247]

[247] Ridenti, 1993, p. 121.

Marcos Napolitano compartilha desta linha de raciocínio, ao considerar que o cenário sócio-político internacional também contribuiu para a efervescência revolucionária no Brasil, observou. A “Primavera de Praga”, a contracultura, os estudantes em Paris, as tensões Sino-Soviéticas abalavam a hegemonia comunista na esquerda, acelerando ainda mais o processo de desestalinização. E, as guerras de independência na Ásia e na África, muitas vezes combinadas com projetos socialistas, e a Revolução Cubana, davam um tom “terceiro mundista” ao contexto libertário global.[248]

Mas, uma semente só germina em solo fértil. Em terras brasileiras, a fertilidade estava garantida desde a década anterior, quando começou a ser forjado aquilo que Napolitano denominou de “ethos cultural e intelectual”, difundido por entre os segmentos mais intelectualizados da sociedade, e que relacionava a atividade intelectual à oposição à ditadura.[249] Esse ambiente, como vimos acima, tem suas raízes na cultura nacional-popular, disseminada por entre os setores progressistas da sociedade e que paradoxalmente ganhava projeção nacional através dos meios de comunicação de massa, no mesmo momento em que se instalava uma indústria cultural e de entretenimento no país, apoiadas e apoiadoras do regime militar.[250]

O ano de 1968 se iniciou com a categoria mobilizada e disposta ao enfrentamento. Desde janeiro, por exemplo, já se registravam conflitos entre a polícia e os estudantes da Guanabara reunidos no Restaurante Calabouço. O clímax ocorreu no fatídico dia 28/03 quando em mais um enfrentamento foi morto por um tiro disparado por um policial o estudante secundarista Edson

---

[248] NAPOLITANO, op. cit., p. 123.
[43] Idem, p. 206.
[250] Idem, ibid.

Luis de Lima Souto. A repercussão foi imediata por todo o país, dando início a uma das mais sérias crises políticas enfrentadas pelo regime. No dia 29 de março uma multidão acompanhou o enterro do jovem Edson Luis, seguido de greves e manifestações em todo o Brasil.

Nesta ocasião uma das maiores reivindicações estudantis era o fim do acordo MEC-USAID (United States Agency for International Development), que promovia alterações nos programas escolares e currículos com vistas a propiciar um ensino mais adequado aos quesitos da acumulação de capitais. Outra luta era em relação aos "excedentes", isto é, estudantes aprovados no vestibular que, no entanto, não obtinham vagas nos cursos.[251] A esses temas gerais, que afetavam a todos os estudantes no país, somavam-se as problemáticas locais, mas cuja reincidência em várias universidades lhes emprestavam um caráter igualmente geral. Por exemplo, a questão da moradia estudantil, da precariedade das instalações nos "campi", e a baixa qualidade no ensino, dentre outras.

Conclusão: à primeira vista, face ao apoio popular aos estudantes, a ditadura estava isolada e enfraquecida; momento ideal para a retomada da ofensiva dos movimentos de massa. Note bem, à primeira vista. Citemos como exemplo o editorial do jornal "Voz Operária", órgão do PCB, intitulado "União das forças democráticas para isolar e derrotar a ditadura", publicado em março de 1966 dava o tom de certo otimismo que passou a grassar nos setores de oposição ao regime. Em sua primeira página, o periódico pecebista afirmava que "as condições são amplamente favoráveis para a formação de uma ampla frente única contra a ditadura e para o desencadeamento de ações contra

[251] Ridenti trouxe números, de fato, alarmantes. Em 1968 havia 89.582 vagas no ensino superior público no país, e o número de excedentes foi de 125.414. Op. cit., p. 128.

ela." [252] Nesta mesma época, a direção nacional da ORM-POLOP, em comunicado para a militância, indagava que, em função da crise da ditadura

> podemos concluir que ninguém impedirá a insurreição popular no Brasil? Sim, esta insurreição e a guerra civil são inevitáveis nas atuais condições da luta de classes no país.[253]

A esquerda tomava a iniciativa. A sensação era a de que a "utopia do impasse", nas palavras de Daniel Aarão, estava se confirmando.[254] Certa euforia tomava conta das oposições à ditadura. E, foi neste contexto em que foi fundado o Partido Operário Comunista.

As lideranças estudantis decidiram pela luta aberta, aproveitando-se do fato de estarem contanto com o apoio de boa parte de sociedade e também dos meios de comunicação. O mês de junho seria o da grande escalada do movimento, com greves e paralisações em diversas universidades por todo o país, culminando na "Passeata dos 100 Mil" no Rio de Janeiro, no dia 26, com mais de seis horas de duração. Em tempo, no Rio de Janeiro, à época, não havia mais do que 35 mil estudantes universitários, o que dá a exata dimensão da adesão popular aos protestos.

A força da oposição pode ser sentida pela concordância do presidente Costa e Silva aceitar receber uma comissão de estudantes que lhe entregaria as reivindicações aprovadas na passeata. A reunião, ocorrida em Brasília no dia 02/07/1968 não redundou em nenhuma conquista efetiva para a categoria, pois, o presidente recusou a todas as reivindicações.[255] Ao contrário, poucos dias após ter recebido as lideranças estudantis, Costa e Silva reuniu-se com o Conselho de Segurança Nacional (dias 11 e 16 de julho) a fim de encontrar

---

[252]"União das forças democráticas para isolar e derrotar a ditadura", in,"Voz Operária", março de 1966, p.1.
[253]ORM-POLOP, "Informe Político", novembro de 1965, p.4.
[254] Reis Filho, 1990, op. cit., p. 54 e segs.
[255] O que mereceu o sarcasmo de Jacob Gorender: "esta foi a única e última vez que um general presidente concedeu uma audiência a uma comissão popular." Op. cit., p. 161.

saída para a crise política vivida pelo regime. Concretamente, foram proibidas novas passeatas e aos governadores foi solicitada maior energia na repressão a essas manifestações.

E, o governo não ficou apenas nas ameaças. No dia seis de agosto, após o mês de julho (férias escolares) relativamente tranquilo, a repressão prendeu Vladimir Palmeira, um dos mais importantes lideres estudantis, seguida de ocupação do centro da cidade do Rio de Janeiro por tropas do Exército para evitar manifestações dos estudantes. Na sequência, a Universidade de Brasília seria invadida (dia 29) para a prisão de outras lideranças estudantis, resultando na morte de um estudante, na prisão de professores e de mais de quinhentos universitários.

A intensidade da repressão, aliada ao esgotamento político das estratégias de luta, sobretudo as manifestações e passeatas, começava a afastar muitos estudantes. Claramente, o movimento estudantil de massa entrava em descenso. Mas, a política estudantil apenas se transferia das ruas para as reuniões clandestinas. Estava criado um contexto propício para a radicalização.

Ainda assim, o movimento estudantil de massa tentaria uma última cartada, na forma de mais um Congresso da UNE, o XXX, que se reuniria no dia 12 de outubro de 68, em um sítio na cidade de Ibiúna (SP). A preparação vinha de longa data, pois, era consensual entre as principais lideranças, que os congressos anteriores haviam incorrido em alguns erros, tidos como “cupulismo” e “liberalismo”. E, como exemplo, era citado a composição colegiada da gestão em exercício na direção da UNE. Além disso, o cenário político se agravava a cada dia.

A gravidade do momento era evidente. No início de outubro, portanto às vésperas do XXX Congresso, teve lugar a violenta “Batalha da Maria Antonia”, envolvendo estudantes da USP e membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) abrigados no Mackenzie e apoiados, ao que tudo indica, por agentes policiais. O confronto resultou em mais uma morte de um estudante secundarista e da invasão e destruição, pelo CCC, do prédio da Filosofia da USP.

Reunido o Congresso, ele foi facilmente “estourado” pela polícia. Na fria manhã do dia 12, as tropas de PM cercam o local e prendem cerca de 800 pessoas. A “fina flor” do movimento estudantil caía de uma só vez. A derrota foi impactante, pois, a repressão passou a conhecer pessoalmente as principais lideranças e entidades representativas em todo o país. Muitos foram para a clandestinidade, e outros optaram por engrossar as organizações militaristas.

Haveria ainda um novo XXX Congresso, reunido no Rio de Janeiro, em abril de 1969, com a presença de apenas 100 delegados, escolhidos em congressos regionais. Contudo, o movimento estudantil jamais se recuperaria do “baque”, doravante passando a exercer um papel apenas coadjuvante.

2. O POC e o movimento estudantil

A partir das informações dos prontuários policiais constantes nos processos catalogados pelo projeto BNM, 30% dos processados pertencentes às esquerdas eram estudantes. Em algumas organizações essa cifra ultrapassa a casa dos 50% (COLINA). Ridenti conjecturou que esse número pode ser ainda maior, pois, havia dentre os militantes dessas organizações, aqueles que eram também trabalhadores, a exemplo de muitos jovens operários de Osasco que trabalhavam durante o dia e estudavam em cursos

noturnos. Concluiu Ridenti que "presumivelmente também eram estudantes muitos dos que aparecem qualificados nos dados estatísticos em outras ocupações (...)."[256] Seja como for, é um indicativo da forte presença da juventude "transviada" nos movimentos de enfrentamento da ditadura.

O POC teve um total de 130 processados, dos quais 74 (56,9%) tinham até 25 anos de idade; 50 (38,5%) tinham de 26 a 35 anos; e 6 (4,6%) tinham 36 anos ou mais. E, desses processados, 40,6% eram estudantes.[257] E mais, politização também de estudantes secundaristas contribuiu para a diminuição da faixa etária dos processados pela justiça militar. Dentre as organizações da esquerda que tiveram maior penetração no meio estudantil, quase 60% dos militantes tinham menos de 25 anos de idade, como foi o caso do POC, da POLOP e do COLINA, por exemplo.[258]

Jovem e estudante. Esse é o perfil de boa parte da militância do POC, um partido que se pretendia operário. Vejamos o depoimento de Nilton Barbosa, 19 anos à época

> Em 66 eu to saindo do Seminário [anglicano] e entrando na USP, fazendo cursinho do Grêmio para entrar na USP. Então, nesse caminho vou encontrando o pessoal que era ligado à POLOP. Quer dizer, os professores eram ligados à POLOP. Era o Carlos Alberto Sardenberg, o Salinas...Eu fui monitor de Teoria do Conhecimento, do Salinas. Aí eu fui conhecendo o pensamento da POLOP. Daí veio o Emir, tinha o Eder. E na Filosofia tinha a Helena Hirata.
> O pessoal que eu trabalhava era gente ligada à universidade: Geografia, História, Ciências Sociais, Filosofia. Então, caras que queriam discutir aqueles assuntos dos cursos de formação.[259]

Otacílio Cecchini, por sua vez, diria,

> Em outubro de 1968 teve o Congresso de Ibiúna. Meu irmão foi preso. A polícia foi na minha casa, a barra tava pesada. Nessa época eu já sabia que tinha o POC. Meu irmão já era do POC, já era quadro do POC. Tinha o

[256] Ridenti, 1993, op.cit., p. 117.
[257] Ídem, p. 123.
[258] Ídem, p. 119.
[259] Depoimento ao autor, 28/04/2015.

> professor Salinas, que tinha sido militante e conversava muito com a gente. Tinha a Helena Hirata, que estudava comigo, e tinha o Gilberto [Mathias].[260]

Como vimos a partir dos depoimentos acima e dos dados estatísticos compilados por Ridenti, o POC tinha uma boa penetração no meio estudantil. Isso decorria, da herança da fase pré-fusão, sobretudo da POLOP, e da DI no Rio Grande do Sul, o que lhe valeu, como já foi dito, diretorias na UNE na gestão 67-68. Por essa razão, desde sua fundação, o POC criou um setor dedicado exclusivamente à política estudantil, o "Setor Estudantil".

2.1. O Setor Estudantil

Mas, em se tratando de um partido "operário", qual seria sua política para o movimento estudantil? E, como o estudante era concebido no interior da organização?

Para responder a essas questões, na pesquisa documental retroagimos à fase imediatamente pré-POC da POLOP, mais precisamente, após o Congresso de setembro de 1967. Constatamos que desde este período a organização considerava que o movimento estudantil deveria organizar-se a partir da perspectiva do movimento operário "integrando-se a ele como força auxiliar". E, essa concepção era compartilhada pela militância de origem estudantil, a exemplo de Estrella D'alva Bohadana, Em 1968, com 17 anos, era militante secundarista o PCdoB em célula operária em Volta Redonda quando foi cooptada pela POLOP, depois POC: "a revolução dificilmente sairia dos estudantes, nós apenas iríamos apoiar. Mas era importante o trabalho de conscientização junto aos operários e camponeses." [261]

---

[260] Depoimento ao autor, 19/03/2015.

[261] Depoimento de Estrella D'alva Bohadana, à "Comissão da Verdade" de Volta Redonda, 28/7/2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLlQtvg. Acesso em 29/7/2015.

Em tempo, essa era a proposta também da UNE neste momento em que o POC fazia parte da direção.

E, além disso, cabia aos militantes da organização “fazer com que o estudante que entra na universidade pública em busca de ascensão social” adotasse a perspectiva dos trabalhadores. Ou seja, que abdicasse da sua origem social pequeno-burguesa e incorporasse os valores da classe operária. A pequena-burguesia, camada social intermediária entre o proletariado e a burguesia, portanto, uma não-classe, comportava-se de modo vacilante, ora apoiando os trabalhadores, ora ansiando ser a burguesia. Por ser em grande parte composto por membros da pequena-burguesia, o POC manteria durante toda sua existência, uma atitude ambivalente em relação ao movimento estudantil, por vezes criticando, por vezes querendo hegemonizá-lo.

Essas críticas também eram dirigidas aos secundaristas, pois, na ótica do POC, assim como todo o movimento estudantil, era encarado como uma manifestação do inconformismo da pequena-burguesia. Esta, frustrada cada vez mais nos seus anseios de ascensão social devido à concentração da renda típica do capitalismo monopolista se debate contra essa situação. E, nessa condição, alguns elementos mais radicais podem se aproximar do marxismo.

Ao mesmo tempo, o ensino já não é mais a promessa de ascensão social. Muitas carreiras universitárias estão em franco processo de proletarização e, o ensino está cada mais voltado para os interesses do capital. Por isso, camadas cada vez maiores de estudantes estão negando a sociedade burguesa.

Particularmente entre os secundaristas, essas contradições eram tidas como ainda mais fortes, pois neles havia elementos de todas as classes sociais, diferentemente dos universitários, onde predominava a pequena-

burguesia. E, além disso, as escolas públicas estavam espalhadas por todos os bairros, acolhendo, portanto, estudantes de todos os níveis de renda. Isso fazia com que a composição social de cada colégio variasse em função da sua própria localização.

2.1.1. Inserção do POC no ME: exemplo do PR e SP

Efetivamente, a maior parte da militância do POC era de origem estudantil. Exemplo disso é o "Ativo de Fundação" do POC no Paraná. Em setembro de 1969 militantes remanescentes da antiga POLOP, somados a novos recrutados, sobretudo, no ME secundarista e universitário, realizaram no balneário de Caiobá o "Ativo da Fundação do POC – PR". Estavam presentes dezoito delgados, representando militantes de células de faculdades de UFPR (Filosofia e Engenharia), do grupo dos secundaristas, e de uma atuante célula de Apucarana. Na ocasião, além da escolha da direção estadual, também foram definidas os coordenadores dos setores e os assistentes das respectivas células. Quanto aos setores, o organograma do POC paranaense em nada diferia do nacional, ou seja, contando com os setores "estudantil", "operário" e de "imprensa".

A célula de Apucarana, com ramificações também em Maringá e Londrina, controlava a Associação Estudantil Secundarista. Na UEL, controlava o diretório do Jornalismo e era bastante influente na Filosofia.[262] De forma geral, o movimento estudantil era ativo na UEL, com a presença da POLOP, depois POC, ALN, AP, PCB, dentre outras. Esta célula de Apucarana foi desbaratada pela repressão generalizada ao movimento estudantil que se seguiu ao Congresso de Ibiúna. Todavia muitos desses secundaristas não se

[262] Depoimento de Antonio Narciso Pires de Oliveira à Comissão da Verdade do Paraná, acesso em 27/12/2014.

desmobilizaram, passando a militar em outras organizações que atuavam no capital do estado, a exemplo do POC.

Além do interior, o POC contava com células nas faculdades de Filosofia e de Engenharia na UFPR, além de uma célula no município de litorâneo de Caiobá.

Através das células estudantis do norte do Paraná, o POC tentava criar bases junto aos camponeses, e com este objetivo, passou a editar o jornal "Ação Camponesa", que circulava nos municípios de Maringá, Londrina, Floresta.[263] Aliás, esta é a única tentativa de aproximação do POC com os camponeses que tivemos conhecimento.

Visando ganhar maior visibilidade, era prática comum no estado, diferentes organizações se associarem quando da realização de ações. Neste sentido, o Setor Estudantil do POC-PR buscava formar chapas com a AP nas eleições para os diretórios estudantis e a célula de Apucarana, realizar pichações em parceria com a VPR e a ALN. Em 68 a chapa AP-POC venceu as eleições para a UEE local.

Em outro exemplo, destacamos a atuação do POC no movimento estudantil paulistano, disputando com a AP e o PCB sua hegemonia. Seu maior reduto era na Filosofia da USP, sobretudo no curso de Geografia, onde a célula com seis militantes e 10 opp's chegou a contar, durante 1968, com 11 grupos de 10 estudantes para atuar nas passeatas e manifestações estudantis. Conforme Nilton Barbosa,

> Eu trabalhava com grupos de universitários. Quando se tinha alguma ação, alguma manifestação, eu também ficava responsável para organizar o pessoal da minha opp. Aí, tinha que montar como é que vai para a

[263] Depoimento de Reinoldo Atem à "Comissão da Verdade" no Paraná. Disponível em http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/87/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana. Acesso em 28/12/2014.

> passeata, para a manifestação. As opp's não eram grandes, 8-10 pessoas, coisa assim. Houve situações de grupos maiores, depois diminuía. Eu ficava responsável por acompanhar o grupo. Dava orientações de como se proteger numa situação de confronto com a polícia.[264]

Neste ano, o POC estava presente em 8 dos 13 departamentos que compunham a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, conforme informação de Sinclair Cecchini.[265]

A forte atuação estudantil do POC em São Paulo foi rapidamente identificada pela polícia política. É possível ler nas páginas do inquérito policial, denominado de "Relatório do IPM – CRUSP", e que deu origem ao "BNM 055", a seguinte informação sobre o POC

> partido ilegal e exercitante de atividades prejudiciais e perigosas à segurança nacional, tais como reuniões em locais fechados, públicos ou em automóveis, conferências, viagens e montagens de 'aparelhos', impressão e distribuição de publicidade subversiva, comícios e panfletagens em fábricas, pixações [sic] e colocação de cartazes subversivos, feitura de documentos falsos, arrecadação de donativos para o Partido, levantamentos e até expropriações (assaltos) para a Organização (...).[266]

O Relatório do "IPM CRUSP" (18/12/1968) registrava a atuação de lideranças do POC no movimento estudantil desta moradia da USP.[267] A organização correspondia à de uma célula, com coordenação (Carlos Alberto Afonso), militantes-quadros e simpatizantes (OPP's). Além do esforço na mobilização dos estudantes através assembléias, o "Relatório" informava também a forte atuação no processo de invasão da Reitoria da Universidade (maio/1968). Conforme o relatório policial, a célula cruspiana do POC também editava o jornal "Unidade Leninista", que era distribuído entre os estudantes. O documento apontava, também, para a presença do POC nos meios estudantis de Marília, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Araraquara e Sorocaba.

---

[264] Depoimento ao autor, 28/04/2015.
[265] Depoimento ao autor, 20/03/2015.
[266] Projeto "Brasil: Nunca Mais", processo 055, p. 5. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br. Acesso em 10/10/2013.
[267] Nunca é demais lembrar que o CRUSP foi invadido por forças do Exército no dia 17/12/1968, ou seja, quatro dias após a decretação do AI-5.

A marcante presença do POC no movimento estudantil paulista, também se deu através do MUC, e pode ser confirmada pelo depoimento de Ana Mércia Silva Roberts. Ela informou ter aderido ao partido, por influência do “Movimento Universidade Crítica”, quando cursava Pedagogia na USP em 1969. E, mesmo oriunda do meio estudantil, era frequentemente mobilizada para dar apoio às células operárias de Osasco, sobretudo nas ações de panfletagem.

Em relação aos secundaristas, a diretriz da Direção Nacional para as Secretarias Estaduais era a de que o partido concentrasse seus esforços nas escolas que reunissem alunos-operários e membros da pequena-burguesia assalariada, isto é, onde as contradições do sistema eram mais fortemente sentidas. A atuação deveria se dar na própria sala de aula, questionando os métodos e os conteúdos de ensino. Propunha-se também organizar grupos de quatro a cinco estudantes, para a atuarem nos bairros das escolas.

3. O Movimento Universidade Crítica (MUC)

A idéia do MUC surgiu no primeiro semestre de 1968, no contexto de um debate acerca dos limites da universidade brasileira naquele período, e da necessidade de se superar esses estreitos limites, ocorrido, sobretudo na Faculdade de Filosofia da USP. O debate, certamente animado pela conjuntura efervescente do movimento estudantil internacional da época, foi disparado pela realização, por parte do PCB, de uma pesquisa de opinião junto aos estudantes, sobre o tema da militância e do movimento estudantil. A pesquisa, formulada nos moldes da Sociologia Funcionalista norte-americana, foi alvo de críticas por parte de outros estudantes.

Segundo Angela Mendes de Almeida, a palavra crítica, que talvez já estivesse na nossa cabeça, mas ela foi alinhada exatamente por causa das

lutas do movimento estudantil na Europa, não só depois de Maio de 68 na França, mas também das lutas na Alemanha. E talvez, porque a gente já tivesse ouvido falar daquilo que depois a gente soube que se chamava, muito depois, Escola de Frankfurt.[268]

Ainda segundo Angela M. de Almeida, uma das mentoras do MUC,

> Eu me lembro de ter discutido com o Eder [Sader], mas outras pessoas devem ter discutido também. O MUC surgiu meio que naturalmente. Primeiro porque era uma maneira da gente se identificar sem ter – porque isso era impossível – que assinar como POC. "Montar" [um movimento] é uma palavra exagerada para a situação que existia. Existia uma militância no movimento estudantil e nós, de vez em quando, soltávamos textos. Então, pensou-se que era bom assinar com esse nome [MUC].[269]

Neste contexto, a direção estadual do POC, composta pelos irmão Sader e por Angela Mendes de Almeida, sem se identificar enquanto POC, propuseram o MUC. Há um texto seminal, de autoria da Angela, e publicado na revista "Teoria e Prática", editada por Roberto Schwarcz, que ensejou o MUC, e cujo nome deriva de percepção da necessidade da universidade se por em movimento e, criticamente, nos parâmetros da Teoria Crítica. Nas palavras de Angela Mendes, "por que o nome? Porque o texto tem uma visão crítica da mentalidade burguesa, [...], ou seja, uma visão crítica do senso comum, daquela mentalidade rasteira que não passa adiante, que não ultrapassa essa visão do 'status quo' e fica exatamente imóvel".

Mesmo estando presente na diretoria da UNE eleita no XXIX Congresso, através das três vagas que couberam à POLOP, depois POC, o partido analisava que a entidade estava vivendo uma crise. Isto porque, na sua avaliação, concordando com a opinião geral, a composição mista da direção a estava levando à inoperância, o que, por sua vez, impedia a aplicação do programa estabelecido no "Conselho de Salvador".

---

[268] Depoimento ao autor, 10/03/2015.
[269] Ídem.

E, ampliando o foco da análise para a UNE de forma geral, o POC entendia que houve uma precipitação por parte das lideranças estudantis, de forma geral, em querer fazer dela uma entidade de massas sem que tivesse uma estrutura que respaldasse esse esforço. Não bastava “querer ir às bases” como se caracterizava o programa da diretoria do XXIX Congresso, sem as condições materiais para tal e sem lideranças intermediárias que possibilitassem esse acesso.

Portanto, não se tratava mais de lutar para participar dos órgãos representativos na universidade, mas negá-los, isto é, praticar a desobediência – os Diretórios livres devem ser vistos como a manifestação da primeira tendência neste sentido. Boicotar, denunciar e desmistificar essas representações é o passo a ser dado pelo MUC.

Por essa razão, na avaliação de Angela Mendes, o MUC não foi resultado de ações preconcebidas para este fim, mas sim da somatória de práticas e reflexões que a militância, desde a antiga POLOP, já realizava. Nas suas palavras, “o MUC não foi montado. Ele era aquilo que já existia...foi um nome que a gente deu para a nossa atuação, que nos pareceu significativo daquilo que nós éramos.”

Neste momento, no entanto, para a direção do partido, ainda não estava clara como seria a organização do movimento. Faziam-se contatos com estudantes que compartilhavam as idéias do movimento e se buscava ampliar sua existência para outros estados. No Rio Grande do Sul, foi lançada uma chapa para o DCE-livre com o nome de “Universidade Crítica”, que venceu as eleições com larga vantagem sobre as concorrentes. No Paraná, outra chapa, concorrendo ao DCE de universidade federal. Na Bahia, Guanabara, e Minas

Gerais membros do POC lançam o movimento nos diretórios estudantis. Ainda em dezembro, logo após o AI-5, representantes de diversos estados se reuniram para definir uma carta política do movimento e sua estrutura, bem como iniciam os debates para a preparação de um congresso do MUC.

Quando da queda do Congresso de Ibiúna, os estudantes em São Paulo que defendiam as idéias da Universidade Crítica se reuniram e lançaram uma nota sobre a queda do Congresso e a assinaram com o nome “Movimento Universidade Crítica”. Foi o primeiro texto público assinado com essa rubrica.

Em janeiro de 1969 a Direção Nacional fez circular entre as células estudantis um documento exortando-as a divulgar no ME a existência do MUC: “nossa principal tarefa hoje, no movimento de massas, é a agitação e propaganda do programa da Universidade Crítica.” Quando do seu lançamento, poucos meses atrás, o MUC foi anunciado apenas para as vanguardas. Contudo, dada a situação e descenso que se encontrava o ME, ele foi bem recebido pelas lideranças independentes.

O MUC se tornou a plataforma de luta do POC no ME em todo o Brasil. As Secretarias Estaduais ficavam incumbidas da edição de jornais e matérias de divulgação do movimento.

Em linhas gerais o programa do MUC pretendia alinhar os estudantes na luta geral dos trabalhadores e por um governo revolucionário dos trabalhadores. E, na perspectiva da universidade, contestar a “universidade burguesa-latifundiária”.

Em sua estrutura orgânica o MUC permitia uma grande democracia interna, considerando a mobilidade de ações de movimentos, conforme as necessidades decorrentes da luta. O membro do MUC tinha como tarefas a

agitação e propaganda no meio estudantil, que consistia no trabalho em assembléias, passagem em salas de aula, pixações, distribuição de impressos, formação e discussão em grupos de trabalho.

Financeiramente o MUC deverá ser independente do partido e, se possível, contribuir para as finanças gerias do partido. Por isso, ele deverá vender seus jornais, arrecadar doações de simpatizantes do MUC, vender e rifar objetos junto aos estudantes.

Eventualmente, os militantes que se destacavam eram destinados aos "Comandos de Ação", isto é, procurava-se "profissionalizar" também a atuação no ME, como veremos.

Referendando Sinclair Cecchini, para Angela Mendes de Almeida, o "Movimento Universidade Crítica" teve alguma repercussão até o AI-5, quando a militância estudantil arrefeceu. Na USP, o MUC chegou a dominar Centros Acadêmicos, a exemplo da Filosofia e da Geografia.

Com o "Movimento Universidade Crítica", o POC conseguiu ocupar, nas palavras de Sinclair Cecchini, "um vazio de idéias", provocado pelo desgaste das antigas propostas estalinistas e pela vontade de superação do modelo de ensino arcaico e meritocrata. A palavra de ordem "a universidade é a consciência crítica da sociedade", calou forte em amplos segmentos da juventude universitária do período. E, embalado pelos "acadêmicos franceses do campo anti-stalinista, lembra-se Sinclair Cecchini, o MUC recebeu adesão até mesmo de professores defensores da autonomia e da renovação da universidade, como Salinas Fortes, Rui Fausto e Roberto Schwarz.[270]

---

[270] Ídem.

Através do MUC, que chegou a mobilizar mais de uma centena e meia de estudantes para as passeatas durante 1968, o POC alcançou sua maior popularidade em São Paulo. No XXX Congresso da UNE, o famoso congresso de Ibiúna (outubro de 1968), a maioria dos delegados da FFCL eram membros do POC.

O Setor Estudantil, através do MUC, atuava em praticamente todas as grandes universidades do estado. Compondo a chapa "Nova UEE" com outras organizações, o POC venceu as eleições para a diretoria de União Estadual dos Estudantes, UEE, em 1968.

3.1. Comandos de Ação

No contexto de descenso do ME surgiu a proposta de criação dos "Comandos de Ação" no interior das universidades. Estes agiriam em cada sala de aulas, diretamente com os estudantes, evitando assim a desmobilização destes face ao crescimento da repressão e, simultaneamente, distribuindo o jornal do MUC para o proselitismo partidário.[271]

Os "Comandos de Ação" eram grupos de 5 militantes, preferencialmente bem preparados politicamente, e com intensa vida política. Isto é, deveriam ser propriamente quadros do MUC, com sólida formação ideológica e conhecimento do programa do movimento. Sua atuação se dava da seguinte forma: nos comícios, enquanto um falava, dois distribuíam o material e outros dois faziam a segurança; em panfletagens, 3 entregavam os impressos, e os

[271] POC – "Uma análise do acordo MEC-USAID". 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 4167.

outros dois atuavam na segurança. Eram claramente instrumentos de “agitação e propaganda”, isto é, “agit-prop” no jargão leninista.[272]

Em ações maiores, diversos comandos se uniam. Por exemplo, em ações-relâmpago em áreas comerciais, enquanto um ou mais comandos organizavam a passeata, outro paralisava o trânsito, e outros ainda entravam em ônibus ou supermercados para fazer comícios relâmpagos. Os comandos tinham autonomia de ação, tendo apenas uma coordenação regional para evitar as sobreposições de atividades. Essas coordenações, compostas por 5 ou 7 membros, eleitos a cada seis meses, organizavam a rede de distribuição de imprensa, coletas financeiras, impressão dos folhetos e panfletos solicitados pelos Comandos locais.

A Coordenação Regional estava subordinada à Coordenação Nacional, também composta por 5 a 7 membros, com as seguintes funções:

1. coordenador geral,
2. coordenador de finanças,
3. coordenador de jornal,
4. coordenador de contatos e distribuição,
5. coordenador de agitação e propaganda.

Outros dois membros, caso houvesse, ocupavam-se da liderança de massa.

Reis Filho observou que essa rigorosa divisão de tarefas era comum à maioria das organizações comunistas do período e que em todas havia essa distinção entre as lideranças e os liderados. Mas, segundo este historiador,

[272] Conforme Reis Filho, para “Lênin, a agitação consistia em divulgar poucas idéias para um público numeroso, enquanto propaganda significaria um estudo mais aprofundado, em pequenas audiências (...).” Op. cit., p. 127.

> uns e outros comprometem-se numa cadeia de tarefas extremamente exaustiva. Os dirigentes falam e agitam as “massas”, ocupam posições nas entidades sindicais e participam das articulações políticas mais importantes. Os tarefeiros colam cartazes, distribuem panfletos, preparam o material de agitação e propaganda, organizam grupos de ação com as vanguardas sociais etc.[273]

A imprensa nacional era fundamental para que o MUC divulgasse suas posições. A Direção Nacional do partido considerava imprescindível que ela tivesse periodicidade regular. Além disso, procurava redigi-lo de forma polêmica, contendo denúncias de problemas que afetavam a vida estudantil, tanto em escala nacional, quanto mundial. Sua tiragem inicial de 10 mil exemplares.[274]

O MUC recorria também aos boletins que, por sua vez, eram publicados tão logo surgisse um problema que exija um posicionamento imediato. Não tinha a estrutura do jornal nem periodicidade regular. Eram, efetivamente, armas de luta de circunstância.

A pretensão do MUC era a de que a “massa avançada” estudantil se organizasse em grupos para contestar a universidade brasileira. Seriam estudantes que não fizeram a opção revolucionária, mas concordavam com o programa da Universidade Crítica, mas não com o “PSB”. Na ótica do partido, o MUC seria uma espécie de ante-sala, um “vestibular” para a militância propriamente revolucionária. Para ser membro do MUC, não havia a necessidade de ser do POC. O MUC tem um caráter universal, isto é, abriga em suas fileiras membros ou simpatizantes de qualquer tendência política presente no ME. Neste sentido, a Universidade Crítica, como tática, visava criar

---

[273] Ídem, ibid.
[274] Vide Anexo V.

um “contra-poder permanente e crescente dentro da universidade”, tornando-a uma “vontade coletiva organizada e atuante”.[275]

4. Considerações Finais

Daniel A. Reis Filho indicou a existência de uma corrente interpretativa que, àquele momento (meados dos aos 90), estava apenas ao nível de projeto, desenvolvido por Vera Sílvia Magalhães, e que seguia pistas sugeridas por Herbert Daniel na sua obra “Passagem para o próximo sonho”.[276] Segundo Reis Filho, a ex-guerrilheira do MR-8, com participação ativa na linha de frente da organização e do sequestro do embaixador dos Estados Unidos em setembro de 1969, pretendia pesquisar a existência de um “ethos revolucionário” no ambiente estudantil da época. Vera, que faleceu em dezembro de 2007, pelo que me consta, não teve oportunidade de levar a diante o projeto. Creio que Marcos Napolitano e Marcelo Ridenti, captaram essa atmosfera e, cada um à sua maneira, procuraram analisá-la em obras posteriores. As entrevistas que realizei com ex-membros do POC, também, confirmaram que a ocorrência desse ambiente de rebeldia influenciou a decisão pessoal de aderir a uma organização da extrema esquerda. E, esse “ethos” espelhava um fenômeno, como já foi observado, de escala planetária.

Herdeiro de uma tradição intelectual inaugurada pela POLOP, da qual vários dos seus antigos fundadores foram membros da Direção Nacional do POC, este partido foi um ativo protagonista do ME em vários estados brasileiros. E, para se fortalecer no ME, foi criado o MUC.

O MUC se propunha, pois, a ser uma alternativa ao impasse político que vivia o movimento estudantil em decorrência da repressão e do esvaziamento

[275] POC – “Para uma crítica da cultura burguesa na Universidade”. s/d. Cedem. Fundo POLOP, documento 03911.
[276] Ídem, p. 43 e segs.

do programa político do XXIX Congresso da UNE. Progressivamente esvaziado, na mesma medida em que o movimento estudantil perdia seu protagonismo, o MUC também passou a alvo das mesmas críticas que eram dirigidas ao estudantado de forma geral: “pequeno-burguês”, “indeciso e ambíguo por definição.” Com a criação do MUC, a direção pretendia dar um aspecto não-partidário à militância estudantil, procurando assim arregimentar aqueles segmentos da pequena burguesia estudantil não afeitos a uma vinculação partidária. E, para muitos, esse era um vício de origem, ou seja, um “oportunismo” que desviava o partido do seu verdadeiro rumo.

Reis Filho já havia observado que a ocorrência de “orientações ambíguas e contraditórias são comuns entre as organizações comunistas”. [277] As frequentes trocas de acusações entre as diversas tendências, acusando-se reciprocamente de “desvios” é prova cabal desse fenômeno. E, internamente ao POC não foi diferente, especificamente na questão em foco, ou seja, o movimento estudantil. Em emblemático documento da Direção Nacional, datado de fevereiro de 1970, podemos ler

> As origens do desvio [pequeno-burguês] são antigas. Mais precisamente datam de 1968. (...) fomos levados por influências intelectuais espúrias a assimilar o estudante ao jovem proletário.[278]

Muito diferente da posição do partido nos idos do segundo semestre de 1968, quando, para a Secretaria Estadual paulista,

> A capitalização das vitórias atuais [do ME], a compreensão do lugar político do movimento estudantil na conjuntura atual, e o auxílio concreto na reorganização revolucionária do movimento operário, colocam para o movimento estudantil a mesma necessidade de todo o processo revolucionário brasileiro: a presença do Partido que, com uma estratégia operária para o Brasil, integra as lutas parciais nesse rumo.[279]

---

[277] Reis Filho, 1990, op. cit., p 130.
[278] POC – “O ‘poder’ da universidade: autocrítica da DN”, fevereiro de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 03914-03926.
[279] POC – SP – “Os próximos passos do ME”, agosto/setembro, 1968. CEDEM, Fundo POLOP, 03899-03901.

E, a partir dessa visão, dita “obreirista”, no primeiro semestre de 1968, mesmo estando vivendo seu apogeu, o movimento estudantil seria rotulado de “pequeno burguês” pela Direção Nacional.[280] Isto porque, não estando os estudantes, na sua maioria, diretamente engajados na produção, estariam sujeitos a um “afrouxamento dos condicionantes de classe”. O documento não informa quais seriam esses “condicionantes”. Além disso, em pleno esforço pela construção da “Frente de Esquerda Revolucionária”, a direção advertia que “não podemos desperdiçar tanta energia no ME” devido à sua inconstância, típica da pequena burguesia. E, por essa mesma razão, não se pode falar em aliança “operário-camponês-estudantil”.[281]

A resposta veio rápida. E foi contundente. A Secretaria da Guanabara fez questão de observar para a Direção Nacional o desvio de “empirismo” e de “obreirismo” em que ela havia incorrido por não ter formulado uma política mais consistente para o ME no ano de 1969

> Fomos impelidos ao trabalho operário sem termos quadros com a devida preparação, uma vez que nossa maior força estava no ME. É impossível ser um bom combatente sem ter uma formação combatente.[282]

Desvio, etimologicamente, significa mudança de alteração, de rota, enfim um erro. E, para um comunista, para onde segue esse caminho do qual se deviou? Para a revolução, evidentemente. E, no universo da cultura política comunista, os “desvios” são inúmeros: desde os à esquerda, o “esquerdismo”, uma grave doença do comunismo, passando pelos à direita, os “direitismos”, e

[280] CEDEM, Fundo POLOP, documento 3871.
[281] POC – GB – “Texto de formação. Para os Comandos de Ação na GB e RJ”, 1971. CEDEM, Fundo POLOP, documento 3973.
[282] POC – GB – “Ensaio para uma política de organização”. Setembro de 1969. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02633.

incluindo até aqueles que procuram não se desviar, nem para um lado, nem para o outro, o “centrismo”. Ninguém escapa, o que seria um “escapismo”.

Mas, por outro lado, um desvio pode ser uma rota auxiliar, um atalho, ou mesmo um despiste. No sistema ferroviário, o desvio designa uma linha auxiliar, paralela ou próxima à principal, utilizada para serviços, de modo que não se obstrua a via principal. É também neste sentido que podemos interpretar o “desvio” no imaginário comunista. Eles existem, e sempre existirão, e contra eles o militante deverá lutar permanentemente. E, é nessa luta que se forja o verdadeiro comunista. Segundo Reis Filho, o objetivo dessa ambivalência, desse rigor crítico, era o de

> elevar o nível de tensão dos militantes, torná-los vulneráveis às críticas, fortalecendo, no mesmo movimento, a direção política e, consequentemente, a organização.[283]

Composto basicamente por estudante e ex-estudantes, tenho a sensação de que a todo o momento o POC, criticando o movimento estudantil, procurava negar-se a si mesmo. Mas, por outro lado – marca da ambivalência – através do MUC tentava abraçar a toda população estudantil, reafirmando assim sua essência “pequeno burguesa”.

[283] Reis Filho, 1990, op. cit., p 132.

Capítulo 5 – Luta Armada, Repressão e o "Setor Especial"

> Um dos nossos objetivos centrais é forjar na classe operária a vanguarda de que ela carece (...). Isso significa (...) que devemos estar preparados para dar o exemplo, ter mobilidade e disposição para enfrentar a luta em todos os terrenos, para travar a luta armada e para organizar toda a infra-estrutura clandestina que sustenta a agitação no meio da massa, preparando-a para luta amada (...).[284]

1. Prenuncio da militarização

Meados de 1968. A militância estava eufórica. Os movimentos estudantil e sindical davam sinais de vida, e o Partido, recém-fundado. As condições subjetivas para a revolução poderiam, finalmente, ser construídas. Afinal, agora sim, o processo revolucionário teria uma vanguarda genuinamente proletária na sua liderança. Bastava o POC inserir-se adequadamente no processo e conduzi-lo. Tinha somente que mostrar-se exemplar, afinal, "quem sabe faz a hora", dizia a canção.

Nesta atmosfera de empolgação, a Direção Nacional fez chegar às células, por volta de meados de 1968 um manual intitulado "Curso Básico Militar". Composto por 15 páginas, divididas em três tópicos, tinha dois objetivos: orientar os militantes nos procedimentos elementares para a organização e realização de ações de rua, e transmitir conhecimentos básicos sobre táticas militares e armamentos. Sintetizava, de forma deliberadamente didática, rica em ilustrações, os últimos três anos de enfrentamentos violentos contra a ditadura. Pretendia ser um guia para o militante do POC ser a vanguarda nos embates com a polícia do regime.

No primeiro tópico, dedicado às passeatas, às manifestações de rua e às ações de grupos de pixação e panfletagem, o documento procurava pormenorizar os procedimentos a serem adotados por todos os envolvidos.

[284] POC – "Curso Básico Militar", 1968. CEDEM, Fundo POLOP, documento 0053-0067. As ilustrações que seguem foram extraídas deste documento.

Dentre estes, previa-se o estudo detalhado do local onde seria realizada a ação, tendo em vista a elaboração de rotas de chegada e de fuga, a previsão das vias de acesso da repressão, e até mesmo, o posicionamento de militantes responsáveis pela segurança do evento. Neste caso, os membros do partido com essa incumbência, deveriam ir municiados de estilingues, bolinhas de gude, pedras e paralelepípedos. O documento cogitava até mesmo o posicionamento de franco-atiradores, portando armas de fogo, nos edifícios do entorno, dispostos conforme ilustração abaixo. Em tempo, não tive conhecimento se em alguma ocasião o POC efetivamente fez uso desse expediente militar.

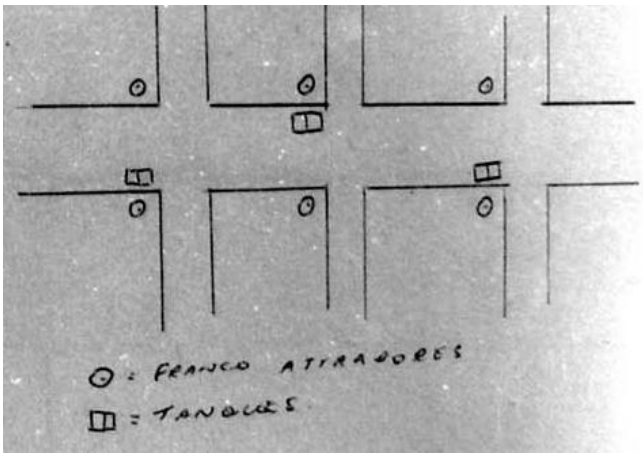


Ilustração de posicionamento de franco-atiradores. Vide nota 1.

A descrição detalhada das táticas dotadas pela polícia na repressão a esses tipos de manifestações compunha todo o segundo tópico. O objetivo era instruir o militante acerca das reações mais adequadas que ele deveria adotar diante de cada tipo de intervenção policial. Desta forma, eram descritas ações do batalhão de choque, o uso de cães, movimentos da cavalaria, dos agentes infiltrados, e se concluía com as táticas de manobra dos blindados. E, contra estes, o documento trazia instruções de como proceder para imobilizá-lo, através do uso de paralelepípedos.

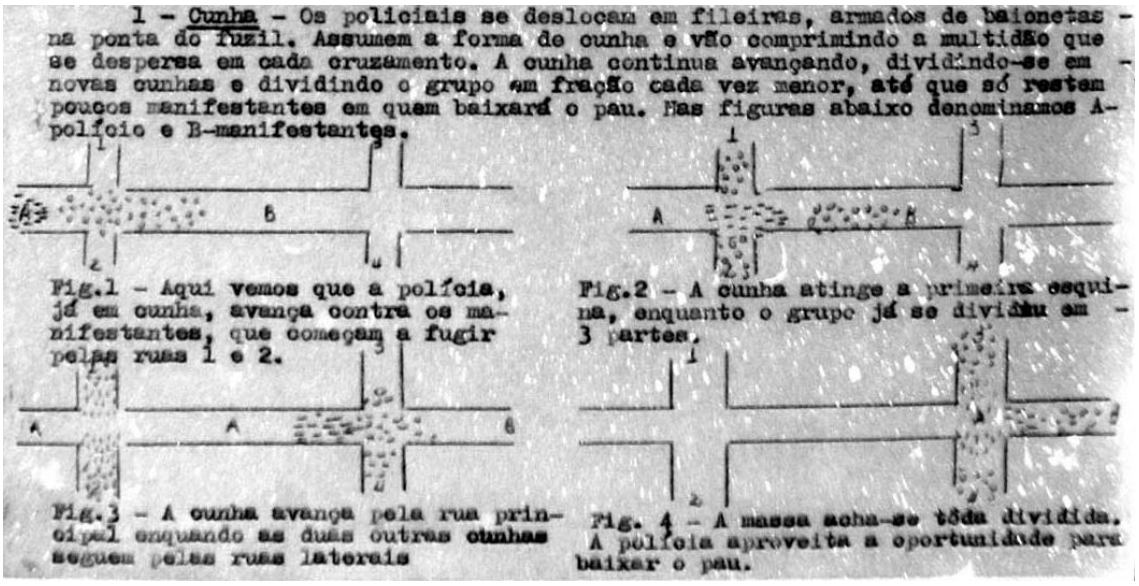

1 - Cunha - Os policiais se deslocam em fileiras, armados de baionetas na ponta do fuzil. Assumem a forma de cunha e vão comprimindo a multidão que se desperta em cada cruzamento. A cunha continua avançando, dividindo-se em novas cunhas e dividindo o grupo em fração cada vez menor, até que só restem poucos manifestantes em quem baixará o pau. Nas figuras abaixo denominamos A-polícia e B-manifestantes.

Fig.1 - Aqui vemos que a polícia, já em cunha, avança contra os manifestantes, que começam a fugir pelas ruas 1 e 2.

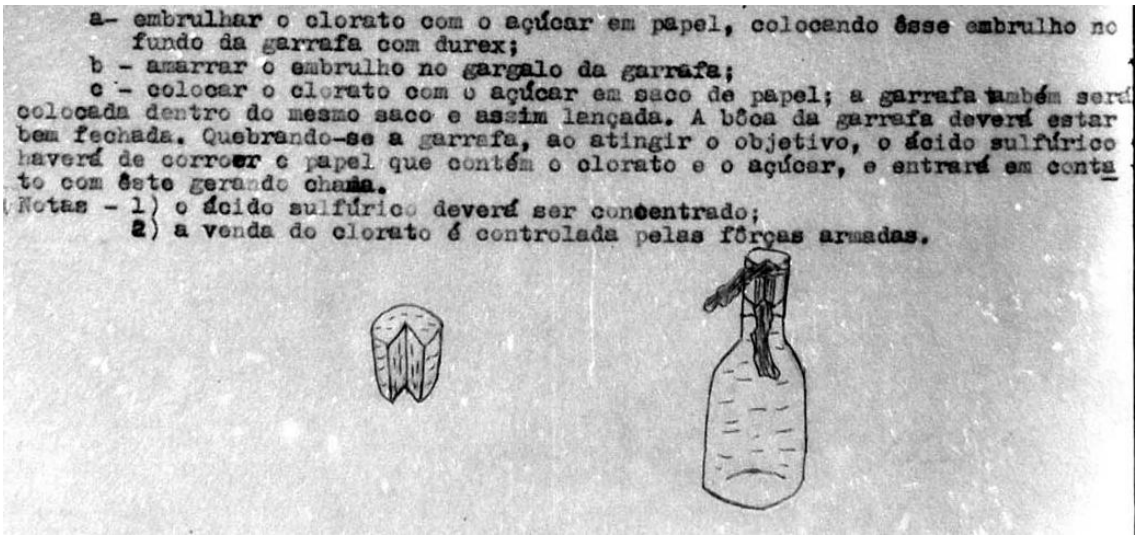
Fig.2 - A cunha atinge a primeira esquina, enquanto o grupo já se dividiu em 3 partes.

Fig.3 - A cunha avança pela rua principal enquanto as duas outras cunhas seguem pelas ruas laterais

Fig. 4 - A massa acha-se tôda dividida. A polícia aproveita a oportunidade para baixar o pau.

Croquis de movimentação da polícia e formas de defesa. Vide nota 1.

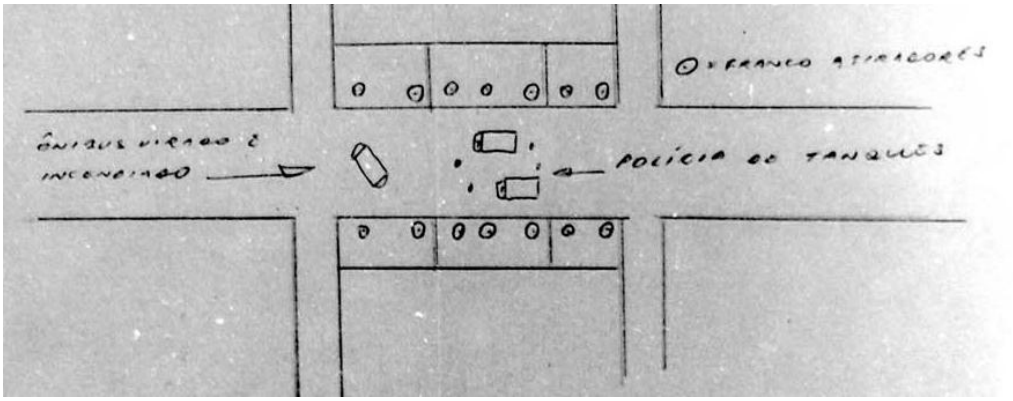
Por fim, o terceiro tópico trazia informações para o militante sobre armas leves, como revólveres, pistolas e fuzis. Descrevia seus componentes internos e dava orientações sobre o seu manuseio e cuidados necessários para sua adequada manutenção. Por fim, ensinava o militante a preparar coquetéis Molotov, seguindo o modelo reproduzido abaixo.


a- embrulhar o clorato com o açúcar em papel, colocando êsse embrulho no fundo da garrafa com durex;
b - amarrar o embrulho no gargalo da garrafa;
c - colocar o clorato com o açúcar em saco de papel; a garrafa também será colocada dentro do mesmo saco e assim lançada. A bôca da garrafa deverá estar bem fechada. Quebrando-se a garrafa, ao atingir o objetivo, o ácido sulfúrico haverá de corroer o papel que contém o clorato e o açúcar, e entrará em contato com êste gerando chama.
Notas - 1) o ácido sulfúrico deverá ser concentrado;
2) a venda do clorato é controlada pelas fôrças armadas.

Instrução de confecção e modelo ilustrativo de coquetel Molotov. Vide nota 1.

E, concluindo, para motivá-lo a esse enfrentamento no qual o militante deveria demonstrar todo arrojo, a capacidade operacional da polícia era subestimada:

> a polícia é bastante bitolada em suas ações. O comando é rigorosamente centralizado, o que dificulta sua flexibilidade de ação. Em cada período ela usa determinadas táticas é só as modifica lentamente. (...) Por isso, observando sempre as inovações, poderemos determinar mais precisamente nossas defesas (...).[285]



Croqui de bloqueio de rua/avenida por ônibus incendiado e tombado. Vide nota 1.

Ao lado desse documento, circulou outro, referente a autodefesa. Determinava aos militantes a se manterem bem condicionados fisicamente, e enaltecia seu potencial combativo, tendo em vista as eventuais “lutas de rua”. Recomendava ainda que os militantes “deverão escolher um curso para treinar defesa pessoal e, para tal “deverão encaminhar-se a academias.” Isto porque, ante à presença de membros do CCC, deveriam “enfrentá-los sempre que possível, desarmá-los e desmascará-los, levando a melhor.” E, em outro trecho, instava a militância a “isolar policiais nas manifestações, desarmá-los e bater.”[286]

Como disse, ambos os documentos circularam em meados de 1968, no apogeu das manifestações operário-estudantís. Em que se pese o calor do momento, que entusiasmava à toda a esquerda, eles são reveladores de realidades no interior do POC. A primeira realidade revelada por esses

[285] POC – “Curso básico militar”. 1968. CEDEM, Fundo POLOP, Documento 0053-0067.
[286] POC – “Circular Interna”, 1968. CEDEM, Fundo POLOP, Documento 0051-0052.

documentos, era a sua fragilidade estrutural. Sem treinamento adequado, nem sequer instrutores apropriados, os militantes eram instados a brigar com o CCC e a enfrentar a tropa de choque da polícia, apoiada por blindados. E com estilingues.

E, a segunda, e certamente, mais visível, e que exploro neste capítulo, era a existência de setores do partido propensos à sua militarização, como é possível depreender a partir do excerto que abre o capítulo. Essa tendência, como veremos, não seria majoritária em momento algum da breve história da organização, mas seria motivo de intensas discussões.

Neste capítulo avalio, pois, de que maneira a luta armada era concebida no POC. Para isso, considerei necessário fazer um levantamento das idéias matrizes acerca das formas de luta armada predominantes no período, para em seguida, verificar como elas eram postas em prática pelas organizações ativas da esquerda comunista, a exemplo da ALN e da AP.

Com estas organizações e sobre essas teses, o POC travou intenso debate, ora criticando-as, ora elogiando-as. E, como não poderia deixar de ser, o partido não ficou imune a elas. Havia importantes setores que defendiam o envolvimento efetivo, enquanto outros propunham o total distanciamento, e havia ainda aqueles que postulavam por um envolvimento parcial, seletivo. Esta foi a tese predominante até que, por fim, foi criado um setor em 1969, o “Especial”, dedicado às ações armadas com sérias consequências para a integridade do POC.

2. A luta armada: suas ideias matrizes e o debate no POC

No início de 1969 as teses foquistas pareciam estar se confirmando. O fechamento do regime no final de 1968 dava argumentos de sobra para as

organizações já totalmente empenhadas na luta armada, a exemplo dos COLINA, da ALN e da VPR, precursores da guerrilha urbana, e que estavam se considerando "donos da verdade".[287]

E, para reforçar ainda mais seus argumentos, a prisão das principais lideranças do movimento estudantil no Congresso da UNE em Ibiúna (outubro de 1968) foi usado como mais um pretexto para justificarem a luta armada. Afinal, indagavam como realizar política de massas numa época da mais absoluta clandestinidade?

Mas, esse processo de militarização da esquerda vinha de longe. Após o Golpe, no esteio das críticas ao PCB, a forma partido de organização política passou a ser desprezada por parte de amplos segmentos da esquerda. Seguiu-se, no entendimento de Reis Filho & Sá, "um processo de desencanto com a discussão e a organização política", e, em lugar disso, afirmam os autores, "passou-se a privilegiar a então chamada 'prática'."[288] Daí ter ocorrido, ao longo de 1968, na mais do que apropriada fórmula-síntese de Gorender, uma "imersão geral na luta armada."[289]

A guerrilha urbana, como vimos, esteve por um breve período na ofensiva, entre o final de 1968 meados de 1969. A esquerda armada, nas palavras de Marco Napolitano,

> parecia triunfante, realizando "expropriações" a bancos e ações ainda mais espetaculares, como o sequestro do embaixador estadunidense em setembro ou o roubo ao cofre do Adhemar de Barros em, julho. O nome de Marighella crescia na mídia como símbolo do guerrilheiro, temido e admirado a um só tempo.[290]

---

[287] Expressão usada por Leane Ferreira no depoimento ao autor em 03/03/2015.
[288] REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair (orgs.) – **Imagens da Revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.22.
[289] GORENDER, op. cit., p. 167.
[290] NAPOLITANO, op. cit., p. 120.

Para setores da militância do POC, o partido não podia ficar à margem, insistindo apenas nos movimentos de massas, que estavam em visível refluxo. Para Flávio Koutzii, então membro da Direção Nacional do POC na ocasião,

> aí a nossa perspectiva política, de modo geral, se modificou um pouco, essencialmente se tratava de se organizar para confronto armado a partir de foco, o foco era importante nesse momento, para nós, que iria, tal como ocorreu em Cuba, alastrar o fogo nos vários setores que estivessem descontentes. E na nossa análise o Brasil todo estava descontente com a ditadura, o que seguramente não era verdade. E para complementar essa análise, era, a nosso ver, mais ou menos claro que a burguesia estava numa crise estrutural, ou seja, debilitada e, portanto, vulnerável a um golpe, a um golpe forte.[291]

Em síntese: o povo descontente, a ditadura desacreditada e a burguesia em crise. Bastava uma centelha para o país todo incendiar-se.

Por isso, a resistência ou demora da Direção Nacional em aderir à guerrilha urbana estava provocando o êxodo de militantes do partido para as organizações propriamente militaristas, como a VAR-Palmares, a VPR e o MCR. Repito, para importantes setores do POC, o momento exigia a ida às armas.

2.1. A matriz bolchevique: a posição de Lênin

Há que se dizer que a guerra de guerrilha foi motivo de preocupação entre os comunistas desde Lênin. Em 1906 ele dedicou um artigo ao tema com o claro objetivo de responder à questão se ela atrapalhava ou ajudava o partido na preparação da insurreição. Note-se bem, o ponto culminante da luta revolucionária no viés lenineano jamais deixou de ser a insurreição. Porém, no contexto da Rússia de 1906, recém saída da Revolução de 1905, as ações terroristas praticadas pelos grupos anarquistas e por alguns “Socialistas Revolucionários” (SRs), eram frequentes e eram condenadas de forma apriorística por militantes da Social Democracia Russa, o partido de Lênin.

---

[291] Conf. Flávio Koutzii, in, http://www.sul21.com.br/jornal/flavio-koutzii-o-que-a-nossa-geracao-produziu-a-repressao-nao-tinha-como-destruir/. Acesso em 13/04/2015.

Segundo estes, ações de guerrilha poderiam levar o operariado a perder o apoio de outros segmentos da sociedade. Contra-argumentando, Lênin afirmou que apenas se o partido fosse frágil no seio da classe a guerrilha desorganizaria o movimento de massas.

Lênin, ainda argumentou que, em coerência à dialética marxista, nenhuma forma de luta de classes poderia ser previamente condenada, pois, esta deve resultar de uma análise concreta das "condições históricas". Deste modo, ele se recusava a aceitar as "formulações doutrinárias", prevendo, inclusive, que no futuro haveria formas absolutamente inusitadas de luta. [292]

No entanto, o líder bolchevique foi taxativo:

> O partido do proletariado nunca pode considerar a guerra de guerrilhas como único ou principal meio de luta; que este meio deve ser subordinado a outros, deve estar em conformidade com os meios principais de luta, enobrecido pela influência esclarecedora e organizadora do socialismo.[293]

Em suma, a guerrilha deveria estar subordinada à política, ou seja, ao partido, e não o inverso, como proporia décadas depois Regis Debray. [294]

Lênin, porém, não foi exaustivo na sua definição de guerrilha, se limitando a defini-la como uma ação movida por indivíduos isolados ou pequenos grupos clandestinos, que visavam assassinar pessoas ligadas ao regime, ou a angariar recursos financeiros para o partido através de expropriações.[295]

E, como vimos, o "Programa Socialista para o Brasil" estabelecia o "reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas"

---

[292] Ídem, p. 297.
[293] Ídem, p. 305.
[294] É importante lembrar que a POLOP já havia, por duas ocasiões, flertado com a luta armada, na sua versão foquista. Estamos computando as frustradas experiências da "Guerrilha de Copacabana", ainda de 1964, e que não saiu da fase de planejamento, e a Guerrilha do Caparaó (1967), também desbaratada pela repressão sem que tivesse disparado um tiro sequer.
[295] LENIN, W. I. - (1906/1984). "A guerra de guerrilhas" (1906), in **Obras Escolhidas**. vol. I. Lisboa: Edições Avante, 1984, p. 299.

através da organização de um "foco catalisador".[296] Este teria a função de mobilizar as vanguardas revolucionárias dispersas pelo Brasil, ou, nos termos do "PSB", "a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final."[297]

É, pois, compreensível que a militância do POC manifestasse certa ambivalência em relação às formas de luta armada e, que membros de todos os escalões pleiteassem engajamento imediato nessa forma de luta. Além das pressões de toda a conjuntura ditatorial e da força das teses cubanas, como veremos a seguir, o próprio partido no seu documento-base estimulava a adesão às teses militaristas. Neste sentido, citando novamente o próprio "PSB",

> O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo.[298]

2.2. As teorias do "foco guerrilheiro" e do "cerco da cidade pelo campo"

As idéias que embalavam o sonho da luta armada no Brasil provinham, sobretudo, de duas experiências relativamente recentes: A Revolução Cubana de 1959, e a Chinesa, de dez anos antes. Elas influenciaram amplos segmentos da esquerda com quem o POC travou rico e intenso debate, cujos argumentos nos fornecem elementos para compreender o posicionamento do partido.

---

[296] PSB – p. 22.
[297] Ídem, p. 23.
[298] Ídem, ibid.

2.2.1. O "foco guerrilheiro"

Para Emir Sader, o "Oto" da Direção Nacional do POC, a Revolução Cubana funcionou como "um divisor de águas no marxismo latino-americano", tendo sido, segundo ele, mais impactante no continente do que a fora a própria Revolução Russa.[299] E isso se devia a vários motivos. O primeiro a ser apontado por Sader foi a "atualização da revolução" na região. Isto é, Cuba se transformou em referência a uma experiência revolucionária bem-sucedida recente, sendo uma alternativa ao distante 1917 russo.[300] E, ao mesmo tempo, o sucesso das colunas de Fidel Castro, mostrou a viabilidade de um processo revolucionário diferente do padrão soviético, isto é, que não depender de um partido proletário. Resumindo, conforme Sader, tudo isso se converteu "na legitimação da heterodoxia política e ideológica".[301]

O sucesso cubano, ainda segundo Emir Sader, atualizou também a teoria da "revolução permanente". Isto porque, como dissemos, a revolução passou de uma fase – a nacional-burguesa – imediatamente, quer dizer, no intervalo curtíssimo de apenas um ano, para a fase socialista. E, ao mesmo tempo, ela reafirmava o internacionalismo revolucionário, tal como previa essa mesma teoria de Leon Trotsky.

Finalmente, a experiência cubana, ainda na avaliação deste dirigente do POC, também teria reforçado o "romantismo revolucionário", graças à construção da lendária figura do barbudo guerrilheiro que, emergia das profundezas das florestas tropicais para libertar a humanidade. E, nesta construção, a figura de "Che" fora emblemática

---

[299] SADER, Emir - "Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira", in REIS FILHO, Daniel Aarão et al – **História do Marxismo no Brasil**. Volume I ("O impacto das revoluções"). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 160.
[300] Ídem, p.167.
[301] Ídem, p. 168.

Por essas razões, dentre outras, o sucesso da experiência revolucionária cubana fez eco entre os países da América Latina, atualizando e contextualizando em terras do continente, como foi dito, o sonho inaugurado pelo já longínquo outubro de 1917.

E, o elemento fundamental para a vitória em Sierra Maestra, foi a adoção da estratégia do "foco guerrilheiro". Desde então essa estratégia passou a ser teorizada – a teoria do foco, ou "foquismo"- e difundida como a fórmula a ser seguida pelos revolucionários latino-americanos. E, o principal responsável pela teorização e divulgação do foquismo foi o francês Regis Debray, com a sua obra "Revolução na Revolução", de 1967. Nela, o ex-guerrilheiro que combatera ao lado de Guevara na Bolívia, sistematizou as experiências do "foco guerrilheiro", tal como ocorrera vitoriosamente em Cuba, e redundara em trágico fracasso na Bolívia.

2.2.1.1. "Che" Guevara: o precursor do "foquismo"

Há que se dizer, contudo, que as primeiras tentativas de sistematização da experiência guerrilheira cubana partiriam do seu mais proeminente protagonista, o argentino Ernesto "Che" Guevara. Logo após a tomada vitoriosa de Havana pelas colunas revolucionárias em 1º. de janeiro de 1959, Guevara se pôs a escrever sobre a guerrilha, publicando no ano seguinte o livro "La Guerra de Guerrillas". De pronto, no segundo parágrafo do texto, "Che" sentenciava:

> Consideramos que três aportaciones fundamentales hizo La Revolución cubana a La mecánica de los movimientos revolucionários en América, son ellas: (1) Las fuerzas populares pueden ganar una guerra contra el ejército. (2) No siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución; el foco insurreccional puede crearlas. (3) En la América subdesarrollad ael terreno de la lucha armada debe ser fundamentalmente el campo.[302]

[302] GUEVARA, Ernesto "Che" - La Guerra de Guerrillas, 1960. Disponível em http://www.angelfire.com/de2/cheguevara/arquivos.htm, acesso em 22/09/2013.

Como se vê, o “foco insurrecional” ganhava “status” de estratégia revolucionária, influenciando fortemente toda a esquerda latino-americana, inclusive a brasileira.[303]

O POC, que não ficou à margem desse processo político, sintetizou o modelo insurrecional bolchevique de 1917 com a prática guevarista no “foco catalizador”. No tópico 4, “A Guerra Revolucionária” do “Programa Socialista para o Brasil”, podemos ler,

> A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso significa a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. (...) Nossa tarefa como vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão em cada fase da luta. Um dos recursos (...) é a guerra de guerrilha travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local como catalisador de um movimento em escala nacional.[304]

Apenas um ano após a publicação do “La Guerra de Guerrillas”, em abril de 1961, o “Comandante Che” publicaria o artigo “Cuba: exceção histórica ou vanguarda na luta anti-colonialista?”. Com o claro objetivo de reforçar a argumentação do texto anteriormente publicado em prol da universalidade da estratégia “foquista”, Guevara considerava que, afora algumas especificidades cubanas, “ninguém poderia afirmar que havia em Cuba condições político-sociais totalmente diferentes das de outros países da América”.[305] E, essas semelhanças seriam, segundo Guevara, o latifúndio e o imperialismo, uma vez

---

[303]A influência da revolução cubana no Brasil dos anos sessenta foi especialmente fecunda, pois, encontrou terreno fértil devido à crise pela qual passava o PCB e a urgência de muitos em reagir à implantação da ditadura. Neste sentido, sugerimos de Denise Rollemberg, **O apoio de Cuba à luta armada***:* o treinamento guerrilheiro, Rio de Janeiro: Mauad, 2011. E também Jean Rodrigues Sales - **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)***,* Campinas, IFCH/UNICAMP, 2005. E, revestindo-se de especial importância, pois, se trata de um dos militantes mais proeminentes do POC, há ainda o artigo de Emir Sader, “Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira”, incluso na coletânea organizada por Daniel Aarão REIS FILHO et al, **História do marxismo o Brasil**, vol. I*,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 167-171.

[304] POC – “Programa Socialista para o Brasil, op. cit.

[305] GUEVARA, Ernesto “Che”- “Cuba: exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?” (1961), in Textos Escolhidos. 2ª edição. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1980, pp. 29.

que estes, historicamente, criavam as condições objetivas para a revolução; enquanto “as subjetivas são criadas pela luta armada no campo”.[306]

O artigo também se ocupou em descartar uma a uma as demais modalidades de luta revolucionária ensejadas nos diferentes países da América Latina. Assim, foi rechaçada, logo de pronto, a idéia de se estabelecer alianças com setores das burguesias nacionais, pois estas, afirmou Guevara,“não são capazes, regra geral, de manter uma atitude consequente de luta perante o imperialismo”. [307] Em seguida, “Che” descartaria a possibilidade de uma transição pacífica, via eleitoral para o socialismo, pois, mesmo se eleito, esse governo seria deposto pelas forças reacionárias tão logo iniciasse as reformas mais profundas.[308] De fato, isso viria a ocorrer no Chile de Allende uma década depois. E, com esta análise, “Che” dava argumentos àqueles que criticavam a linha dita “pacifista” e “reboquista” do PCB.

Também a luta guerrilheira urbana seria descartada por Guevara, pois, na sua avaliação, as condições de vida dos trabalhadores urbanos seriam “menos duras que o habitual”, o que os levava a preferirem formas institucionais de luta, e não o enfrentamento revolucionário.[309] Além disso, advertia “Che”, mesmo mantendo-se pequeno e clandestino, um grupo guerrilheiro urbano poderia ser facilmente denunciado ou simplesmente descoberto pela repressão após investigação.[310]

Quanto ao foco guerrilheiro, operando a partir de remotíssimas zonas rurais e fracamente povoadas, as chances de sucesso seriam bem maiores, previa Ernesto Guevara. Isto porque, ao agir em regiões onde a miséria e a

---

[306] Ídem, p. 31.
[307] Ídem, p. 37.
[308] Ídem, p. 39.
[309] Ídem, p. 38.
[310] Ídem, p. 40.

exploração são mais intensas seria possível "manter aceso o foco de rebelião, já que é muito difícil que os poderes repressivos possam (...) liquidar guerrilhas com bases sociais assentes num terreno favorável à luta guerrilheira (...)".[311] Em tempo, não localizamos nos documentos do POC a menor alusão a uma eventual instalação de um foco guerrilheiro no campo. E, nas entrevistas que realizei com os ex-militantes do POC, nenhum deles revelou ter tido conhecimento que tenha havido alguma tentativa neste sentido.

Em conclusão, Guevara afirmou que a vitória da Revolução em Cuba criou as condições subjetivas que faltavam em muitos países latino-americanos para a eclosão de movimentos revolucionários, isto porque "agora se conhece perfeitamente a capacidade de coroar com êxito uma empresa como a cometida por aquele grupo de expedicionários sonhadores do Granma (...)."[312]

2.2.1.2. O discípulo: Regis Debray e a "Revolução na Revolução ?"

As teorizações de Guevara já faziam eco na América do Sul quando foi publicado o livreto de Régis Debray "Revolução na Revolução?". Ele consiste, de ponta a ponta, num esforço argumentativo para justificar a supremacia do foco guerrilheiro sobre o partido político na formação da vanguarda revolucionária na América Latina, a partir do exemplo cubano. E, para alcançar seu objetivo, Debray partiu da premissa que "a revolução socialista é o resultado de uma luta armada contra o poder armado do Estado burguês".[313] Simples e prático, como o sucesso dos doze remanescentes do desembarque do Granma assim o comprova. Para Regis Debray,

---

[311] Ídem, p. 39.
[312] Ídem, p. 42.
[313] DEBRAY, Régis – **Revolução na Revolução?** (1967). São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, s/d, p. 7.

> uns poucos anos de experiência em luta armada de todas as classes na América Latina, fizeram mais para o conhecimento da singularidade de suas condições objetivas do que as décadas precedentes de teoria política copiada.[314]

O que ele mirava neste caso eram os modelos até então empregados pela esquerda revolucionária latino-americanas, ou seja, o insurrecional bolchevique de 1917, e o chinês-maoísta de cerco das cidades pelo campo.[315] E ambos os esquemas, além de serem "importados", conforme Debray, ainda tinham o inconveniente de subordinar a "guerrilha ao Partido como uma peça a mais, acrescentada ao seu organismo de tempo de paz".[316]

Debray radicalizou ainda mais as conclusões a que havia chegado "Che" Guevara nos textos acima mencionados. Para o francês, "a guerrilha revolucionária é clandestina. Nasce e desenvolve-se em segredo (...). Em sua ação, como em sua organização, a guerrilha é independente da população civil". [317] Estamos muito próximos do vanguardismo extremado das organizações militaristas brasileira, a exemplo da ALN, cuja máxima, cunhada pelo seu criador e principal líder, Carlos Marighella, era, conforme dito anteriormente, "a ação faz a revolução".

Assim, para o arrepio da militância de tradição partidária, ou daquela formada na lógica do marxismo-leninismo, o partido, para Debray,

> Era o Exército Rebelde, Fidel, simples Comandante em Chefe do Exército Rebelde, nos primeiros meses de 1959, já era dirigente do Partido, ainda que não oficialmente. Não foi o Partido, em Cuba, o núcleo dirigente do Exército Popular (...), ao contrário, o Exército Rebelde foi o núcleo dirigente do Partido, o seu núcleo construtor. [318]

Em síntese, a política assumia, toda ela, a forma das armas.

No Brasil da ditadura, com as possibilidades organizativas partidárias bastante dificultadas pela repressão política, acrescido da perda de prestígio do

---

[314] Ídem, p. 11.
[315] Ídem, pp. 7-8.
[316] Ídem, p. 12.
[317] Ídem, p. 27.
[318] Idem, p. 84.

PCB dentre a jovem militância, essas fórmulas revelavam o caminho para o "assalto ao céu". Por essa razão, a conclusão de Debray, prevendo o futuro, foi a senha para a imersão imediata na clandestinidade e na guerrilha urbana por parte de muitos e muitos militantes. Nas suas palavras, Debray previa que

> I. O decisivo, para o futuro, é a abertura de focos militares, e não de "focos políticos".
> II. Sem luta armada não há vanguarda definida.
> III. É patente que hoje, na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva. Se é decisiva, o resto é secundário.[319]

O POC que, como vimos, nasceu no formato de um partido também para marcar posição contrária a essa tendência, não escapou dessas pressões. Aliás, na base dos "rachas" que fragmentaram o partido em 1970, como vimos, estavam as pressões de parte da militância para o efetivo engajamento nas ações de guerrilha urbana.

2.2.1.3. A "Ação Libertadora Nacional" (ALN) e a exacerbação do "foquismo"

A "Ação Libertadora Nacional", ALN, foi uma das mais combativas e aguerridas organizações da esquerda brasileira no período. Sua origem e boa parte das suas peculiares características se devem ao seu fundador, Carlos Marighella, que foi também o mais importante líder revolucionário do período ditatorial. Militante de longa data do PCB, foi deputado federal por essa legenda nos breves anos de legalidade do partido, chegando à sua cúpula diretiva no final da década de cinquenta. Toda essa vivência de Mariguella no interior do PCB lhe garantia uma clara visão dos limites tanto da teoria revolucionária quanto da prática política da organização na qual militava há mais três décadas.

---

[319] Idem, pp. 96-102.

As divergências de Marighella em relação ao Comitê Central do partido começaram a aflorar imediatamente após o golpe de 1964. Em maio deste ano, ou seja, pouco mais de um mês após a deposição de Goulart, alguns membros do Comitê Executivo do partido, dentre eles Marighella, lançaram para as bases partidárias um "Esquema para Discussão", com o propósito de debater as possíveis causas da derrota e apontar para as responsabilidades do PCB.[320] Destas, a mais flagrante, segundo o "Esquema", teria sido o "desvio de direita" da política do partido. Noutros termos, o "Esquema" criticava o "reboquismo" do partido em relação à burguesia, que mostrou nada ter de progressista.

A primeira reunião plenária do CC após o golpe ocorreu em maio de 1965 e, contrariamente ao que propunha o "Esquema para Discussão", preservou-se a linha política do Congresso de 1960 e apontou para os "desvios esquerdistas" como responsáveis pelo golpe. E, em resposta às vacilações do partido, o pensamento e as atitudes de Mariguella se radicalizam rapidamente.

Neste ínterim (9 de maio de 1964), Carlos Mariguella fora baleado e preso em um cinema no Rio de Janeiro. Mesmo ferido, foi torturado e interrogado por agentes do DOPS carioca. O resultado intelectual desse evento foi o livreto "Por que resisti à prisão", publicado clandestinamente em 1965, mas que com muita rapidez se tornou uma referência dentro da esquerda brasileira. Neste texto, mais precisamente nos dois últimos dos dezoito capítulos, Marighella refutou enfaticamente o caráter progressista da burguesia nacional, se posicionando à esquerda da linha oficial do PCB. Neste sentido, ele fazia um apelo em prol de um "esforço pela organização [da frente anti-ditadura] e pelo

[320] Conf. GORENDER, op. cit., p. 95.

abandono das ilusões dos que pensam que é melhor confiar na liderança da burguesia."[321]

Poucas linhas abaixo Marighella confrontaria outra posição basilar do programa do PCB, a luta legal contra o regime. Sem negar "a priori" nenhum canal de enfrentamento à ditadura, Marighella, inspirado na experiência cubana, propunha a via armada como uma das formas de luta contra o regime de 1964.[322] Ainda não era, contudo, uma adesão inconteste à estratégia da guerrilha. Ao contrário, bem aos moldes leninistas, Marighella propunha uma insurreição popular, tendo na guerrilha rural uma das opções táticas de luta. Essa luta seria levada a cabo por uma ampla frente progressista-nacionalista, composta pelos trabalhadores rurais, urbanos, pela pequena-burguesia e também pelos comunistas.

A radicalização do pensamento e das ações de Mariguella ocorria a olhos vistos. Sua ida a Cuba, por ocasião da reunião da OLAS em Havana (31/07 a 10/08/1967), onde acabou permanecendo até dezembro deste ano, selou seu rompimento com o PCB, e consolidou sua opção pela estratégia da guerrilha como forma primordial de luta contra a ditadura. Neste processo, Marighella estava na companhia de amplos setores do PCB paulista, sobretudo estudantis, e que acabariam compondo o "Agrupamento Comunista de São Paulo", embrião da ALN.

Em abril de 1968 viria a público o jornal "O Guerrilheiro", trazendo nas suas páginas 2 e 3 um "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo". Entendemos ser este um dos documentos mais expressivos do

---

[321] Carlos Mariguella, "Esquema para discussão", p. 58.
[322] Idem, p. 60.

pensamento de Carlos Marighella e, por extensão, da ALN até seu desaparecimento em 1973.[323]

O “Agrupamento” se anunciava, então, como uma organização de um novo tipo, “clandestina, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda, para agir e praticar a ação revolucionária, constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões”.[324] Desta forma, o “Agrupamento” se distanciava radicalmente do modelo partidário de organização política, uma vez que este era uma “estrutura superada (...) em contradição com os objetivos revolucionários”, pois, o peso da burocracia e os dividendos políticos e econômicos que seus dirigentes auferem, a impedem de “ir à luta armada, muito menos à guerrilha”.[325]

Marighella estava convencido de que “a ação faz a vanguarda”, isto é, o ativismo revolucionário de grupos armados, no campo e na cidade, mobilizaria a oposição ao regime, até a formação do “exercito revolucionário de libertação nacional”.[326] Sobre a atuação nos movimentos de massa, poucas palavras: propaganda armada (panfletagens e pixações) e a “radicalização do movimento sindical” para “desmascarar o governo e despertar o espírito de luta dos operários”.[327]

Na ocasião da publicação do “Pronunciamento”, em abril de 1968, o “Agrupamento” já realizava ações de expropriação visando a obtenção de recursos para a implantação da guerrilha rural havia alguns meses, sem, contudo, identificar-se.

---

[323] Disponível no CEDEM da UNESP.
[324] Idem, p. 2.
[325] Idem, p.1.
[326] Idem, ibid.
[327] Idem, p.2.

Resumidamente, a ALN recusava a estrutura partidária como liderança capaz de conduzir o processo da “Revolução Brasileira”. Esta, por sua vez, não seria socialista, mas de “libertação nacional”, sendo disparada a partir de grupos guerrilheiros atuantes, sobretudo, no campo, contando com o apoio nos centros urbanos.[328]

Efetivamente, durante toda sua existência, a ALN operou a partir de grupos de combate, chamados de “Grupos Táticos Armados”, os GTA’s, que gozavam de bastante autonomia de ação. O intenso ativismo da ALN, aliás, sua marca registrada, fez com que ela contasse com a simpatia de boa parte da jovem militância de esquerda, avessa ao modelo partidário de militância. No entanto, o militarismo da ALN, assim como o das demais organizações da esquerda comunista com essa mesma característica, rapidamente atraiu para si a fúria da repressão e provocou, ao mesmo tempo, seu isolamento político.

2.2.1.4. O POC e a ALN

Raul Villa, pseudônimo de Eder Sader, importante membro da direção do POC, estendeu suas críticas àqueles que, de forma idêntica aos maoístas brasileiros, pensavam poder aplicar as teses cubano-debraystas impunemente no Brasil. Cônscio de que fora “no correr da luta ideológica que se seguiu ao fracasso de 1964 que a obra de Debray produziu seu impacto na esquerda brasileira”, ainda assim não economizou palavras.[329] Para Villa,

> Na medida em que sua estratégia militar não se fundamenta em nenhuma análise concreta das lutas de classe no continente, ela é um retrocesso político, ela não conduz a uma prática adequada em nenhum país da América Latina.[330]

---

[328] Idem, ibid.
[329] CEDEM, Arquivo “POLOP”, documento 0701, p. 11.
[330] Idem, ibid.

E ele não disparava suas críticas a esmo. O alvo escolhido neste caso foi o “Agrupamento Comunista”, embrião da ALN, que, assim como muitos outros, “partem de abstrações”. E, por que “abstrações”? Por dois motivos, respondeu Villa. Primeiro: “para haver uma guerra revolucionária é preciso que setores consideráveis das classes revolucionárias estejam armados”, o que estava muito longe de acontecer no país. E, segundo, que as tarefas militares estejam ligadas “às necessidades dos movimentos das massas”, bem ao contrário do vanguardismo da ALN.[331]

No entanto, todas essas críticas aos fundamentos das organizações militaristas, ainda que feitas por importantes quadros partidários, não poupou o POC de ambivalências. Voltando ao “PSB”, documento basilar do partido, lemos que a guerrilha no campo,

> iniciando-se com poucas e isoladas forças, com que conta a vanguarda operária, irá crescendo à medida que for alcançando as primeiras vitórias contra o exército da reação e que vai delineando os objetivos de luta para os trabalhadores do país inteiro. [332]

Substancialmente, qual a diferença desta formulação com aquela do Agrupamento Comunista, embrião da ALN, de que a “ação faz a revolução”? Ou ainda,

> a Organização é falha e débil enquanto a revolução é débil. À medida que crescem as ações, cresce a Organização. A Organização parte da estaca zero. Quando a revolução vence, a Organização tem que enfrentar novos problemas e é reformulada de acordo com a nova situação. A vanguarda surge no curso da revolução e quando a vitória é conquistada.[333]

2.2.2. O “cerco da cidade pelo campo” e a Ação Popular (AP)

Na segunda metade dos anos cinquenta, recordemo-nos, a Igreja Católica viveria uma breve, porém intensa, virada à esquerda. Liderada pelo

---

[331] Villa, op. cit., p. 14.
[332] PSB, p. 23.
[333] Mariguella, Carlos - “Sobre a organização dos revolucionários” (1968). Disponível em http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/08/sobre.htm. Acesso em 11/09/2013.

Papa João XXIII, foi um momento em que ela consagrava sua “opção preferencial pelos pobres”. O contexto internacional de lutas anti-coloniais (Argélia e Vietnã, por exemplo) e revoluções nos países do Terceiro Mundo (Guatemala e Cuba) favorecia as alas progressistas da Igreja nas disputas internas.

A Igreja no Brasil não ficou incólume. Reunidos na JUC, Juventude Universitária Católica, estudantes cristãos passariam a tomar partido ativamente das questões que afligiam o país no período: em 1961 um jucista, Aldo Arantes foi eleito presidente da UNE. Paulatinamente, na medida em que se engajava nos debates nacionais, a JUC foi se esquerdizando; em 1960 o documento de encerramento do seu primeiro Congresso condenava peremptoriamente o capitalismo e propunha aos cristãos a opção pelo “socialismo democrático”.[334]

Não tardou muito para que os setores conservadores da Igreja reagissem e passassem a cercear a atividade política da AP e dos seus membros. O rompimento com a Igreja tornou-se inevitável, o que ocorreu em 1963.

A “Ação Popular” (AP) se destacava dentre as organizações da esquerda brasileira do período devido a dois fatores: sua força incontestável no movimento estudantil; e suas metamorfoses internas ao longo da sua existência. Como vimos, a AP originou-se na antiga Juventude Universitária Católica, tendo realizado em fevereiro de 1963, na cidade de Salvador, seu primeiro congresso, o de fundação. Pouco a pouco, porém, a organização vai se afastando do humanismo cristão que a caracterizou desde suas origens, e

[334] Sales, op. cit., p. 26.

se aproximando do maoísmo. Este era referido como a “terceira etapa do marxismo, o marxismo-leninismo de nossa época”.[335] Nesse ínterim, sua presença no movimento estudantil em praticamente todo o território nacional foi se consolidando. E, vale a menção de que AP conseguiu ampliar sua atuação para outros movimentos sociais além do estudantil, como as Ligas Camponesas e segmentos do operariado.

Contudo, antes desta adesão ao maoísmo, a AP flertou com os cubanos. Em 1965, já favorável à solução armada, a AP criou uma comissão militar e enviou militantes para o treinamento na Ilha. A radicalização da AP, ou ao menos de parte de sua militância, acelerava a passos vistos. Na manhã do dia 25/07/1967 explodia uma bomba no saguão do Aeroporto dos Guararapes, em Recife, matando duas pessoas e ferindo outras quinze. Na ocasião era aguardado o general Costa e Silva em “campanha” presidencial que, no entanto, devido a problemas no avião que o transportaria de João Pessoa, à capital de Pernambuco, acabou por realizar a viajem de automóvel. Por detrás da ação, militantes da AP e das Ligas Camponesas, à revelia da direção.[336]

Ao assumir o maoísmo como fundamento doutrinário, passou a promover a ida de militantes para a produção. Tratava-se do “princípio da integração com as massas”, isto é, a aplicação da “política de lutar junto, viver junto e trabalhar junto”.[337] Essa política era claramente inspirada na Revolução Cultural chinesa, que tinha dentre outros objetivos, combater a burocratização do PCCh através da proletarização dos seus quadros de origem pequeno-

[335] Reis Filho & Sá, p. 372.
[336] Gorender, op. cit., p. 123.
[337] Reis Filho & Sá – p. 373.

burguesa através da integração na produção.[338] A AP chegou a enviar militantes para a China com a finalidade de conhecerem mais de perto o processo revolucionário deste país. Com a adoção dessa política, a AP visava anular as diferenças culturais entre os militantes provenientes da classe média intelectualizada e os trabalhadores diretamente ligados à produção.

O documento-chave dessa virada chinesa da AP foi o "Programa Básico", que veio a público em março de 1971. Além das já citadas adesão ao maoísmo e a integração na produção, o documento propunha também que a superação das desigualdades e injustiças sociais no Brasil somente seria possível graças a uma "revolução nacional democrática e popular, antiimperialista e agrária."[339] Isto porque o documento partia das mesmas formulações teóricas da III Internacional, anteriormente referidas, que classificava os países periféricos em categorias estanques, isto é, "coloniais, semi-coloniais e dependentes". Por isso, coerentemente ao Programa da IC, a AP postulava que somente com uma grande aliança política entre todos os setores progressistas e nacionalistas da sociedade, seria possível "liquidar o domínio do imperialismo estadunidense" e também "o sistema latifundiário e todas as formas feudais e semi-feudais de exploração".[340]

A liderança de todo o processo caberia ao proletariado, e a estratégia para a conquista do poder seria a luta armada, na forma da guerra popular prolongada. Esta, uma vez iniciada no campo, aos poucos arregimentaria novos combatentes formando lentamente o exército popular que iria cercar as cidades. As demais formas de conquista do poder seriam sumariamente

---

[338] Desta forma, milhares de professores, profissionais liberais, técnicos de nível médio e superior foram deslocados para o campo a fim de se integrarem às atividades agrícolas. Os resultados foram desastrosos.
[339] Reis Filho & Sá, p. 381.
[340] Idem, p. 382.

descartadas pela AP: a via pacífica pelo seu caráter “revisionista”; e o “foquismo”, tanto na sua versão rural, quanto na versão do “terrorismo urbano”, não passaria de “aventura” fadada ao fracasso, por estar “desligada das massas”.[341]

Com efeito, essa aproximação ao maoísmo não se fez sem disputas internas. Militantes descontentes com aquilo que consideravam ser uma “importação acrítica da realidade chinesa”, romperiam com a agremiação e fundariam, em 1970, o PRT, Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Este grupo se engaja imediatamente em ações armadas sendo rapidamente identificado e destroçado pela repressão, não tendo tempo sequer de aprofundar o diálogo que vinha mantendo com a VAR-Palmares e o POC no sentido de unificação das organizações.[342]

Em importante documento de circulação interna, datado de outubro de 1968, e também assinado por Raul Villa, pseudônimo de Éder Sader, que na ocasião era membro da Direção do partido, é possível vislumbrar os argumentos que se tornariam reincidentes nas críticas à adesão irrefletida as teses maoístas do cerco da cidade pelo campo e das teses cubano-foquistas. A começar pelo título, “A guerra revolucionária no Brasil e os ensinamentos de Mao”, podemos perceber a preocupação do autor em assegurar a precedência da realidade brasileira sobre a experiência estrangeira, isto é, a recusa taxativa à adoção *ipsis litteris* de modelos importados de guerra revolucionária. [343]

No entender de Raul Villa, era evidente que os estudos sobre os intentos revolucionários deviam ser considerados, mas sempre com o olhar nativo, no

---

[341] Idem, p. 384.
[342] Garcia, Marco Aurélio – “AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo”, in Revista **Em Tempo**, n$^{o.}$ 82, 20/09/1979, p. 13.
[343] CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 0701.

sentido de obter “ensinamentos”, portanto. Mas, qual seria o maior ensinamento que os revolucionários brasileiros poderiam obter com o líder máximo da Revolução Chinesa? Em essência, para Villa, o seu método de análise: “a grande força do pensamento político de Mao adveio do seu esforço para aplicar o marxismo ao estudo da realidade chinesa.”[344]

Ao adotar esse procedimento tão simples e lógico, essencial ao materialismo-dialético, Mao pode formular uma estratégia de longuíssimo prazo coerente com a situação concreta da China. Nada mais, nada menos do que “a análise concreta da situação concreta”, diria Lênin.

Por essa razão, Raul Villa não poupou de suas críticas nenhuma das organizações brasileiras que se auto-intitulavam “maoístas”, a exemplo do PC do B, da sua dissidência Ala Vermelha, e da Ação Popular. Estas, na opinião crítica de Villa, quando olhavam para o Brasil, viam a realidade chinesa. Neste país asiático, no início dos anos trinta, o governo nacionalista de Chiang Kai-shek convivia com os “Senhores da Guerra”, isto é, os potentados rurais que controlavam muitas vezes províncias inteiras com os seus exércitos particulares. Em um contexto de flagrante dualidade de poderes, sobreveio a invasão nipônica e a prolongada Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). E, por fim, havia um forte partido comunista que, apesar da derrota no levante de 1927, sobreviveu a ela fortalecido pela experiência, e com uma militância aguerrida de numerosa. Em suma, não havia termos de comparação entre a realidade chinesa dos anos trinta e a brasileira da década de 1960.

Mas, ainda havia um último e definitivo argumento contrário às pretensões daqueles que postulavam o “cerco das cidades pelo campo” no

[344] Idem, p. 1.

Brasil. E, este “golpe final” fora desfechado pelo próprio Mao Tse Tung quando formulou, após as décadas de experiência à frente do Exército Vermelho Chinês a máxima “as leis da guerra são evolutivas.”[345] Dialeticamente, o líder comunista chinês reconhecia que a cada passo dado pelos revolucionários, aumentava o conhecimento que a reação tinha sobre eles; a cada combate, uma nova lição deveria ser aprendida. Por isso, toda experiência acumulada serviria apenas de ponto de partida para as experiências futuras, jamais de ponto de chegada.

3. A criação do “Setor Especial”

Mas, para muito no partido, o momento exigia mais do que debates, a exemplo de Flávio Koutzii, membro da Direção Nacional, para quem a criação do Setor Especial era imperiosa. Segundo ele,

> frente ao aparelho forte da repressão, cada vez mais azeitado e sistemático, precisávamos garantir nossa capacidade de agir. O POC nunca se propôs a montar um foco guerrilheiro. Não era isso. Era ter em conta que mesmo uma organização não dedicada exclusivamente à luta armada precisava ter base armada para poder sustentar suas próprias ações cotidianas e as consideradas importantes.[346]

Como disse Koutzii, a repressão se “azeitava” e, neste processo as próprias estruturas formais do Estado de Direito eram postas a serviço da ditadura. Frente a essa escalada do arbítrio,

> há um divisor de águas. O tema da luta armada passa a ser claramente esse divisor. Algumas organizações põem toda alma nisso, como VPR, ALN, VAR, MR-8, VAR-Palmares e PCBR. São organizações que ganharam consistência, ganharam massa crítica e aprofundaram essa opção central.[347]

---

[345]Cronologicamente é possível marcar o início da Revolução Chinesa por ocasião do Levante de Xangai em agosto de 1927, seguido da “Longa Marcha”, que atravessou o país entre 1934 e 1935. Com o desfecho vitorioso ocorrendo somente em 1949, somam-se 22 anos de guerra revolucionária.

[346]Conf. http://www.sul21.com.br/jornal/flavio-koutzii-o-que-a-nossa-geracao-produziu-a-repressao-nao-tinha-como-destruir/. Acesso em 13/04/2015.

[347]Idem.

A título de registro, pela legislação do regime pós-1964, os crimes contra a segurança nacional eram objeto de investigação policial sempre conduzida por um oficial das Forças Armadas. Estas investigações geravam os famosos “IPM’s”, sigla de “Inquérito Policial Militar que, quando aceitas as denúncias, tramitavam nas Auditorias e Tribunais Militares. Nestes, o rito jurídico do ponto de vista das formalidades era idêntico àqueles da Justiça Comum. Uma vez aceita a denúncia pelo juiz militar, o réu tinha direito à defesa e, somente após o pronunciamento desta e da acusação o juiz proferia a sentença. E, ainda cabiam as apelações e recursos consagrados universalmente pelo Direito Positivo. Em suma, nas aparências, nada atentava contra os princípios filosófico-jurídicos do Estado de Direito moderno. A partir das formalidades, ninguém poderia afirmar que o país estava submetido a uma ditadura que violentava os princípios básicos dos direitos humanos e das liberdades civis.

Este era exatamente o objetivo do governo ditatorial do período: manter uma aparência de normalidade jurídico-política. E, com o uso da censura e de eficientes recursos de marketing através da mídia, o regime procurava ocultar, ou, pelo menos, disfarçar para o grande público as suas mazelas. Era, pois, preciso “acordar o povo”, e as “Ações Especiais” eram tidas como uma maneira eficaz.

Mas, o poder incontestável dos donos do regime se manifestava nas entrelinhas da lei. Desde a fase de inquérito o preso era submetido a todas as formas de coação física e psicológica e, a partir do AI-5 (13/12/1968), além da suspensão do “habeas corpus”, ele poderia ser mantido incomunicável por 10 dias. Na fase legal do processo, evidentemente, a defesa tinha seu raio de ação cerceado por uma série de casuísmos, que iam desde a limitação em

apenas 24 horas para as vistas dos autos do processo, como as tentativas de intimidação dos advogados pelos agentes da repressão.

Na ótica do POC, o momento era grave, mas não desesperador. O AI-5, na sua avaliação, provocara tão somente a “desorganização física” dos movimentos, não a sua desmobilização. Mesmo com a prisão e morte de algumas lideranças, os movimentos políticos e a esquerda em geral não estavam desmoralizados.

A resposta, no entanto, como sentenciou Flávio Koutzii, tinha que ser à altura. Com o Ato, o partido se viu na contingência de rever boa parte de seus processos internos. O reforço na segurança e na disciplina foi prioritário. A idéia de organização de um “Setor Especial”, acalentada desde sua fundação, passou a ser pauta das reuniões da Direção. Neste sentido, a busca por armas, treinamento militar, montagem de um foco, as ações armadas urbanas mais adequadas para a propaganda armada e, ao mesmo tempo, obtenção de fundos, passaram a ser assunto de conversa em segmentos do partido. E, dentre estes temas, se destacava a organização de frente armada com outras organizações.

No início de 1969 de Direção Nacional decidiu, por fim, criar um setor dedicado às ações militarizadas. Era criado então, o Setor Especial. Sua finalidade era a proteger as “Ações Especiais”, também chamadas de “Ações Exemplares”, e promover expropriações em conjunto com outras organizações para reforçar o “caixa” do partido. Não havia a pretensão, por ora, da montagem de um foco guerrilheiro, nem no campo, nem na cidade.

Posteriormente, já em 1969, o partido denominaria estas ações de “Ação Exemplar”. Esta, enquanto ação de vanguarda deveria ser vista como elemento catalisador das massas.

Procurando alinhar-se à tese de Lênin acima referida, a luta armada era vista como um prolongamento da luta política, aliás, “sua fase superior” afirmava o POC no seu “Caderno Regional de Debates”, nº13, de abril de 1970.[348] “A militarização de um partido se inicia com a separação entre o político e o militar.” Daí a crítica radical ao militarismo enquanto substituto da luta política, do afastamento das massas. Ela deveria ser adotada, sempre, como “recurso tático”, a exemplo da “Ação Especial”.

Apesar desse posicionamento, diferente daquele adotado pelas organizações propriamente militarizadas, as ações armadas da esquerda revolucionária eram, neste momento, aplaudidas pela Direção Nacional porque, segundo ela, “despertam, ensinam e mobilizam massas cada vez maiores”. As “Ações Especiais” tinham, portanto, o objetivo de serem instrumentos de agitação e propaganda, mobilizando as massas para a inssurreição.

As “Ações Especiais” poderiam ser tanto defensivas, a exemplo daquelas que ocorriam em passeatas estudantis e em outras aglomerações. E consistia no uso de estilingues, pedras e queimas de viaturas. E havia também as “Ações Especiais” ofensivas, ou de propaganda, como pixações, panfletagens e comícios relâmpagos, todas acompanhadas por escolta armada.[349]

Percebe-se por esse documento, claramente, a persistência da tendência à militarização da política partidária: as “Ações Exemplares, dizia o documento,

---

[348] CEDEM, Fundo POLOP, Documento 1109-1111.
[349]POC – “Sobre autodefesa”, abril de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 01109.

“são necessárias, hoje, não podemos pretender realizar uma propaganda simplesmente teórica.” E continuava,

> até agora são precárias as medidas organizatórias para a AD. (...) Parece que esta limitação decorria de uma visão estreita de AD. Nesta visão a AD era função de um setor. Toda iniciativa caberia a esse setor. “As ações cabem a todos os militantes.[350]

O primeiro grupo do Setor Especial foi composto por Fábio Marenco, seu coordenador e membro da Direção Nacional. Faziam parte, também, Ângela Rocha, Maurício Frajman, Paulo Radtke e Antonio Pinheiro. Estava subordinado à Direção Nacional, que lhe direcionava para as ações, inicialmente concentrados na Grande São Paulo. Não houve equivalentes nas Secretarias Estaduais.

3.1. As Ações do POC

Foi neste cenário que se criou o Setor Especial que, de pronto, passou a realizar as “Ações Exemplares”. Estas eram comícios relâmpagos, panfletagens e pixações, que ocorriam em pontos e horários de grande concentração de operários. Eram acompanhadas de segurança armada e tinham por finalidade mostrar aos trabalhadores a força da esquerda e, deste modo, incentivá-los a resistir. Há notícias de “Ações Exemplares” em Osasco, no ABC, em Guarulhos, em Porto Alegre e em Viamão.

Contudo, na opinião de Stanislaw Szermeta,

> “Ações exemplares”, não deu muito certo também. Você tinha o trabalho dentro de fábrica, trabalho de propaganda, a busca de contatos para lutas específicas, para ir trabalhando a luta econômica, essa coisa toda. E depois você trabalhava o... Você fazia o levantamento da fábrica e isso passava para a organização para fazer uma 'Ação exemplar' lá, uma ação armada. Ai você vinha, porque você não podia fazer uma... Não era para atirar, mas era para demonstrar força, que havia uma resistência. Então você fazia um panfleto, um material denunciando as questões específicas da fábrica e o Regime, 10, 15 minutos, e ia embora. E o pessoal ia armado. Mas não deu

[350] Idem.

> muito certo porque os operários tinham medo e depois o pessoal acabou caindo.[351]

Para fortalecerem-se no exercício das ações armadas a para que adquirissem “know how”, membros do partido defendiam a associação com as organizações propriamente militarizadas.

Em setembro de 1969 ocorreu em Campos do Jordão (SP) uma reunião entre a REDE, do temível Bacuri, o MRT dos irmãos Devanir e a VPR, visando a formação de uma frente revolucionária para a realização de ações em conjunto. O POC foi convidado e enviou um membro da direção estadual, Regis Stepan, na função de observador.

Por isso, desde o início de 1970, com o objetivo de reunir forças para o melhor desempenho das ações armadas, constituiu-se uma frente revolucionária que reunia, originalmente, a ALN e a VPR, às quais se juntaram depois, o MRT e a REDE. Em julho de 1970 aliaram-se também o MR-8 e o PCBR.

De efetivo, em São Paulo, ela foi responsável pela expropriação de uma agência bancária na rua Guaipá, em março de 1970, e pelo assalto à casa do presidente da Associação Portuguesa de Desportes, Manoel Marques Gregório. Na ação da Rua Guaipá, o POC agiu em companhia do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Resistência Democrática (REDE).

3.2. O debate interno: críticas da militância

Como foi visto, o POC, apesar da reserva de parte da militância, acabou por aderir às ações armadas. O julgamento de Otacílio Cecchini é emblemático, “eu acho que o POC, chegou certa hora, que entrou nessa

---

[351] Conf. http://memoriasoperarias.blogspot.com.br/2014/02/entrevista-stanislaw-szermeta-julho-de.html. Acesso em 10/02/2015.

loucura." E, ponderando em seguida: "a gente tem que depurar ... para salvar o que foi importante." Na avaliação dele, a opção pela luta armada levava ao isolamento político e o confinamento do militante ao mundo fechado da clandestinidade e dos aparelhos, o que por sua vez, levava a uma visão distorcida dos acontecimentos. Ele se lembra de uma situação, em pleno DOPS, após sua prisão (julho de 1971) ao mesmo tempo em que militantes de outra organização militarista (MRT) contavam vantagens e narravam seus feitos o que pra ele demonstrava total imaturidade política e uma tendência suicida

Prosseguindo com sua avaliação negativa, para Otacílio Cecchini, com o avanço da repressão, as organizações da esquerda começam a "juntar braços e o POC é chamado, e começa a divisão natural, quem vai, quem não vai." E, por não ter concordado com a adesão ao militarismo, acabou sendo expulso de sua célula após um debate sumário acerca dessa opção do partido. Lembra-se que "havia uma ansiedade por resolver essa questão". Reconheceu que "esse imediatismo era muito em função da conjuntura, muito em função da pressão que se estava vivendo, e muito da sobrevivência."[352]

Nilton Barbosa, por sua vez, minimizou o envolvimento do partido

> quando o POC tentou fazer esse tipo de ação, elas praticamente nem existiram. Criou-se um grupo, que era um grupo bem fechado. Nunca fizeram nenhuma ação, praticamente só assaltaram um português lá, um comerciante.[353]

Leane Ferreira, por sua vez, justificando sua vinculação ao POC, atraída que fora pela profundidade dos estudos que se fazia no partido, pela recusa às organizações da esquerda armada,

> eu tinha um namorado que era do grupo dos Brancaleone, aqui de Porto Alegre. Eu sabia que eles tinham uma atuação diferenciada. Ele me trazia

[352] Trechos do depoimento ao autor, 19/03/2015.
[353] Depoimento ao autor, 20/04/2015.

> textos da VPR. Trazia escritos do Marighella. Eu percebia que aquilo não era minha praia. Eu sentia que eu não concordava com as propostas do pessoal que já propunha um enfrentamento político. O tempo todo eu achava que as pessoas tinham que ter consciência da luta de classes, da formação do capitalismo, e de qual era o tamanho da encrenca de formar um grupo político. Era uma coisa muito maior do que os documentos que eu lia dos grupos militaristas.[354]

O cerco da repressão começou a fechar-se definitivamente com a criação da OBAN, Operação Bandeirantes, em São Paulo, no dia 29/06/1969. Organismo à margem do organograma oficial das Forças Armadas e policiais, composto por militares oriundos das três forças e das policiais civil e militar, gozava de autonomia operacional suficiente para lhe garantir agilidade suficiente nas operações de combate à guerrilha urbana. O que era um projeto piloto testado em São Paulo, cidade com maior volume de ações dos grupos guerrilheiros, se mostrou extremamente eficaz, motivando sua formalização em setembro de 1970, com a criação dos DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna) subordinados aos Comandos de Exército das quatro regiões militares.

E, após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, os militares endureceram ainda mais. Os Atos Institucionais nº 13 e 14, de 05/09/1969, estabeleceram, respectivamente, a pena de banimento, e de morte e prisão perpétua para os crimes contra a segurança nacional.[355]

As críticas de setores do partido em relação ao engajamento em operações armadas vinham apoiadas nos mesmos argumentos que eram dirigidos às organizações francamente envolvidas na guerrilha urbana. Umas das premissas teóricas mais duramente criticada era a concepção etapista da

---

[354] Depoimento ao autor, 03/03/2015.
[355] Fonte: http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais (Acesso em 30/04/2015).

revolução brasileira que muitas dessas organizações possuíam, numa clara herança do PCB.

Conforme Nilton Barbosa

> evidentemente a gente discutia também as posições do partido, principalmente aquela questão que foi sempre a base da POLOP, contra aquela visão etapista do PCB, evidentemente superada. Não tem que passar por uma visão democrático-burguesa, não há necessidade de seguir esse caminho.[356]

Como vimos, o debate com as demais organizações da esquerda, como não poderia deixar de ser, era intenso. Acusado pelas organizações engajadas integralmente na luta armada de "obreirista" e, o que era ainda pior, de "intelectualista", o POC reagia. E, nesta reação, era impiedoso, fazendo sobrar aos "militaristas", termos por si só pejorativo, pechas ainda mais degradantes na cultura marxista, como "reformistas" e "pequeno burgueses". Nesse debate, o POC apoiava-se na tradição da POLOP, enaltecendo, sobretudo, sua "visão correta" sobre a sociedade brasileira

Para a ALN, em especial, sobravam qualificativos pouco elogiosos como, por exemplo, "esse grupo empírico-voluntarista em matéria de organização atinge o ápice do espontaneísmo", ou ainda, "é incapaz de conceber outro programa que não o reformista, rejeita os programas em geral; e como os partidos necessitam de um programa, rejeita os partidos em geral." Em suma, para o POC, no afã de adaptar a Revolução Cubana como o "caminho único na libertação dos povos", a ALN acabou criando uma "panacéia".

Claramente a opção pelas armas não contava com a unanimidade do partido. E, possivelmente por essa razão, ela tenha sido adotada pela direção sem uma consulta mais ampla às bases. Relatos de militantes de base

[356] Depoimento ao autor, 20/04/2015.

revelam que ignoravam que um setor militar estava sendo organizado no partido. Leane Ferreira admitiu que

> eu não sabia. Fui saber disso depois da prisão [junho de 1971]. Fui saber que existiam ações armadas do grupo, depois. Mesmo durante o período que eu fiquei aqui em São Paulo, eu não fiquei sabendo disso. Isso é uma coisa que deveria ter tido um alto debate, e no Setor Interno a gente acabou não participando.[357]

Sinclair Cecchini, que fora membro do Setor Especial nos meses finais do partido, acredita que a maioria dos militantes sequer tomou conhecimento da existência do "Setor Especial" e que este, ainda na sua avaliação, era "muito rudimentar", mobilizando-se poucas vezes e somente na forma de frente com outras organizações.

Por outro lado, os setores do partido que defendiam as ações armadas, no entanto, durante a crise interna do final de 1969, criticavam duramente a Direção Nacional em função da precariedade da estrutura militar do POC. Foram apontadas falhas como a ausência de áreas de treinamento e o desconhecimento de técnicas de confecção de explosivos.[358]

Confirmando essa precariedade de meio físicos para a realização de ações de maior envergadura militar, temos a opinião de Stanislaw Smerzeta, também militante do Setor Operário de São Paulo. Segundo ele,

> Nós tínhamos uma relação, podíamos chamar assim, meio militar, mas não tínhamos nenhuma base militar definida. Não tínhamos treinamento militar; nós tínhamos treinamento político, que era de bastante valia, mas na hora do enfrentamento sabíamos que não era. [359]

Exemplo disso, o POC não chegou a constituir propriamente um arsenal. Foram obtidos apenas alguns revólveres, a maior parte dados por outras organizações, e outros que pertenciam a familiares de militantes ou

---

[357] Leane Ferreira, depoimento ao autor, 03/03/2015.
[358] CEDEM, Fundo POLOP, Documento 1157-1158.
[359] Depoimento à Comissão Estadual da Verdade (São Paulo), disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KtUZcZSghC0. Acesso em 11/11/2013.

simpatizantes. Segundo Angela Mendes de Almeida, “nunca chegamos a ter armas mais pesadas. Eu mesma, tinha um revólver em casa, muito velho, que tinha sido do meu pai, e que passei para os meninos”, referindo-se aos membros do Setor Especial.[360]

4. Falência da luta armada

Os primeiros sinais na esquerda de autocrítica à opção pela luta armada imediata começaram a surgir, ainda que timidamente, em meados de 1969, através de membros da Ala Vermelha.[361] Ainda que esse posicionamento não tenha evoluído de pronto, nem mesmo dentro dessa organização, foi o suficiente para alavancar outras vozes descontentes. Há que se dizer, que desde o início desse engajamento generalizado na luta armada, havia, além do POC, organizações discordantes. Era o caso dos trotskistas do POR(t) e de segmentos do PRT.[362]

No primeiro semestre 1971 a crítica à opção pela luta armada já é praticamente uma unanimidade. A tática dos sequestros se mostrava esgotada. No último, do embaixador suíço, as negociações entre a ditadura e o comando da VPR se arrastaram, tensas, por 40 dias e a opção pelo “justiçamento” do embaixador chegou a ser seriamente cogitada.[363] Das organizações que até então tinham se lançado na guerrilha urbana, apenas a ALN e o PCBR mantinham algum poder de fogo. Mas, também na ALN a autocrítica se

---

[360] Angela Mendes de Almeida, depoimento ao autor, 25/02/2015.
[361] GORENDER, op. cit. p. 207.
[362] Idem, op. cit., p. 168.
[363] No dia 7/12/1970, sob comando do capitão Carlos Lamarca, um grupo de guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária seqüestrou o embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, Enrico Bucher. Seu resgate seria a libertação de 70 presos políticos. Era a quarta operação deste tipo que a esquerda armada realizava desde o seqüestro do diplomata estadunidense, Burke Ellbrick, em setembro de 1969. Só que, desta feita, a ditadura mudou de estratégia, e não atendeu de pronto as reivindicações dos guerrilheiros. Ao se recusar a libertar vários dos presos indicados pela lista da VPR, impôs uma tensa negociação que se prolongou até o dia 16 de janeiro de 1971. Vide, SIRKIS, Alfredo – **Os Carbonários:** memórias da guerrilha perdida. 14ª. edição. Rio de Janeiro: Record, 1998.

instalara, e cindia aquele que fora o mais aguerrido grupo de combatentes contra a ditadura. Já combalida, dois rachas que deram origem ao MOLIPO e à Tendência Leninista iriam enfraquecê-la ainda mais. Restava a experiência da guerrilha rural desenvolvida sob rigoroso sigilo pelo PC do B no Araguaia, entre 1972 e 1974. Mas, a esta altura, a guerrilha urbana já estava em franca extinção.

Nos arquivos da OBAN foram encontrados documentos, datados de 18/8/1970, revelando que a repressão conhecia todo o organograma do partido.[364] Também era de conhecimento da repressão a existência de células do POC gaúcho em Canoas, S. Maria, Passo Fundo, Porto Alegre, além de outras cidades da região metropolitana. Também foram arrolados os contatos partidários no Uruguai e no Chile. Informa a organização da Frente de Mobilização Revolucionária, entre o POC, VPR, REDE e MRT. Também comunica a existência de um "Setor Armado" no Rio Grande do Sul.[365]

Nesse panorama de cerco repressivo, para preservar militantes "queimados", o POC frequentemente deslocava-os para outros estados. Paulistas sabidamente procurados pela polícia eram enviados para Porto Alegre; gaúchos e baianos eram enviados para atuar em São Paulo; cearenses em fuga do seu estado eram aproveitados no Rio de Janeiro. E, quando esses militantes estavam obrigados a viverem na mais absoluta clandestinidade, eram empregados em atividades do Setor Interno, isto é, aquelas que exigiam a menor exposição possível. Eram chamados, de forma irônica pelos demais militantes, de "pessoal do escritório".

Para Leane Ferreira,

---

[364] Arquivo Público do Estado de São Paulo, 50-z-009-14397.
[365] Conf. "BNM" 384.

> Esse também era um diferencial do POC, que sabia que a questão não era a de um assalto, ou de mostrar que 'eu tô presente', ou distribuir dinheiro numa favela, ou fazer qualquer coisa que me mostrasse como grupo. Ao contrario do que ocorria nas organizações militaristas, onde pessoas que estavam sendo procuradas, com a cara na parede, fazendo panfletagem, fazendo ação armada, fazendo um monte de coisas.[366]

E, nesta "roda viva", o endurecimento das condições políticas, que expunha o militante à prisão, tortura e, até mesmo a morte, fazia diminuir consideravelmente a capacidade de recrutamento da esquerda radical. Na avaliação de Jacob Gorender, protagonista privilegiado desses acontecimentos,

> O pior de tudo era a perda de militância e de base social. O engajamento total na luta armada afastava militantes e simpatizantes por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica. O número de adeptos baixava dos milhares às centenas e às dezenas.[367]

Há que se dizer que desde sua gênese a ditadura "nunca foi uma, mas vária", em feliz expressão de Reis Filho.[368] O movimento golpista foi o desfecho bem-sucedido dos esforços de uma ampla coalizão política que resistia aos avanços do reformismo janguista, isto é, do nacional-estatismo, e que trazia a seu reboque, a ampliação de direitos civis e sociais a camadas tradicionalmente subalternas da sociedade brasileira. Esta coalizão reunia desde liberais como um Pedro Aleixo, até anticomunistas renitentes, da verve de um Carlos Lacerda. Ela abarcava, pois, um espectro social amplíssimo, que incorporava, inclusive, segmentos médios e populares.

Este mesmo autor observou que a oposição à ditadura, à exceção das organizações clandestinas, foi bastante moderada – e, agravando o quadro,

---

[366] Depoimento ao autor, 03/03/2015.
[367] Lembrando que Jacob Gorender, depois de décadas de militância no PCB, aonde chegou ao Comitê Central, rachou com o partido juntamente com outras lideranças e bases em todo o país para formar, em abril de 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR. GORENDER, op. cit., p. 112 e p. 173.
[368] 2014, p. 53.

essas organizações não se apercebiam disso.[369] E, por isso, além de derrotadas militarmente, elas estavam socialmente isoladas.

Para Eder Sader, que fora, como vimos, o Raul Villa do POC, no seu "Quando novos personagens entram em cena (1970-1980)" o marco definitivo para o "fim do ciclo da esquerda revolucionária" foi a morte do capitão Carlos Lamarca, no sertão da Bahia, em dezembro de 1971.[370] Mas, para ele, a causa maior desta derrota, não foi propriamente o fracasso das organizações armadas, mas a ausência dos "supostos sujeitos revolucionários", isto é, citando-o, "as massas", nos enfrentamentos presumidos pelas suas "vanguardas". Doravante, as organizações remanescentes da esquerda iriam direcionar seus parcos militantes para outras formas de ação política: as associações de bairro e as comunidades eclesiásticas estavam entre as preferidas. Outras iriam preferir propor mobilizações do operariado fabril em organizações classistas paralelas ao sindicalismo oficial a exemplo do próprio dos Comitês de Fábrica.

A eficácia política da experiência da guerrilha urbana no Brasil é tema de acirradas controvérsias. Nas batalhas historiográficas e memorialísticas, as posições se antagonizam. Há aqueles que a considera o real motivo para o fechamento do regime com o AI-5 e a truculência da repressão. Outros ainda argumentam que a ditadura dava mostras do seu endurecimento ainda mesmo durante o governo do general Castello Branco, com o AI-2 e o uso da tortura.

---

[369] Idem, p. 62.
[370] Conf., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 170.

5. Considerações Finais

Marcelo Ridenti considerou que as organizações da luta armada erraram ao terem deslocado o centro da discussão para o papel das vanguardas revolucionárias ao invés de concentrarem-se nas análises das contradições da sociedade brasileira.[371] E, ao mesmo tempo, esse "vanguardismo" da esquerda armada fez com que elas se afastassem do trabalho de massas. Por essa razão, Reis Filho as considerou "estados-maiores revolucionários", ou seja, centros intelectuais da revolução, porém, distanciados da "tropa", quer dizer, das massas, por não terem conseguido manter, ou criar, uma ligação orgânica entre eles.[372]

A adesão às ações armadas no POC, mesmo após a cisão de 1970, não era consensual, de forma que essa alternativa jamais ganhou a dimensão de ser a tônica da política partidária. Vale dizer que em momento algum o POC verteu totalmente para o militarismo. Mas, mesmo que não tenha sido intensa a vinculação às ações armadas, importantes setores do partido discordavam desse vínculo, ainda que a título da solidariedade revolucionária. Exemplo dessa visão crítica é a de Otacílio Cecchini, para quem o recrudescimento do autoritarismo com o AI-5 exacerbou os ânimos militaristas, mas trouxe para o partido consequências doutrinárias funestas.

> E, aí, foi uma paulada, o AI-5 foi uma paulada. E não sobrou muito espaço para uma boa síntese, porque sobrou o seguinte: na paulada, é paulada. Mas não, você fica igual. O conteúdo tem ir para a forma. Essa é a postura libertária.[373]

Ainda nas críticas ao militarismo como forma de política, Otacílio Cecchini ponderou que

---

[371] RIDENTI, op. cit., p. 41.
[372] REIS FILHO, op. cit., p. 16.
[373] Otacílio Cecchini, depoimento ao autor, 19/03/2015.

> política é elo, é não esgarçar o elo. Eu acho que o militarismo esgarçou esse elo. Nós tínhamos amigos que, pô ..., foi tragédia atrás de tragédia.(...) Era uma postura suicida.[374]

Para ele, que havia sido atraído pelo POC pela qualidade das discussões teóricas, o processo foi lamentável.

> Eu comecei, do ponto de vista intelectual, a achar interessante o POC, era confiável. [no entanto] o texto do Debray, a questão cubana, eu olhava tudo aquilo e achava pouco pensada, um pouco estalinista para o meu gosto.[375]

Nesta ciranda, apesar da gravidade da situação política, acirrada ainda mais após o AI-5, havia militantes do POC que suponham que o partido estava razoavelmente seguro por não se tratar de uma organização propriamente militarista, prioridade da repressão. O. Cecchini admitiu que "eu não percebi o cerco. Sabia que havia, mas achava que não ia chegar no partido. Ou, se chegar, é circunstancial". E racionalizava, "os caras são seletivos. Eles estão indo aí na esquerda armada. Eu nem sabia que o POC tava nessa."[376] Mas, chegou, e lhe foi fatal.

Nilton Barbosa considera que a prisão de militantes das células operárias de Osasco, em agosto de 1970, assinala o início da queda do POC. E, a opção pela vinculação a ações armadas, mesmo que sem contar com a unanimidade do partido, acelerou a queda. Na avaliação deste militante,

> a rapidez com que aconteceu a que mostra que o partido não estava minimamente preparado para ter um setor militar. Quando você passa a idéia que tem um setor, militar a repressão vem mesmo em cima. Vem com outra porrada, vem com outro tipo de postura em cima. Daí o partido desmoronou, foi desfeito logo.[377]

Ainda na avaliação deste militante, o processo foi tão rápido que o partido sequer teve tempo de amadurecer as idéias de aderir às ações militares e à IV Internacional. Nas suas palavras,

---

[374] Idem.
[375] Idem.
[376] Idem.
[377] Depoimento ao autor, 20/04/2015.

> quando entra o POC-Combate, coma IV Internacional, e há essa opção pelas ações na área militar, não deu nem tempo, não houve nem tempo para amadurecer isso aí. Talvez até por isso, o tempo foi muito curto, a repressão já tava totalmente preparada.[378]

Vimos que no processo de fracionamento de 1969/1970, o partido cindiu-se em duas partes nitidamente distintas. Na cisão muitos daqueles provenientes da antiga POLOP, optaram por sair do POC e recriar a organização com o nome de OCML-POLOP. Dentre os que permaneceram no POC, a maioria era composta por militantes novos, ingressantes no partido após sua fundação e outros tantos provenientes da antiga DI-RS. Era exatamente neste grupo que prevalecia a idéia da adesão à luta armada.

Considerando procedente essa informação, colhida pelo autor nos diversos depoimentos, possivelmente tenha se refletido no POC aquelas mesmas diferenças geracionais verificadas entre os militantes da "velha guarda" do PCB e os "jovens" das Dissidências. Maria Paula Nascimento de Araújo sintetizou esse embate na equação "radicalismo *versus* imobilismo", que, segundo ela, "era a fórmula que traduzia o conflito, durante a década de 1960, entre e esquerda tradicional e a nova esquerda, alternativa e dissidente." Dentre as características dessa nova geração de militantes, segundo a autora, era o "valorização da ação" e também o "enaltecimento da violência" e, por essa razão, a atração dessa geração pela teoria do foco guerrilheiro enquanto substituto imediato do partido tenha sido tão grande.

Saliento que a autora está considerando "nova esquerda" as organizações que surgiram a partir das dissidências dos agrupamentos da esquerda anteriores ao golpe, e que assumem a instalação da guerrilha como tarefa imediata, desprezando, muitas vezes, a forma partido. Outros estudiosos

---

[378] Idem.

entendem que a “nova esquerda” surgiria em decorrência do fracasso da experiência da luta armada, portanto, no decorrer da década de setenta, sobretudo a partir da sua segunda metade. Dentre seus diferenciais se destacariam a valorização da democracia parlamentar, a incorporação de temas comportamentais e ambientais, e o progressivo abandono, pelo menos a curto prazo, do ideal da revolução. Aos olhos desta “nova esquerda”, a geração anterior, ainda que valorizada no seu heroísmo e abnegação pela causa da revolução, era demasiado sectária e ainda estava muito impregnada do autoritarismo de feitio estalinista. [379]

Considerei significativo neste sentido o fato de que, na ocasião do desmembramento do POC no Brasil, após as grandes quedas de meados de 1971, vários militantes remanescentes do partido, dos quais muitos já se encontravam no exílio, aproximaram-se de organizações ligadas à IV Internacional, neste momento, plenamente favorável à luta armada, a exemplo do MIR chileno e do ERP argentino.[380]

[379] ARAÚJO, Maria P. Nascimento, op. cit., p. 36.
[380] O golpe no Chile em setembro de 1973 levou a muitos militantes brasileiros lá exilados, buscarem refúgio na Argentina, onde organizações ligadas à IV Internacional já ensaiavam a luta armada. Dentre eles estavam vários ex-militantes do POC, como Flávio Koutzii, Angela Mendes de Almeida e Maria Regina Pilla.

Considerações Finais

Vimos que o POC nasceu no contexto das lutas contra a ditadura e da fragmentação pela qual a esquerda brasileira passou após o golpe de 1964 em nome desse enfrentamento. Filho de seu próprio tempo, e enquanto organização que se auto-proclamava leninista, o POC refletia as contradições de sua época: trazia a marca do intelectualismo, da forte presença estudantil, e da pequena penetração no meio operário. E, ao mesmo tempo, uma vontade imensa de mudar o Brasil. Compartilhava da mesma energia transformadora que movia a juventude em diversas latitudes por todo o planeta, a chamada "geração meia-oito". E, igualmente àquilo que ocorreu com várias organizações da esquerda, o POC também viveu intensos processos de fusões e rompimentos.

Se, a fusão que deu origem – DI-RS com a POLOP - fora um sucesso na opinião da maioria da militância, há que se dizer, contudo, que esse sucesso foi relativo, haja vista que perdurou até o início de 1970, ou seja, menos de dois anos. Isto porque, quando do desmembramento do partido em fevereiro de 1970, boa parte dos militantes da antiga POLOP migrou para a nova, enquanto os ex-membros da DI-RS e demais militantes, permaneceram no POC. Prova disso, é que as críticas internas em relação ao processo de fusão se manifestaram desde logo, "na Guanabara", diria um documento de militante de célula operária à época da cisão de 1970, "a euforia e a dinâmica que atingiu outras seções, teve aqui um pálido reflexo."[381] Isto porque, na opinião deste militante, a fusão teria sido resultado muito mais de uma urgência para o

[381] POC-GB – "Ensaio para uma política de organização". Fevereiro de 1970. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02633.

enfrentamento da ditadura do que da efetiva opção da DI-RS pelo “Programa Socialista para o Brasil”.

Desde sua fundação, o POC se estruturou no formato de um partido nos moldes comunistas, muito inspirado na tradição inaugurada pelos bolcheviques, quer dizer, um partido de quadros. Deste modo, em meio a uma estrutura organizacional enxuta, prevalecia o centralismo democrático, isto é, todas as instâncias partidárias tinham voz através dos canais internos de comunicação: cartas abertas, o “Caderno de Debates” e os “Informes Regionais”. Mas, uma vez decidida a política a ser implantada, todas os células tinham que acatar essa decisão. E a disciplina exigida era férrea.

O organograma do partido era simples. Havia uma Direção Nacional, composta por nove membros, na forma de colegiado, ou seja, a palavra de todos tinha o mesmo peso. Para a execução da política partidária, os militantes se dividiam, inicialmente, em três setores de trabalho: estudantil, operário, e interno. Em 1969 foi criado o “Setor Especial”, dedicado às ações armadas, chamadas internamente de “Ações Exemplares”. Essa mesma divisão se repetia em todas as Secretarias Estaduais, exceto pelo Setor Especial, subordinado à Direção Nacional, e que era o único de caráter nacional.

A rotina diária da militância transcorria, na maior parte do tempo, dentro da célula. Lá, o militante, apoiado por uma rede de simpatizantes e de OPP’s (organizações para-partidárias), dividia com seus companheiros as tarefas políticas. Estas consistiam, basicamente, na distribuição de material do partido, a participação em assembléias e reuniões com estudantes ou trabalhadores, a frequência em cursos de formação política e nas reuniões com a coordenação da célula, quando eram discutidos os problemas corriqueiros e os documentos

do partido. Cabia também aos militantes colaborarem com a coleta de doações financeiras para a organização, sua principal fonte de receita, e em outras formas de arrecadação, como, por exemplo, a venda de jornais.

A estrutura partidária dependia, em muito, da rede de simpatizantes. Leane Ferreira calcula que na sua temporada de clandestinidade em SP, que durou aproximadamente 15 meses, ela hospedou-se em mais de uma quinzena de casas diferentes, todas elas pertencentes a pessoas simpáticas ao partido. Surpreende o número de indiciados nos processos contra o POC sob a acusação de “terem cedido a casa para reuniões (...)”.

Os materiais impressos sempre foram um ponto de grande preocupação por parte da direção, e por dois motivos. O primeiro porque esse material - os jornais, panfletos, folhetos - era o principal canal de comunicação da organização com um público mais amplo. Distribuído em porta de fábricas, assembléias ou qualquer ponto de concentração e passagem de trabalhadores ou estudantes, essa mídia impressa era a voz do partido junto a esses leitores. O segundo motivo da preocupação dizia respeito à segurança. Manter em casa – num aparelho ou na residência de um simpatizante - um mimeógrafo ou qualquer outro instrumento de impressão gráfica, em tempos de ditadura, era temerário. Por isso, todas as precauções em relação à sua segurança eram estritamente necessárias.

Entretanto, mesmo diante de todas essas dificuldades, as Secretarias Regionais e as células conseguiam publicar seus impressos, que abordavam as questões locais, se convertendo assim em um rico acervo documental que reflete as particularidades da luta nas mais diferentes regiões do país. E, ao

mesmo tempo, a Direção Nacional, em um esforço gigantesco, conseguiu manter a edição, com razoável periodicidade, do tradicional “Política Operária”.

Enquanto portador da cultura política marxista, o POC se considerava a vanguarda do proletariado rumo à revolução socialista. Contudo, o partido teve imensas dificuldades em se inserir no seio do operariado, a ponto de ser motivo de comemoração quando uma célula “ganhava” um simpatizante genuinamente proletário. E, essa dificuldade se refletia nas inúmeras críticas e autocríticas que pululavam no interior do partido e que provinham de todas as procedências. As bases criticavam a direção nacional pelo “empirismo” e “imobilismo”; a direção nacional criticava as direções estaduais de “burocratismo”; as secretarias estaduais apontavam para a indisciplina e o despreparo político das células. Era um tiroteio de “desvios”, que, por sua vez, é revelador da angústia dos jovens militantes que tinham sua expectativa, enquanto “vanguarda” da revolução, frustrada pela realidade.

E, colaborando com o agravamento dessa angústia, a direção do partido insistia numa visão catastrófica do cenário político-econômico do país, não se dando conta do salto modernizante, ainda que conservador, promovido pela ditadura. E esse crescimento econômico, o “milagre brasileiro”, com toda certeza, diminuía os ânimos revolucionários do proletariado nacional, que, em algumas regiões do país, vivia uma situação de pleno emprego. Mas, essa dificuldade não era exclusiva ao POC. Sem respaldo junto aos trabalhadores, as organizações da esquerda pouco ou nada conseguiram em termos de adesão.

Todavia, é inegável o esforço empreendido pelo POC em ampliar seu grau de influência junto ao operariado. Durante toda sua existência, manteve

células ativas nas principais cidades industriais dos estados onde possuía secretaria regional. E, não deixou de participar dos mais importantes movimentos grevistas desde o advento da ditadura, Contagem e Osasco, ambos em meados de 1968, sendo que neste último com alguma ascendência a certa altura do movimento.

No movimento estudantil, a participação do POC foi um pouco menos difícil devido à ascendência que as organizações que lhe deram origem tinham anteriormente à sua fundação. Através da antiga DI-RS, o POC manteve certo prestigio junto aos estudantes gaúchos; e, herança da POLOP, o POC chegou a ter membros na diretoria da UNE (1967-1968).

Mas, foi também através do Movimento Universidade Crítica, o MUC, que o POC conseguiu ampliar sua influência junto ao estudantado. O MUC era, efetivamente, o braço estudantil do POC, sem que oficialmente, fosse identificado ao partido. Quer dizer, a plataforma do MUC era suprapartidária, e traduzia os anseios de parte da população universitária por transformações nas suas estruturas tidas por arcaicas. Para fazer parte do MUC, portanto, não havia a necessidade de pertencer ao POC, aliás, repito, a vinculação MUC-POC era omitida. Sua principal palavra de ordem, além da “superação da universidade burguesa”, era a “vinculação do movimento estudantil ao movimento operário”.

Mas, intensidade da repressão que se seguiu ao ascenso do movimento estudantil e do movimento operário, verificado entre 1967 até meados de 1968, tendo como clímax a prisão de cerca de 900 delegados estudantis no congresso da UNE em Ibiúna, vinha provocando um progressivo esvaziamento desses movimentos e a uma despolitização generalizada da sociedade. O

MUC foi uma interessante tentativa de o POC frear esse descenso. No entanto, fruto também das críticas internas, o MUC foi progressivamente se esvaziando até desaparecer em 1970.

Premido por necessidades materiais, mas também pela pressão de setores internos, o POC, a parir de 1969, organizou mais um setor, o "Especial", destinado à realização de ações armadas. Também eram fortes os argumentos favoráveis ao engajamento do POC neste tipo de operação, que apelavam para a "solidariedade revolucionária". Alegava-se que, se toda a esquerda estava sofrendo duramente com os golpes da repressão, não era correto o POC não colaborar na luta. Para Marcelo Ridenti, com toda evidência, os militantes atingiram um "ponto de não retorno", quer dizer, as motivações internas às organizações de esquerda falavam mais alto do que uma avaliação racional e imparcial da conjuntura política.[382]

Por jamais ter sido consensual essa vinculação às armas, o "Setor Especial" foi o pomo da discórdia que opôs os segmentos do partido favoráveis a uma maior inserção na luta armada, aos setores que se opunham. E, grosso modo, esses setores aglutinavam, respectivamente, os egressos da DI-RS e novos militantes, e os ex-membros da antiga POLOP.[383] O racha se consumou em fevereiro de 1970, depois de ácidos debates e de uma Conferência Regional realizada em São Paulo. Mas, em menos de um ano, representantes das duas organizações voltavam a se encontrar visando uma reunificação. A esse aparente paradoxo, Reis Filho propôs uma interessante explicação. Em sendo uma organização de "estado maior revolucionário", conforme sua

[382] Conf. Ridenti, 1993, op. cit., p. 251.
[383] Nas palavras de Leane Ferreira de Almeida, em depoimento ao autor (03/03/2015), "era parte do pessoal do sul que postulava nossa vinculação", ou seja, sobretudo os egressos da DI-RS.

categorização, o POC privilegiava sua coesão interna e seus princípios doutrinários em detrimento de uma inserção maior nos movimentos sociais. [384] Por isso, mesmo na fase pré-POC a POLOP já havia preferido perder quase a metade de sua militância a ceder nos seus princípios.[385]

Na prática, o POC realizou apenas duas expropriações, ambas em São Paulo em 1969: os assaltos à residência de um rico comerciante, e a uma agência bancária, sendo que esta foi em parceria com a REDE e o MRT. Essa união com outras organizações da esquerda foi o esboço de uma fracassada tentativa de composição de uma frente revolucionária. Até 1970 ainda encontramos documentos internos em alusão às reuniões de membros do POC com representantes da VAR-Palmares, da Ala Vermelha, da ALN e das acima mencionadas.

Otacílio Cecchini se recorda de ter circulado um documento, uma "espécie de carta de anuência" a ser assinada pelos militantes, concordando em aderir à frente armada. Nas suas palavras, '"quando eu vi esse documento, eu disse "ôpa". E eu percebi que a estrutura estava esfarelada...pouca gente. E o pessoal era muito jovem...ía dá caca."[sic][386]

E, de fato "deu"....Esfacelamento da organização, prisão, tortura e morte de Luis Eduardo da Rocha Merlino nas celas do DOI-CODI do II Exército.

No Brasil do início dos anos setenta era evidente a falência da proposta da luta armada. Gradativamente isolados dos movimentos de massa a partir de 1969, se é que em algum momento tiveram respaldo por eles, os grupos guerrilheiros, foram facilmente dizimados pela repressão. Essa derrota acachapante se deveu também ao fato de que essas organizações em geral, e

[384] Reis Filho, 1990, p. 46.
[385] Me refiro à cisão de setembro de 1967, que deu origem aos COLINA e à VPR.
[386] Depoimento ao autor, 19/03/2015.

em particular o POC, lutarem por ideais que não eram compartilhados pela sociedade brasileira. Os universais do projeto iluminista, que estão presentes, ao menos em parte, nas aspirações dos comunistas, a exemplo da justiça e da igualdade, eventualmente não estavam no horizonte de amplas parcelas da sociedade brasileira. Ou, ao menos da forma como os militantes do POC assim os entendiam.[387] Neste sentido, Reis Filho observou que "aquela guerra, como a chamavam os militantes da esquerda e a polícia política, era algo que a maioria não conseguiu compreender, quanto mais dela participar de forma direta."[388]

Seja como for, esse envolvimento com a esquerda armada atraiu a atenção das agências repressivas sobre o POC, tido até então como uma organização voltada meramente para o "proselitismo comunista". E, os golpes desferidos pela ditadura sobre o jovem partido foram fatais. Duas sucessões de quedas, simultâneas, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, praticamente desmantelaram o POC no Brasil. Desde então, o POC jamais voltaria a ter vida orgânica expressiva no país.

Em depoimento, Angela Mendes de Almeida, na ocasião, membro da direção nacional, confirmou a fragilização do partido após as quedas de meados de 1971. Segundo ela,

> O POC estava... posso dizer, bastante não, totalmente destruído aqui, porque quem não estava preso ou se internou pelo Brasil e ficou. Tenho companheiros que ficaram anos trabalhando com nomes clandestinos. Ou uma quantidade bastante [sic] tinha ido para o Chile. E nós resolvemos reorganizar o POC sob o nome de POC-Combate. Nós fizemos a edição dessas teses; recrutamos outras pessoas no Chile. Nesse período, o POC-Combate tinha militantes no Brasil, e tinha militantes que estavam se inserindo no Brasil.[389]

---

[387]Devemos parte dessas reflexões à Maria Nascimento Araújo – **A Utopia Fragmentada.** As novas esquerdas no Brasil e no mundo nos anos 70. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
[388] Reis Filho, 2014, op. cit., p. 77.
[389] Depoimento à Comissão Estadual da Verdade (SP) em 05/06/2013. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=d7bcGPNLCYg. Acesso em 10/11/2013.

Na ocasião dessas quedas, o POC ensaiava uma aproximação com trotskismo e a IV Internacional, o que, na ótica de alguns militantes, acabaram sendo uma evolução natural do partido. Isto porque, as limitações teóricas do PCB com sua visão etapista de revolução e o impasse político das organizações militaristas eram suficientemente claros para amplos setores do POC. O internacionalismo se mostrou a saída viável. Por isso os contatos na França desde o final de 1970 e a militância no exílio em organizações declaradamente trotskistas, como o PRT chileno e o Ejercito Revolucionario del Pueblo argentino.[390] Porém, a alternativa de uma militância internacional na América do Sul, particularmente no Chile e na Argentina, foi interrompida pela onda autoritária que varreu o continente neste primeira metade da década de setenta

[390] Refiro-me a Nilton Barbosa, Angela Mendes de Almeida, Sinclair e Otacílio Cecchini. Todos me prestaram depoimento ao longo do início de 2015.

REFERÊNCIAS

- Fontes Primárias

- Mariguella, Carlos - “Sobre a organização dos revolucionários” (1968). Disponível em http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/08/sobre.htm. Acesso em 11/09/2013.

- “Programa da Internacional Comunista”, Moscou, setembro de 1928. Disponível em http://www.marxists.org. Acesso em 21/07/2013.

- Partido Comunista Brasileiro, “Manifesto de Agosto de 1950”. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?usp=drive_web&pli=1 . Acesso em 12/10/2013.

- Partido Comunista Brasileiro - “Programa do IV Congresso”, novembro de 1954. Disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em 21/09/2013.

- Partido Comunista Brasileiro – “Resolução Política”, dezembro de 1967. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZeUhOb240c0tlOUk/edit?usp=drive_web&pli=1. Acesso em 14/10/2013.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

- DOPS - SP, Inquérito “Atividades do POC”, pasta 50-Z-009, documento 36156.

- Ídem, documento 30040.

- DOPS – RS, Inquérito “Atividades do POC”, pasta 50-Z-98, documento 1959.

- Depoimento de Fábio Marenco ao DOI-CODI. Pasta 50-Z-009, documento 30187.

- Jornal “Combate”, documentos 30-Z-160-12562, e 15605.

- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, “Relatório sobre atividades subversivas no Estado em 1971”. Documento 50-Z-98-1959.

Projeto “Brasil: Nunca Mais” (acessível através do sítio eletrônico http://bnmdigital.mpf.mp.br)

- Processo 657: processo aberto em 1968 após a prisão de militantes de células estudantis do POC em Montes Claros e Belo Horizonte, Minas Gerais.

- Processo 187: trata da prisão de militantes e simpatizantes do POC no Paraná, ainda na fase de instalação de células nas cidades de Curitiba, Paranaguá e Caiobá, em fevereiro de 1970.

- Processo 384: Investiga as ações do POC no Rio Grande do Sul. O inquérito foi instaurado em 1970 após a prisão de dezenas de militantes e simpatizantes em todo o estado.

- Processo 454: processo instaurado em agosto de 1970. Desbaratou células operárias do POC no estado de São Paulo.

- Processo 055: investiga a atuação do POC em São Paulo. Inquérito instaurado em meados de 1971 após a "queda" de mais de setenta militantes.

Arquivo Edgard Leuenroth:

Fundo "Gilberto Mathias" e Fundo "Moacir Barbosa".

Universidade Estadual Paulista - Centro de Documentação e Memória (CEDEM)

Fundo POLOP:

- Liga Socialista Independente – "Projeto de Programa e Estatutos da Liga Socialista Independente", 1956. Documento 0123.

- OCML-POLOP, "Circular da Coordenação da Fração Proletária convocando um Ativo Nacional de Fundação da OCML", 28/02/1970. CEDEM, Fundo POLOP, Documento 01415.

- ORM-POLOP, "Boletim Interno", 12/01/1962. Documento 7459.

- ORM-POLOP, "Informe Político", novembro de 1965. Documento 0198.

- ORM-POLOP, "A Bem da Verdade (resposta da SR-MG à advertência do CN)", dezembro de 1966. - Documento 0320-0323.

- ORM-POLOP, "Orientação do CN Sobre Ameaça de Golpe", 1966. Documento 0266

- ORM-POLOP, "As Lições de Caparaó". Documento 0099-0102.

- ORM-POLOP, "Programa Socialista para o Brasil", junho de 1967. Documento 0507.

- ORM-POLOP, "Declaração Política do IV Congresso", junho de 1967. Documento 0524-0526.

- ORM-POLOP, "Vanguarda Política ou "Vanguarda Ideológica", agosto de 1967. Documento 0409.

- ORM-POLOP, "As Razões da Frente da Esquerda Revolucionária", dezembro de 1967. Documento 0579-0584.

- ORM-POLOP, "Documento Nacional Estudantil", janeiro de 1968. Documento 3859-3871.

- Dissidência Leninista – RS, "Teses Revolucionárias II", novembro de 1967. Documento 3130.

- PCB - Voz Operária, "União das forças democráticas para isolar e derrotar a ditadura", março de 1966.

- POC, "Necessidades do setor e tarefas imediatas", 1968. Documento 0051-0052.

- POC, “Resolução Política do Congresso de Fundação do POC”, abril de 1968. Documento 0612-0623.

- POC, Comitê Nacional, “As manifestações estudantis: 4 anos depois as marchas mudam de sentido”, abril de 1968. CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 0641.

- POC, “Comunicado do CN sobre o jornal”, abril de 1968. Documento 0646.

- POC, “Circular sobre o Jornal”, maio de 1968. CEDEM, Fundo “POLOP”, Documento 0650.

- POC, Raul Villa (Éder Sader), “A Guerra Revolucionária no Brasil e os Ensinamentos de Mao”, 1969. Documento 0701.

- POC, “O Seqüestro do Embaixador”, setembro de 1969. Documento 0724-0725.

- POC, “Circular do CN sobre repressão”, março de 1969. CEDEM, Fundo “POLOP”, Documento 0726.

- POC-SP,“Boletim da Secretaria Regional de SP”, nº.2 abril de 1969. CEDEM, Fundo “POLOP”, Documento 1127-1132.

- POC-SP, “Boletim da Secretaria Regional de SP, nº. 6, dezembro 1969. CEDEM, Fundo “POLOP”, Documento 1136-1141.

- POC, Comitê Nacional, “Notas para uma política revolucionária no ME”, dezembro de 1969. CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 1148.

- POC, “O Partido Atravessa uma Crise”, setembro de 1969. CEDEM, Fundo “POLOP”, Documento 1157-1158.

- POC, “Xavier”- “A situação da classe operária em Osasco, suas origens e as tarefas do Partido na região”, janeiro de 1970. CEDEM, Fundo “POLOP”, documento 1363.

- POC, “Porque nos constituímos em fração”, janeiro, 1970. Documento 1402.

- POC – GB - Ensaio para uma política de organização”. CEDEM, Fundo POLOP, documento 02633.

- POC, Jornal “Política Operária”, nº. 17, maio de 1968. CEDEM, Fundo “POLOP” Documento 1975.

- POC, jornal “Combate”, nº 1, junho de 1968. Documento 2665.

POC, jornal “Elo”, nº 19, 13/9/1969. Documento 3504.

- POC, jornal “Movimento Operário”, nº 34, 30/03/1970. Documento 3620.

- POC, jornal “Combate”, 10/05/1969. Documento 3688.

- POC, jornal “Comitê de Empresa”, nº 4, setembro de 1969. Documento 03708.

- POC, jornal “Resistência Operária”, nº 5, setembro de 1969. Documento 03759.

- POC, jornal “Avanço Operário”, nº 2, setembro de 1969. Documento 03828.

- POC – “Para uma crítica da cultura burguesa na Universidade”. s/d. Documento 03911.

- POC – “O ‘poder’ da universidade: autocrítica da DN”, fevereiro de 1970. Documento 03914-03926.

- POC, “Introdução à pasta de documentos informativos sobre a frente estudantil”, dezembro de 1970. Documento 03973.

- POC – SP – “Os próximos passos do ME”, agosto, 1968. Documento 03899-03901.

- POC, “Por uma Universidade crítica - proposição de um programa”, agosto de 1968. Documento 4058-4067.

- POC – SP – “Boletim n° 0 do MUC – subsídios para o programa Universidade crítica”, 1968. CEDEM. Fundo POLOP, documento 4108-4120.

- POC – “Jornal nacional MUC”, n° 1. Março de 1969. CEDEM. Fundo POLOP, documento 4139-4166.

- POC, “Sobre o jornal do MUC”, maio de 1968. Documento 4167.

Depoimentos

- Ana Mércia Marques da Silva, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=d7bcGPNLCYg (acesso em 11/11/2013)

- Angela Mendes de Almeida, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=rlMcuFZVS1Y (acesso em 11/11/2013)

- Angela Maria Mendes de Almeida, depoimento ao autor em 10/03/2015.

- Estrella D’alva Bohadana, depoimento à “Comissão da Verdade” de Volta Redonda, 28/7/2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=IgPeZLlQtvg. (acesso em 29/7/2015)

- Flávio Koutzii, disponível em http://www.sul21.com.br/jornal/flavio-koutzii-o-que-a-nossa-geracao-produziu-a-repressao-nao-tinha-como-destruir/ (acesso em 13/04/2015)

- Leane Ferreira de Almeida, depoimento ao autor em 03/03/2015.

- Nilton Barbosa, depoimento ao autor em 28/04/2015.

- Otacílio Guimarães Cecchini, depoimento ao autor em 19/03/2015.

- Reinoldo Atem, depoimento à “Comissão da Verdade” no Paraná. Disponível em http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/87/depoimento-para-a-historia-a-resistencia-a-ditadura-militar-no-parana. Acesso em 28/12/2014

- Sinclair Guimarães Cecchini, depoimento ao autor em 20/03/2015.

- Stanislaw Smerzeta, depoimento à Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, da Assembléia Legislativa de São Paulo. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=KtUZcZSghC0. Acesso em 12/11/2013.

- Depoimento de Stanislaw Szermeta à "Comissão da Verdade" do Município de Osasco. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=T2m_B6l2esI. Acesso em 29/7/2015.

- _____ - http://memoriasoperarias.blogspot.com.br/2014/02/entrevista-stanislaw-szermeta-julho-de.html. (acesso em 10/02/2015)

Referências Bibliográficas:

- AGOSTI, Aldo – "Balanço dos comunismos europeus", in MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.) **– Corações Vermelhos.** Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez Editora, 2003, pp. 11-22.

- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs.) – **Usos & Abusos da História Oral.** 8ª. edição. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2006.

- AMARAL, Roberto Mansilla - **Uma memória silenciada.** Idéias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão (1917-1980). Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 2003.

- ANDRADE, Regis Stephan de Castro –"Trabalho e sindicalismo. Memória dos 30 anos do movimento de Osasco", in **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 37-49, outubro de 1998.

- ARAUJO, Maria Paula Nascimento – **A utopia fragmentada:** as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de setenta. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO – **Perfil do Atingidos**. Projeto "Brasil: Nunca Mais", tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

- BERSTEIN, S. – "Os Partidos", in REMOND, René (org.) **Por uma História do Político**. RJ: Editora FGV/Editora UFRJ, 1996.

- BRANDÃO, Gildo M. - "O Partido Comunista como 'esquerda positiva'", in Revista ***Lua Nova***, nº. 35, 1995 pp. 183-201.

- BRAZ, Marcelo - **Partido e Revolução: 1848-1989.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- CHAGAS, Fábio André Gonçalves das – A luta armada gaúcha contra a ditadura militar nos anos de 1960 e 1970. Rio de Janeiro: UFF, Tese de Doutorado, 2007.

- _____ - **A Vanguarda Popular Revolucionária**: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971). Franca: UNESP, Dissertação de Mestrado, 2000.

- DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.) – **Revolução Impressa.** A imprensa na França (1775-1880). São Paulo: EDUSP, 1996.

- DEBRAY, Regis. (s/d) **Revolução na Revolução?** (1967) São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano.

- DEL ROIO, Marcos - "A teoria da Revolução Brasileira. Tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo", in _____ & MORAES, João Q. de (orgs.) – **História do Marxismo no Brasil.** Vol. 4. Campinas: Unicamp, 2000, pp. 73-134.

- ELLEY, Geoff – **Forjando a democracia:** a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías & PONCE, J.A. de Granville (orgs.) - **Tiradentes, um presídio da ditadura.** Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

- GARCIA, Marco Aurélio - "Contribuição à história da esquerda no Brasil", Jornal **Em Tempo,** 1979/1980.

- GORENDER, Jacob - **Combate nas Trevas.** 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.

- GRAMSCI, Antonio - **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- GUEVARA, Ernesto "Che" - (1960) **La Guerra de Guerrillas**. Disponível em http://www.angelfire.com/de2/cheguevara/arquivos.htm, acesso em 22/09/2013.

- _____ - (1961) "Cuba: exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?", in **Textos Escolhidos**. 2ª. edição. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1980, pp. 25-45.

- GUITIERREZ, Cláudio Antonio Weyne – **A Guerrilha Brancaleone**. Porto Alegre: Editora Proletra, 1999.

- Hájek, Milos – "A bolchevização dos partidos comunistas", in HOBSBAWM, Eric – **História do Marxismo.** Volume V, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

- LENIN, Vladimir I. (1902) - **Que fazer?** 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

- _____ (1906) - “A guerra de guerrilhas”, in **Obras Escolhidas.** vol.I. Lisboa: Edições Avante, pp. 296-306, 1984.

- LUXEMBURGO, Rosa (1900) - **Reforma ou Revolução?** 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

- MARX, Karl& ENGELS, Friedrich (1848) - **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Global Editora, 2000.

- MATTOS, Marcelo Badaró - “Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)”, in REIS FILHO, D. A. e RIDENTI, M. (orgs.) – **História do Marxismo no Brasil.** Volume 5 (“Partidos e Organizações dos anos 1920 a 1960”). Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007, pp. 197-225.

- MORAES, Dênis de - **A esquerda e o golpe de 64.** 3ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos - **Dos Filhos Deste Solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

- OLIVEIRA, Joelma Alves de – **POLOP: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Araraquara: UNESP, Dissertação de Mestrado, 2007.

- PADRÓS, Enrique Serra et al. - **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** História e Memória. Volume 2 (“Repressão e Resistência nos “anos de chumbo”). Porto Alegre: Corag, 2009.

- POLLAK, Michael – “Memória, esquecimento, silêncio”, in **Estudos Históricos**, vol. 2, nº. 3. Rio de Janeiro: 1989, pp. 3-15.

- PRADO JR., Caio (1966) – **A Revolução Brasileira.** 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

- REIMAN, M. “Os bolcheviques desde a guerra mundial até outubro.” In: HOBSBAWM, Eric. **História do marxismo.** V. O marxismo na época da Terceira Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- REIS FILHO, Daniel Aarão – **Ditadura e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- _____, & SÁ, Jair Ferreira de (orgs.) – **Imagens da revolução:** documentos políticos As organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª. edição. Expressão Popular, 2006.

- _____ - **A Revolução Faltou ao Encontro.** Os comunistas no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

- _____ - **As organizações comunistas e a luta de classes no Brasil - 1961-1968.** 4 volumes. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

- REMOND, René - "Uma história presente", in _____ (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

- RIDENTI, Marcelo Siqueira - "Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira", in Revista **Estudos de Sociologia.** nº 2. Araraquara: UNESP, 1997, pp. 93-95.

- _____ - **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

- RODRIGUES, Leôncio Martins - "O PCB: os dirigentes e a organização", in FAUSTO, B. – **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III. O Brasil Republicano. 3ª. edição. São Paulo: Difel, 1986, pp. 361-443.

- RUSCHEL, Davi Arenhart – **Entre risos e prantos:** as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS – Dissertação de Mestrado, 2011.

- SADER, Emir - "Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira", in REIS FILHO, Daniel Aarão et al – **História do Marxismo no Brasil.** Volume I ("O impacto das revoluções"). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 157-183.

- SALES, Jean Rodrigues – **A luta armada contra a ditadura.** A esquerda brasileira e a influencia da revolução cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

- SAINT-PIERRE, Héctor Luis - **A política armada.** Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

- SANTANA, Marco Aurélio - "A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)", in MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.) **– Corações Vermelhos.** Os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez Editora, 2003, pp. 171-205.

- SCHMIDT, Benito Bisso – "Flavio Koutzi: pedaços de vida na memória (1943-1984) – apontamentos sobre uma pesquisa em curso". História Unisinos, v. 13, p.189-196, 2009.

- _____ - “Flavio Koutzi: um olhar sobre as sensibilidades da Geração 68 em Porto Alegre. Fenix (UFU), v. 6, 2009.

- _____ - Em busca de “solidariedade ativa”. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** História e arquivística. Belo Horizonte, Ano XLV, n. 2, julho-dezembro de 2009, pp. 87-101.

- VISACRO, Alexandre - **Guerra Irregular**.Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ANEXOS

0649

ANEXO 1

Da _____ Dia _____

Bal. do Mês de _____ de 19 _____

Receita		Despesa	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR	DISCRIMINAÇÃO	VALOR

Saldo: _____

Receita prevista _____ Despesa prevista _____
" realizada _____ " realizada _____

Receita prevista para o próximo mês _____
Despesa prevista para o próx. mês _____

Na discriminação incluir especificando: contrib. de m., simpat., outras fontes como rifas, etc.

- o -

ANEXO 2

Da _____ Dia _____

Bal. do Mês de _____ de 19 _____

		PREVISTO	REALIZADO	OBS.
Contribuições	M-1 M-2 M-3 M-4 M-5 M-6			
simpatiz.	S-1 S-2 S-3 S-4 S-5 ...			
outras				

total previsto _____
total arrecadado _____
atrasados _____

atrasados anteriores _____

Ficha de controle financeiro das células. Fonte: CEDEM, Fundo POLOP, documento 0649.

Anexo II

CEMAP - HEMEROTECA
CLASS.
FUNDO CEMAP
LP P1/4531

O caminho já foi apontado: GREVE GERAL CONTRA o ARROCHO

A classe operária começou a passar das palavras à ação na luta contra o arrôcho salarial. A greve deflagrada em Minas — que uniu 15 mil operários das empêsas mais importantes da Cidade Industrial de Belo Horizonte — apontou concretamente o caminho da luta. Já dizíamos em nosso número anterior que a única forma de enfrentar de fato a política patronal era lançando mão da arma da greve. Os operários mineiros mostraram como estão dispostos ao combate: sem contar com o sindicato, tendo contra si a repressão policial e as ameaças de Passarinho, realizaram uma greve que só não foi vitoriosa por faltar uma organização de base. Coragem e fôrça tiveram em dose suficiente para apavorar o ministro e os patrões. As experiências da greve estão hoje não só nas cabeças dos operários mineiros mas também nas dos seus companheiros do país inteiro, que agora se prepararão para levar avante a luta. E, mais do que tudo, o exemplo vindo de Minas animou o movimento operário de forma extraordinária e tôdas as parcelas combativas da classe apontaram êsse exemplo para a massa.

Em São Paulo os trabalhadores fizeram do 1º de Maio uma data de luta. Impedindo a comemoração dos pelégos com seu governador e realizando uma passeata e um comício com as bandeiras legítimas da classe, os operários em São Paulo deram outra colaboração para o prosseguimento da luta. A greve geral, a organização dos operários nas emprêsas, foram os objetivos principais levados às ruas ao lado do brado de "operários no poder".

Em Minas e no Rio Grande do Sul a polícia enfrentou violentamente as manifestações operárias enquanto que na Guanabara, prevalecendo as diretrizes reformistas, a burguesia pôde permitir comemoração, reprimindo apenas os setores mais consequentes.

Assim, começou o proletariado a se mover por todo o país. E não nos iludamos: será um longo e duro caminho. Até aqui vimos ações isoladas que provam a fôrça da classe mas que não são suficientes para dobrar o poder dos exploradores.

A greve em Minas mostrou onde ainda estamos fracos: na organização pelas bases. Esse é o trabalho mais imediato de suas lideranças.

Mas a greve e as manifestações do 1º de Maio nas principais cidades do país mostraram outra coisa: que é preciso uma liderança autêntica da classes, pois as direções reformistas e pelegas fogem da luta onde ela estoura e só sabem andar nas salas dos ministérios e políticos burguêses.

Da própria luta vai se formando uma nova vanguarda da classe, ainda dispersa nas fábricas e bairros proletários. O que os identifica é a disposição de organizar a classe nas emprêsas para travar a luta contra o regime, com seus próprios métodos e objetivos. A constituição duma Frente Unica Proletária será no momento um grande passo para a mobilização geral da classe.

PELA GREVE GERAL CONTRA TARIA!

PELA FORMACAO DOS COMITES DE EMPRESA!

PELA REVE GERAL CONTRA O ARROCHO E A DITADURA!

POLITICA OPERARIA

Orgão Central do Partido Operário Comunista

Maio 68 NCR$ 0,50 No. 17

A fundação do Partido Operário Comunista

A partir dêste número, como se vê, POLITICA OPERARIA aparece como órgão oficial do PARTIDO OPERARIO COMUNISTA. É que do desenvolvimento da luta interna na esquerda —dentro e fora do velho partido comunista— chegamos à unificação da Organização Revolucionária Marxista POLITICA OPERARIA com a DISSIDENCIA LENINISTA, que já rompera com o partido reformista no processo da discussão interna. Nêste número transcreveremos a Resolução Política aprovada no Congresso que deu nascimento ao PARTIDO OPERARIO COMUNISTA.

Defendendo a linha da revolução proletária e socialista, o P.O.C. se empenha em levar já à prática os princípios que a POLITICA OPERARIA sempre defendeu no combate ideológico ao reformismo e que a Dissidência LENINISTA levantou nos debates internos que a distinguiram no velho partido.

A disposição de luta manifestada pelo proletariado agora, após 4 anos de dura repressão, mostra que há hoje um campo fértil para as idéias revolucionárias. Organizá-lo a partir das fábricas, preparar a classe para seus instrumentos de luta com a perspectiva da greve geral, preparar as formas armadas da luta de classe a começar pela guerrilha que estabelecerá a aliança com os trabalhadores do campo, é a tarefa para um partido revolucionário hoje no Brasil. Esse partido não nasce acabado; sua construção se dá ao lado das tarefas que cumpre. E é para essas tarefas revolucionárias que o P.O.C. convoca hoje tôdas as fôrças combatentes e revolucionárias do proletariado, que já despontam por todas as partes do país.

Anexo III

3494

OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, UNÍ-VOS

"Salvador é a cidade que mais constrói" - é a frase do momento em tôdas as bôcas. Os burgueses em seus jornais não se cansam de mostrar os números: tantos edifícios estão sendo construídos aqui, outro tanto de casas serão inauguradas ali, fábricas e mais fábricas estão sendo construídas no CIA. Felizes da vida êsses senhores procuram a todos maravilhar com o progresso que tanto lhes enche os bolsos.

Para os pedreiros, carpinteiros, ferreiros, enfim, todos aquêles que com o suor do rosto constroem tôdas essas obras magníficas, tal progresso aparece de maneira diferente. Trabalhando 10 a 12 horas por dia, sob o sol e sob a chuva, e ganhando salário de fome, os operários da construção civil já perceberam que o "progresso" só existe mesmo para as fortunas dos Norberto Odebrecht, dos Lessa Ribeiro, dos Otto Sheppi e demais magnatas da construção civil.

E quando as obras são tantas que faltam operários na cidade, os patrões já sabem como impedir que os seus empregados saiam para procurar salários melhores em outra obra: pegam seus caminhões e saem por Feira, Alagoinhas e mesmo Aracajú oferecendo mil vantagens aos trabalhadores que quiserem vir trabalhar aqui; mas, quando os operários aqui chegam, as vantagens desaparecem e a exploração passa a ser maior, pois passa a existir muitos operários para poucos emprêgos e os patrões oferecerão o salário que bem entenderem.

Chegará a época em que o desenvolvimento e o progresso do país se transformarão em benefícios e riquezas para todo o povo e não somente para a minoria de burgueses exploradores; em que não haverá humilhações nem fome nem exploração para os que trabalham. Sim, esta época existirá quando nós, trabalhadores, com a fôrça da nossa união, derrubarmos o poder dos senhores capitalistas e instalarmos o nosso govêrno, O GOVÊRNO DOS TRABALHADORES!

É verdade que, até lá, temos ainda um longo caminho de lutas e de sacrifícios, mas, por mais duras que sejam as lutas e por mais pesados os sacrifícios, não devemos nunca abandonar o campo de batalha pois, temos certeza, cada protesto, cada manifestação, cada greve que fizermos, será um passo dado em direção ao glorioso futuro que nos espera!

Companheiro: êste boletim é um instrumento de nossa luta. Leia, discuta, critique. Colabore financeiramente. NCr$ 0,10

225

ELO 14

Boletim de orientação e luta dos trabalhadores baianos
Salvador - Bahia 31 de janeiro de 1969

Elo - 1 Ano de Luta ..... pág. 2
O Regime de Trabalho na Cesmel ..... pág. 2
Exploração Continua no SMTC ..... pág. 3
A Luta dos Bancários ..... pág. 3
A Greve Geral Derrubará o Arrôcho ..... pág. 3
Operários da Construção Civil, Uní-vos .... pág. 4

Anexo IV

3619

MOVIMENTO OPERÁRIO

34

PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA

SÃO PAULO

MARÇO - 70

Anexo V

Jornal do MUC, nº. 1 – Capa. Março de 1969.